

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Arthur Coelho Dornelles Júnior

CHINA E ESTADOS UNIDOS NA BALANÇA DE PODER DO LESTE
ASIÁTICO: comparações econômicas e militares

Porto Alegre/RS
2012

Arthur Coelho Dornelles Júnior

**CHINA E ESTADOS UNIDOS NA BALANÇA DE PODER DO
LESTE ASIÁTICO: comparações econômicas e militares**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik

**Porto Alegre/RS
Novembro de 2012**

Arthur Coelho Dornelles Júnior

**CHINA E ESTADOS UNIDOS NA BALANÇA DE PODER DO
LESTE ASIÁTICO: comparações econômicas e militares**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik

Conceito Final:

Aprovado em 13 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Vizentini – UFRGS

Profa. Dra. Anna Carletti – UNIPAMPA

Prof. Dr. José Miguel Martins – UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Marco Cepik – UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus filhos, Alice, Cícero e Bernardo, que dão sentido para a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meio orientador, professor Dr. Marco Cepik, pela imensa paciência, pelo apoio decisivo em inúmeras situações difíceis, mas especialmente por ser a pessoa que é.

Agradeço também ao colega e amigo Lucas Kerr, por ter sido a mão amiga quando mais precisei.

Também agradeço a Ana Paula, minha esposa, por ter “administrado a logística familiar” enquanto eu trabalhava na presente tese.

Por fim, agradeço ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos durante o período doutoral.

RESUMO

Em decorrência do fim da União Soviética, a China e os Estados Unidos perderam um rival importante no Leste Asiático, o que alterou substancialmente a balança de poder regional, levando-a da multipolaridade à bipolaridade, ou seja, desde 1991 a China e os Estados Unidos são os únicos polos de poder no Leste Asiático. Para melhorar sua posição relativa nesta balança de poder, a República Popular da China (RPC) vem investindo pesadamente na modernização do Exército de Libertação do Povo (ELP), que é o principal segmento das forças armadas chinesas. O tema deste estudo é a distribuição de poder no Leste Asiático entre China e Estados Unidos, precisamente o impacto da modernização militar do ELP sobre tal distribuição, considerando tanto os grandes agregados econômicos na análise da modernização, quanto os inventários militares e seus meios de emprego. Isso nos leva ao problema geral da presente pesquisa, que consiste na seguinte questão: qual o impacto da modernização militar da China sobre a balança de poder do Leste Asiático? O método utilizado será o de estudo de caso – comparação focada e estruturada, o que nos permitirá comparar os valores das variáveis independentes dos dois casos em tela (RPC e EUA). Tal comparação terá um caráter sincrônico, ou seja, considerará os valores das variáveis em um dado momento, apenas. Conclui-se que a modernização militar do ELP mudou a distribuição de poder no Leste Asiático em favor da China.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização Militar; China; Estados Unidos; Leste Asiático; Balança de Poder.

ABSTRACT

After the demise of Soviet Union, China and United States lost a great rival in the East Asian region, which shifted the regional balance of Power from multipolarity to bipolarity, in other words since 1991 China and United States are the remaining poles of power in the East Asia. To improve its relative position in this balance of power, the People's Republic of China (PRC) has invested continuously in the modernization of People's Liberation Army (PLA), the main branch of the armed forces. The issue of this research is the distribution of power in the East Asian region between China and United States (US), precisely the meaning of PLA's modernization for the regional balance of power, analyzing economic aggregate data, the military inventories, and its means of use. The general question of this research is: what's the meaning of PLA's modernization for the balance of power in the East Asian Region? Case study is our method, precisely the structured and focused comparison, which permits to compare the values of independent variables in both cases (PRC and US). The comparison approaches the values of variables in a single moment. One concludes that PLA's modernization has shifted the regional balance of power in favor of China.

KEY WORDS: Military Modernization; China; United States; East Asia; Balance of Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. AS PRINCIPAIS CRISES ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA (1995-2003)	19
1.1 A Crise de 1995/96 no Estreito de Taiwan	19
1.2 O bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado (1999)	36
1.3 A colisão do EP-3 (2001)	45
1.4 A política de claridade estratégica para Taiwan (2001-2003)	53
2. CHINA E ESTADOS UNIDOS: capacidades econômicas e militares	
Comparadas	75
2.1 China	75
2.2 Estados Unidos	97
2.3 Comparações e resultados	120
3. A MARINHA DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO DO POVO	125
3.1 Estrutura de Força	125
3.2 Estratégia Naval	152
3.3 Operações de Antiacesso e Negação de Área	164
3.4 Reações e Contramedidas Militares	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	199

INTRODUÇÃO

Há cerca de três décadas a República Popular da China (RPC) vem investindo pesadamente na modernização do Exército de Libertação do Povo (ELP), que é o principal segmento das forças armadas chinesas. O ELP é composto pelas Forças Terrestres, Marinha, Força Aérea e pelo Segundo Corpo de Artilharia, responsável pelos mísseis balísticos e de cruzeiro da China, tanto convencionais quanto nucleares. O ELP é uma parte das forças armadas chinesas, pois segundo a Lei de Defesa Nacional de março de 1997, as forças armadas são compostas pelo ELP (unidades na ativa e na reserva), pela Polícia Armada do Povo, e pela Milícia do Povo (unidades primárias e ordinárias). (Blasko, 2005) O ELP está subordinado à Comissão Militar Central (CMC). No entanto, a autoridade sobre as grandes decisões (dispor as tropas no exterior, iniciar uma guerra) está no Comitê Permanente do Birô Político do Partido Comunista da China (PCC), que é a principal instância decisória do país. (Shambaugh, 2002)

Até meados dos anos oitenta, a China sustentou a doutrina da “Guerra do Povo”. Essa doutrina militar postulava que, se a RPC fosse invadida, a população deveria ser mobilizada para lutar uma guerra de desgaste no interior do país, onde os civis formariam milícias para apoiar as tropas regulares. Neste cenário de guerra, todos os recursos materiais e humanos da China deveriam ser canalizados para fins bélicos, sem o que, não seria possível maximizar o impacto militar da imensa população chinesa e de seu vasto território. Para travar uma “Guerra do Povo”, não eram necessários modernos armamentos, nem treinamento intensivo, uma vez que o alicerce de tal doutrina não era a qualidade do combatente, mas a quantidade. (Pillsbury, 1999: 111-112; Pillsbury, 2000) Essa concepção de guerra acabou retardando a modernização do ELP em matéria de forças convencionais.

Com a distensão entre Estados Unidos e União Soviética e com o aprimoramento das relações entre Washington e Beijing nos anos 1970, a doutrina da “Guerra do Povo” começou a ser revista, pois cada vez mais se afastavam as chances de uma nova guerra entre grandes potências. Por essa razão, em 1985 a China divulgou sua doutrina de “Guerra Local” (ou Limitada). Segundo a liderança chinesa, as novas guerras não seriam de larga escala como foi a Segunda Guerra Mundial, ao invés disso, seriam conflitos rápidos, intensos e localizados. Esse novo conceito de guerra requeria modernos armamentos e equipamentos, além de intenso treinamento militar. (Pillsbury, 1999; Pillsbury, 2000)

A despeito dessa mudança doutrinária, a modernização do ELP começou de fato apenas em 1989, quando as condições econômicas da China melhoraram significativamente. Além da melhoria na economia chinesa, um fator político competiu fortemente para o efetivo início da modernização do ELP. Em 1989 ocorreu a transição da liderança política da China, na qual Jiang Zemin foi eleito Secretário Geral do PCC.¹ O novo Secretário Geral não possuía o prestígio de Deng Xiaoping e, por essa razão, precisava consolidar rapidamente sua autoridade política, sobretudo diante do ELP. Graças a isso e a recuperação econômica do país, Jiang decidiu aumentar significativamente o orçamento de defesa, assim, obtendo o apoio dos militares. (Joffe, 2004: 367; Joffe, 2006: 37-38)

Em 1991 eclodiu a Guerra do Iraque, ocasião na qual o mundo assistiu o exército iraquiano ser destruído pelas forças da coalizão em pouco mais de quarenta dias. Esse episódio teve um grande impacto sobre a liderança do ELP, que pôde constatar a defasagem de suas forças diante das novas tecnologias militares. Em função da Guerra

¹ Jiang Zemin foi eleito Secretário Geral do partido em 1989, na 4ª Plenária do 13º Comitê Central, sucedendo Zhao Ziyang. Em novembro do mesmo ano, Deng transferiu a presidência da Comissão Militar Central (chefia das forças armadas) para Jiang. No início de 1993, Jiang recebeu também o cargo de presidente da RPC, após a aposentadoria do presidente Yang Shangkun. (Saich, 2004)

do Iraque, a China reviu novamente sua doutrina militar e adotou o conceito de “Guerra Local sob Condições de Alta Tecnologia”.² Apesar da mudança nominal, a indústria bélica chinesa não possuía condições de produzir material “de Alta Tecnologia”, como previa a nova doutrina. Assim, a RPC passou a investir na modernização de sua indústria bélica, até então profundamente atrasada em relação às suas homólogas norteamericana e soviética. Após a dissolução da União Soviética em 1991, Pequim começou a comprar grandes quantidades de armamentos russos, como aeronaves de combate, navios de guerra e submarinos. A Rússia é, sem dúvida, o maior parceiro comercial da China em artigos bélicos, pois em resposta aos incidentes de 1989 em Tiananmen, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia impuseram à China um embargo total de armamentos e tecnologias militares. (Joffe, 2004; Joffe, 2006: 36-37)

O tema deste estudo é a distribuição de poder no Leste Asiático entre China e Estados Unidos, precisamente o impacto da modernização militar do ELP sobre tal distribuição, considerando tanto os dados econômicos agregados, quanto os inventários militares e seus meios de emprego. Isso nos leva ao problema geral da presente pesquisa, que consiste na seguinte questão: **qual o impacto da modernização militar da China sobre a balança de poder do Leste Asiático?** Este problema geral será desmembrado em dois problemas auxiliares apresentados adiante.

Durante os anos 1980 a balança de poder do Leste Asiático foi multipolar, sendo composta por União Soviética, China e Estados Unidos. Neste período, Moscou conseguia projetar grandes contingentes militares sobre a Sibéria, o Extremo Oriente russo, e a Mongólia, chegando a manter 45 divisões de exército estacionadas nesta região, em função dos temores de uma possível investida chinesa sobre estes territórios.

² A evolução da doutrina militar da China é a seguinte: “Guerra do Povo” (1935-1979); “Guerra do Povo sob Modernas Condições” (1979-1985); “Guerra Local (ou Limitada)” (1985-1991); “Guerra Local sob Condições de Alta Tecnologia” (1991-2004); “Guerra Local sob Condições de Alta Tecnologia e Informação” (2004- ...). (Shambaugh, 2005: 84)

Além disso, até o fim dos anos 1980 os soviéticos conseguiam projetar força naval nos mares do Nordeste e do Sudeste Asiático, por meio de sua grande Frota do Pacífico. Até o fim do referido período, o governo de Moscou conseguiu projetar vastos contingentes sobre o Leste Asiático, porém, com um alto custo em função das dificuldades logísticas resultantes da falta de infraestrutura na Sibéria e no Extremo Oriente soviético, bem como do atraso econômico da região. O custo de manutenção destas forças no Leste Asiático desempenhou um papel significativo na fragilização da economia soviética durante as décadas de 1970 e 1980, levando Moscou a remover suas forças da Mongólia, e a retirar o apoio à ocupação vietnamita do Camboja no fim dos anos 1980. Com o término do apoio de Moscou, Hanói teve de buscar uma acomodação com Beijing, o que consolidou a posição chinesa no Sudeste Asiático. (Ross, 2004)

Com o fim da União Soviética em 1991, a Rússia perdeu sua capacidade de projeção de força sobre o Leste Asiático, em virtude das imensas dificuldades econômicas enfrentadas pelo país durante a década de 1990. Em larga medida, estas dificuldades eram resultado da crescente descentralização tributária conduzida em resposta às pressões dos governos provinciais/regionais; da brusca passagem para uma economia de mercado, associada a imensos problemas de corrupção bastante evidentes no processo de privatização das estatais soviéticas; e do vácuo político que se instaurou em Moscou depois da queda do regime comunista. É importante destacar que o ressurgimento econômico e militar da Rússia na era Putin não significou um retorno ao Leste Asiático, pois Moscou continua praticamente sem capacidade de projetar força sobre seu Extremo Oriente, o que em boa medida explica seu papel periférico nas negociações sobre a Coreia do Norte. (Ross, 2004; Todd, 2003; Khanna, 2008)

Em decorrência do fim da União Soviética, China e Estados Unidos perderam um rival importante no Leste Asiático, o que alterou substancialmente a balança de

poder regional, levando-a da multipolaridade à bipolaridade, ou seja, desde 1991 a China e os Estados Unidos são os únicos polos de poder no Leste Asiático.³ Contudo, tratava-se de uma balança bipolar relativamente equilibrada porque a RPC era predominante na dimensão terrestre, enquanto que os Estados Unidos eram preponderantes na esfera naval. Assim, nenhuma das partes era capaz de contestar a primazia da outra em sua esfera de preponderância, garantindo com isso um considerável equilíbrio militar na região. (Ross, 2004) No entanto, em meados dos anos 1990 a RPC começou a modernizar suas capacidades navais, com o objetivo de reduzir a predominância regional das forças estadunidenses nesta esfera. De modo que, atualmente, o ELP apresenta sólidas capacidades em matéria de combate marítimo, as quais podem representar uma redução da predominância naval das forças estadunidenses no Leste Asiático. Isso nos leva ao primeiro de nossos problemas auxiliares, a saber:

- 1) A China tem condições de enfrentar os Estados Unidos em uma guerra marítima (convencional) e vencer, ou no mínimo degradar seriamente a capacidade combatente das forças armadas estadunidenses? Em caso afirmativo, isso indicaria que a bipolaridade do Leste Asiático estaria tornando-se desequilibrada em favor da China, pois ela contaria com a predominância na dimensão terrestre, e com um relativo equilíbrio na esfera naval, o que do ponto de vista analítico indicaria uma redução do peso dos Estados Unidos na balança do Leste Asiático.

A hipótese adotada é de que, atualmente, o ELP é capaz de degradar seriamente a capacidade de combate das forças estadunidenses em uma guerra marítima

³ Considera-se que, se uma superpotência ou grande potência atua de maneira permanente (em termos político-militares) em alguma balança regional, então ela passa a ser um ator daquela região, mesmo que do ponto de vista geográfico não esteja na região em questão.

(convencional), por meio de operações de cunho assimétrico, apoiadas em sua capacidade naval, aérea, missilística, e informacional.

Para responder ao primeiro problema de pesquisa, serão consideradas as variáveis apresentadas abaixo.

Variável Independente 1A – capacidade de combate do ELP. Indicadores: estrutura de força da marinha do ELP; estratégia naval; táticas assimétricas; meios para operações assimétricas.

Variável Independente 2A – capacidade de combate das forças armadas estadunidenses. Indicadores: estrutura de força (apenas o estritamente necessário para efeito de comparação, com o único propósito de determinar as dimensões da força que o ELP deve combater).

Variável Dependente 1A – capacidade de travar uma guerra marítima (convencional) contra os Estados Unidos. Classificada em: 1) capaz de vencer ou degradar seriamente a capacidade de combate das forças estadunidenses no Leste Asiático; 2) ou incapaz de vencer ou mesmo degradar seriamente a capacidade de combate inimiga.

Variável Dependente 2A – distribuição de poder no Leste Asiático (bipolar equilibrada, bipolar desequilibrada).

O segundo problema auxiliar é composto pelas seguintes questões:

- 2) Qual é o diferencial de capacidades materiais agregadas (econômicas e militares) entre China e Estados Unidos? Qual a tendência deste diferencial?

A hipótese de trabalho é a de que em termos de capacidades materiais agregadas,

há um diferencial substancial a favor dos Estados Unidos, embora a tendência deste diferencial favoreça a China. Contudo, a comparação destes agregados tende a supervalorizar a capacidade militar do governo estadunidense, desconsiderando o impacto da geografia, e levando a uma descrição da balança de poder do Leste Asiático que favorece os Estados Unidos.

Para responder ao segundo problema de pesquisa, serão consideradas as variáveis apresentadas abaixo.

Variável independente 1B – capacidade econômica de Estados Unidos e China.
Indicadores: PIB; taxa de crescimento do PIB; desafios econômicos.

Variável Independente 2B – capacidade militar de Estados Unidos e China.
Indicadores: orçamento de defesa; taxa de crescimento do orçamento de defesa; investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) militar.

Variável Dependente 1B – diferencial de capacidade econômica entre os referidos atores. Esta será classificada em alta, média ou baixa.

Variável Dependente 2B – diferencial de capacidade militar, conceituada em alta, média ou baixa.

Variável Dependente 3B – tendência dos diferenciais de capacidades materiais. Esta será classificada em crescente, estável, decrescente, ou rapidamente decrescente.

O método utilizado será o de estudo de caso – comparação focada e estruturada, o que nos permitirá comparar os valores das variáveis independentes dos dois casos em tela. Tal comparação terá um caráter sincrônico, ou seja, considerará os valores das variáveis em um dado momento, apenas. (Van Evera, 1997)

O presente tema é relevante, em primeiro lugar, porque a economia da China é fortemente dependente da estadunidense, e vice-versa. Para se ter uma ideia, em 2011 os

Estados Unidos exportaram US\$ 103,9 bilhões para a China, e importaram US\$ 393,3 bilhões, terminando o ano com um déficit comercial de US\$ 295,5 bilhões. Este valor representa 40,7% do déficit que os Estados Unidos têm com o conjunto das economias do mundo.⁴ Ao passo que os US\$ 393,3 bilhões exportados pela RPC aos Estados Unidos, representam aproximadamente 20,6% do total das exportações chinesas de 2011. Em vista disso, a RPC ocupa atualmente a posição de terceiro maior importador de produtos estadunidenses, atrás apenas de Canadá e México. Os Estados Unidos, por sua vez, ocupa a posição de segundo maior importador de produtos chineses, atrás apenas da União Europeia. Com isso, percebe-se que em termos comerciais a China é grandemente dependente do mercado estadunidense. Entretanto, os Estados Unidos também são fortemente dependentes da economia chinesa, pois 5,6% de todo investimento externo direto feito na China entre 1979 e 2011 tem origem estadunidense, ou seja, centenas de empresas norte-americanas se beneficiam dos altos superávits registrados pela RPC no comércio com os Estados Unidos e com o resto do mundo.⁵ Além disso, em 2008 a China se tornou o maior comprador dos títulos da dívida pública estadunidense. Em junho de 2011 o governo chinês possuía US\$ 1,165 trilhões em títulos da dívida pública dos Estados Unidos, o que representa 25,9% do total dos títulos da dívida pública vendidos ao exterior.⁶ Esta situação contribui substancialmente para a elevação da dependência de Washington para com Beijing, pois se a economia chinesa enfrentar sérias dificuldades, os Estados Unidos terão muitos problemas para fechar suas contas públicas. Adicionalmente, a condição de grande credora tem permitido à

⁴ O total do déficit comercial estadunidense em 2011 foi de US\$ 726,4 bilhões. (Morrison, 2012a)

⁵ Em 2010 havia na China 445, 244 empresas decorrentes de investimento externo direto. Estas empresas empregavam 55,2 milhões de trabalhadores, o que representava 15,9% da força de trabalho urbana da RPC. Em 2010 a empresas decorrentes de investimento externo direto representavam 27,1% da produção industrial chinesa, e no mesmo ano respondiam por 82% das exportações chinesas de alta tecnologia. Estes dados indicam a continuidade da dependência da economia chinesa para com o capital transnacional produtivo. (Morrison, 2012b)

⁶ Em junho de 2011 os Estados Unidos deviam US\$ 14,6 trilhões em títulos públicos, contudo apenas US\$ 4,49 trilhões eram provenientes de empréstimos estrangeiros. (Morrison & Laponte, 2011)

China dissuadir os Estados Unidos de desvalorizar ainda mais o dólar. (Morrison, 2012a; Morrison, 2012b; Morrison & Laponte, 2011) Estes dados indicam uma elevada interdependência econômica entre RPC e Estados Unidos, o que significa que, em caso de guerra entre os dois, as consequências econômicas seriam imensas para ambos e, conseqüentemente, para o restante da economia internacional, pois se os dois maiores mercados enfrentarem problemas graves, todos aqueles que exportam para estes países seriam fortemente prejudicados, o que naturalmente inclui o Brasil, que tem os referidos mercados entre os principais destinos de seus produtos.

Em segundo lugar, porque os Estados Unidos conferem grande importância ao fortalecimento militar da China, pois o governo norte-americano tem grandes interesses na região, a saber: terrorismo; Taiwan; proliferação nuclear, especialmente da Coreia do Norte e do Irã; gás e petróleo da Ásia Central e do Cáucaso. Para defender seus interesses, Washington irá tentar manter a atual distribuição de poder na região, pois o fortalecimento relativo do ELP colocaria em risco a capacidade norte-americana de projetar força sobre o Leste Asiático e, conseqüentemente, de assegurar seus interesses.

Em terceiro lugar, porque a modernização do ELP pode nos auxiliar a conceber formas alternativas de fazer a guerra, ou seja, os chineses podem nos ensinar a fazer a guerra assimétrica do século XXI.

A presente tese possui três capítulos. No primeiro capítulo serão analisadas as quatro principais crises políticas e militares ocorridas no Pós-Guerra Fria entre Estados Unidos e China: Crise no Estreito de Taiwan em (1995/96); bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado (1999); colisão do EP-3 (2001); adoção da política de “Clareza Estratégica” para Taiwan (2001/2003). Os quatro casos são analisados e suas características e implicações políticas e militares são comparadas. O objetivo maior

deste capítulo é estabelecer o contexto político do relacionamento entre China e Estados Unidos no referido período.

No capítulo dois são conduzidos dois estudos de caso, um sobre a China, e outro sobre os EUA, analisando suas capacidades militares (orçamentos de defesa, taxas de investimento em pesquisa desenvolvimento, etc.) e suas capacidades econômicas (características da economia relevantes para a sustentação dos respectivos orçamentos de defesa no médio e longo prazo). Depois disso, é realizada uma análise comparativa dos referidos casos.

No terceiro capítulo será conduzido um estudo de caso sobre a Marinha do ELP (MELP), em função de seu papel na contestação da predominância regional dos Estados Unidos na esfera naval. É objeto de análise a estrutura de força da MELP, bem como sua estratégia naval, e as operações do ELP em matéria de antiacesso e negação de área. Os inventários militares dos Estados Unidos são utilizados apenas de forma instrumental, ou seja, apenas para determinar as chances de sucesso do ELP contra as forças estadunidenses.

CAPÍTULO 1

As Principais Crises entre Estados Unidos e China (1995-2003)

No presente capítulo serão analisados quatro casos de crises políticas e militares entre Estados Unidos e China, ocorridas após a Guerra Fria. Os incidentes analisados são os seguintes: 1) a crise de 1995/96 no Estreito de Taiwan, gerada após a RPC realizar diversos exercícios militares na costa de Taiwan em represália às crescentes ações independentistas da ilha; 2) o episódio do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado em 1999, ocorrido em um contexto de oposição chinesa à intervenção armada da Otan no Kosovo; 3) a colisão entre um avião norte-americano de espionagem e um caça chinês em abril de 2001, fato que desencadeou uma crise diplomática entre os dois países em um cenário de crescente hostilidade dos Estados Unidos em relação à China; 4) e, por fim um período de cerca de dois anos e meio entre 2001 e 2003, momento em que o governo norte-americano iniciou uma importante mudança na sua política para Taiwan/RC, gerando profunda desconfiança e apreensão à liderança chinesa, ou seja, produzindo uma atmosfera de crise política entre os dois governos. Os quatro casos serão analisados separadamente, em quatro seções distintas. Com a análise pormenorizada destes quatro episódios, pretende-se 1) estabelecer suas consequências políticas, diplomáticas e militares para as relações entre China e Estados Unidos, 2) bem como suas formas de agir e reagir nestes momentos.

1.1 A Crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan

Entre julho de 1995 e março de 1996, a China conduziu – pela primeira vez – diversos exercícios militares no Estreito de Taiwan. Tais exercícios foram motivados pela viagem do Presidente de Taiwan aos Estados Unidos, realizada em junho de 1995.

Para a China, a viagem do Presidente da República da China (RC) o foi ápice de suas “ações independentistas”, iniciadas em 1991 logo após a abertura política da ilha. Em março de 1996, o governo norte-americano respondeu às manobras militares da China, enviando dois porta-aviões com escolta às proximidades de Taiwan. Tal desdobramento agravou a crise, gerando uma atmosfera de confrontação entre Washington e Beijing. Nesta seção buscamos fornecer um panorama histórico da disputa entre China e Taiwan, destacando o papel dos Estados Unidos. O objetivo desta seção é realizar uma análise detalhada da crise político-militar decorrente dos eventos mencionados acima, buscando determinar seus motivos, seu desenvolvimento e, estabelecer suas consequências de ordem política e militar.

1.1.1 O Significado de Taiwan para China e Estados Unidos

De acordo com Beijing a disputa constitui-se em assunto doméstico e, por essa razão, o governo chinês não aceita a interferência de terceiros na resolução do problema. Taiwan, no entanto, depende da ingerência dos Estados Unidos para não ser tomada militarmente pela RPC. Deste modo, o que está em disputa é a soberania sobre a ilha, porém, para Taiwan isso implica em autodeterminação, enquanto que para a RPC isso significa integridade territorial.

Assim, se Taiwan declarasse independência, tal desdobramento seria visto pela China como um ato de secessão, pois violaria o princípio da integridade territorial, consagrado na Carta da ONU. Embora o princípio de autodeterminação também tenha sido contemplado na Carta, ele é um tema bastante controverso, uma vez que não encontra uma definição clara no texto da referida organização, o que reduz as chances de Taiwan reclamá-lo com êxito – mesmo que apenas jurídico. (Lai, 2003: 6)

Do ponto de vista da RPC, a unificação assinalaria o fim da Guerra Civil entre a China comunista e a China nacionalista. Além disso, a unificação também representaria o retorno do último território chinês tomado por potências imperialistas, o que serviria como indicador do atual poder da China comunista, contrastando com a condição chinesa à época da conquista de Taiwan pelo Japão (1895). Em outras palavras, a reunificação reforçaria a legitimidade do regime comunista chinês, contribuindo para a manutenção da estabilidade doméstica da RPC. (Swaine, 2003: 6-7) A unificação também tem importantes implicações sobre os movimentos separatistas⁷ da China. Por essa razão, Beijing não se dispõe a fazer concessões a Taiwan, pois teme que concessões respaldem as reivindicações territoriais dos separatistas. (Chung, 2002) Portanto, para o governo chinês a unificação representa integridade territorial, porém não apenas diante do território controlado pela RC, mas também em relação ao território já sob o controle de Beijing. (Buzan & Weaver, 2003: 151)

Os Estados Unidos tratam a questão de Taiwan com especial atenção, pois se Taiwan declarar independência⁸ a RPC irá – como já afirmou várias vezes⁹ – atacar a ilha, no intuito de solucionar o problema desta “província rebelde”. E, se a China decidir atacar¹⁰ Taiwan, o governo norte-americano terá que escolher entre ir guerra

⁷ O principal grupo separatista da China é o “Movimento Islâmico do Turquestão Leste” (MITL), constituído basicamente por membros da etnia Uighur. O MITL milita pela secessão da província chinesa de Sinkiang. Os Uighur falam uma língua de origem túrquica e professam o islamismo. Segundo Beijing, o MITL opera em estreita associação com o terrorismo internacional. (Guangcheng, 2001: 161-165)

⁸ Segundo Kenneth Lieberthal (2005: 59) a independência jurídica, possivelmente, tomaria a forma de uma alteração constitucional que criasse uma entidade política distinta da República da China. Essa mudança constitucional criaria a República de Taiwan, como querem os defensores da independência.

⁹ Ver por exemplo a matéria “China will never tolerate Taiwan’s independence”. Publicada no People’s Liberation Army Daily, em 9 de julho de 2004, na qual Jiang Zemin afirmou que:

“a questão de Taiwan é o tema mais sensível e vital nas relações entre China e Estados Unidos.” E que “(...) a integridade territorial e a soberania da China são primordiais e a vontade nacional de 1,3 bilhões de chineses é inviolável. Portanto, se a autoridade de Taiwan buscar o caminho da independência, ou se as forças externas interferirem, nós nunca iremos sentar e assistir.” (Jiang, 2004 - tradução nossa)

¹⁰ Para uma análise dos possíveis cenários de guerra entre China e Taiwan, ver: United States (2006: 37-41) Para uma abordagem detalhada, ver: Martins (2008); O’Hanlon (2000); e Shlapak etl. (2000). Recomenda-se cautela na leitura das conclusões dos dois últimos estudos, pois embora ambos sejam altamente analíticos e pormenorizados, muitas de suas conclusões não são mais válidas, uma vez que

contra a RPC, ou permitir a unificação forçada. A segunda opção abalaria profundamente a credibilidade dos Estados Unidos diante de seus aliados regionais¹¹, pois de acordo com Michael Swaine:

“Primeiro, a política de Washington para Taipé afeta diretamente a credibilidade do compromisso dos EUA para com outros temas globais ou regionais potencialmente destabilizadores. Segundo, o apoio dos EUA para Taiwan está atado ao interesse dos EUA em nutrir democracias recém estabelecidas, especialmente aquelas que estão ameaçadas por governos autoritários. E terceiro, é sempre importante demonstrar lealdade para amigos de longa-data.” (Swaine, 2004: 43 – tradução nossa)

Adicionalmente, Taiwan tem um grande valor geoestratégico para a China, pois se ela obtiver a reunificação, sua capacidade de projeção de poder marítimo e aéreo será consideravelmente aumentada, tanto no seu litoral leste quanto sul. Com isso, Beijing poderia controlar o Mar da China Meridional e o Mar da China Oriental e, deste modo, obter o controle das principais ligações marítimas entre o Oceano Índico e o Pacífico. Tal desdobramento, em primeiro lugar, ameaçaria a capacidade norte-americana de projetar seu poder militar sobre a região. Em segundo lugar, colocaria em risco a segurança energética do Japão, pois os petroleiros vindos do Oriente Médio para o Japão estariam à mercê da marinha chinesa, o que causaria grande preocupação a Tóquio, em virtude de sua alta dependência do petróleo importado¹² do Oriente Médio. (Tucker, 2002: 22-23; Huang, 1997: 282)

muitos dos dados que os autores utilizaram já estão defasados. De qualquer forma, são estudos de leitura obrigatória para qualquer interessado nos cenários de guerra entre China e Taiwan.

¹¹ Aqui definimos os aliados da Casa Branca usando um critério específico, que são os tratados de defesa mútua. A partir desse critério, podemos dizer que Japão, Coreia do Sul, Austrália, Tailândia e Filipinas são aliados dos Estados Unidos na região. (Nathan, 2000)

¹² O Japão consome cerca de 5,8 milhões de barris de petróleo por dia, suas reservas naturais estão estimadas em 60 milhões de barris, ou seja, as reservas naturais japonesas podem abastecer o país por apenas dez dias. Por essa razão, o Japão importa 100% do petróleo consumido no país e, 75% desse petróleo vêm do Oriente Médio. (Klare, 2002: 116-117).

1.1.2 - A concessão do visto ao Presidente Lee Teng-hui

Em 22 de maio de 1995 a Casa Branca anunciou a concessão do visto ao Presidente da RC. Lee pretendia viajar aos Estados Unidos no início de junho de 1995 a fim de visitar a Universidade de Cornell, que o homenagearia como um distinto ex-aluno.¹³ No anúncio da concessão do visto, a Casa Branca declarou que:

“O Presidente Clinton decidiu permitir a Lee Teng-hui fazer uma visita privada aos Estados Unidos em junho, por ele expressar o propósito de participar de uma reunião *alumni* na Universidade de Cornell, como um distinto *alumnus*. A ação seguiu uma revisão das diretrizes da Administração para permitir ocasionais visitas privadas por líderes de Taiwan, incluindo o Presidente Lee. O Presidente Lee irá visitar os EUA em capacidade estritamente privada e não irá empreender qualquer atividade oficial. É importante reiterar que essa não é uma visita oficial. A concessão do visto nesse caso, é consistente com a política dos EUA de manter somente relações não-oficiais com Taiwan. Isso não expressa qualquer alteração em nossas relações com a República Popular da China, com a qual mantemos relações oficiais e reconhecemos como a única governante legal da China. Nós continuaremos comprometidos com os três Comunicados Conjuntos que formam a base de nossas relações com a China.” (Kan, 2006: 55 – tradução nossa)

Nesse incidente houve dois elementos que geraram a reação violenta da RPC. O primeiro deles foi a concessão do visto em si, algo que os Estados Unidos não faziam desde 1979, quando cortaram suas relações oficiais com Taiwan. O segundo elemento foi o conteúdo do discurso de Lee. Em seu discurso, o Presidente da RC fez uma rápida referência a seus tempos de aluno em Cornell, e em seguida passou a destacar as realizações econômicas de Taiwan, uma vez que a ilha era a 14ª economia do mundo naquele momento. Maior ênfase foi dada às conquistas políticas de Taiwan, pois segundo Lee a ilha avançava rapidamente para a consolidação democrática. Neste sentido, ele afirmou que:

“As necessidades e os desejos do meu povo, têm sido o meu guia em todos os passos de meu caminho. Eu espero apenas que os líderes no continente sejam capazes de um dia serem similarmente guiados (...) nossas realizações em Taiwan certamente podem ajudar no processo de liberalização econômica e na causa da democracia na China continental.” (Lee, 1995 – tradução nossa)

¹³ Em 1968 Lee concluiu seu doutorado em economia agrária na Universidade de Cornell.

Além disso, Lee ainda pediu maior reconhecimento internacional para a RC, tanto por parte dos Estados quanto das organizações internacionais. Com esse discurso, Lee deixou a liderança de Beijing enfurecida, pois além de não manter a viagem em caráter privado, como garantido, ainda usou a oportunidade para criticar a RPC e fazer propaganda de Taiwan. É importante salientar que a viagem de Lee foi motivada por interesses eleitorais, uma vez que a primeira eleição direta para a Presidência da RC estava programada para março de 1996. Lee pretendia demonstrar aos eleitores de Taiwan que era capaz de extrair concessões dos Estados Unidos e utilizá-las a favor da ilha.

1.1.3 - A ampliação das relações não oficiais entre Washington e Taipé

Algumas mudanças nas relações entre Estados Unidos e Taiwan já haviam sido anunciadas no *Taiwan Policy Review* (TPR), publicado pelo Departamento de Estado em setembro de 1994. O TPR representou uma revisão no escopo das relações não oficiais entre Washington e Taipé, pois a partir dele a Casa Branca fez uma série de concessões para a RC, resultado tanto da pressão congressional quanto da posição da Casa Branca. Entre as concessões feitas a Taiwan estão: a permissão para o chefe do Instituto Norte-Americano em Taiwan¹⁴ receber o Presidente, o Premiê, ou o Chanceler da RC; o apoio norte-americano para a entrada da RC no GATT (*General Agreement of Tariffs and Trade*) e em outras organizações internacionais não reservadas somente a Estados; a permissão para a liderança de Taiwan fazer “paradas de trânsito” nos Estados Unidos sob condições previamente acordadas. Porém, continuavam proibidas as visitas oficiais ou privadas da liderança do governo da RC. (Suettinger, 2003: 206-207)

¹⁴ O Instituto Norte-Americano em Taiwan está localizado em Taipé, e cumpre o papel não oficial de representação dos Estados Unidos na ilha.

Apesar dessas concessões, o governo Clinton declarou no TPR que o núcleo de sua política para Taiwan havia sido preservado, pois Washington continuaria mantendo apenas relações não oficiais com Taipé, em conformidade com os três Comunicados Conjuntos e com a política de “uma China”. A administração Clinton também reiterou que nenhuma alta autoridade do governo norte-americano seria enviada a Taiwan. (Kan, 2006: 52-53)

1.1.4 - As razões da concessão do visto ao Presidente Lee

Nas eleições parciais de novembro de 1994, os republicanos tornaram-se maioria no Senado e na Câmara. Em 2 de maio de 1995 a Câmara aprovou uma resolução solicitando ao governo que emitisse um visto a Lee. A resolução foi aprovada por 396 votos a zero. A Câmara advertiu o Presidente Clinton de que, se ele ignorasse a resolução – uma vez que ela não tem força de lei – seria votada uma legislação para permitir a concessão do visto. Em 9 de maio o Senado aprovou uma resolução semelhante, por uma margem igualmente considerável, pois a resolução do Senado foi aprovada por 97 votos a 1. Além disso, em 9 de março de 1995, o governo norte-americano havia concedido um visto de três meses a Gerry Adams, líder do Sinn Fein, braço político-militar do IRA. Apesar dos protestos e da indignação do governo britânico, o Presidente Clinton recebeu Adams na Casa Branca. A ação da administração democrata nesse episódio deu fortes argumentos aos republicanos, permitindo-lhes alegar que, se o Presidente havia concedido visto a um membro de uma organização terrorista, ele deveria no mínimo fazer o mesmo por Lee Teng-hui, líder de uma democracia. Com esse quadro político, Clinton decidiu permitir a visita do Presidente da RC aos Estados Unidos. (Sutter, 1998)

De acordo com Richard Bush (2005: 247), a posição do Congresso foi o resultado da atuação do lobby taiwanês, exercido pelo governo Lee através da empresa norte-americana *Cassidy and Associates*. No entanto, o fato de a decisão dos parlamentares ter sido quase unânime, indica que não foi apenas a influência do lobby que produziu esse resultado, pois parece altamente improvável que os lobbyists conseguissem cooptar todos os deputados e, praticamente, todos os senadores norte-americanos. Na verdade, de uma forma indireta, o “responsável” pela visita do Presidente Lee aos Estados Unidos foi o lobby irlandês. Em outras palavras, como Clinton havia concedido visto a Adams, os parlamentares que não concordavam com a visita de Lee sentiram-se compelidos a aprová-la, no intuito de evitar possíveis custos eleitorais. Isto porque, naquela altura, não aprovar o visto do Presidente de uma democracia significava ser defensor do terrorismo.

1.1.5 - A Resposta Diplomática

No dia seguinte à concessão do visto, o Ministro das Relações Exteriores da RPC, Qian Qichen, declarou sua profunda indignação com o governo Clinton, uma vez que Washington havia garantido a Beijing que não concederia visto a Lee Teng-hui. Segundo a liderança chinesa, a atitude da Casa Branca, além de descumprir os três Comunicados Conjuntos, não se devia a questões de política interna, como informado pelo Secretário de Estado, Warren Christopher. De acordo com o governo chinês, a concessão do visto era apenas a primeira manifestação de uma ampla estratégia de Washington arquitetada para conter a China, de maneira semelhante ao que fora feito com a União Soviética durante a Guerra Fria. (Garver, 1997: 69-70)

Em 23 de maio, Beijing suspendeu a visita de uma delegação da Força Aérea chinesa que se encontrava nos Estados Unidos. Tal delegação era composta por oficiais

de alta patente, liderada pelo próprio comandante da Força Aérea. No dia 26 de maio, a RPC anunciou que o Ministro da Defesa, Chi Haotian, não viajaria aos Estados Unidos como programado desde outubro de 1994. Essa viagem seria realizada para retribuir a visita do Secretário de Defesa, Willian Perry. Já em 28 de maio, Beijing cancelou uma importante reunião com o diretor da *U.S Arms Control and Disarmament Agency*. Em 16 de junho, Qian Qichen chamou de volta à Beijing o representante chinês em Washington, embaixador Li Daoyu, sob a alegação de que ele deveria prestar relatório sobre suas atividades. Poucos dias depois, o embaixador norte-americano, Stampleton Roy, foi transferido de Beijing para Jacarta. Para substituir o antigo embaixador, a Casa Branca – ainda no início do ano – havia sugerido a China o nome de James Sasser, ex-senador de inclinação pró-Taiwan. Quando da sugestão norte-americana, a RPC se mostrou relutante em aceitar o nome indicado, mas após a viagem de Lee aos Estados Unidos, ela rejeitou inteiramente o nome de Sasser. Com isso, Washington e Beijing ficaram, temporariamente, sem representação diplomática. (Garver, 1997; Suettinger, 2003)

Para tentar minorar os impactos de sua decisão, o governo norte-americano esforçou-se para conferir um caráter eminentemente privado à visita do Presidente da RC. Para tanto, o Departamento de Estado decidiu cancelar a entrevista coletiva de Lee, programada para o mesmo dia de seu discurso em Cornell. Além disso, a Casa Branca proibiu qualquer autoridade do governo de encontrar-se com o Presidente da RC. No entanto, quando chegou a Los Angeles em 8 de junho, Lee foi recebido com honrarias pelo Prefeito da cidade. No dia seguinte, reuniu-se com três senadores republicanos. (Suettinger, 2003: 219)

1.1.6 - A Resposta Militar: parte I

Segundo Garver (1997: 72-73), os militares da alta cúpula do governo chinês teriam ficado insatisfeitos com a mera resposta diplomática. Assim, de acordo com o autor, tais militares teriam pressionado os civis para que dessem uma resposta agressiva às ações de Washington e Taipé. No entanto, Garver parece subestimar a importância de Taiwan para os chineses, pois a reunificação serviria como um indicador do atual poder da China, contrastando com o passado, quando a China foi atacada e invadida pelas grandes potências. Por essa razão, a reunificação de Taiwan é vista pelos chineses – inclusive pelo chinês médio – como uma tarefa inescapável, capaz de despertar e inflamar o seu nacionalismo.¹⁵ Com isso, parece estranha a ideia de que seria preciso a pressão dos militares para que o governo adotasse uma linha de ação agressiva. Deste modo, a posição de Gurtov & Hwang (1998: 274-279) afigura-se mais adequada. Segundo os autores, a concessão do visto a Lee e seu exaltado discurso em Cornell produziram um sólido consenso entre a liderança chinesa, tanto civil quanto militar e, de acordo com tal consenso, a resposta diplomática deveria ser seguida por uma contundente resposta militar.

Assim, entre 21 e 28 de julho, a China lançou uma série de mísseis em águas próximas a Taiwan. Estes lançamentos foram parte de um conjunto maior de manobras militares, iniciadas no fim de junho. Nessa ocasião foram disparados quatro mísseis modelo DF-15.¹⁶ O exercício chinês ainda envolveu simulação de ataques aéreos e

¹⁵ Para uma boa análise do nacionalismo chinês, ver: Whiting (1995).

¹⁶ Míssil balístico de curto alcance (SRBM – do nome em inglês), capaz de transportar artefatos nucleares. Os DF-15 são mais conhecidos como M-9, seu nome de exportação. Possuem cerca de 10 metros de comprimento (32ft.) e um metro de diâmetro. O alcance deste SRBM é de 600km, seu peso no lançamento é de 6,000kg e, é capaz de transportar uma única ogiva (nuclear ou convencional) de até 950kg. Tanto seu deslocamento quanto seu lançamento, são feitos através de um transportador-erector-lançador, instalado sobre um caminhão. O DF-15 é movido com combustível sólido. Sua sequência de lançamento é de 30 minutos, o que é consideravelmente rápido para um SRBM. A margem de erro de um DF-15 é de 150 a 500m. Tal distância é insignificante para um míssil carregado com dispositivo nuclear, no entanto, para um SRBM carregado com explosivos convencionais, está margem de erro é um tanto grande. (Fisher, 1997: 181-182)

navais, bem como disparos da artilharia costeira. Os mísseis atingiram águas ao norte de Taiwan, a cerca de 130 km, em um perímetro de aproximadamente 18 km de raio, ou seja, próximos às linhas de comunicação marítima e aérea entre Japão e Taiwan. No fim de julho, Taipé respondeu à Beijing com exercícios navais ao norte da ilha principal do arquipélago. Em 27 de julho, Lee discursou na Assembleia Nacional, onde afirmou que a RC deveria rapidamente aumentar sua capacidade de dissuasão militar, a fim de impedir a China de agir “negligentemente” contra Taiwan. Além disso, Lee declarou que entre setembro e outubro as Forças Armadas da RC realizariam uma grande operação conjunta no estreito. No dia 11 de agosto, a China anunciou uma nova série de manobras militares. Washington, por sua vez, apenas afirmou que tais manobras não “conduziriam à paz e a estabilidade da região”. Deste modo, entre 15 e 25 de agosto, o Exército de Libertação do Povo (ELP – Forças Armadas chinesas) realizou a segunda onda de lançamento de mísseis, desta vez foram disparados seis mísseis,¹⁷ em uma área de impacto a 150 km ao norte de Taiwan. Esses exercícios incluíram simulações de ataques anfíbios e bombardeios aéreos, e mobilizaram 20 navios de guerra e cerca de 40 aeronaves. (Fisher, 1997: 169-171; Whiting, 2001: 116)

Com sua demonstração de força, a China esperava impedir que Taiwan continuasse reformulando o princípio de “uma China” e buscando o reconhecimento político da comunidade internacional. De maneira mais pontual, Beijing desejava minar o apoio dos taiwaneses ao Presidente Lee e, com isso, impedir que ele conquistasse mais um mandato na eleição de março de 1996. Do ponto de vista da China, evitar a continuidade do governo Lee significava reduzir as chances de Taiwan decretar independência e, conseqüentemente, de haver guerra no estreito. Adicionalmente, a RPC esperava forçar os Estados Unidos a reverter sua política para Taiwan, pois desde

¹⁷ Nessa ocasião, não foram disparados mísseis balísticos, apenas mísseis de cruzeiro.

o início dos anos 1990, Washington vinha se mostrando cada vez mais inclinada a atender as demandas de Taipé. A China também desejava saber até onde a Casa Branca estava disposta a ir para defender Taiwan, e em vista da inação de Washington nos primeiros meses da crise, o governo chinês teve fortes indícios para crer que os Estados Unidos não estavam dispostos a defender Taiwan.

1.1.7 - O anúncio secreto dos “Três Nãos” e a Conferência de Nova York

Após a viagem de Lee, a China exigiu um quarto Comunicado Conjunto, em que os Estados Unidos deveriam esclarecer sua posição em relação a Taiwan. Beijing também desejava que Washington se comprometesse a não conceder visto a qualquer alta autoridade da RC. O Presidente Clinton recusou-se a estabelecer um novo Comunicado, e ainda afirmou que as autoridades da ilha poderiam continuar visitando os Estados Unidos, mas ressaltou que essas visitas seriam raras e somente em caráter privado. A despeito de sua recusa em atender as demandas chinesas, Clinton enviou uma carta secreta para Jiang Zemin pelo Secretário de Estado Warren Christopher, que deveria encontrar-se com o chanceler Qian em agosto de 1995. (Ross, 2000: 92-93)

Segundo o que o Departamento de Estado divulgou a respeito da carta, o Presidente norte-americano garantiu a Jiang que os Estados Unidos: 1) se opunham à independência de Taiwan; 2) não apoiariam uma política de “duas Chinas” ou “uma China, uma Taiwan”; 3) e não apoiariam o ingresso de Taiwan na ONU. (Kan, 2006: 56) Essa declaração ficou conhecida como os “Três Nãos” a Taiwan. Com ela, Clinton fez uma significativa concessão à China, pois afirmou que a Casa Branca se “opunha” à independência de Taiwan. Tal posição colocou em xeque a neutralidade da política declaratória de Washington, tanto para Beijing quanto para Taipé, uma vez que o governo norte-americano sustentava apenas que “favorece a resolução pacífica da

questão de Taiwan”, ou seja, tanto a independência pacífica quanto a reunificação pacífica.

No dia 24 de outubro de 1995, foi realizada em Nova York uma Conferência entre Clinton e Jiang. A Conferência foi um encontro não oficial entre os Presidentes, o que segundo a Casa Branca, refletia melhor o patamar das relações entre Estados Unidos e China naquele momento. Com essa escolha, o governo norte-americano desagradou a liderança chinesa, que desejava uma visita de Estado para contrastar com a visita “privada” de Lee Teng-hui. Durante o encontro, oficialmente, a questão de Taiwan foi abordada brevemente. Clinton ainda reiterou a Jiang que as altas autoridades da RC continuavam autorizadas a visitar os Estados Unidos, desde que tais visitas fossem “privadas, raras e não oficiais”. Poucos dias após o encontro, o embaixador Li Daoyu retornou a seu posto em Washington e, James Sasser pôde assumir a embaixada norte-americana em Beijing. (Suettinger, 2003)

1.1.8 - A Resposta Militar: parte II

Em 15 de novembro, duas semanas antes das eleições legislativas de Taiwan, o ELP iniciou um grande exercício militar, do qual participaram as quatro forças¹⁸. O exercício simulou um ataque anfíbio à ilha chinesa Dongshan. As manobras ainda envolveram disparos da artilharia costeira e ataques aéreos, realizados pelos mais modernos bombardeiros da Força Aérea chinesa. Esse exercício mobilizou 18 mil homens e, na prática, simulou um ataque anfíbio a Taiwan. (Fisher, 1997) O impacto de tal manobra sobre o eleitorado da RC foi visível, embora menor do que o esperado pela China. Isto porque o KMT (partido do Presidente) perdeu sete assentos no congresso sem, no entanto, perder a maioria na casa. Já o Novo Partido – favorável à unificação e

¹⁸ Forças Terrestres do ELP; Marinha do ELP; Força Aérea do ELP e; Segundo Corpo de Artilharia (mísseis balísticos e de cruzeiro).

altamente crítico da atuação internacional do governo Lee – triplicou sua representatividade, pois conquistou vinte e um assentos, tendo todos os seus candidatos eleitos. Porém, o Partido Democrático Progressista (“independentista”) cresceu ligeiramente nessas eleições, embora seus maiores defensores da independência tenham sido derrotados. (Suettinger, 2003: 244-245)

No dia 5 de março de 1996, a RPC anunciou que iniciaria uma nova onda de lançamento de mísseis, prevista para acontecer entre 8 e 15 de março. Desta vez, os mísseis deveriam atingir duas áreas, uma a aproximadamente 55 km a leste de Keelung,¹⁹ e a outra a 87 km a oeste de Kaohsiung²⁰. Dois dias depois, o Conselheiro de Segurança Nacional, Anthony Lake, o Secretário Christopher e o Secretário Perry reuniram-se em Washington com Liu Huaqiu, vice-Chanceler da RPC.²¹ O representante chinês foi enviado aos Estados Unidos com uma única missão: esclarecer ao governo Clinton que os últimos exercícios anunciados eram, de fato, apenas mais uma demonstração de força para Taipé e que, portanto, não se tratava de um ataque contra Taiwan. Esse foi o único momento na crise em que Beijing decidiu esclarecer suas intenções à Casa Branca. (Scobell, 2000: 232-233; Whiting, 2001: 118) Isto porque a liderança chinesa temia que o governo norte-americano – buscando compensar sua inação nos meses anteriores – respondesse com uma grande demonstração de força. E tal resposta poderia provocar um incidente grave entre os dois países como quase aconteceu em 1994, quando o porta-aviões norte-americano Kitty Hawk engajou por três dias um submarino chinês no Mar da China Oriental. Com o aparente sucesso de Liu, o ELP deu início aos exercícios ainda durante a madrugada de 7 para 8 de março,

¹⁹ Keelung é uma cidade portuária situada no extremo norte de Taiwan e, é o segundo maior porto da ilha.

²⁰ Cidade portuária localizada no extremo sul de Taiwan. Kaohsiung é o maior porto de Taiwan.

²¹ Liu Huaqiu também era Diretor do Gabinete para Assuntos Estrangeiros (GAE) do Conselho de Estado da RPC. O Diretor do GAE se reporta diretamente ao Premiê. Graças à informal delegação de poderes do Premiê (Li Peng) a Liu, o GAE foi visto por inúmeros analistas norte-americanos como um órgão equivalente – em termos de atribuições – ao Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e, consequentemente, o cargo de Diretor do GAE passou a ser comparado ao de Conselheiro de Segurança Nacional. (Swaine, 1998: 26-27)

quando foram lançados três mísseis DF-15, dois na zona de impacto sul e um na zona norte. Na manhã do dia 13 de março, mais um DF-15 atingiu a zona de impacto de Kaohsiung. (Fisher, 1997)

Em 9 de março, a China anunciou que entre 12 e 20 de março realizaria novos exercícios nas imediações de Taiwan. Com isso, tornou-se evidente para Washington que Beijing estava testando o compromisso norte-americano com a defesa de Taiwan. Deste modo, ainda em 9 de março, o Secretário Perry, o Secretário Christopher, o Conselheiro Lake, o diretor da CIA, John Deutch e, o presidente da Junta de Chefes do Estado Maior, Gen. John Shalikashvili, concordaram em enviar dois porta-aviões com escolta às proximidades de Taiwan. No mesmo dia, submeteram a proposta ao Presidente Clinton, que imediatamente aquiesceu. Essa abordagem foi o resultado do papel moderador desempenhado por Christopher e Shalikashvili, que não concordaram com o plano inicial de Perry, o qual lhes pareceu desnecessariamente ofensivo, pois Perry pretendia enviar as belonaves através do estreito. Assim, no dia 10 de março, o Departamento de Estado anunciou que o porta-aviões *USS Independence* – baseado em Okinawa – estava se deslocando para a costa leste de Taiwan. No dia seguinte, o Departamento de Estado declarou que o porta-aviões *USS Nimitz*²² – baseado no Golfo Pérsico – estava a caminho da costa oeste das Filipinas, devendo alcançar seu destino em 23 de março, data da eleição presidencial em Taiwan. Desde a guerra do Vietnã, os Estados Unidos não haviam concentrado tamanho poder naval na região. (Garver, 1997)

O envio dos porta-aviões norte-americanos gerou uma atmosfera de confrontação entre Washington e Beijing, especialmente pelo fato de terem sido deslocados dois porta-aviões à região, o que a China percebeu como uma resposta exagerada às suas ações. Na verdade, a liderança chinesa – tanto civil quanto militar –

²² O *USS Independence* foi escoltado pelos Destroyers *Hewitt* e *O'Brien*, pelo Cruzador *Bunker Hill* e pela Fragata *McClusky*. O *USS Nimitz* contou com a escolta dos Destroyers *Callaghan* e *Olendorf*, do Cruzador *Port Royal*, da Fragata *Ford* e do submarino *Portsmouth*. (Garver, 1997)

sentiu-se humilhada pela resposta dos Estados Unidos, pois ela expôs as fragilidades bélicas do ELP, que em 1996 não dispunha de uma marinha capaz de combater as belonaves norte-americanas, nem mesmo mísseis balísticos (ou de cruzeiro) precisos o suficiente para acertar alvos relativamente pequenos, como navios. (McVadon, 1997; Stokes, 1999) Em 15 de março, a RPC respondeu aos Estados Unidos, anunciando que entre 18 e 25 de março seriam realizadas novas manobras militares, dessa vez a 18 km de uma ilha controlada por Taiwan. Segundo o anunciado pela China, esse novo exercício envolveria manobras conjuntas entre forças terrestres, navais e aéreas. Por tratar-se de um exercício conjunto nos moldes de um ataque anfíbio, a Casa Branca observou com receio a ação das Forças Armadas chinesas, mas o governo norte-americano decidiu não enviar outra mensagem de natureza militar, por julgar que o recado já havia sido dado. (Fisher, 1997: 173)

A ação militar norte-americana visava, primeiramente, dissuadir a RPC e demonstrar a ela que os Estados Unidos estavam dispostos a recorrer às armas para impedir a unificação forçada de Taiwan. No entanto, a intervenção de Washington também tinha o objetivo de defender sua reputação estratégica perante os governos da região, uma vez que os Estados Unidos possuem tratados de defesa mútua com Japão, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Austrália. Além disso, Washington mantém compromissos estratégico-militares informais com vários países do sudeste asiático.²³ Sem dúvida, a intervenção norte-americana também tinha como objetivo contemplar as demandas do Congresso, bem como as expectativas da opinião pública.²⁴ (Ross, 2000: 88; Nathan, 2000: 101-102)

²³ Para mais informações sobre as alianças militares norte-americanas no leste e sudeste asiático, especialmente nos anos subsequentes a crise de 1995-96, ver: United States (1998: 41-47).

²⁴ “De acordo com uma pesquisa de opinião, realizada em 2000 pelo *Triangle Institute for Security Studies*, os americanos médios, elites civis e militares, estão mais dispostos a derramar o sangue dos soldados americanos por Taiwan do que em guerras humanitárias em países do terceiro mundo. A pesquisa mostra que o americano médio toleraria um alto nível de baixas se os Estados Unidos fossem à

Com seu envolvimento militar na crise, os Estados Unidos conseguiram reduzir a incerteza chinesa quanto à resolução norte-americana, porque, após março de 1996, os chineses passaram a contar com a intervenção de Washington em favor de Taipé, caso a ilha seja atacada sem declarar independência. Certamente isso alterou o cálculo estratégico-militar da RPC, contribuindo para reduzir sua disposição em recorrer à força para solucionar a questão de Taiwan – salvo no caso de uma declaração de independência. A China, por sua vez, obteve a mudança da política dos Estados Unidos para Taiwan, pois o governo norte-americano se viu compelido a abandonar sua postura pró-Taipé, a fim de recuperar o dano provocado às suas relações com Beijing. Tal mudança tornou-se evidente em 1997, quando o Departamento de Estado anunciou publicamente os “Três Nãos” a Taiwan e, em 1998, quando o Presidente Clinton pessoalmente reiterou os “Três Nãos” em Xangai.

Adicionalmente, os Estados Unidos conseguiram reforçar a credibilidade de seu compromisso com a defesa de seus aliados regionais, com isso fortalecendo a legitimidade da presença militar norte-americana no leste asiático. Por outro lado, em virtude da intervenção de Washington na crise, Beijing direcionou a modernização do ELP não apenas para um conflito bélico com Taiwan, mas também para um confronto militar com os Estados Unidos no teatro taiwanês. Portanto, indiretamente, Washington e Taipé acabaram fornecendo uma nova direção à modernização material, estratégica e tática das Forças Armadas chinesas.²⁵

defesa de Taiwan, em caso de um ataque da RPC contra a ilha. Elites civis e militares dos EUA, aceitariam cerca de 17,000 baixas americanas para defender Taiwan, enquanto que a maior parte do público aceitaria 21,000 baixas. Em comparação, segundo a pesquisa, a maior parte do público aceitaria 6,800 baixas em uma operação humanitária no Congo (...)” (Wortzel, 2002: 95 – tradução nossa)

²⁵ Para uma análise detalhada das implicações da crise de 1995-1996 à modernização do ELP, ver: Cheung, (1997) e Gill (1997).

A Casa Branca também contribuiu para o aumento da confiança das forças “independentistas” da política taiwanesa, ao passo que o governo chinês conseguiu deixar a população de Taiwan ainda menos inclinada à unificação, de tal forma que Lee Teng-hui foi reeleito em março de 1996, com 54% dos votos.

Outra importante consequência da crise reside nas revisões das “Diretrizes de Defesa entre EUA-Japão”, realizadas em 1996 e 1997. Com essas revisões, o Japão deixou de ser um “protegido” para tornar-se um “parceiro” dos Estados Unidos na região. Em termos concretos, elas transformaram “um arranjo de segurança da Guerra Fria – um instrumento para proteger o Japão contra ameaças externas – em uma aliança desenhada para enfrentar contingências na península Coreana e no Estreito de Taiwan”. (Wu, 2005/06: 120 – tradução nossa) Tal desdobramento também contribuiu fortemente para o aumento da certeza de Beijing na intervenção militar dos Estados Unidos, caso Taiwan seja atacada sem declarar independência.²⁶

Deve-se destacar ainda que o episódio gerou um forte consenso na liderança chinesa, de modo que as diferenças entre civis e militares foram postas de lado. Em outras palavras, a questão de Taiwan é claramente um tema altamente sensível na agenda política da RPC, capaz de criar consensos substanciais na liderança do país.²⁷

1.2 - O Bombardeio da Embaixada Chinesa em Belgrado em 1999

Na noite de 7 de maio de 1999, ocorreu o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado por uma aeronave da Força Aérea dos Estados Unidos (modelo B-2), que fez cair sobre a representação diplomática da China três bombas de uma tonelada cada, guiadas por GPS. O episódio levou quatro jornalistas chineses à morte, além de deixar

²⁶ Mais informações sobre as relações entre China e Japão, ver: Sutter (2002) e (2006)

²⁷ Na eleição de 2008 o Partido Nacionalista conseguiu voltar à presidência, com isso removendo do poder as forças independentistas, representadas pelo Partido Democrático Progressista. Desde a eleição de 2008 as relações entre China e Taiwan arrefeceram consideravelmente, em razão da postura conciliatória do novo governo. (Romberg, 2011)

20 funcionários da embaixada gravemente feridos e comprometer inteiramente a integridade do prédio. (Suettinger, 2003) O objetivo desta seção é analisar a crise política instaurada entre Washington e Beijing em decorrência do referido bombardeio, buscando determinar suas características bem como suas consequências políticas para as relações entre Estados Unidos e China.

1.2.1 - O Contexto da Crise

O momento não poderia ser pior para este tipo de acontecimento, pois as relações entre China e Estados Unidos estavam seriamente abaladas, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque a RPC era totalmente contrária ao emprego da força pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) na Iugoslávia, uma vez que esta não havia sido aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, para a RPC tratava-se de um ato ilegal, tratava-se de um ato de agressão condenável pelos preceitos estabelecidos na Carta de São Francisco. Para os chineses, tal ação denunciava claramente o hegemonismo intervencionista dos Estados Unidos após o fim da União Soviética. Tal conduta era uma fonte de insegurança para a China, bem como para seus crescentes interesses no exterior, como a África, por exemplo. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

Em segundo lugar, porque há pouco Washington e Beijing haviam conseguido normalizar suas relações após a crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan, tratada acima. Em terceiro, porque no início de 1999 o *Defense Authorization Act* emitido pelo congresso norte-americano, autorizou o Secretário de Defesa a planejar a estrutura necessária para implementar o *Theater Missile Defense* (TMD) no Leste Asiático e defender os aliados de Washington. Taiwan não foi mencionada diretamente, mas para a China era altamente provável que a ilha fosse coberta pelo sistema de defesa do TMD.

Adicionalmente, no início de 1999 a Casa Branca, sob intensa pressão congressional, levou à Comissão de Direitos Humanos da ONU o tema dos abusos aos direitos humanos cometidos na China, apoiando uma resolução altamente crítica da postura de Beijing diante da matéria. A pressão do Congresso neste momento foi irresistível tanto pela força do *lobby* pró-Taiwan dentro da casa, quanto pela delicada situação política em que o Presidente Clinton se encontrava, uma vez que o processo de *impeachment* havia sido arquivado há pouquíssimo tempo, precisamente em fevereiro de 1999. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

Em quinto lugar, porque em março de 1999 o *New York Times* divulgou uma matéria em que acusava a China de ter roubado o projeto de uma arma nuclear de um dos laboratórios do Departamento de Energia, provavelmente de *Los Alamos*. O rumo destes eventos colocava em risco a ideia de “parceria estratégica” com a China, anunciada por Clinton durante a visita de Jiang Zemin a Washington em 1997. Além disso, em 7 de abril de 1999 a Casa Branca decidiu retirar seu apoio a entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio), em larga medida em função da falta de apoio no congresso, uma consequência tanto da fragilidade política do Presidente naquele momento, quanto da grande influência dos setores anti-China dentro do Capitólio. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

1.2.2 - A Resposta Chinesa

O bombardeio desencadeou uma onda nacionalista na sociedade chinesa, especialmente entre os estudantes urbanos. Estes demandavam uma resposta enérgica ao ato de agressão (pois para a juventude chinesa o bombardeio acidental não era uma possibilidade crível). Contudo, a liderança da RPC não poderia colocar em risco seu relacionamento com os Estados Unidos, que envolve importantes somas em matéria de

comércio exterior e investimento externo direto. Assim, após uma reunião de emergência na manhã do dia 8 de maio, realizada com os membros do Birô Político, a cúpula do governo decidiu tomar as seguintes medidas imediatas: 1) condenar o bombardeio e convocar o embaixador norte-americano para inquirir-lhe sobre o ocorrido; 2) denunciar o bombardeio em um encontro especial na ONU; 3) enviar um avião a Belgrado para remover os funcionários da embaixada; 4) guiar protestos organizados contra a representação diplomática norte-americana no país; 5) garantir que houvesse forças de segurança suficiente para evitar comportamentos extremos e manter a ordem pública. Este era um momento difícil para a liderança de Beijing, pois além do incidente, se estava a cerca de um mês do décimo aniversário do Massacre da Praça da Paz Celestial, o que poderia potencializar qualquer ação estudantil, fazendo com que os protestos saíssem de controle. Mesmo assim a China decidiu tentar controlar os jovens manifestantes, buscando manipular seu nacionalismo exacerbado pelo “ataque” norte-americano. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

Ainda na manhã do dia 8 de maio, o embaixador norte-americano reuniu-se com o ministro de relações exteriores da China para entregar-lhe seu pedido formal de desculpas e para esclarecer a situação. À tarde no mesmo dia, os manifestantes já haviam chegado aos portões da embaixada norte-americana em Beijing, trazidos de ônibus por agentes do governo. Na mesma tarde, o Presidente Clinton deu uma entrevista coletiva para apresentar seu pedido de desculpas ao governo e ao povo chinês pelo bombardeio acidental. À noite a multidão já era composta por milhares de pessoas, que arremessavam incessantemente bombas de tinta sobre a embaixada dos Estados Unidos e, eventualmente coquetéis *Molotov*, apesar da estrita vigilância policial mantida sobre os manifestantes. Na manhã seguinte (9 de maio) o protesto ainda não havia cedido, e o número de pessoas continuava a se avolumar nos portões da embaixada.

Com medo de que a multidão conseguisse invadir o local, os funcionários foram autorizados a queimar material secreto ou sigiloso. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

No mesmo dia (9 de maio), Clinton enviou uma carta a Jiang Zemin reiterando suas desculpas, mas afirmando que os bombardeios na Iugoslávia continuariam a ser realizados normalmente. Em outras palavras, os bombardeios continuariam a despeito da condenação chinesa deste tipo de ação militar, e apesar do erro colossal cometido diante da embaixada da RPC. A China viu este gesto como uma nova afronta, pois esperava ser capaz de mudar o curso de ação dos Estados Unidos com a legitimidade adquirida por seu pleito após o bombardeio. No entanto, os norte-americanos não viram qualquer acréscimo significativo de legitimidade no pleito chinês em virtude do incidente, e isso irritou novamente a liderança de Beijing. No dia seguinte a entrega da carta de Clinton (10 de maio), a agência de notícias *Xinhua* informou que os contatos militares com os Estados Unidos estavam suspensos, e que as consultas sobre direitos humanos, controle de armamentos, e não-proliferação estavam adiadas por prazo indeterminado. Na tarde de 10 de maio, o ministério das relações exteriores da China demandou um pedido de desculpas oficial por parte dos Estados Unidos, dirigido ao governo, ao povo, e às famílias dos mortos. Ainda exigiu uma completa investigação para determinar os responsáveis pelo bombardeio, e para puni-los devidamente. Na reunião especial da ONU realizada ainda no dia 10, o representante chinês condenou o bombardeio e afirmou que seu governo vetaria todo e qualquer plano de paz com a Iugoslávia apresentado à ONU, exceto se os bombardeios cessassem imediatamente. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004; Glaser, 1999)

Na tarde do dia 10 dezenas de ônibus continuavam transportando manifestantes para embaixada dos Estados Unidos. A revolta dos jovens era crescente, em larga medida instigada pelo governo. Na noite do dia 10 as forças de segurança se viram no

limite de sua capacidade de controle da multidão, que já passava de dez mil pessoas. No dia seguinte (11 de maio), foi grandemente reduzido o transporte de manifestantes, não somando um quinto do número que havia no dia anterior. Dia 12 o transporte foi novamente reduzido, e os números somavam apenas algumas centenas e, no dia seguinte (13 de maio), não havia mais manifestantes às portas da embaixada norte-americana. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

1.2.3 - Negociações

Na manhã do dia 13, a liderança chinesa realizou nova reunião para tratar do incidente. Deste encontro saíram os pontos que balizaram o discurso de Jiang Zemin proferido ainda no mesmo dia, à tarde. Em seu pronunciamento Jiang buscou honrar os mortos e feridos no bombardeio, nomeando os falecidos como mártires da China. Ele ainda reiterou críticas aos Estados Unidos, nomeando como “ato brutal” o bombardeio, porém sem usar o termo “crime”, empregado pela *Xinhua* no dia 10. Além disso, o Presidente elogiou o patriotismo dos manifestantes que se postaram diante da embaixada norte-americana. Contudo, reafirmou seu compromisso com o relacionamento com Washington, em função das necessidades da economia e do povo chinês. Em suma, o tom do pronunciamento era de aprovação das ações dos estudantes, mas também conciliador com os Estados Unidos. Nos dias subsequentes à declaração de Jiang, o *Diário do Povo* publicou diversos artigos (editoriais) sugerindo que a posição do Presidente não representava a vontade do conjunto da liderança, ou seja, expondo o descontentamento de alguns membros do *Birô Político*, favoráveis a uma resposta mais dura aos Estados Unidos. Em outras palavras, havia claramente uma cisão na liderança chinesa. Embora esta dissensão só tenha vindo à tona quase uma semana depois do

bombardeio, é muito provável que ela já estivesse formada desde a manhã do dia 8.²⁸ Provavelmente em consequência disso, o subsecretário de Estado Thomas Pickering foi impedido de viajar a Beijing para explicar a natureza do erro que levou ao bombardeio. Sua visita foi permitida apenas em 17 de junho, quarenta dias após o incidente. Jiang Zemin decidiu não se encontrar com o representante de Washington, ao invés disso designou seu Ministro das Relações Exteriores para ouvir as explicações de Pickering e dos agentes de inteligência que o acompanhavam. O Ministro chinês rejeitou inteiramente as explicações dos norte-americanos. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004; Glaser, 1999)

Após três dias de negociações em meados de julho, Washington e Beijing chegaram a um acordo de compensação às vítimas do bombardeio. Foi decidido que os Estados Unidos pagariam um total de U\$ 4,5 milhões, que deveria ser dividido entre as famílias dos quatro mortos e os vinte feridos. Aparentemente, o relacionamento entre os dois governos rumava para a normalização, restava apenas acordar o valor da compensação material que Washington deveria pagar a Beijing pelos danos ao prédio da embaixada.

Entretanto, este segundo acordo iria demorar a ser alcançado, pois poucos dias após a conclusão da rodada de negociações, o Presidente da República da China (RC/Taiwan) deu uma entrevista a uma rádio alemã, declarando solenemente que as relações através do Estreito eram “um relacionamento especial de Estado a Estado”²⁹, ou seja, insinuando que não era preciso declarar independência porque Taiwan já era um Estado independente. Esta declaração irritou profundamente a liderança chinesa, mas Beijing aproveitou o ensejo para estender as negociações e tentar obter alguma concessão de vulto. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

²⁸ Quando as bombas caíram em Belgrado na madrugada do dia 7, já era dia 8 em Beijing.

²⁹ Kan (2006: 28 – tradução nossa).

A China também voltou-se para o governo norte-americano em busca de uma resposta para a manobra do Presidente da RC. Washington imediatamente negou qualquer envolvimento no pronunciamento do líder de Taiwan, e apressou-se em reiterar a política de “uma China”, sustentada por norte-americanos e chineses e, tacitamente abandonada por Taipé desde meados da década de noventa. Apesar da manobra política da autoridade de Taiwan, a diplomacia norte-americana conseguiu tranquilizar a liderança chinesa nos dias subsequentes ao pronunciamento, e censurou duramente as autoridades da ilha por desempenharem perigosas ações independentistas, especialmente em um momento de grande tensão e desconfiança entre Washington e Beijing. Quando Taipé percebeu que não haveria qualquer tipo de respaldo à sua manobra, decidiu moderar seu discurso e sutilmente voltou atrás em sua posição. Com isso, momentaneamente, as ações independentistas de Taiwan haviam sido frustradas. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004; Glaser, 1999)

1.2.4 - Normalização Diplomática

Com o arrefecimento do problema gerado por Taiwan, as relações entre Estados Unidos e China voltaram a um curso de normalização. Nesse sentido, quando Clinton e Jiang se encontraram na conferência da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) em setembro de 1999, o Presidente norte-americano afirmou a sua contraparte chinesa que os Estados Unidos estavam dispostos a retomar as negociações sobre o ingresso da China na OMC. Em 15 de novembro Washington e Beijing chegaram a um acordo sobre a entrada da China na OMC. Cinco dias depois, as relações militares entre as duas capitais foram restabelecidas e, em 16 de dezembro, após cinco longas rodadas de negociações, chegou-se a um consenso sobre os valores das compensações materiais que deveriam ser pagas pelos Estados Unidos e pela China, uma vez que a embaixada

norte-americana também havia sofrido danos nos ataques dos manifestantes. Decidiu-se que o governo norte-americano iria pagar U\$ 28 milhões ao governo chinês, ao passo que este deveria pagar U\$ 2,87 milhões. (Suettinger, 2003; Fewsmith, 2004)

Em virtude do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, as relações entre Estados Unidos e China chegaram ao seu ponto mais baixo desde a crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan. Afinal, o incidente ocorreu em um momento difícil, em que as relações já estavam desgastadas pelos fatores mencionados anteriormente, e com graves dissensões internas, tanto em um país quanto no outro. Jiang tinha a complexa tarefa de salvaguardar as relações com o governo norte-americano, ao mesmo tempo em que precisava responder duramente a este, para tentar contentar os membros do Birô Político favoráveis a uma postura confrontacionista, bem como a sociedade chinesa, mas especialmente os jovens estudantes. Dentro da alta cúpula do Partido Comunista Chinês, o bombardeio serviu para reabrir a discussão sobre a orientação da política externa da China diante dos Estados Unidos. Para satisfazer os confrontacionistas do partido, Jiang decidiu estender as negociações o máximo possível, na tentativa de humilhar o governo norte-americano, já que ele era a parte culpada (uma vez que havia admitido o erro desde o início da crise).

O interesse da Casa Branca naquela situação apenas contribuiu para fortalecer sua imagem de réu. Habilmente, Jiang soube quando encerrar o processo de negociação, ou seja, após seus rivais no partido estarem minimamente satisfeitos, e antes de prejudicar seu relacionamento com Washington. Entretanto, a tempo de obter uma importante concessão dos Estados Unidos, que foi o acordo para o ingresso da China na OMC, recusado anteriormente pela Casa Branca. (Fewsmith, 2004; Glaser, 1999)

1.3 - A Colisão do EP-3

Nesta seção será analisada a crise política desencadeada entre Estados Unidos e China após a colisão ocorrida em 1º de abril de 2001 entre um EP-3 *Orion* (aeronave de vigilância e reconhecimento) da marinha norte-americana, e um caça chinês. A colisão ocorreu nas proximidades da costa chinesa e resultou na morte do piloto da Força Aérea da Marinha do Exército de Libertação do Povo (FAMELP), ao passo que a aeronave norte-americana teve de fazer um pouso de emergência na ilha Hainan, território chinês. (United States, 2001) O objetivo da presente seção é caracterizar a crise e estabelecer seu significado político para o conjunto das relações entre Washington e Beijing.

1.3.1 - O Contexto da Crise

Apesar de as relações entre Washington e Beijing terem entrado em uma rota de normalização após o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, como indica a retomada das relações militares entre os dois países após o fim das negociações sobre as compensações, bem como o retorno do diálogo entre as duas capitais sobre os direitos humanos na China. No entanto, não é possível falar em plena normalização depois do bombardeio, como atesta o Livro Branco da China divulgado em outubro de 2000, pois no referido documento a RPC classificou os Estados Unidos como a maior ameaça à segurança internacional e a segurança chinesa. (China, 2000) Este é um indício claro da extensão dos danos causados às relações entre Washington e Beijing na década de noventa, os quais não seriam facilmente recuperados ou esquecidos. (Bush, 2005; Jia, 2002)

Além disso, durante a campanha presidencial de 2000 nos Estados Unidos, o então candidato George W. Bush havia adotado uma postura abertamente crítica da China, por vezes chegando à hostilidade, como na ocasião em que afirmou que a RPC

seria trata como uma “concorrente estratégica” por seu governo. Bush estava buscando contrastar sua posição com a de Clinton, que havia classificado a China como uma “parceira estratégica”, e por isso era retratado pela oposição republicana como brando e leniente com a RPC. A postura do candidato republicano apenas contribuiu para o fortalecimento da percepção negativa que as autoridades chinesas possuíam dos Estados Unidos naquele momento. É neste contexto de tensão e desconfiança que ocorreu a crise gerada pela colisão entre as referidas aeronaves no dia 1º de abril de 2001. (Bush, 2005; Jia, 2002)

Há ainda uma série de eventos que intensificaram a desconfiança da parte de Beijing e, em larga medida, resultaram na colisão entre as duas aeronaves. Aproximadamente um ano antes do incidente, os voos de reconhecimento da marinha norte-americana haviam se intensificado sobre a costa chinesa. A China expressou sua insatisfação com esta situação nas reuniões do Acordo Militar Marítimo Consultivo, realizadas entre maio e junho de 2000 no Havaí. Em uma das reuniões, um oficial graduado da marinha chinesa afirmou que a frequência dos voos havia se intensificado grandemente, chegando a cinco ou seis voos por semana, enquanto que entre 1997 e 1999 este número raramente chegava a quatro. Estas missões de reconhecimento eram conduzidas a apenas 80 ou 90 km da costa chinesa. Em resposta aos protestos e críticas do oficial chinês, o General Michael Hagee do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, presente no evento, afirmou peremptoriamente que “[i]sso é espaço aéreo internacional, e nós não temos qualquer intenção de mudar o que estamos fazendo.”. (Keefe, 2002: 13 – tradução nossa)

1.3.2 - A Colisão

Em vista do que a marinha norte-americana vinha fazendo, e reafirmando sem qualquer cerimônia, a China decidiu tornar mais agressivo o processo de interceptação das aeronaves de espionagem. Com isso, os pilotos da FAMELP começaram a voar cada vez mais perto dos aviões norte-americanos, de modo que no natal de 2000 um caça chinês aproximou-se a uma distância de apenas 10m da aeronave de espionagem, precipitando intensos protestos por parte do embaixador norte-americano ao Ministério das Relações Exteriores da China. Em vista disso, um incidente desta natureza era apenas uma questão de tempo.

Assim, na madrugada do dia 31 de março, o EP-3 partiu da base aérea de Kadena (Okinawa) para um voo de nove horas, considerando ida, volta e o tempo de reconhecimento na costa chinesa. A aeronave era comandada pelo Tenente Shane Osborn. O comandante estava plenamente ciente das novas práticas de abordagem adotadas pelos pilotos chineses, pois ele já havia realizado diversas missões desta natureza na costa da China. Dois aviões de caça da FAMELP (modelo J-8) aproximaram-se do EP-3 por volta das nove da manhã, pouco após a aeronave norte-americana ter mudado o curso para retornar a Kadena, uma vez que a missão de reconhecimento já estava concluída. Neste momento, o comandante Osborn percebeu a aproximação dos J-8, que já estavam a cerca de 2 km de distância. Contudo, a aeronave do Tenente Wang Wei continuou reduzindo a distância, realizando três aproximações. Na primeira, o Tenente Wang ficou a aproximadamente 4 metros do lado direito da aeronave norte-americana. Na segunda aproximação, ele ficou a cerca de 2 metros de distância novamente do lado direito, na parte dianteira do EP-3 (que é uma aeronave grande, quase do tamanho de um 737). Na terceira e última aproximação, o caça chinês estava a aproximadamente 2 metros do EP-3, em seu lado direito e próximo da cabine de comando. A colisão aconteceu quando o piloto chinês tentou arremeter rapidamente,

mas nesse momento o estabilizador vertical da cauda chocou-se contra o propulsor direito da aeronave norte-americana, destruindo ambos. Então o J-8 caiu no Mar do Sul da China a cerca de 120 km do sudeste de Hainan. O Tenente Wang morreu na queda e seu corpo não foi recuperado. Em consequência da avaria sofrida pelo EP-3, o comandante Osborn decidiu tentar um pouso de emergência na base aérea de Lingshui, em Hainan. Não houve feridos entre os 24 tripulantes do avião de espionagem, contudo, a tripulação foi presa imediatamente após a aterrissagem, tanto por terem invadido o espaço aéreo chinês quanto por terem pousado sem autorização. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

O Tenente Zhao Yu, piloto do outro J-8, permaneceu a cerca de 400 metros do EP-3 durante as três aproximações de seu companheiro. Zhao relatou às autoridades chinesas que a colisão ocorreu devido a uma manobra brusca realizada pelo avião norte-americano. O relato do Tenente irritou o comando chinês, e balizou a conduta da RPC nas negociações sobre a libertação da tripulação, bem como sobre a devolução da aeronave. Zhao considerou a manobra realizada pelo EP-3 após a colisão como a causa do incidente, e não como consequência. No entanto, a versão do governo dos Estados Unidos foi distinta, alegando que a caixa-preta do avião de espionagem teria indicado que ele estava no piloto automático até o momento do choque entre as aeronaves, quando o comandante Osborn reassumiu o controle. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

1.3.3 - A Resposta Chinesa

Doze horas após a detenção da tripulação, a China respondeu ao embaixador norte-americano, pois até aquele momento a embaixada não sabia se os tripulantes estavam vivos, mortos ou feridos. O Ministro das Relações Exteriores atendeu ao apelo do embaixador Prueher, e informou que não havia feridos entre a tripulação, mas

acrescentou que estavam detidos, uma vez que haviam invadido o espaço aéreo chinês e aterrissado em uma base aérea sem autorização. Além disso, a referida autoridade chinesa afirmou que a culpa havia sido do piloto norte-americano, e exigiu que a Casa Branca assumisse a responsabilidade e se desculpassem publicamente pela colisão. Contudo, Washington não viu as coisas da mesma forma, pois decidiu não assumir qualquer culpa até que uma profunda investigação fosse concluída pelo governo dos Estados Unidos. (Keefe, 2002)

No dia 2 de abril, o presidente Bush declarou para a imprensa que exigia o imediato retorno da tripulação, bem como da aeronave. A pressa de Washington se devia a razões óbvias, ou seja, a devolução do EP-3 era fundamental para evitar a obtenção de inteligência tecnológica pelos chineses, e o retorno da tripulação o mais breve possível era necessário por razões de política interna. Ainda no dia 2 de abril, o embaixador Prueher recebeu uma negativa ao seu pedido de acesso à tripulação da aeronave norte-americana. Porém no dia 3 a China decidiu conceder acesso aos tripulantes detidos, permitindo que o Adido Militar, General Neal Sealock, encontrasse com a tripulação em Hainan. No mesmo dia 4, o embaixador Prueher e o Secretário de Estado Colin Powell, estabeleceram um roteiro para as negociações e o apresentaram ao Ministério das Relações Exteriores da China, que o aceitou no dia seguinte.

Em viagem pela América Latina, o presidente Jiang reiterou que aguardava um pedido formal de desculpas por parte da Casa Branca, bem como uma declaração pública em que Washington assumisse toda a culpa pelo incidente. Sabidamente o governo Bush não pretendia cumprir esta demanda, como já havia anunciado no dia da colisão. Em suma, a situação rumava para um impasse, pois enquanto a demanda da RPC não fosse atendida, os tripulantes permaneceriam detidos na China, e a aeronave permaneceria à disposição dos engenheiros chineses. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

1.3.4 - Negociações e Resolução da Crise

As negociações ocorreram entre 6 e 11 de abril. Um dos primeiros pontos da proposta de Powell e Prueher era a redação de uma carta que deveria ser submetida à avaliação da China antes de ser publicada. O grande problema é que Beijing buscava uma carta em que constasse o reconhecimento da culpa por parte dos Estados Unidos e um claro pedido de desculpas, ao passo que Washington procurava apenas expressar seu pesar pela morte do piloto. Deste modo, a redação da carta tardou a ser concluída, embora o vice-Ministro das Relações Exteriores da China e o embaixador norte-americano tenham se reunido duas vezes por dia, no período entre 6 e 11 de abril.

No dia 8 o governo norte-americano reafirmou que as relações entre Estados Unidos e China seriam seriamente prejudicadas se uma resolução rápida não fosse alcançada. A Casa Branca tinha pressa em resolver a situação, tanto pelos motivos já mencionados, quanto porque estava em jogo a imagem da nova administração republicana, que havia anunciado reiteradamente o endurecimento de sua política para a RPC. Conscientes das promessas de campanha, inúmeros acadêmicos republicanos e neoconservadores foram à imprensa para expor suas opiniões e pressionar o governo Bush a adotar uma postura mais dura diante da China. Entre estes críticos, estava Willian Kristol, um dos principais expoentes do neoconservadorismo norte-americano, doutrina política que balizou a administração Bush durante o primeiro mandato. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

Após a conclusão da redação da carta o governo chinês declarou que a finalização da mesma não implicaria na liberação imediata da tripulação, como havia sido acordado previamente. Além disso, no dia 10 de abril o Ministro das Relações Exteriores da RPC apresentou a Prueher um “memorando de transferência”, que deveria

ser assinado pelo embaixador no ato de liberação dos tripulantes detidos. Entretanto, no referido memorando era sutilmente atribuída aos Estados Unidos a culpa pela colisão. Washington estava em uma situação delicada, pois os tripulantes estavam sendo claramente usados como moeda de troca por Beijing, com o objetivo de extrair a concessão política que esperava. Prueher respondeu que assinaria o memorando se fossem subtraídos os trechos que responsabilizavam os Estados Unidos. No dia seguinte a China concordou, e no dia 12 a tripulação foi libertada e enviada para Guam, entretanto, o EP-3 continuaria retido, um trunfo maior para a China do que a permanência da tripulação em solo chinês. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

No tocante ao EP-3, o Departamento de Defesa assumiu a condução das negociações, marcando dois encontros em Beijing durante os dias 18 e 19 de abril. As negociações foram conduzidas por oficiais de terceiro escalão dos dois governos. A delegação norte-americana esperava obter a autorização da China para enviar a Hainan uma equipe de técnicos que determinariam a extensão das avarias sofridas pela aeronave. Esta avaliação indicaria se o avião poderia ser rapidamente reparado em solo chinês, ou se ele deveria ser desmontado e transportado por cargueiro. Entretanto, as negociações não avançaram, pois o representante chinês apenas reiterou a necessidade de um pedido de desculpas formal. Como as negociações estagnaram, a embaixada voltou a conduzir as conversações com Beijing, obtendo considerável sucesso no final do mês, pois no dia 29 de abril a RPC concordou com a inspeção da equipe de técnicos norte-americanos que determinariam a extensão das avarias e conseqüentemente a forma de remoção da aeronave.

Após a inspeção, as autoridades chinesas avisaram ao embaixador Prueher que não seriam permitidos reparos do avião em solo chinês, ou seja, a inspeção havia sido inútil. Porém, no final de maio chegou-se a um acordo sobre a forma de remoção do EP-

3, ele deveria ser desmontado e transportado em avião. No dia 3 de julho as últimas partes da aeronave embarcaram em um avião de carga russo. (Keefe, 2002; Mulvenon, 2002)

A China apresentou ao embaixador norte-americano uma conta de US\$ 1 milhão, mas os Estados Unidos alegaram que se tratava de uma quantia exorbitante em vista dos reduzidos custos das forças armadas chinesas com os tripulantes e sua aeronave. Um mês depois, o Pentágono anunciou que pagaria cerca de US\$ 35 mil pelas custas chinesas, mas Beijing rejeitou tal quantia, alegando que se tratava de uma soma ridícula. (Keefe, 2002)

Em decorrência da colisão e da crise subsequente, China e Estados Unidos concordaram em realizar um encontro especial do Acordo Militar Marítimo Consultivo (AMMC), realizado em Guam nos dias 14 e 15 de setembro, para tratar de normas e medidas necessárias para impedir a repetição deste tipo de evento no futuro. Em função dos atentados de 11 de setembro, não foi difícil chegar a um consenso desta vez.

Para Washington, Beijing usou a tripulação como refém para obter as concessões esperadas, uma vez que a norma internacional prevê o imediato retorno da tripulação nestes casos. Para a China, tratou-se de mais uma perigosa demonstração do hegemonismo sem limites dos Estados Unidos, pois os voos de reconhecimento, embora fora do espaço aéreo chinês, representariam uma afronta para qualquer país, especialmente para aqueles altamente preocupados com sua segurança, como é o caso dos Estados Unidos.

Desta vez não foi o presidente Jiang que teve de lidar com intensa pressão e divisão interna, como aconteceu no caso do bombardeio a embaixada chinesa, o que em larga medida se explica pelo fato de que após a crise do bombardeio, formou-se um

novo consenso para orientar a política externa da China diante dos Estados Unidos. (Mulvenon, 2002)

Na crise da colisão do EP-3, foi o presidente norte-americano que teve de enfrentar tal situação, uma vez que o setor político representado por ele possuía grandes expectativas sobre sua administração, e uma crescente penetração na mídia conservadora norte-americana. Esta divisão interna contribuiu para que a Casa Branca tivesse cada vez mais pressa em resolver a questão. Entretanto, quanto mais pressa havia do lado norte-americano, mais devagar os chineses lidavam com o tema, pois Beijing acreditava que quanto maior fosse a urgência de Washington em resolver a crise, maiores seriam as concessões que poderiam ser extraídas dos norte-americanos.

Porém, os chineses não obtiveram o pedido formal de desculpas nem uma declaração em que Washington se responsabilizasse pelo incidente, mas durante o encontro especial do AMMC realizado depois dos atentados de 11 de setembro, Beijing obteve o relaxamento da posição norte-americana com relação aos voos de reconhecimento próximos à costa chinesa. Sem dúvida, esta foi a maior concessão extraída pela China, e provavelmente a RPC nem esperasse tanto, mas os atentados às torres gêmeas foram determinantes para o sucesso chinês neste momento.

Em troca, Beijing impediu protestos públicos contra os Estados Unidos, ao contrário do que fez em 1999, quando a embaixada norte-americana foi cercada e atacada com pedras e coquetéis incendiários.

1.4 - A Nova Política do Governo Bush para Taiwan (2001-2003)

Entre 1979 e 2000 a Casa Branca sustentou a política de “ambiguidade estratégica” diante da defesa de Taiwan³⁰, assim, fornecendo apenas um tácito respaldo

³⁰ O nome Taiwan será utilizado como sinônimo de República da China ao longo do texto. Essa escolha foi feita apenas para evitar excessivas repetições e facilitar a leitura. As eventuais menções a “governo”

militar ao governo de Taipé. Esta seção trata da política dos Estados Unidos para Taiwan, no período entre 2001 e 2003, enfocando a substituição da “ambiguidade estratégica” por uma suposta “clareza estratégica” diante da defesa da ilha, ou seja, o objeto aqui não consiste em um episódio, nem em um incidente pontual que configure uma crise em sentido estrito, mas trata-se de um período de profundo estremecimento nas relações entre Washington e Beijing, graças ao crescimento do apoio dos Estados Unidos a Taiwan. Sendo assim, o objetivo nesta seção consiste em descrever esta mudança de política, e analisar suas consequências políticas e militares para o relacionamento entre Washington, Taipé e Beijing.

1.4.1 - O nascimento da “ambiguidade estratégica”

Em abril de 1949 os comunistas chineses chegaram ao poder e depuseram o governo nacionalista da República da China (RC), como resultado de um longo período de guerra popular revolucionária. Com a derrota na China continental, o presidente Chiang Kai-shek decidiu fugir para a ilha de Taiwan, transferindo com ele o governo da RC.

No fim de 1949, o presidente Harry Truman e o Secretário de Estado Dean Acheson, haviam decidido abandonar a RC à sua própria sorte. A Casa Branca tomou essa decisão não em função da natureza do regime político de Taiwan (o qual era notoriamente brutal e corrupto), mas porque Chiang era visto por Washington como uma figura incontrolável, imprevisível e militarmente incompetente. Contudo, a eclosão da Guerra da Coreia em junho de 1950 mudou o destino de Taiwan, pois Taipé passou a ser vista pelo governo norte-americano como um importante aliado no combate ao comunismo, especialmente em função de sua localização geográfica. Para solidificar a

de Taiwan (ou taiwanês) têm, igualmente, apenas o objetivo de facilitar a leitura do texto. Portanto, não se tem a intenção de insinuar que Taiwan é ou deva ser um “país independente” ou algo do gênero, pois Taiwan é uma província da China.

aliança, Washington e Taipé assinaram um Tratado de Defesa Mútua em 1954, o que permitiu a instalação de bases militares norte-americanas em Taiwan. (Roy, 2003: 108-112; Bush, 2005)

Entre 1949 e 1978, a Casa Branca manteve relações oficiais com a RC instalada em Taiwan, considerando-a como o legítimo governo da China. No entanto, a partir do início dos anos 1970, o governo Nixon realizou a manobra diplomática mais importante da Guerra Fria, aliando-se com a República Popular da China (RPC) contra a União Soviética. (Roy, 2003)

Nesse sentido, em fevereiro de 1972 Washington e Beijing divulgaram um importante comunicado conjunto, no qual a Casa Branca declarou o abandono de sua política de “uma China, uma Taiwan”, ou “duas Chinas”, que vigorou de 1950 até então, e anunciou a adoção da política de “uma China”, postulada tanto pela RPC quanto pela RC. (U.S – PRC, 1972) A política (ou princípio) de “uma China” era uma espécie consenso mínimo entre RC e RPC, pois ambos os lados concordavam que havia somente um governo legal e legítimo de toda China, porém, cada lado afirmava ser esse governo. (Auer, 2004) No comunicado de 1972, o governo norte-americano também afirmou que:

“Os Estados Unidos **reconhecem** que todos os chineses, nos dois lados do Estreito de Taiwan, sustentam que há somente uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não desafia esta posição.”
(U.S – PRC, 1972 – tradução nossa)

Na versão norte-americana do comunicado consta o termo “*acknowledges*” (reconhece), que indica o conhecimento de algo sem, necessariamente, indicar a concordância com algo. Essa sutil ambiguidade foi deliberada, e visava assegurar uma margem de manobra à Casa Branca. Na versão chinesa do comunicado, aparece o termo “*chengren*”, normalmente traduzido para o inglês como “*recognizes*”, o qual não tem a mesma flexibilidade de “*acknowledges*”. (Hickey, 1988; Nathan, 2000)

Ainda no comunicado de 1972, a Casa Branca asseverou que a resolução da questão de Taiwan deveria ser pacífica e negociada, ou seja, sem alterações unilaterais no *statu quo*³¹. A RPC, por sua vez, declarou que: “Taiwan é uma província da China (...) e a libertação de Taiwan é um assunto interno da China, no qual nenhum outro país tem direito de intervir.” (U.S – PRC, 1972 – tradução nossa)

Em janeiro de 1979, Washington e Beijing divulgaram um segundo comunicado conjunto, em que os Estados Unidos reconheceram a RPC como a única e legítima governante da China. Com esse comunicado, o governo norte-americano obteve a normalização de suas relações diplomáticas com Beijing. A Casa Branca afirmou no comunicado que: “O governo dos Estados Unidos da América reconhece³² a posição chinesa de que há somente uma China e que Taiwan é uma parte da China.” (U.S – PRC, 1979 – tradução nossa) Considerando que tanto o governo de Taipé quanto o de Beijing eram chineses, e que as duas partes concordavam que havia apenas uma China, a declaração da Casa Branca foi consideravelmente vaga, pois não especificou se os chineses a que ela se refere eram os da RC ou os da RPC. Evidentemente, não se tratou de uma escolha de palavras feita casualmente, pelo contrário, essa declaração visava garantir flexibilidade e ambiguidade à posição dos Estados Unidos, assim, permitindo sua aproximação com RPC sem implicar automaticamente no abandono da RC.

O restabelecimento das relações entre Estados Unidos e a China comunista resultou na ruptura das relações oficiais entre Washington e Taipé, obrigando o governo norte-americano a manter apenas representação não-oficial na RC³³. Sendo assim, os Estados Unidos tiveram de denunciar ainda em 1979 o Tratado de Defesa Mútua que

³¹ Washington, tradicionalmente, tem definido o *statu quo* na questão de Taiwan como: nem independência nem unificação. O termo *statu quo* será empregado aqui com o mesmo significado que a Casa Branca confere a ele.

³² No texto original consta “acknowledges”.

³³ As relações não-oficiais entre Estados Unidos e Taiwan são mantidas através do American Institute in Taiwan (AIT), situado em Taipé e, do Taipei Economic and Cultural Representative Office, localizado em Washington.

possuíam com a RC. Ao longo de 1980, as tropas norte-americanas foram removidas de Taiwan. (Bush, 2005)

O congresso norte-americano, por sua vez, aprovou em 1979 o *Taiwan Relations Act* (TRA), por meio do qual Washington comprometeu-se a fornecer artigos de defesa para Taipé. Além disso, implicitamente, o TRA sugere que os Estados Unidos comprometeram-se a impedir qualquer tentativa chinesa de reintegrar Taiwan pela força, pois consta no documento que Washington irá: “manter a capacidade dos Estados Unidos de resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que possam pôr em risco a segurança, ou o sistema econômico ou social do povo em Taiwan.” (United States, 1979, section 2(b), 6 – tradução nossa)

Um terceiro comunicado conjunto foi divulgado em agosto de 1982, abordando o tema da venda de armamentos norte-americanos a Taiwan. No comunicado a Casa Branca declarou que forneceria apenas armamentos de caráter defensivo ao governo de Taipé. Os Estados Unidos também garantiram que as vendas seriam reduzidas com o passar dos anos, até o ponto de cessarem, mas advertiu que para isso o governo chinês deveria tomar medidas favoráveis à resolução pacífica da disputa com Taiwan. (U.S – PRC, 1982).

Ainda em 1982, Washington forneceu secretamente a Taipé algumas garantias adicionais sobre seu statu e sobre o fornecimento de artigos de defesa, elas ficaram conhecidas como as “Seis Garantias a Taiwan”. Nesse documento a Casa Branca comprometeu-se a: 1) não colocar uma data para o encerramento da venda de armamentos; 2) não alterar os termos do TRA; 3) não consultar a China antes de decidir que armamentos vender; 4) não mediar a disputa; 5) não alterar sua posição a respeito

da soberania de Taiwan;³⁴ 6) não reconhecer formalmente a soberania da China sobre Taiwan. (United States, 1982)

Assim, o abandono da política de “duas Chinas” em 1972 e a adoção de uma vaga noção de “uma China”, somada à deliberada falta de clareza do TRA quanto ao envio de tropas para defender Taiwan (e à denúncia do Tratado de Defesa Mútua), resultou no surgimento da política de “ambiguidade estratégica”.

Essa ambiguidade se mostrou altamente eficaz como mecanismo de dupla dissuasão, em que tanto Taiwan quanto a China eram dissuadidas a não alterar unilateralmente o *statu quo*. Em outras palavras, tal política permitiu que os Estados Unidos dissuassem a China de tentar tomar Taiwan (ou suas ilhotas) à força, pois Beijing temia que os Estados Unidos ainda estivessem dispostos a defender a ilha. Taipé, por sua vez, foi dissuadida de realizar ações provocativas contra a China continental. Desde o início dos anos 1990, as ações provocativas de Taipé passaram a ser sinônimo de atividades independentistas.

1.4.2 - A Resposta de Beijing às aquisições de armamento em Taiwan

Em fevereiro de 2000 a China divulgou um importante Livro Branco sobre Taiwan. Nele, a liderança chinesa afirmou que desde o início dos anos 1990 Taiwan vinha se afastando do princípio de “uma China”, além de investir pesadamente na aquisição de sofisticados armamentos norte-americanos. De acordo com o governo chinês, essas duas linhas de ação davam mostra de que, ao longo de seu governo, o presidente Lee Teng-hui³⁵ procurou afastar Taiwan da reunificação, colocando-a no caminho da independência. No ponto chave do documento, Beijing assevera que:

³⁴ Washington sustenta que a soberania de Taiwan permanece indefinida, pois a ilha não é juridicamente independente e não foi reintegrada à China.

³⁵ Presidente da RC entre 1988 e 2000.

“(…) **se** ocorrer uma grave reviravolta que conduza à separação de Taiwan da China, ou **se** houver uma ocupação ou invasão estrangeira em Taiwan, ou **se** as autoridades de Taiwan, **indefinidamente**, recusarem-se a resolver pacificamente o problema da unificação por meio de negociações, então o governo chinês será forçado a adotar todas as medidas drásticas possíveis, incluindo o uso da força, para salvaguardar a soberania da China e sua integridade territorial, e cumprir a grande missão de unificar a China (…).” (China, 2000 – tradução e grifo nosso)

O Livro Branco trouxe um elemento novo à questão de Taiwan, pois pela primeira vez a China afirmou que não poderia esperar indefinidamente pela reunificação. Até então, a RPC sustentava que empregaria a força somente se Taipé declarasse independência, ou se a ilha fosse ocupada por forças estrangeiras. Com a afirmação de que não esperaria indefinidamente, Beijing passou a acenar com a possibilidade do emprego preventivo da força, uma vez que somente a liderança chinesa pode dizer se o prazo de Taiwan está esgotado, porque só a RPC pode determinar o que significa “indefinidamente”. Esse novo motivo para um eventual ataque chinês a Taiwan foi denominado pela literatura especializada como o “terceiro se”. Além disso, o referido documento demonstrava a continuidade de um forte consenso na liderança chinesa com relação à questão de Taiwan, e ainda indicava que este consenso mantinha as opções militares assumidas pelo governo chinês na crise de 1995/96.

A liderança chinesa ainda esperava que o Livro Branco desestimulasse o eleitorado de Taiwan a votar nos independentistas nas eleições presidenciais de março de 2000. Chen Shui-bian era o candidato independentista que Beijing não desejava ver eleito, pois temia que sua vitória resultasse em algum tipo de declaração de independência. No entanto, Chen ganhou as eleições por uma pequena margem de votos.³⁶ Contrariando as expectativas chinesas, o novo presidente afirmou no discurso de posse que em sua administração não seriam tomadas medidas unilaterais para alterar o *statu quo*. Nesse sentido, ele garantiu que:

³⁶ Para mais informações sobre a eleição presidencial de 2000, ver: Rigger (2005).

“(…) não declararei independência, não mudarei o título nacional, não promoverei a inclusão da dita descrição de “Estado a Estado” na constituição e, não promoverei um referendo para mudar o statu quo no que diz respeito a questão da independência ou unificação. Além disso, está fora de questão a abolição das Diretrizes para a Unificação Nacional e do Conselho para a Unificação Nacional.” (Taiwan, 2000a – tradução nossa)

Posteriormente, essas garantias ficaram conhecidas como os “Cinco Nãos”. A postura de Chen foi o resultado da pressão conjunta dos governos chinês e norte-americano, pois após a eleição o representante (não oficial) dos Estados Unidos em Taiwan teve vários encontros com o novo presidente e, especula-se que o Departamento de Estado tenha previamente fornecido ao governo chinês o discurso de Chen, a fim de receber a aprovação de Beijing. Poucas horas após o discurso de posse, a China divulgou uma nota afirmando que a declaração havia sido evasiva quanto ao princípio de “uma China”, pois Chen havia declarado apenas que “os líderes dos dois lados possuem sabedoria e criatividade suficiente para, conjuntamente, lidar com a questão de uma futura ‘uma China’ ”. (Taiwan, 2000a – tradução nossa) A RPC ainda exigiu que Chen aderisse ao “consenso de 1992” para reatar as negociações, o que seria um problema para o novo presidente, pois a aceitação do consenso significaria a adoção do princípio de “uma China”, algo que seu partido³⁷ nunca reconheceu.

A despeito dessa dificuldade, em junho Chen anunciou que estava disposto a aceitar o “consenso de 1992”, porém, não da maneira que Beijing o entendia, ou seja, com Taiwan sendo um governo provincial local subordinado à RPC. A liderança

³⁷ O partido de Chen é o Partido Democrático Progressista (PDP), fundado em 1986. Durante os anos oitenta, o principal objetivo do partido era a democratização da ilha, seguido pela justiça étnica. Entretanto, em 1991 os independentistas exilados retornaram a Taiwan, fortalecendo a facção radical do partido (Nova Maré). O grupo radical então exigiu que a independência se tornasse o maior objetivo do PDP, e a facção moderada (Formosa) não pode objetar. Apesar dessa dificuldade, Chen conseguiu abrandar a proposta da Nova Maré, fazendo com que o partido não se comprometesse diretamente com a independência, mas com a realização de um referendo sobre a questão. Após constatar que a bandeira da independência tinha um apelo eleitoral bastante limitado, o PDP reviu sua posição, e em 1999 anunciou que não era necessário declarar independência, pois a RC já era um Estado independente com uma jurisdição específica, que excluía completamente a China continental. Até então, o partido não reconhecia o título “RC”. (Rigger, 2001; Rigger, 2000; Rigger, 2005)

chinesa decidiu ser inflexível com Chen e não aceitou suas condições. Beijing pretendia aproveitar o apoio norte-americano para extrair o máximo possível de Taipé, independentemente da correlação de forças dentro do partido do novo presidente, fazendo com que o impasse persistisse. (Chu, 2003; Bush, 2005)

1.4.3 - O surgimento da “claridade estratégica”

Durante a campanha eleitoral de 2000, George W. Bush anunciou que se eleito, traria grandes mudanças às relações entre Washington e Beijing. Uma das mudanças mais importantes seria o fim da “ambiguidade estratégica” diante da defesa de Taiwan. Ainda na campanha eleitoral, Bush anunciou que trataria a China como “concorrente estratégica”, ao invés de “parceira estratégica”, como a administração anterior fez a partir de 1996.³⁸ (Jia, 2005; Romberg, 2002)

Em meio à crise política entre Estados Unidos e China gerada pela colisão entre o EP-3 e o caça chinês em 1º de abril de 2001, o presidente Bush começou a colocar a prática sua promessa de abandonar a política de “ambiguidade estratégica”, pois em 23 de abril autorizou a venda de um grande pacote de armamentos a Taiwan³⁹, o maior desde 1992, quando os Estados Unidos venderam a Taipé 150 aviões de caça (modelo F-16 A/B). Dois dias após esta autorização, o presidente Bush concedeu uma entrevista à emissora de televisão ABC, na qual o entrevistador perguntou ao presidente o que os

³⁸ A expressão “parceira estratégica” traduzia a disposição do governo Clinton em “engajar” a RPC nos regimes e organizações internacionais, a fim de enquadrá-la nas normas políticas e econômicas da comunidade internacional. (Oliveira, 2002; Lai, 2003(b): 324) Segundo Michael Swaine e Minxin Pei, “o objetivo de longo prazo dos EUA com o engajamento político e econômico da China é a emergência de uma sociedade aberta, que combine uma economia de mercado com instituições democráticas”. (2002: 4 – tradução nossa)

³⁹ O pacote consistiu de: 8 submarinos (diesel-elétrico); 12 aeronaves Orion P3C (combate antissubmarino); 54 torpedos Mark-48 (antissubmarino); 44 mísseis de cruzeiro, modelo Harpoon (anti-navio, lançados de submarino); 144 sistemas de artilharia, modelo Paladin M109 A6 (autopropulsado); 54 veículos de assalto anfíbio (AAV7A1); quantidade não-especificada de sistemas eletrônicos de contramedida (AN/ALE-50, para caças F-16); 12 helicópteros MH-53 (combate antissubmarino); 4 destroyers classe Kydd; quantidade não especificada de sistemas de defesa antimíssil, modelo PAC-3. (Kan, 2005: 6)

Estados Unidos fariam se Taiwan fosse atacada pela RPC. Bush respondeu que o governo norte-americano faria “tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender”. (Kan, 2006: 70 – tradução nossa) Para tentar reduzir o impacto dessa declaração marcadamente pró-Taiwan, o presidente Bush deu mais uma entrevista naquele dia e, afirmou à emissora de televisão CNN que:

“(…) é importante as pessoas notarem que a minha administração apoia fortemente a política de uma China e, que esperamos que qualquer disputa seja resolvida pacificamente. Essa é a mensagem que eu realmente quero que as pessoas ouçam. Mas as pessoas têm visto que estou disposto a ajudar Taiwan a se defender e, que nada mudou em (nossa) política (...) Tenho dito que vou fazer o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender e os chineses precisam compreender isso.” (*Idem.*)

Embora o presidente Bush tenha dado essa segunda entrevista para atenuar o teor da declaração anterior, nenhuma palavra seria capaz de apagar o “tudo o que fosse preciso” da memória da liderança chinesa. Além disso, na entrevista à CNN o presidente Bush ainda reafirmou – de uma forma menos bombástica – o que havia dito na entrevista à ABC. Em 29 de abril, o vice-presidente Richard Cheney, em entrevista à emissora de televisão Fox News, asseverou que:

“(…) o tipo de **ambiguidade** diplomática de que as pessoas falam às vezes pode estar correta em diplomacia. Mas quando entramos em uma área em que um lado está demonstrando cada vez mais uma postura agressiva diante do outro, então é apropriado **clarificar** que, de fato, levamos isso a sério. Esse é um importante passo para os Estados Unidos e não queremos ver um mau julgamento por parte dos chineses.” (*Idem.* ênfase acrescida.)

Com essas três declarações, o governo Bush sinalizou para Beijing e Taipé que a política de “ambiguidade estratégica” estava sendo substituída por uma política de “clareza estratégica”. A nova política foi mais do que mera reação ao incidente do EP-3. Em parte, tratava-se de uma resposta ao Livro Branco de Beijing, divulgado em fevereiro de 2000. Em tal documento, a liderança chinesa havia anunciado sua

disposição de atacar Taiwan preventivamente caso a reunificação fosse excessivamente postergada. A nova política de “clareza estratégica” visava reforçar a capacidade norte-americana de dissuasão contra a China e, assim, impedir um eventual ataque chinês a Taiwan na ausência de uma declaração de independência. Em outras palavras, Washington esperava fazer Beijing abandonar seu “terceiro se”. (McDevitt, 2004: 416-17)

Contudo a “clareza estratégica” também foi, em boa medida, uma consequência da crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan e sua instrumentalização pelos segmentos mais conservadores do Partido Republicano. Nessa ocasião, os Estados Unidos enviaram dois porta-aviões com escolta às imediações de Taiwan, em resposta aos diversos testes de mísseis feitos pelo governo chinês nas águas do estreito.⁴⁰ Após a crise, vários acadêmicos e congressistas republicanos passaram a questionar a utilidade da política de “ambiguidade estratégica”. Segundo estes críticos, a crise havia sido consequência da falta de clareza na posição norte-americana, o que levou Beijing a ser cada vez mais ousada em seus testes de mísseis, ou seja, em sua tentativa de intimidar a população da ilha durante a eleição presidencial de 1996. Com isso, tais analistas passaram a recomendar o aumento da clareza na posição de Washington diante da defesa de Taiwan. O governo Bush foi composto e/ou assessorado por muitos destes acadêmicos e congressistas. (Tucker, 2005)

1.4.4 - A “clareza estratégica” e seus resultados

Ainda abril de 2001 o Comandante das forças norte-americanas do Pacífico, Almirante Dennis Blair, juntamente com uma delegação militar, realizou uma viagem a Taiwan com o objetivo de fornecer às Forças Armadas taiwanesas uma série de códigos

⁴⁰ Mais detalhes sobre a crise, ver: Ross (2000) e Garver (1997).

de comunicação. Com tais códigos, foi possível estabelecer um canal de comunicação direta entre as Forças Armadas taiwanesas e norte-americanas, o que é vital em um cenário de ação militar conjunta. No mesmo mês, Washington anunciou o abandono do sistema tradicional de venda de armamentos a Taiwan. Pelo sistema antigo, a venda de armamentos estava restrita a uma única negociação por ano. Com o novo procedimento, Taiwan pode solicitar e comprar artigos de defesa e treinamento militar quantas vezes quiser, basta haver a autorização do presidente norte-americano para a realização do negócio. (Brookes, 2003: 5)

Adicionalmente, o Comitê de Relações Internacionais da Câmara norte-americana aprovou em maio de 2001 uma lei que concedeu a Taiwan o statu de “aliado maior extra-OTAN”. Poucas semanas depois a lei foi aprovada pelo plenário da Câmara. Pouquíssimos países desfrutam dessa condição, entre eles estão: Coreia do Sul; Japão; Egito; Austrália; Israel. A elevação de Taiwan a essa condição significa que ela tem prioridade na ordem de recebimento de materiais militares, e que ela tem direito de participar de pesquisas e projetos conjuntos. (Sheng, 2002)

Também em maio, a Casa Branca concedeu um visto de trânsito ao presidente Chen, para que ele “descansasse” nos Estados Unidos antes de completar sua viagem à América Central. Nessa ocasião, Chen ficou três dias em Nova York, onde se encontrou com o prefeito Rudolph Giuliani e vinte congressistas norte-americanos. Depois de Nova York, Chen ainda foi a Houston (Texas) para visitar o deputado republicano Tom DeLay, um dos principais lobistas de Taiwan em Washington. A complacência do governo Bush para com as visitas e aparições públicas de Chen, contrastou significativamente com a abordagem adotada pela administração anterior. Isso porque, em agosto de 2000 quando Chen recebeu visto de trânsito para “descansar” em Los Angeles, o presidente Clinton proibiu os membros do executivo federal de se reunirem

com o líder taiwanês. Além disso, o presidente Clinton pressionou o governo de Taipé para que não aceitasse os convites dos congressistas norte-americanos, especialmente os que envolvessem aparições públicas. (Hickey, 2004; Shih, 2004)

Além disso, em junho o governo norte-americano propôs que as negociações entre China e Taiwan fossem retomadas, sem abordar o princípio de “uma China”. A atitude de Washington foi um tanto surpreendente, em primeiro lugar, porque em raríssimos casos ela solicitou que as conversações fossem reatadas. Em segundo lugar, porque desde o início do diálogo entre Taipé e Beijing (começo dos anos 1990), Taiwan tem buscado abordar temas técnicos, sem tratar do princípio de “uma China”. Em 1999, quando o presidente Clinton pressionou para que as conversações fossem retomadas, ele o fez apoiando a reivindicação chinesa de tratar dos assuntos políticos, ou seja, do princípio de “uma China”. (Sheng, 2002)

O presidente Bush ainda concedeu permissão a Chen para realizar uma nova “visita de trânsito” aos Estados Unidos em dezembro de 2001. Nessa ocasião, o presidente da RC reuniu-se com cerca de vinte e cinco parlamentares norte-americanos em Nova York. No mês seguinte novamente o presidente Bush concedeu uma “visita de trânsito” a uma alta autoridade de Taiwan, dessa vez foi a vice-presidente Annette Lu que se encontrou com vários congressistas. (Dumbaugh, 2006: 13-14)

A Casa Branca também permitiu que o Ministro da Defesa de Taiwan participasse (em caráter “não oficial”) de uma conferência em Washington, realizada em março de 2002.⁴¹ Nessa visita – inédita desde o fim das relações oficiais entre Washington e Taipé – o ministro da RC reuniu-se a portas fechadas com o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz por cerca de duas horas. (International Crisis Group, 2003: 27-28) Em seu discurso na conferência, Wolfowitz declarou que:

⁴¹ O título da conferência era “*The United States –Taiwan Defense Summit, 2002*”.

“Como o presidente Bush e outros têm dito, **os Estados Unidos estão comprometidos a fazer o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender.** Nossa posição é clara. **Não apoiamos** a independência de Taiwan, mas nos opomos ao uso da força.” (*apud.*, Brookes, 2003: 2 – tradução nossa, ênfase acrescida)

Wolfowitz claramente reiterou a declaração do presidente Bush (“o que for preciso para ajudar Taiwan a se defender”). Além disso, é importante notar que o “não apoiar” a independência de Taiwan, conforme anunciado pelo subsecretário de Defesa, não representa uma concessão ao governo chinês, pois “não apoiar” é algo bem diferente de “ser contra”. “Não apoiar” implica apenas em não fazer nada em favor, ou seja, demonstra neutralidade. Ao passo que “ser contra” a independência demonstraria parcialidade, no caso, de Washington em favor de Beijing. Por essa razão, os Estados Unidos apenas afirmam que “não apoiam” a independência de Taiwan.

Em abril de 2002, o presidente Bush assinou uma lei que comprometeu os Estados Unidos a apoiar o ingresso de Taiwan na Organização Mundial da Saúde, na condição de observador. Essa era uma antiga demanda de Taipé, levada adiante pelo presidente Chen através de uma ampla campanha publicitária nos Estados Unidos. (Swaine, 2005) Durante a reunião anual dos Ministros de Defesa da região Ásia-Pacífico, realizada em Cingapura no dia 2 de julho de 2002, Wolfowitz voltou a afirmar que os Estados Unidos fariam “tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender de um ataque chinês”. (*apud.*, International Crisis Group, 2003: 29 – tradução nossa)

Ainda em julho, a RPC anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a pequena República de Nauru, que recentemente havia rompido os laços diplomáticos com Taiwan. Para Chen isso significava que a despeito de sua moderação – o que lhe trazia severos custos políticos, dentro e fora de seu partido – Beijing

continuava a cooptar os poucos Estados que ainda possuíam relações oficiais com Taipé. (Bush, 2005) Naquele momento, o presidente Chen decidiu proferir uma declaração bombástica. Deste modo, em agosto de 2002, durante o 29º Encontro Anual da Federação Mundial das Associações Taiwanesas (FMAT)⁴², o presidente Chen abandonou a moderação afirmando que:

“Taiwan não é uma parte de outro país, nem é um governo local ou província de outro país. Taiwan nunca poderá ser outra Hong Kong ou Macau, porque Taiwan sempre foi um Estado soberano. Em suma, Taiwan e China permanecem em lados opostos do estreito, **há um país em cada lado**. Isso deveria estar claro.” (Taiwan, 2002 – tradução nossa, ênfase acrescida)

Essa declaração ficou conhecida como “um país em cada lado” e representou uma importante reviravolta nas relações entre Taiwan, Estados Unidos e China. Até esse pronunciamento, o 11 de setembro havia tido pouco significado para as relações entre Washington e Taipé.

Entretanto, quando Chen abandonou a moderação tudo mudou para Taiwan, pois se os Estados Unidos consentissem com a radicalização do presidente da RC, estariam colocando em risco o apoio de Beijing no combate ao terrorismo, o qual era importante por várias razões. Em primeiro lugar, porque os serviços de inteligência da China possuíam valiosas informações a serem compartilhadas com a inteligência norte-americana. Em segundo lugar, porque os Estados Unidos precisavam do apoio chinês no Conselho de Segurança da ONU. Em terceiro, porque Washington necessitava da cooperação de Beijing para acabar com as exportações chinesas de produtos sensíveis, especialmente as de mísseis balísticos e de material nuclear. (Kan, 2005: 1-2, 6)

Sob essas condições, o governo Bush decidiu adotar uma nova postura para Taiwan, no intuito de preservar a cooperação chinesa na “Guerra ao Terrorismo”.

⁴² A FMAT é uma organização pró-independência. Em seu encontro anual reúnem-se os militantes da independência espalhados pelo mundo.

Assim, depois do exaltado discurso de Chen, nenhuma alta autoridade da administração Bush voltou a afirmar que “os Estados Unidos fariam tudo o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se defender”.

Contudo, a cooperação militar entre Taipé e Washington permaneceu praticamente inabalada, mesmo após a moderação da retórica das autoridades norte-americanas. A cooperação militar entre Estados Unidos e Taiwan havia sido intensificada em 1997, após a crise de 1995-96. Nesse evento, o governo norte-americano percebeu que sabia muito pouco sobre as forças armadas da RC e, que seus canais de comunicação seriam tremendamente insuficientes em um eventual cenário de guerra contra a China. Até a crise, as relações militares entre as duas partes estavam praticamente limitadas à venda de armamentos norte-americanos a Taiwan.

Porém, desde 1997 Washington enviava regularmente conselheiros militares para auxiliar na absorção e assimilação dos armamentos adquiridos pelas Forças Armadas da ilha. Além disso, o governo Clinton também enviou alguns grupos de militares para avaliar as capacidades bélicas da RC (treinamento, logística, inteligência, etc.) e, deu início ao Diálogo Estratégico de Defesa com o comando militar da RC, o qual desde 1997 se reúne anualmente com oficiais de alta patente das Forças Armadas dos Estados Unidos. Entretanto em 2001 o governo Bush intensificou substancialmente esse tipo de atividade, pois passou a enviar um número muito maior de conselheiros e de grupos de avaliação a Taiwan, além de aumentar a visibilidade do Diálogo Estratégico de Defesa. Um bom exemplo disso pôde ser visto em junho de 2003, quando Paul Wolfowitz recebeu o vice-Ministro da Defesa da RC em Washington (no Pentágono), ao invés de recebê-lo em Monterrey, como de costume. (Chase, 2005)

1.4.5 - O significado da “claridade estratégica”

As ações de Washington em favor de Taipé contribuíram fortemente para o fim da moderação de Chen. Isso porque, o governo norte-americano enviou diversos sinais de apoio a Taiwan, exatamente no momento em que os Estados Unidos não deveriam fazê-lo, pois se desejavam manter o apoio da China, no que era preciso assegurar a moderação de Chen. Porém, ao invés disso, Washington acabou reforçando a confiança do presidente de Taiwan em seu respaldo militar, incentivando-o a provocar Beijing.

Tradicionalmente, a política de “ambiguidade estratégica” permitia a Washington realizar uma **dupla dissuasão**, pois com esta política os Estados Unidos conseguiam dissuadir a China de atacar Taiwan, ao mesmo tempo em que dissuadiam Taiwan de declarar independência e de realizar ações provocativas. (Christensen, 2002; Yang, 2006) Porém, com as ações do governo Bush em 2001 e 2002, os Estados Unidos acabaram dissuadindo apenas a China, enquanto que Taiwan percebia as ações de Washington como uma espécie de “cheque em branco” para fazer o que desejasse.

O abandono do efeito de dupla dissuasão foi uma consequência direta da “claridade estratégica”, pois sob tal política caberia a Washington determinar o que representaria uma alteração unilateral no statu quo entre Beijing e Taipé. Em outras palavras, com a explicitação de sua disposição em defender Taiwan caso a ilha fosse atacada sem declarar independência (“claridade estratégica”), a Casa Branca teria que esclarecer, inequivocamente, quais seriam as medidas políticas e jurídicas que representariam uma declaração de independência por parte de Taipé. Da mesma forma, Washington teria que determinar, claramente, quais os tipos de ações militares da China contra Taiwan que deflagrariam a intervenção norte-americana.

Como o governo Bush optou por uma política de “claridade estratégica” desprovida de parâmetros para seu envolvimento militar, tal política estimulou um

comportamento imoderado por parte de Taipei e acelerou o ritmo da modernização militar por parte da RPC.

Contudo, mesmo que o governo Bush implementasse tal política com parâmetros claros, ela ainda seria capaz de produzir algumas dificuldades, pois estabelecendo uma linha vermelha para Taipé e Beijing, a aposta seria maior, ao menos em termos de credibilidade do compromisso dos Estados Unidos com a defesa de seus aliados. Isso significa que, se um dos dois lados cruzasse tal linha vermelha e Washington não reagisse, sua credibilidade seria fortemente abalada, e dificilmente o governo norte-americano teria como justificar sua inação. Já com uma política de “ambiguidade estratégica”, seria muito mais fácil para a Casa Branca justificar uma eventual não intervenção, pois para essa política funcionar os limites da ação de Taipé e Beijing não precisam estar minuciosamente claros, basta a China saber que não deve tomar ou atacar Taiwan, ao passo que o governo da ilha precisa apenas ter em mente que não deve declarar independência nem ameaçar a RPC com tais medidas.

Adicionalmente, ao estabelecer parâmetros objetivos, em tese Washington só poderia agir depois que uma das partes ultrapassasse os limites determinados. Enquanto isso não acontecesse, o governo norte-americano teria de permanecer como expectador, pois se os limites estivessem claros e as duas partes estivessem integralmente cientes, não haveria justificativa para agir preventivamente. O resultado disso seria que, provavelmente, teríamos uma disputa mais acirrada entre Taipé e Beijing, pois o conflito político (e eventualmente militar) tenderia a escalar para um patamar próximo à fronteira determinada por Washington. Nesse cenário, os riscos de um conflito seriam maiores do que os produzidos pela política de “ambiguidade estratégica”.

Naturalmente, muitas instituições e indivíduos nos Estados Unidos perceberam que a “clareza estratégica” tinha problemas, com ou sem o estabelecimento de uma

linha vermelha. Contudo, o governo Bush optou por uma ideologicamente agressiva e politicamente arriscada.

1.4.6 - A volta da “ambiguidade estratégica”

Após o governo Bush perceber os efeitos negativos de sua política para Taiwan, a Casa Branca passou a pressionar Taipé para retomar as negociações com Beijing, o que dessa vez requeria o reconhecimento do princípio de “uma China” por parte do governo de Chen. Diante da nova disposição dos Estados Unidos, o presidente da RC declarou ao jornal *Washington Post* em outubro de 2003 que, “Taiwan não é uma província de um país, nem um estado de outro”. (Washington Post, 2003) Chen queria deixar claro que não seria intimidado nem pelos chineses nem pelos norte-americanos.

Em novembro de 2003, com a lei de referendo em vias de aprovação no legislativo, o presidente da RC declarou que convocaria um “referendo defensivo”, realizado juntamente com a eleição presidencial programada para março de 2004. No referendo, os taiwaneses deveriam responder se eram favoráveis ou não ao orçamento especial de defesa que estava tramitando no congresso. Com esse orçamento especial, seriam adquiridos dos Estados Unidos importantes sistemas antimísseis, o que segundo o presidente era urgente em vista do aumento constante dos mísseis chineses mirados em Taiwan. Chen decidiu realizar este anúncio antes mesmo da aprovação da lei, em função da viagem do premiê chinês aos Estados Unidos, prevista para início de dezembro. Beijing se opôs à consulta, pois temia que o presidente Chen iniciasse uma política de referendo para, futuramente, declarar independência por meio deste tipo de consulta popular. (Shih, 2004) No dia 9 de dezembro, o premiê chinês Wen Jiabao reuniu-se com o presidente Bush na Casa Branca. Ao lado de Wen, Bush afirmou que:

“A política do governo dos Estados Unidos é ‘uma China’, baseada nos três Comunicados e no *Taiwan Relations Act*. Nos opomos a qualquer decisão unilateral da China ou de Taiwan de alterar o statu quo. E, **as declarações e as ações realizadas pelo líder de Taiwan indicam que ele pode estar disposto a tomar decisões unilaterais para alterar o statu quo, o que nos opomos.**” (United States, 2003a – tradução nossa, ênfase acrescida)

Nesse ponto, a Casa Branca havia percebido que precisava mandar uma mensagem clara para o governo de Taipé, pois caso contrário, Chen continuaria elevando a tensão entre as duas margens do estreito com suas ações provocativas. Assim, o governo Bush utilizou a visita de Wen Jiabao para aumentar o impacto político de sua declaração, no intuito de assegurar que a liderança de Taiwan entendesse corretamente a mensagem. Deste modo, ao expor abertamente sua oposição às ações provocativas de Chen e, sobretudo, ao reafirmar a centralidade dos documentos fundantes da política de “ambiguidade estratégica” (os três comunicados conjuntos e o TRA), ao lado do premiê chinês, o presidente Bush estava anunciando ao governo de Taipé (e de Beijing) que a política externa dos Estados Unidos voltaria a ser regida pela tradicional política de “ambiguidade estratégica”. Esse era o fim da “clareza estratégica”.

Durante os primeiros anos do governo Bush, ele adotou uma política de “clareza estratégica” desprovida de critérios objetivos para seu envolvimento militar, o que estimulou um comportamento mais propenso ao risco por parte do governo em Taipé. No fim de 2003, após pressões internas e externas, as consequências negativas de sua nova política, o governo Bush voltou à tradicional “ambiguidade estratégica”, em função da necessidade de reduzir a tensão com a China após a invasão estadunidense do Iraque naquele ano.

Durante todo o período analisado, Beijing buscou barrar as manobras independentistas de Taiwan, seja pressionando Washington, cooptando os países que reconheciam a RC, ou ameaçando a ilha com o uso da força. Isto porque com a Crise de

1995/96 ficou evidente para a RPC que não era possível fazer concessões às forças políticas da RC. Desde as crises de meados da década de 1990 forjou-se um crescente consenso na liderança chinesa em relação à situação de Taiwan, e neste consenso não há espaço concessões políticas nem para vacilação diante da opção militar. A aprovação da Lei Anti-Secessão em 2005 pelo Congresso do Povo é mais um indicador da força do referido consenso.

Após a análise dos quatro casos/momentos chegou-se às seguintes conclusões. A questão de Taiwan foi o tema central nas relações entre Estados Unidos e China no imediato Pós-Guerra Fria, em função do expressivo crescimento das forças independentistas da ilha a partir do início dos anos 1990. Além disso, a credibilidade do compromisso estratégico dos Estados Unidos no Leste Asiático foi atada à situação de Taiwan, com sérias implicações e riscos, inclusive para as relações com o Japão e a Coreia do Sul.

No tocante ao episódio do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, o governo de Beijing se viu dividido, pois o incidente reabriu a discussão no Birô Político sobre as diretrizes da política externa da RPC para os Estados Unidos. Parte do Birô Político defendia uma postura de confrontação, enquanto a liderança desejava utilizar o episódio para extrair concessões do governo norte-americano. Apesar da intensa disputa interna, Jiang Zemin conseguiu extrair tais concessões.

Já no incidente do EP-3, os Estados Unidos não assumiram a culpa pelo acontecido, sendo que o ganho mais importante para Beijing foi a redução dos voos de reconhecimento norte-americanos. Além disso, neste episódio não se observou dissensos significativas dentro da liderança chinesa, fruto do novo consenso para orientar a política externa da China para os Estados Unidos.

Quanto à política de “ambiguidade estratégica”, percebeu-se que ela ainda afigura-se como a melhor fórmula política e diplomática à disposição do governo norte-americano, uma vez que garante flexibilidade à política externa dos Estados Unidos, além de gerar um importante efeito de dupla dissuasão sobre China e Taiwan. A postura do governo chinês no período analisado na última seção indica a existência de um forte consenso político na liderança chinesa diante da questão de Taiwan. Este consenso foi criado com a Crise de 1995/96 e não deixa margem para concessões políticas às forças políticas da ilha, nem admite dúvida com relação ao uso da força contra Taiwan. O quadro apresentado abaixo sintetiza as principais conclusões deste capítulo.

Quadro 1 - Crises e Resultados na Interação Política Washington-Beijing

Crise	Estreito (1995/96)	Embaixada (1999)	EP-3 (2001)	Claridade Estratégica (2001-2003)
Tipo de Crise	Política e Militar	Política (com substanciais implicações militares)	Política (com substanciais implicações militares)	Política (com substanciais implicações militares)
Tipo de Resposta	Ameaça do uso da força	Intensa pressão diplomática e Ameaça do uso da força	Intensa pressão diplomática	Intensa pressão diplomática e; Ameaça do uso da força
Consequências para a RPC	Formação de novo consenso sobre Taiwan; Deterioração do panorama securitário no Leste Asiático	Formação de novo consenso sobre EUA	Política de Claridade Estratégica	Estabilização da relação com Taiwan
Concessões dos EUA	Mudança de política para Taiwan	Apoio ao ingresso da RPC na OMC	Redução dos voos de reconhecimento	Mudança na política para Taiwan
Consenso político na liderança chinesa	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelo autor

CAPÍTULO 2

CHINA E ESTADOS UNIDOS:

capacidades militares e econômicas comparadas

Neste capítulo serão realizados dois estudos de caso, um versando sobre as capacidades militares e econômicas da China (1ª seção), e outro sobre as dos EUA (2ª seção). No tocante às capacidades bélicas, serão analisados os orçamentos de defesa dos referidos países, bem como sua taxa de crescimento e de investimento em pesquisa militar. Quanto às capacidades econômicas, serão analisadas as taxas de crescimento do PIB dos referidos países assim como os principais desafios de curto, médio e longo prazo de cada economia. Subsequentemente, os dois estudos de caso serão comparados (3ª seção).

O que se pretende determinar, em primeiro lugar, é a taxa diferencial de capacidade militar e econômica entre EUA e China, que será classificada da seguinte forma: 1) baixa, média ou alta. Em segundo lugar, pretende-se determinar a tendência na taxa diferencial de poder militar e econômico, que será categorizada do seguinte modo: 2) estabilizada, crescente, decrescente, ou rapidamente decrescente.⁴³

PARTE I: China

⁴³ Uma análise a partir de dados agregados tende a superdimensionar a capacidade militar dos Estados que mais investem em defesa, distorcendo a distribuição de poder entre os atores em questão. Por outro lado, este tipo de análise é capaz de informar a capacidade de sustentação logística da grande estratégia de um Estado, possibilitando comparações tanto em termos absolutos (o país comparado a ele mesmo em diferentes momentos) quanto em termos relativos (o país comparado aos seus pares internacionais). Entende-se que o equívoco de estudos como Wohlforth (1999), Wohlforth & Brooks (2002), e Brooks & Wohlforth (2008) reside justamente na distorção inerente às análises de polaridade realizadas exclusivamente com dados agregados, ou seja, sem considerar os inventários militares bem como a capacidade de combate dos atores. Por essa razão, no capítulo 3 deste estudo será analisada a capacidade de combate da China à luz das capacidades aeronavais estadunidenses baseadas no Leste Asiático.

2.1. O Orçamento de Defesa da China desde 1950

Desde a fundação da RPC em 1949, o ELP tem enfrentado inúmeros problemas em termos orçamentários, pois em diversos momentos sua dotação foi sensivelmente reduzida, constringendo severamente a capacidade de operação das forças armadas. As flutuações no volume de recursos dispensado ao ELP podem ser observadas na tabela abaixo.

Tabela 1: Taxa de crescimento do orçamento de defesa chinês entre 1950 e 1988

Ano	Orçamento de Defesa Oficial (bilhões de Yuans)	Percentual do gasto público	Percentual de Aumento/Redução
1950	2.8	41.1	N/d
1951	5.2	43.0	89.0
1952	5.7	32.9	9.0
1953	7.5	34.2	29.0
1954	5.8	24.6	- 29.0
1955	6.5	24.1	12.0
1956	6.1	20.0	- 7.0
1957	5.5	18.1	- 11.0
1958	5.0	12.2	- 10.0
1959	5.8	10.5	16.0
1960	5.8	8.9	0
1961	5.7	13.6	- 16.0
1962	5.7	18.7	14.0
1963	6.6	19.6	16.0
1964	7.3	18.3	11.0
1965	8.7	18.6	19.0
1966	10.1	18.7	16.0
1967	8.3	18.8	- 22.0
1968	9.4	26.1	13.0
1969	12.6	24.0	34.0
1970	14.5	22.4	15.0
1971	16.9	23.2	17.0
1972	15.9	20.8	- 6.0
1973	14.5	18.0	- 10.0
1974	13.3	16.9	- 9.0
1975	14.2	17.4	7.0

1976	13.4	16.7	- 6.0
1977	14.9	17.7	11.0
1978	16.8	15.1	13.0
1979	22.3	17.5	33.0
1980	19.3	16.0	-15.0
1981	16.8	14.7	- 15.0
1982	17.6	15.3	5.0
1983	17.7	13.7	1.0
1984	18.1	11.7	2.0
1985	19.1	10.4	6.0
1986	20.1	8.6	5.0
1987	21.0	8,6	4.0
1988	21.8	8.1	4.0

Fonte: Shambaugh (2004: 188-189)

Como se pode observar na tabela acima, a média histórica de gasto do governo central com a defesa foi de 16,7% das receitas totais do governo central. Vale lembrar que a tabela apresenta apenas os números oficiais do orçamento militar da China, os quais não incluem quantias substanciais em termos de gastos e investimentos (este assunto será aprofundado adiante). Além disso, entre as décadas de 1950 e 1980 o percentual do PIB gasto em defesa era de aproximadamente 6,35%. Contudo, a partir do fim dos anos oitenta este valor começou a cair rapidamente, atingindo uma média de 1,4% do PIB no fim dos anos noventa. (Shambaugh, 2004)

Entre as décadas de 1950 e 1980, o gasto chinês em defesa foi dividido de maneira muito desigual entre os diversos ramos do ELP, pois as forças terrestres receberam em média 50,23% do orçamento, enquanto que a força aérea recebeu 31.37%, ao passo que a marinha ficou com apenas 18,4%. A prioridade do ELP para as forças terrestres refletia a doutrina militar empregada no período em tela, ou seja, foi resultado da doutrina da “Guerra do Povo”, que previa o emprego massivo de homens em uma guerra de desgaste, que aproveitasse ao máximo a profundidade estratégica oferecida pelo território chinês. (Shambaugh, 2004; Pillsbury, 2000)

As inúmeras variações no gasto de defesa observadas na tabela acima expressam tanto problemas internos quanto externos enfrentados pela China no período em tela. Em 1951 o orçamento cresceu substancialmente, em virtude do início da Guerra da Coreia. O fim da guerra ocasionou uma forte redução da dotação orçamentária, porém, a crise no Estreito de Taiwan, ocorrida entre 54 e 55 contribuiu para uma parcial recomposição do orçamento. Como se lê na tabela acima, o montante disponível ao ELP foi reduzido até 1958, quando uma segunda crise no Estreito de Taiwan obrigou Beijing a elevar seus gastos com as forças armadas. Contudo, entre 1959 e 1961 o orçamento de defesa chinês conheceu nova redução, correspondendo ao período do chamado “Grande Salto Adiante”, que consistiu em uma iniciativa de Mao Zedong para acelerar o crescimento da economia chinesa. No entanto, o Grande Salto resultou em um desastre econômico, pois debilitou severamente a agricultura e a indústria do país, gerando graves problemas de abastecimento de gêneros essenciais, levando milhões de chineses a morte por inanição. (Shambaugh, 2004; Fairbank, 2006)

A eclosão do conflito com a Índia em 1962 levou a novo aumento dos recursos destinados ao ELP, apesar de a China ainda não ter se recuperado dos problemas econômicos decorrentes do Grande Salto. Em resposta ao crescente envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã a partir de 1962, Beijing manteve constante o incremento orçamentário da defesa. Entretanto, em 1967 os recursos do ELP começaram a diminuir no contexto da Revolução Cultural iniciada no ano anterior por Mao, que mobilizou os estudantes em uma campanha de purificação ideológica, em que o dissenso político era severamente punido. Com essa manobra, Mao conseguiu encurralar seus adversários dentro do partido e assim retomar a integralidade de seu poder, reduzido após os resultados do Grande Salto. Apesar dos efeitos adversos da Revolução Cultural para a economia chinesa, o orçamento militar aumentou visivelmente no período entre 1968

e 1971, em virtude do acirramento da tensão entre os governos de Moscou e Beijing, que além das divergências políticas que resultaram na ruptura sino-soviético de 1959, ainda possuíam disputas fronteiriças, que se tornaram escaramuças armadas em 1969. Com a reaproximação entre o governo norte-americano e o chinês em 1971, os recursos destinados ao ELP novamente foram reduzidos, até que em 1979 voltaram a crescer, em função da guerra entre China e Vietnã. Apesar disso, tal incremento não se sustentou por muito tempo, pois a década de 1980 foi marcada por menos recursos para o ELP, sendo o ano de 1982 a única exceção, ano em que a RPC anunciou sua “política externa independente” e começou a distanciar-se dos Estados Unidos. (Shambaugh, 2004; Fairbank, 2006)

Como se pode ver na tabela acima, os picos no orçamento de defesa chinês estiveram em forte consonância com as ameaças externas enfrentadas pela RPC a partir de 1949. Em outras palavras, o que se observa não é uma postura militar agressiva e expansionista, mas uma postura defensiva e reativa. Portanto, em termos históricos a RPC não pode ser retratada como potência revisionista.

2.2. O Orçamento de Defesa chinês desde 1989

Entre 1979 e 1989, o orçamento de defesa chinês foi elevado a uma taxa média de 1,23% ao ano, enquanto que a inflação média do período foi de 7,49%. Isso fez com que, anualmente, o orçamento caísse 5,83%. Porém, a partir de 1989 o orçamento militar começou a ser significativamente elevado, como podemos observar na tabela abaixo. (China, 2006c)

Tabela 2: Taxa de crescimento do orçamento de defesa chinês 1989-2010

Ano	Orçamento Oficial (em bilhões de Yuans)	Percentual de Aumento
1989	25,2 (G)	20,20
1990	29,0 (G)	15,10
1991	32,5 (G)	12,10
1992	37,0 (G)	13,80
1993	43,2 (G)	16,80
1994	52,0 (G)	20,40
1995	63,6 (F)	22,30
1996	72,0 (F)	13,20
1997	81,2 (F)	12,77
1998	93,4 (E)	15,02
1999	107,6 (E)	15,20
2000	120,7 (D)	12,17
2001	144,2 (D)	19,46
2002	170,7 (C)	18,37
2003	190,7 (C)	11,71
2004	220,0 (B)	15,36
2005	247,4 (B)	12,45
2006	297,9 (A2)	20,41
2007	355,4 (A2)	19,32
2008	417,8 (A1)	17,50
2009	495,1 (A1)	18,50
2010	532,1 (A1)	7,5

Fonte: (A1) China (2011b); (A2) China (2008); (B) China (2006c); (C) China (2004); (D) China (2002); (E) China (2000); (F) China (1998); (G) Shambaugh (2005: 81).

Entre 1989 e 2010 o orçamento de defesa chinês cresceu a uma taxa média de 15,9% ao ano. Isso significa que a cada cinco anos ele dobrou de tamanho. Como a inflação média do período foi de 5,2%, o crescimento anual real foi de 10,7%. Apesar disso, em 2009 o orçamento militar representou apenas 1,4% do PIB chinês, ou 6,49% do orçamento governamental. (China, 2011) Embora o orçamento militar da China tenha crescido rapidamente desde 1989, um grande hiato ainda o separa do orçamento militar dos Estados Unidos, pois em 2009 Washington gastou 697,7 bilhões de dólares com a defesa. (IISS, 2011: 46)

Entretanto, o hiato entre China e Estados Unidos é um pouco menor do que os números oficiais revelam, pois no orçamento de defesa chinês não estão incluídos os gastos com a aquisição de armamentos do exterior, os investimentos em pesquisa militar, os gastos com a Polícia Armada do Povo (PAP) e, os subsídios estatais para a indústria bélica nacional.⁴⁴

A aquisição de armamentos do exterior é feita com fundos extraordinários controlados pelo Conselho de Estado. O governo estadunidense estima que Beijing adquira anualmente cerca de três bilhões de dólares em equipamentos importados, os quais em sua grande maioria provêm da Rússia. (Crane, et. al., 2005: 104) Já os recursos à pesquisa militar advém do “Fundo Geral para Pesquisa e Desenvolvimento” e, do “Fundo para Promoção de Novos Produtos”. (Bitzinger, 2003a: 182; Bitzinger, 2003b)

A Polícia Armada do Povo (PAP), por sua vez, é composta por 660 mil homens, e sua missão primária, como força constabular, é manter a segurança de fronteiras e prover ordem pública interna para a RPC, enquanto sua missão secundária é constituir força auxiliar para o ELP em caso de guerra. Ela se reporta à Comissão Militar Central, assim como o ELP. No entanto, a PAP também está sob a autoridade do Ministério da Segurança Pública. A PAP é paga pelo Ministério da Segurança Pública, pelos demais ministérios que utilizam serviços da PAP, bem como pelas localidades onde elas são deslocadas (*deployed*). (Blasko, 2005; Crane, et. al., 2005)

Em vista destes elementos excluídos, a agência de inteligência do Departamento de Defesa dos EUA estimava, em 2006, que o orçamento militar da China fosse de duas a três vezes maior do que o valor divulgado por Beijing. (United States, 2006: 20) Apesar de bastante elevada, esta estimativa aponta uma tênue trajetória de redução nas

⁴⁴ No caso norte-americano o que fica fora do orçamento do Pentágono é, basicamente, o gasto do Departamento de Energia com a defesa.

avaliações de Washington a respeito da capacidade bélica chinesa, pois em 2003 o Pentágono estimava que o orçamento militar da China fosse aproximadamente 3,25 vezes maior do que o valor oficial. (United States, 2003: 41)

No entanto, em 2005 um grupo de analistas da RAND Corporation divulgou uma estimativa bastante diferente, ao afirmar que os gastos militares da RPC são algo entre 1,4 e 1,7 vezes maior do que o valor anunciado. A estimativa da RAND nos parece muito mais confiável do que a do Pentágono, pois a equipe da RAND rastreou os gastos de defesa que não estão incluídos no orçamento oficial, os quais se encontram diluídos entre cidades, províncias e governo central. Tal procedimento nunca foi realizado pelo Departamento de Defesa, o que torna sua avaliação bastante especulativa. (Crane, et. al., 2005: 133-134) Em 2007 a avaliação da RAND foi significativamente corroborada pelo *International Institute of Strategic Studies* (IISS, 2007: 341), que após levantar os gastos militares da China no ano de 2004, concluiu que o orçamento de defesa chinês naquele ano foi 1,7 vezes maior do que o valor divulgado por Beijing.

2.3. Os Negócios do ELP

Em 1998 os recursos do ELP tiveram uma importante redução, pois em 15 de dezembro o governo chinês anunciou que o ELP estava impedido de continuar exercendo atividades empresariais. A isso, seguiu-se um breve período de avaliação dos bens do ELP e de transferência de tais bens para o governo central, ou para os governos das províncias e/ou locais. Durante a era maoísta, os negócios do ELP concentravam-se, basicamente, em fazendas e fábricas de roupas para atender as necessidades logísticas das forças armadas. Esses dois tipos de empreendimento tornavam os militares autossuficientes, tanto em termos de alimentação quanto de vestuário. Com o início do

processo de reforma econômica no fim dos anos setenta, os militares receberam permissão para “comercializar” sua infraestrutura. O governo chinês adotou tal medida como compensação ao reduzido orçamento de defesa da época, porém, essa decisão trouxe grandes mudanças ao ELP, pois no final dos anos oitenta, ele já possuía um vasto conjunto de ativos, formados por aproximadamente 20 mil empresas. Tais negócios incluíam uma ampla gama de serviços e produtos, indo desde discotecas e pequenas lojas, até grandes hotéis e fábricas, muitas das quais produziam armamentos para exportação. (Crane, et. al., 2005; Mulvenon, 2001)

Após a proibição de 1998, os militares conseguiram manter a maioria de suas fazendas e fábricas de roupas, pois alegaram que não se tratavam de empreendimentos comerciais, e sim produtivos, fundamentais para o abastecimento e manutenção das tropas. Com isso, o ELP voltou às suas características empresariais pré-1978. O governo chinês comprometeu-se a fornecer anualmente 4 a 5 bilhões de yuans⁴⁵ ao ELP, para compensá-lo pelos seus antigos negócios. Deste modo, o alto comando militar decidiu apoiar a iniciativa do governo, pois para ambos era uma oportunidade de pôr fim à corrupção que grassava nos negócios do ELP, o que maculava severamente a imagem da instituição, tanto domesticamente quanto internacionalmente. (Crane, et. al., 2005; Mulvenon, 2001)

2.4. O Orçamento de Defesa Chinês Comparado

Em 2005, o orçamento de defesa chinês era o sexto maior do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França e Alemanha, como podemos ver na tabela 3.

⁴⁵ Algo entre 500 e 600 milhões de dólares pelo câmbio da época.

Tabela 3: Comparação entre os seis maiores orçamentos de defesa de 2005

Países	Gastos em Defesa (US\$ Bilhões)	Percentual do PIB
Estados Unidos	495,3	4,0
França	53,1	2,5
Reino Unido	51,6	2,3
Japão	43,9	1,0
Alemanha	38,0	1,4
China	29,5	1,3

Fonte: IISS (2007: 346, 406, 408).

Em 2010, porém, a situação já era bastante diferente, conforme a mesma fonte, conforme se pode ver na tabela 4.

Tabela 4: Comparação entre os seis maiores orçamentos de defesa de 2010

Países	Gastos em Defesa (US\$ Bilhões)	Percentual do PIB
1° Estados Unidos	692,8	4,7
2° China	76,4	1,3
3° Reino Unido	56,5	2,5
4° Japão	52,8	1,0
5° Arábia Saudita	45,2	10,4
6° França	42,6	1,6

Fonte: IISS (2011: 469)

Ao se comparar as duas tabelas, é possível perceber como mudou a posição chinesa, pois em 2005 o orçamento do ELP ocupava a sexta posição, enquanto que, cinco anos depois, havia subido para a segunda colocação, o que sem dúvida é um feito bastante significativo.

Vale destacar que nas duas tabelas apresentadas acima, utilizou-se somente o valor oficial do orçamento de defesa chinês, ou seja, talvez o avanço da RPC seja ainda

mais substancial, pois se multiplicarmos o valor oficial do orçamento de 2010 (US\$ 76,4 bilhões) por 1,7 vezes, chegaremos à soma de US\$ 129,88 bilhões. Entretanto, este número ainda seria cerca de 5,33 vezes menor do que o orçamento de defesa dos Estados Unidos.

Por outro lado, tal soma representaria apenas 2,2% do PIB chinês contra os 4,7% de Washington. Deste modo, se Beijing decidisse elevar o percentual do PIB gasto em defesa para os mesmos 4,7% dos Estados Unidos, seu orçamento real seria de US\$ 277,06 bilhões.

Em outras palavras, trata-se de algo muito próximo aos níveis do orçamento de defesa do governo estadunidense ao final da administração Clinton, uma vez que em 2000 o congresso aprovou um orçamento de US\$ 316 bilhões de dólares para a defesa (dólares corrigidos até 2011). (U.S Department of Defense, 2011: 22) Evidentemente se pode alegar que os US\$ 316 bilhões aprovados em 2000 representaram apenas 3,3% do PIB dos Estados Unidos em 2001, contra os 4,7% do comparativo. (IISS, 2011: 44)

Contudo não se pode esquecer que naquele momento, o governo estadunidense encontrava-se em uma situação fiscal muito distinta, pois em 2000 apresentou um superávit fiscal de US\$ 236 bilhões, ao passo que em 2010 o governo registrou um déficit de US\$ 1.293 trilhões. (U.S Department of Defense, 2011: 3)

Em suma, Beijing pode equiparar seu orçamento de defesa ao registrado por Washington às vésperas dos atentados de 11 de Setembro, o qual não representava um fardo excessivamente pesado para a economia norte-americana. Porém, este não é o caso do orçamento de defesa dos Estados Unidos após o 11 de Setembro, uma vez que a soma de US\$ 692,8 bilhões (ou 4,7% do PIB) para um governo muito deficitário (e com uma economia em recessão) é notoriamente insustentável e artificial, pois totalmente incompatível com sua situação fiscal. Deste modo, um dos grandes desafios de

Washington na próxima década é voltar a ter um orçamento de defesa racional e sustentável, como será visto na seção II.

É importante, também, notar a aparente estagnação no orçamento de defesa do Japão, o que resulta de seus baixos índices de crescimento econômico registrados nos últimos anos⁴⁶, bem como da desvalorização do yen, que em 2004 valia 108/1 dólar americano, e em 2006 alcançou a cotação de 117/1. (IISS, 2005; 2007)

Já a China enfrenta processo cambial oposto ao japonês, pois o yuan encontrava-se em uma leve trajetória de valorização, iniciada em meados de 2005 quando a moeda chinesa deixou de valer 8,28/1 dólar americano, chegando a 6,56/1 em 2011. (IISS, 2007; China, 2011a) Tal valorização contribui para o crescimento do orçamento de defesa chinês quando convertido para taxa de câmbio de mercado. No entanto, isto não reduz substancialmente a dimensão do feito chinês, que em três anos praticamente dobrou seu orçamento militar.

O orçamento oficial chinês está dividido de uma maneira equilibrada, pois os gastos de 2005 foram divididos da seguinte proporção: 33,80% investido em equipamento⁴⁷; 33,60% utilizado em despesas com pessoal⁴⁸; e 32,59 % empregado para cobrir os custos com treinamento e manutenção⁴⁹. (China, 2006c) Embora a divisão do orçamento seja relativamente homogênea entre as três categorias mencionadas, seu crescimento não tem sido tão uniforme, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 5: Perfil do crescimento dos investimentos chineses em defesa

⁴⁶ Entre 2003 e 2006, o crescimento médio do PIB japonês foi de apenas 2,37% e, em 2009 despencou para -5,4% em função da crise de 2008. (IISS, 2010)

⁴⁷ “experimentação, aquisição, manutenção, transporte e armazenagem de armamento e equipamento.” (China, 2006c – tradução nossa)

⁴⁸ “salários, seguro, alimentação, vestuário, benefícios de bem-estar para oficiais, oficiais não-comissionados, homens alistados e empregados civis.” (China, 2006c – tradução nossa)

⁴⁹ “treinamento das tropas, educação institucional, construção e manutenção de instalações e edificações e, outros gastos de rotina.” (China, 2006c – tradução nossa)

	1997 (RMB Bilhões)	2009 (RMB Bilhões)	Percentual de crescimento
Pessoal	29,1	167,0	574,0 %
Treinamento e Manutenção	26,5	152,1	574,0 %
Equipamento	25,5	157,4	617,5 %

Fonte: China (2011b); China (1998)

Desde o Livro Branco de 1998 a China vem reiterando que um dos seus objetivos principais com o aumento de recursos à defesa é fornecer melhores condições de vida às tropas. Porém, os dados acima indicam que a China está priorizando a aquisição de material bélico. Entretanto, “alternativamente, isso poderia significar que a elevação no padrão de vida do ELP é menos dispendiosa do que o avanço em outros objetivos da modernização.” (Bitzinger, 2003: 182 – tradução nossa) De qualquer forma, sabe-se que os militares chineses receberam importantes aumentos de salário nos últimos anos e que o governo vem expandindo os benefícios de bem-estar (plano de saúde, seguro de vida, aposentadoria) dentro da hierarquia do ELP. (Crane, et. al., 2005)

2.5. Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Militar

Nos anos 1980, o investimento chinês em P&D foi mínimo, refletindo o peso diminuto da modernização militar no conjunto das Quatro Modernizações⁵⁰, apresentadas em 1978 por Deng Xiaoping. Contudo, com a Guerra do Golfo de 1991, a liderança chinesa percebeu que seu atraso tecnológico era enorme diante dos EUA e seus aliados. Com isso, o governo chinês decidiu aumentar o volume de recursos destinado à P&D de cunho militar. Apesar deste incremento, o investimento chinês em P&D é baixo se comparado ao dos EUA. Porém, em termos absolutos ele responde por

⁵⁰ Indústria, agricultura, ciência e defesa.

uma parcela substancial do orçamento total do ELP (cerca de 10% em 2008). Além disso, tais investimentos têm crescido rapidamente e a uma taxa relativamente constante, demonstrando a intenção de Beijing em construir uma força militar autônoma e atualizada do ponto de vista tecnológico, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 6: Investimento chinês em pesquisa militar (em bilhões de yuans/orçamento oficial)

Ano	Pesquisa e Desenvolvimento	Teste e Avaliação	Total	Percentual do orçamento geral
1989	1,0	1,7	2,7	10,9%
1990	1,2	1,9	3,1	10,7%
1991	1,4	2,2	3,6	11,2%
1992	2,5	3,1	5,6	15,2%
1993	2,9	3,7	6,6	15,5%
1994	3,3	3,9	7,2	13,9%
1995	4,2	4,7	8,9	14,1%
1996	4,9	5,1	10,0	14,2%
1997	5,8	5,8	11,6	14,4%
1998	6,9	6,5	13,4	14,4%

Fonte: Wang (1999: 340)

Como se pode ver na tabela 6, um ano após a Guerra do Golfo de 1991 o governo chinês aumentou visivelmente seu investimento em P&D e, conseqüentemente, em Teste e Avaliação (T&A), no intuito de reduzir o hiato tecnológico que separa o ELP de seus congêneres do Atlântico Norte. Embora os recursos investidos em P&D estejam fora do orçamento oficial de defesa, é relevante calcularmos seu percentual diante do orçamento geral para estabelecer-se um critério comparativo. Da tabela acima,

ainda se pode notar que após 1992 o percentual do investimento chinês em P&D estabilizou-se em cerca de 14 a 15% do orçamento oficial. Entretanto, de acordo com a estimativa do IISS (2007: 341) este percentual teria subido para 17% em 2004, totalizando 63,9 bilhões de yuans. Porém, na avaliação do IISS trata-se de 17% do orçamento estimado pela instituição britânica, e isto corresponderia a 29% do orçamento oficial de 2004. Sem dúvida este seria um percentual bastante elevado diante da média histórica apresentada na tabela acima, na qual os percentuais foram estabelecidos a partir dos números oficiais.

Já na avaliação apresentada em 2010 pelo IISS, o percentual investido pela China em P&D militar teria sido de 14% do orçamento estimado, ou 80,6 bilhões de yuans. (IISS, 2010: 392) Com esta redução, o valor equivaleria a 19,3% do orçamento oficial. Este número está em relativa conformidade com o padrão estabelecido na tabela 7, por essa razão, é possível que seja um indicativo de um novo patamar de investimento em P&D militar por parte da China. Infelizmente, não é possível precisar esta informação em virtude da opacidade do governo chinês diante da matéria. Contudo, a atitude de Beijing em esconder estes dados apenas empresta legitimidade às estimativas intencionalmente exageradas do Departamento de Defesa dos EUA, que anualmente apresenta ao congresso norte-americano um relatório sobre o poder militar da China, no qual os membros do Pentágono se esforçam para retratar as capacidades do ELP de uma maneira quase fantasmagórica.

2.6. As Perspectivas Econômicas do Orçamento Militar da China

Entre 1978 e 2004 a economia chinesa cresceu a uma taxa média de 9,3% ao ano. (Morris, 2005) Contudo, entre 1998 e 2007 esta média subiu para 12,5%. (China,

2008). O último percentual indica que, mantida esta taxa, a cada seis anos o PIB chinês dobraria de tamanho. Se a RPC conseguir manter esse nível de crescimento econômico na próxima década, então poderá sustentar o atual índice de incremento do orçamento militar (cerca de 16%) sem que, para isso, precise elevar o percentual do PIB gasto em defesa.

Neste cenário, o orçamento militar (oficial) da China seria de 1.119,67 trilhões de yuans em 2015, o que no atual câmbio⁵¹ representaria aproximadamente US\$ 170,68 bilhões. Contudo, em 2020 a dotação do ELP seria de 2.519,19 trilhões de yuans, ou US\$ 384,02 bilhões.⁵² Com tal volume de recursos, seria possível modernizar inteiramente a marinha e a força aérea chinesa, e assim erigir uma estrutura de força integralmente no estado da arte.

Adicionalmente, mesmo se assumirmos que a economia chinesa terá uma inflação média de 5,5% na próxima década, ainda assim a taxa de crescimento real de seu orçamento de defesa seria de aproximadamente 10,5% ao ano, ou seja, o poder de compra dos recursos disponíveis ao ELP ainda seria muito substancial. Embora a China tenha apresentado uma taxa de inflação de - 0,1 em 2009, se espera um aumento considerável desta taxa, em virtude das políticas adotadas pela liderança chinesa para evitar o arrefecimento da economia em função da crise econômica de 2008. Dentre estas medidas encontram-se: redução das taxas de juros; relaxamento dos critérios para concessão de empréstimos bancários; redução de impostos; aumento nos subsídios para aquisições de bens duráveis; construção de grandes obras públicas, especialmente na

⁵¹ A relação entre a moeda chinesa e a norte-americana é de 6,56 yuans por 1 dólar. (China, 2011)

⁵² Vale destacar que, o uso do dólar para medir o poder de compra do orçamento de defesa chinês é uma ferramenta precária, tanto em taxa de câmbio de mercado, quanto em taxa de câmbio com paridade de poder de compra (PPC). Isso porque, a taxa de câmbio de mercado tende a subestimar o poder de compra do yuan sobre os bens e serviços adquiridos pelo ELP que não são comercializados internacionalmente. Ao passo que, a taxa de câmbio com PPC tende a superestimar o poder de compra do yuan sobre artigos comercializados internacionalmente. (Crane, et. al., 2005: 229-230)

província de Sichuan, devastada por um terremoto em 2008. (Guo, 2010; Morrison, 2009)

Entretanto, em um cenário de desaceleração econômica a velocidade do crescimento do orçamento de defesa seria visivelmente reduzida. Deste modo, em um quadro relativamente desfavorável, em que a economia chinesa crescesse a uma taxa média de 8,5% ao ano, ela dobraria a cada nove anos (em termos absolutos). Sem dúvida, ainda se trataria de um crescimento econômico muito acelerado, porém, se incluirmos em nosso cálculo uma taxa de inflação média de 6,5%, como é o esperado por alguns economistas, então teríamos um crescimento real de apenas 2%. (Morrison, 2009, Guo, 2010) Diante deste cenário, a taxa de incremento do orçamento do ELP seria, provavelmente, cerca de 8% se a inflação fosse tão alta quanto mencionado anteriormente. Neste caso, o volume de recursos destinado ao ELP dobraria em termos absolutos a cada nove anos. A tabela 7 sistematiza estas duas projeções.

Tabela 7: Projeção do Crescimento dos Orçamentos de Defesa Chinês (valor oficial) e Norte-Americano (relação de câmbio constante)

Ano	Cenário desfavorável: 8% de crescimento do orçamento do ELP (em bilhões)	Cenário favorável: 16,17% de crescimento do orçamento do ELP (em bilhões)	Percentual de crescimento do orçamento de defesa dos EUA: 4,5% ⁵³ (em bilhões)
2010	US\$ 81,11	US\$ 81,11 ⁵⁴	US\$ 692,78
2020	US\$ 175,11	US\$ 384,02	US\$ 1.075,86
2025	US\$ 257,29	US\$ 812,50	US\$ 1.340,72
2030	US\$ 378,05	US\$ 1.719,06	US\$ 1.670,78
2040	US\$ 816,18	-	US\$ 2.594,67

⁵³ Trata-se de uma projeção de taxa de inflação média na economia norte-americana. Ou seja, se assume que os EUA ajustariam seus gastos em defesa pela inflação/ano, como o Secretário de Defesa Robert Gates anunciou no fim de 2009, em função da crise fiscal enfrentada por Washington, como será visto adiante. (IISS, 2010: 23)

⁵⁴ Em yuans o valor é de 532,11 bilhões, o que na taxa de câmbio atual (6,56/1 dólar) equivale ao valor apresentado acima. (China, 2011)

2050	US\$ 1.762,07	-	US\$ 4.029,44
------	---------------	---	---------------

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta projeção assume que a China mantenha relativamente baixo o percentual do PIB gasto em defesa, pois se este for elevado para o nível dos Estados Unidos, então os resultados projetados seriam alcançados na metade do tempo. Além disso, a tabela acima não considera as estimativas do valor real do orçamento do ELP, o que também alteraria substancialmente a figura em questão.

Como se pode observar, a projeção feita acima apresenta um crescimento constante do orçamento de defesa dos Estados Unidos. Embora este tipo de projeção seja bastante frequente, ela desconsidera um fator chave, que reside no fato de o orçamento de defesa estadunidense estar em um patamar totalmente insustentável do ponto de vista econômico, demandando cortes imensos no curto prazo, ao invés de qualquer aumento, mesmo que seja apenas para repor a inflação.

No entanto, a China também enfrenta diversos problemas que podem conter o seu crescimento econômico, tornando o cenário mais desfavorável. Em primeiro lugar, deve-se citar a crise de 2008, que desacelerou a economia chinesa, pois enquanto o aumento do PIB chinês foi de 13% em 2007, no ano seguinte esta taxa caiu para 9%. (Morrison, 2009)

Em segundo lugar, deve-se destacar que, no médio prazo, Beijing tende a colher os frutos de sua nova política monetária adotada em resposta à crise econômica⁵⁵, e o resultado disto é uma significativa pressão inflacionária nos próximos anos, o que pode comprometer o crescimento do PIB do país em termos reais. Uma alternativa seria

⁵⁵ Tais medidas foram fundamentais para evitar o pior, ou seja, a drástica desaceleração da economia chinesa em virtude da redução da demanda internacional. Porém, uma política monetária permissiva tem um custo em termos de aumento da demanda e consequentemente dos preços dos produtos e serviços oferecidos nacionalmente.

elevar a taxa de juros e endurecer os critérios para a concessão de crédito. No entanto, tal saída também pode envolver prejuízo à economia, pois tende a conter a demanda, segurando a taxa de crescimento econômico. Outra consequência possível (senão provável) da nova política monetária da China é o aumento dos riscos financeiros associados ao relaxamento dos critérios para a concessão de empréstimos, acentuando-se as chances de inadimplência, o que pode prejudicar seriamente o sistema financeiro nacional e internacional, exatamente como ocorreu na crise imobiliária americana de 2008. Além disso, desde 2005 o yuan vinha em uma trajetória constante de valorização frente ao dólar, o que prejudica seriamente os exportadores chineses e tende a elevar o volume das importações, podendo reduzir substancialmente o saldo na balança comercial da China. (Guo, 2010, Naughton, 2007)

Também é importante destacar que em 2015 expira o prazo de adaptação às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), obrigando o governo chinês a abandonar seu sistema de câmbio controlado, o que provavelmente competirá para a valorização do yuan, reduzindo ainda mais as taxas de retorno dos exportadores chineses e o superávit da balança comercial. Adicionalmente, o fim deste prazo também implicará na abolição das barreiras tarifárias ainda sustentadas pela China. O fim de tais barreiras será um problema grave, especialmente para cerca de metade das empresas estatais chinesas, as quais são deficitárias em função de sua ineficiência e falta de competitividade. Tais empresas conseguem sustentar-se graças às linhas de crédito oferecidas pelos bancos estatais chineses. Contudo, quando as barreiras tarifárias forem totalmente abolidas, o déficit desta parcela das estatais irá aumentar, levando Beijing a ter de escolher entre deixá-las ir à bancarrota (o que aumentaria o desemprego no país, atualmente bastante baixo), ou elevar o volume de recursos destinados a estas estatais. Se a liderança chinesa escolher a falência das empresas ineficientes, o sistema bancário

público terá problemas, pois estima-se que entre 40 e 50% de seus empréstimos são destinados às empresas estatais deficitárias. (Morrison, 2009; Guo, 2010; Naughton, 2007)

Entretanto, além dos problemas econômicos gerados pela crise de 2008 e pela valorização do yuan, há uma série de temas sociais e econômicos que aguardam algum tipo de solução por parte de Beijing. Entre os muitos desafios enfrentados pela economia chinesa, encontram-se os baixos rendimentos dos trabalhadores rurais, o que pode reduzir a demanda nacional no médio prazo, além de aumentar as desigualdades entre o campo e a cidade, e entre a costa e o interior. O alargamento desse hiato contribui para o agravamento da instabilidade social. Apenas para se ter uma ideia, em 2003 foram registrados 53.000 protestos (incluindo pacíficos e violentos) em toda a China. Não há dúvida de que se trata de um número expressivo, mesmo considerando-se a extensão do país e o tamanho da população nacional. Contudo, apenas dois anos depois (2005) o número de protestos e manifestações públicas havia subido para 87.000. A grande maioria destes atos de mobilização social ocorre no campo e são motivadas por problemas locais, mas sua ampliação quantitativa e qualitativa (em termos de abrangência e coordenação) é vista como um risco significativo por parte do governo central. (Lum, 2006; He, Li, Polaski, 2007)

Uma fonte de insatisfação adicional na China, mas especialmente nas áreas rurais, é o problema da corrupção, que compromete inclusive as possibilidades de imposição da lei em diversas regiões do país, como ocorre na província de Gansu, por exemplo, que é, notadamente, uma das mais pobres da China. Entretanto, os problemas associados à corrupção não afetam apenas o interior, pois atingem também a costa e as grandes cidades, mas de uma maneira diferente. Nos grandes centros urbanos, a corrupção toma forma nas “conexões políticas”, ou seja, entre empresários e membros

importantes do governo ou de estatais.⁵⁶ Tais conexões, em larga medida, ditam os rumos dos recursos financeiros de origem pública, fazendo com que parcela significativa dos empréstimos públicos tenha uma alocação subótima, ou mesmo duvidosa, frequentemente associada a um alto grau de risco moral. No médio e longo prazo, tais elementos tendem a minar a liquidez e a solvência do sistema bancário público da China, pois graças à corrupção os bancos são incentivados a operar contra a lógica do mercado, ou seja, são instigados a agir contra a busca pelo lucro, que é precisamente o que assegura sua sobrevivência enquanto instituições financeiras solventes. (Morrison, 2009; He, Li, Polaski, 2007; Naughton, 2007)

A China ainda se depara com sérios problemas relativos ao seu ambiente regulatório, que apresenta um grau de observância baixo em diversos setores produtivos, como alimentos processados, brinquedos, pneus, pescados e ração para animais. O caso do leite envenenado com produtos químicos, registrado em 2008, ilustra a situação. No episódio em questão, quatro crianças morreram após ingerirem o leite contaminado, enquanto outras 53.000 ficaram severamente doentes. A falta de regulação adequada da economia chinesa, ou de verificação à conformidade de tais normas, pode prejudicar a economia do país por reduções na demanda nacional e internacional. Isto porque, se considerarmos o consumidor médio um ator racional, então podemos assumir que ele desejará pagar pouco por um produto apenas se sua integridade física não for posta em risco pelas características do bem adquirido. (Morrison, 2009; He, Li, Polaski, 2007; Naughton, 2007)

Um problema adicional enfrentado pela economia chinesa é o da poluição, que tem piorado na China a cada ano. Atualmente das 30 cidades mais poluídas do mundo,

⁵⁶ Nesse sentido, é importante destacar o caso de Bo Xilai, ex-membro do Birô Político do PCC, que é uma das principais instâncias decisórias da China. Bo foi acusado de corrupção e de envolvimento no assassinato de um empresário britânico. Em março de 2012 Bo foi preso e destituído de seus cargos em abril do mesmo ano. O referido empresário britânico era um conhecido intermediário entre figuras chave do governo chinês e grandes empresas estrangeiras.

20 são chinesas. Este fato tem implicações severas sobre a economia, pois acentua os problemas de saúde da população, reduz a produtividade da terra, diminui a disponibilidade de água potável etc. Para se ter uma ideia, o governo chinês estima que cerca de 300 milhões de pessoas que vivem na zona rural do país ingerem diariamente água imprópria para o consumo, em função de poluentes químicos provenientes do setor produtivo que opera praticamente desregulamentado. O governo chinês também estima que aproximadamente 10% do PIB do país seja gasto para solucionar problemas decorrentes direta ou indiretamente de danos ambientais. (Morris, 2009; Naughton, 2007)

Em outras palavras, trata-se de um tema de grande relevância porque presentemente tem desviado somas consideráveis de recursos financeiros, essenciais para incentivar atividades produtivas especialmente no interior do país, as quais serviriam para reduzir as assimetrias entre campo e cidade, com isso, fortalecendo a legitimidade do regime nas áreas rurais. Em resumo, para além da crise de 2008 há uma gama considerável de fatores que podem levar a economia chinesa a um cenário relativamente desfavorável. No entanto, a perspectiva da economia chinesa é substancialmente melhor do que a enfrentada pela economia estadunidense, como se verá na seção II.

Vale destacar também que, como a China ainda controla a taxa de câmbio do yuan, ela poderia usar tal mecanismo para a aquisição de grandes volumes de armamentos do exterior, mesmo em um cenário econômico desfavorável. Uma considerável valorização do yuan poderia trazer sérios problemas à economia chinesa. No entanto, se essa apreciação fosse mantida por um período relativamente curto e, se fosse acompanhada por medidas compensatórias especiais destinadas aos exportadores, os danos à economia seriam bastante reduzidos. (Perkins, 2005)

Além disso, mesmo em um cenário de desaceleração econômica, a China poderia elevar o percentual do PIB gasto em defesa para manter o mesmo ritmo de modernização das forças armadas. Essa opção também poderia trazer prejuízos à economia, mesmo assim, é muito provável que Beijing aumente consideravelmente o percentual do PIB gasto em defesa se Taiwan decidir caminhar rapidamente à independência.

Deste modo, se a avaliação da RAND Corporation estiver correta, então em 2011 a China não teria investido apenas 1,4% do PIB em defesa, mas algo entre 1,96% e 2,38%. (China, 2011) Embora o último percentual seja relativamente elevado, ainda poderia ser maior, pois é semelhante ao do Reino Unido (ver tabela 2), país que tem uma economia menor do que a chinesa há alguns anos.⁵⁷ Se compararmos estes dois percentuais com o dos EUA em 2010 (4,7%), perceberemos que Beijing ainda conserva uma boa margem em termos de potencial de investimento no setor militar.

PARTE II: ESTADOS UNIDOS

2.7. O Orçamento de Defesa dos EUA no Pós-Guerra Fria

Durante o governo George W. Bush (2001-2008) se difundiu a ideia de que a administração Clinton havia descuidado da imensa força bélica construída pelo presidente Ronald Reagan (1981-1988) e mantida por seu sucessor, George H. W. Bush (1989-1992). Tal política durante os anos Clinton, segundo o argumento, teria minado a segurança norte-americana e, conseqüentemente, a capacidade de resposta militar dos EUA, o que teria encorajado os inimigos de Washington a perseguir políticas radicais

⁵⁷ Em 2006 o PIB da China foi de 2,668,071 trilhões de dólares, já o PIB do Reino Unido foi de 2,345,015 trilhões de dólares. (World Bank, 2007b)

dirigidas contra os norte-americanos no exterior (como se viu no Quênia e na Tanzânia em 1998), ou contra o próprio território dos Estados Unidos, como em setembro de 2001. Contudo, o fato de o presidente Clinton ter reduzido o orçamento do Pentágono não significa que a capacidade de resposta militar norte-americana tenha sido degradada durante os anos noventa. Na verdade, tais capacidades foram significativamente ampliadas durante o governo democrata, pois em 2001 e 2003, quando os EUA invadiram o Afeganistão e o Iraque, respectivamente, o que se observou foi o resultado dos esforços em matéria de defesa empreendidos pela administração Clinton ao longo de seus dois mandatos.

Durante a gestão democrata iniciou-se o programa dos UAVs (tanto o *Predator* quanto o *Global Hawk*), bem como o aperfeiçoamento dos sistemas de defesa contra mísseis, especialmente o PAC-3 (*Patriot Advanced Capability – 3*) que representou um imenso salto qualitativo na tecnologia antimíssil. Porém, uma das realizações mais notáveis foi o aperfeiçoamento do Sistema de Posicionamento Global (GPS, da sigla em inglês), que permitiu uma nova geração de munições de precisão guiada, resultando em um rendimento imensamente maior por surtida.

O aprimoramento do sistema de seleção de alvos foi outra meta da administração Clinton. Para se ter uma ideia, na Guerra do Golfo de 1991 as forças norte-americanas necessitavam de no mínimo dois dias entre a escolha do alvo e sua destruição. Já em 2001, na invasão do Afeganistão, os alvos podiam ser escolhidos cerca de vinte minutos antes de sua aniquilação, graças à expansão do sistema de transferência de dados desenvolvido ao longo dos anos noventa, que possibilitava uma taxa de transferência na ordem de 1 bilhão de bits por segundo, enquanto que em 1991 esta taxa era de 200 milhões. Adicionalmente, a capacidade logística e de transporte de tropas foi imensamente ampliada pelo governo democrata, com a inclusão de dúzias de aviões C-

17 e de aproximadamente uma dúzia de navios de carga (do tipo LMSR – *large medium-speed roll-on/roll-off*). (O’Hanlon, 2003)

Por estas razões, é equivocado descrever a redução do orçamento de defesa empreendida nos anos noventa como uma espécie de convite aos terroristas de 11 de setembro. Além disso, o exposto acima indica que os EUA tinham condições de manter-se em uma posição de preponderância gastando menos do que atualmente, basicamente, porque durante a década de noventa a modernização militar chinesa estava em um estágio intermediário, como atesta seu orçamento de defesa relativamente modesto no período. Na realidade, como procuraremos demonstrar a seguir, é mais plausível pensar que o aumento dos gastos chineses como defesa na última década se deu, ao menos em parte, em reação às políticas de obtenção da primazia nuclear e de guerra global contra o terror (GWOT) do governo Bush (2001-2008).

Em 1998 o gasto de defesa dos EUA conheceu seu valor mais baixo desde o fim da Guerra Fria, totalizando US\$ 361,5 bilhões.⁵⁸ Contudo, em 1999 o gasto de defesa entrou em uma rota ascendente, acelerando-se marcadamente após a invasão do Iraque em 2003, de tal modo que em 2008 estes recursos somavam US\$ 696,5 bilhões, ou seja, um aumento de 92,7% em relação ao nível de 1998. Tal volume de gastos militares não tem precedentes desde a Guerra da Coreia (1950-53). Para se ter uma ideia, a média de gastos em defesa entre os anos 1954 e 2001 foi de US\$ 423 bilhões, enquanto que durante o governo Reagan (1981-88) foi de US\$ 517 bilhões, ao passo que no auge da

⁵⁸ Todos os valores expostos aqui foram corrigidos pela inflação até 2010. O orçamento do Departamento de Defesa é composto pelo “orçamento base”, mais os custos das “operações de contingência além-mar”. Contudo, no “gasto total de defesa” estão incluídos ainda os custos do Departamento de Energia relacionados à defesa e “outros”. O valor de US\$ 361,5 bilhões corresponde ao “gasto total em defesa” de 1998.

Guerra do Vietnã⁵⁹ o valor médio foi de US\$ 495 bilhões.⁶⁰ (Conetta, 2010) A partir de 2001 os custos da defesa foram os seguintes:

Tabela 8: Orçamento do Departamento de Defesa dos EUA conforme aprovado pelo Congresso/2001-2011 (valores corrigidos até 2011/expressos em bilhões de dólares)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Orçamento Base	297	328	365	377	400	411	432	480	513	528	526
Operações de Contingência Além-mar	13	17	72	91	76	116	166	187	146	162	159
Apropriações suplementares	6	-	-	-	3	8	3	-	7	1	22
Total	316	345	437	468	479	535	601	667	667	691	708
Taxa de Crescimento	-	9,1%	26,6%	7,2%	2,3%	11,7%	12,5%	11,0%	0	3,6%	2,5%

Fonte: U.S Department of Defense (2011: 22)

Como se pode notar na tabela 8, entre 2001 e 2011 a média de aumento do gasto em defesa foi de 7,86%. No entanto, o orçamento base aumentou em 77%, enquanto que o conjunto do orçamento do Pentágono cresceu 124%, ou seja, paralelamente aos gastos com o esforço de guerra, houve um imenso aumento no orçamento base. Com tal aumento, o governo Bush pretendia implementar parte do receituário apresentado no Projeto para o Novo Século Americano, em virtude de sua filiação ideológica ao pensamento político neoconservador.⁶¹

Exatamente um ano antes dos atentados de 11 de setembro, estes neoconservadores recomendaram um aumento substancial nos gastos militares, alegando que o percentual do PIB destinado à defesa era insuficiente, uma vez que em 2000 este número era de 3,1%. De acordo com eles, este percentual deveria ser elevado

⁵⁹ O envolvimento norte-americano começou em 1962 e praticamente cessou em 1973. Contudo, o pico das ações militares dos EUA no Vietnã ocorreu entre 1966 e 1970.

⁶⁰ Nos três períodos mencionados apresentou-se o gasto total em defesa. Valores atualizados de acordo com a inflação até 2010.

⁶¹ Sobre a filiação de George W. Bush ao neoconservadorismo há uma extensa literatura, mas recomenda-se especialmente: Fukuyama (2006); Mann (2004); e Halper & Clark (2004).

para aproximadamente 3,8%.⁶² Contudo, o “Projeto” foi elaborado em um cenário político anterior aos atentados de 2001, o que limitava as possibilidades de expansão do orçamento do Pentágono. Assim, após os ataques terroristas havia legitimidade para elevar os gastos militares, e o governo Bush foi hábil nesta tarefa, pois em 2008 os EUA investiram 4,8% do PIB em defesa.⁶³

2.8. O Percentual do PIB Gasto em Defesa

Até a crise de 2008 os EUA vinham mantendo sua posição de vanguarda tecnológica na esfera militar sem comprometer sensivelmente seu desempenho econômico. Entretanto, após a crise os gastos militares somados aos planos de recuperação da economia deixaram o país em uma grave situação fiscal. Deste modo, os EUA não poderão mais sustentar os índices de investimento militar registrados no período anterior à crise sem contribuir ainda mais para a degradação de sua condição econômica. Evidentemente trata-se de uma limitação temporária, embora “temporária” possa significar uma década ou mais no caso em tela. A tabela 9 mostra os percentuais do PIB gastos em defesa entre 1999 e 2009.

Tabela 9: Percentual do PIB norte-americano gasto em defesa

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
% PIB	3,15	3,10	3,31	3,46	4,16	4,21	4,07	4,68	4,53	4,88	4,68

Fonte: IISS (2010: 22); IISS (2011: 44)

⁶² Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces, and Resources for a New Century. Project for the New American Century. September, 2000, pp. 69-76. Disponível em: <http://www.newamericancentury.org/RebuildingAmericasDefenses.pdf> (acessado em novembro de 2007).

⁶³ Entre os diversos neoconservadores membros do Projeto para o Novo Século Americano, estavam: Paul Wolfowitz, que tornou-se subsecretário de defesa após a eleição do presidente Bush; bem como Donald Kagan; Robert Kagan, Fred Kagan; e naturalmente Willian Kristol, filho de Irving Kristol, que foi um dos principais fundadores desta corrente política. Sobre o sistema de pensamento neoconservador, ver especialmente: Kristol (1995).

Mesmo considerando-se que o período contemplado na tabela 9 é anterior a crise, os percentuais apresentados se mostram elevados tanto em termos absolutos quanto relativos. Autores como Betts (2007), O’Hanlon (2010) e Conetta (2010) criticam os níveis de investimento militar norte-americanos, mesmo em um quadro econômico favorável, ou seja, com equilíbrio fiscal nas contas públicas. Segundo tais críticos, durante a Guerra Fria os EUA enfrentaram uma séria ameaça representada pela União Soviética, o que justificava os números bastante elevados do orçamento de defesa. Contudo, eles sustentam que Washington não tem diante de si qualquer ameaça existencial comparável à existente entre 1947 e 1989. Assim, de acordo com estes autores, não há justificativas significativas para o valor atual do orçamento de defesa, pois:

“(...) os Estados Unidos lideram um sistema de aliança global que reúne mais de 60 Estados parceiros que, coletivamente, representam quase 80% do PIB global e mais do que 80% do gasto militar total (...). Esse sistema inclui a aliança da OTAN, o sistema de alianças bilaterais no Leste Asiático e no Pacífico Ocidental, (...)” (O’Hanlon, 2010: 6 – tradução do autor)

Em resposta a esta posição, autores neoconservadores como Kagan (2004) argumentam que os EUA não possuem garantias de que seus aliados irão à guerra com eles, como se observou no caso do Iraque em 2003, quando França e Alemanha foram contra a invasão e decidiram não se envolver na ação militar. Esta crítica desconsidera o fato de que os aliados de Washington tendem a não acompanhá-la apenas quando a ação é desprovida de legitimidade.

Os defensores da estratégia da “primazia” norte-americana como Wohlforth (1999) e Brooks & Wohlforth (2008), alegam que para estender a unipolaridade do Pós-Guerra Fria os EUA precisam impedir o surgimento de competidores à sua altura, e a melhor forma de impedir isto é mantendo um pesado engajamento político e militar na

Europa, em função da Rússia, e no Leste Asiático, em virtude da China. Naturalmente, este engajamento demanda um grande orçamento de defesa. O argumento de O'Hanlon assemelha-se, indiretamente, à estratégia de “balanceamento externo” apresentada por Layne (1993). Este último postulava a redução do orçamento de defesa dos EUA, bem como da presença norte-americana no mundo, a fim de estender a unipolaridade do Pós-Guerra Fria (embora o autor defendesse que a multipolaridade era inevitável no médio e longo prazo). Para Layne (1993) quanto mais os EUA buscassem engajar-se na Europa e no Leste Asiático, mais isso iria abreviar a unipolaridade, pois seus aliados iriam se aproveitar da externalização de seus custos de segurança para aprimorarem decisivamente suas capacidades econômicas, com as quais poderiam constituir substanciais capacidades militares em poucos anos.

Em alguma medida, o debate sobre o tamanho do orçamento de defesa dos EUA espelha este debate de cunho teórico, consubstanciado nas posições antagônicas de Layne (1993) e Wohlforth (1999) quanto aos rumos da estratégia estadunidense de preservação da “unipolaridade”, obtida com o fim da União Soviética. Ou seja, os defensores do aumento dos gastos de defesa tendem a concordar com a estratégia da “primazia” ou algo similar, como é o caso dos neoconservadores. Já os defensores da redução do gasto tendem a defender uma posição similar à do “balanceamento externo”.⁶⁴

Tanto os defensores do aumento dos gastos em defesa quanto os partidários da redução (assim como os defensores do “balanceamento externo” e da “primazia”) não

⁶⁴ Na Estratégia de Segurança Nacional de 2010, o governo Obama afirma que apoia a reforma das instituições internacionais para adequá-las à realidade do século XXI. Seu objetivo seria o de “dar voz” aos principais países emergentes. (National Security Strategy, 2010) Tal revisão pode indicar tanto 1) o reconhecimento do fim da unipolaridade e, conseqüentemente, a aceitação da multipolaridade do sistema internacional, ou pode 2) simplesmente indicar que os Estados Unidos adotaram a estratégia de “balanceamento externo”, na esperança de transferir para as “potências emergentes” o custo de administração das balanças regionais, e com isso prolongar a suposta unipolaridade. Nesta explicação, a revisão das instituições internacionais representaria um custo relativamente pequeno para os Estados Unidos, mas um grande incentivo aos principais países emergentes, que há mais de uma década pleiteiam tal revisão.

percebem que não se trata mais de aumentar ou reduzir o gasto para preservar a unipolaridade. A unipolaridade se foi. A impossibilidade de perceber isto é um dos grandes riscos que os EUA enfrentam atualmente, pois se o governo continuar buscando a preservação da unipolaridade, ou seja, se continuar gastando em defesa mais do que pode para manter uma condição que já não existe, tal conduta tenderá a agravar o déficit fiscal de Washington⁶⁵, contribuindo para a degradação de sua posição relativa na balança de poder global.

2.9. O Perfil do Orçamento do Pentágono

O orçamento de defesa dos EUA está dividido em quatro categorias principais e duas secundárias: Pessoal; Aquisição; Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Operações e Manutenção (O&M); bem como Construção Militar; e Alojamento Familiar.

A porção do orçamento dedicada às atividades de O&M era de 31% em 1989, porém, em 2010 este percentual havia alcançado 41%. É importante notar que, para evitar aumentos ainda maiores nos gastos com O&M, o Pentágono tem terceirizado inúmeras funções e serviços anteriormente prestados pelos próprios militares. Assim, atualmente, de 30 a 50% dos custos com O&M são relativos às terceirizações.

Já os gastos com pessoal se mantiveram relativamente estáveis entre 1981 e 2000, mas de 2000 a 2010 estes custos aumentaram em 46%. Com isso, equiparando o atual gasto em pessoal com os níveis da Guerra Fria, apesar de o número de combatentes em serviço ter diminuído consideravelmente desde então, pois atualmente o número de membros das Forças Armadas norte-americanas corresponde a apenas 69% do total registrado em 1989.

⁶⁵ Visto em detalhes adiante.

No tocante à aquisição, o valor despendido pelos EUA entre 2007 e 2010 é 40% maior do que o gasto no auge da Segunda Guerra Fria durante o governo Reagan (1983-86). Entretanto, o crescimento no investimento em P&D foi ainda mais substancial, pois entre 2007 e 2010 ele foi 135% maior do que o valor registrado no referido período da administração Reagan. (O’Hanlon, 2010; Conetta, 2010) Os recursos destinados ao Pentágono têm sido distribuídos da forma sintetizada na tabela 10 entre 2010 e 2012.

Tabela 10: Divisão do Orçamento do Pentágono por Componente das Forças Armadas – 2010 a 2012 (valores expressos em bilhões de dólares)

Componente	2010	Percentual Orçamento	2011	Percentual Orçamento	2012	Percentual Orçamento
Exército	138,8	26,3%	136,8	26%	144,9	26,2%
Marinha	155,3	29,4%	155,6	29,5%	161,4	29,2%
Força Aérea	142,4	27%	143,2	27,2%	150,0	27,1
Defesa-ampla	91,5	17,3%	90,5	17,2%	96,8	17,5%
Total	527,9	100%	526,1	99,9% ⁶⁶	553,1	100%

Fonte: U.S Department of Defense (2011: 23)

É possível perceber que os percentuais destinados a cada componente se mantêm consideravelmente estáveis no período em questão, ficando a maior parte dos recursos com a Marinha, uma vez que se trata do principal instrumento de projeção de poder militar. Embora esta constatação seja relevante, ela pouco nos informa sobre a trajetória de cada componente ao longo do tempo. Tal trajetória explicita as preferências do Pentágono em termos de alocação de recursos. Assim, na tabela 11 decompos os valores de cada ramo em um período relativamente longo, possibilitando a constatação das variações na distribuição dos recursos dentro das Forças Armadas.

Tabela 11: Orçamento de defesa do EUA dividido por ramo e agrupado em quatro períodos 1997 – 2008 (inflação ajustada até 2010/em bilhões de dólares)

	Período 1 1997-1998	Período 2 1999-2002	Período 3 2003-2006	Período 4 2007-2008

⁶⁶ Os percentuais não totalizaram 100% por questão de arredondamento.

	Média	Média	Média	Média
Ampla Defesa	57,9	66,6	84,0	98,0
EXÉRCITO				
Pessoal	40,5	39,7	58,3	63,3
Operações e Manutenção	32,4	34,9	72,5	98,7
Aquisição	9,6	13,1	23,3	59,1
Pesquisa e Desenvolvimento	6,6	7,4	11,2	12,4
Construção Militar	1,7	2,1	3,2	9,2
Alojamento	1,7	1,5	1,5	1,2
FORÇA AÉREA				
Pessoal	29,7	29,2	35,3	34,3
Operações e Manutenção	34,9	39,1	49,0	51,4
Aquisição	18,4	24,7	37,4	43,2
Pesquisa e Desenvolvimento	17,8	17,3	22,9	26,5
Construção Militar	1,9	1,6	2,0	2,8
Alojamento	1,4	1,4	1,9	1,5
FUZILEIROS NAVAIS				
Pessoal	10,0	9,9	13,1	14,2
Operações e Manutenção	3,7	4,0	7,2	9,1
Aquisição (forças terrestres)	0,7	1,3	3,6	1,6
MARINHA				
Pessoal	28,3	26,8	31,5	30,6
Operações e Manutenção	30,0	35,4	40,9	42,1
MARINHA E FUZILEIROS				
Aquisição	22,2	26,6	31,2	38,7
Pesquisa e Desenvolvimento	10,0	11,9	18,0	19,8
Construção Militar	2,3	1,4	1,7	2,9
Alojamento	1,8	1,5	1,1	0,7
TOTAL	363,5	397,5	550,9	662,1

Fonte: Conetta (2010: 37)

Na média dos quatro períodos, a modernização (P&D + Aquisição) corresponde a 35,6% do gasto, enquanto o percentual destinado às O&M equivale a 35,4%, ao passo que o custo com Pessoal soma 13,1% do orçamento do Pentágono, diferentemente do caso chinês, em que o gasto com pessoal é bem maior, alcançando facilmente a marca dos 30%. A categoria Defesa Ampla aglutina as seguintes atividades: agências de inteligência; o Programa Saúde da Defesa; a Agência de Defesa contra Mísseis; o Comando das Forças Especiais; a Agência de Projetos de Pesquisa Avançados de Defesa; bem como o Gabinete do Secretário de Defesa. Estas atividades representam 16% do gasto total. A tabela 12 discrimina o valor e o percentual do aumento em cada período e em cada ramo das Forças Armadas.

Tabela 12: Mudança no orçamento de defesa dos EUA entre 1997 e 2008
Comparação entre os Períodos 1, 2, 3 e 4

	Diferença entre Períodos 1 e 2 (em bilhões de dólares/percentual de aumento)		Diferença entre Períodos 2 e 3 (em bilhões de dólares/percentual de aumento)		Diferença entre Períodos 3 e 4 (em bilhões de dólares/percentual de aumento)	
Ampla Defesa	8,7	15,1%	17,4	26,2%	14,8	17,6%
EXÉRCITO						
Pessoal	- 0,8	- 2,0%	18,6	46,8%	4,9	8,4%
Operações e Manutenção	2,6	7,9%	37,5	107,4%	26,3	36,3%
Aquisição	3,4	35,5%	10,3	78,6%	35,8	153,3%
Pesquisa e Desenvolvimento	0,7	11,0%	3,8	52,3%	1,2	10,5%
Construção Militar	0,4	26,6%	1,1	53,0%	6,0	184,9%
Alojamento Familiar	- 0,2	- 10,3%	0,0	1,2%	- 0,3	- 21,7%
FORÇA AÉREA						
Pessoal	- 0,5	- 1,7%	6,1	20,9%	- 1,0	- 2,8%
Operações e Manutenção	4,3	12,3%	9,9	25,2%	2,4	4,9%
Aquisição	6,3	34,3%	12,7	51,4%	5,7	15,3%
Pesquisa e Desenvolvimento	- 0,6	- 3,2%	5,6	32,6%	3,7	16,0%
Construção Militar	- 0,4	- 18,9%	0,4	25,5%	0,8	42,1%
Alojamento Familiar	0,0	0,2%	0,5	31,9%	- 0,4	- 20,0%
FUZILEIROS NAVAIS						
Pessoal	0,0	- 0,2%	3,2	31,7%	1,2	8,8%
Operações e Manutenção	0,3	8,2%	3,2	79,2%	1,9	26,7%
Aquisição (forças terrestres)	0,6	95,7%	2,4	183,8%	- 2,1	- 57,2%
MARINHA						
Pessoal	- 1,4	- 5,1%	4,7	17,4%	- 0,9	- 2,7%
Operações e Manutenção	5,4	17,9%	5,5	15,6%	1,1	2,8%
MARINHA E FUZILEIROS						
Aquisição	4,4	20,0%	4,6	17,3%	7,5%	23,9%
Pesquisa e Desenvolvimento	1,9	19,0%	6,0	50,7%	1,9	10,3%
Construção Militar	- 1,0	- 41,7%	0,4	29,0%	1,2	67,6%
Alojamento Familiar	- 0,3	- 18,0%	-0,4	- 29,5%	- 0,4	- 34,9%
TOTAL DE VARIAÇÃO	33,9	9,3%	153,4	38,6%	111,2	20,2%

Fonte: Conetta (2010: 38)

A fase 1 revela uma ênfase significativa na modernização em todos os ramos, mas beneficiando principalmente a Força Aérea. O&M também foram relativamente incrementadas, refletindo as preocupações das Forças Armadas com prontidão, especialmente à luz das operações no Kosovo no fim da década de 1990 e do início do combate ao terrorismo em nível global.

Na fase 2, percebe-se um investimento mais sólido em O&M, sobretudo para o Exército e os Fuzileiros Navais, espelhando assim as demandas impostas pela Guerra do Iraque. O gasto em Aquisição acompanhou o aumento registrado em O&M,

beneficiando prioritariamente a Força Aérea, o Exército e os Fuzileiros, uma vez que foram as forças mais diretamente empregadas na guerra de 2003. A segunda fase ainda evidencia um crescimento bastante significativo dos investimentos em P&D destinados ao Exército, Marinha/Fuzileiros e à Força Aérea, com especial ênfase nos dois primeiros componentes. Isso porque, a operação no Iraque ofereceu um “campo de teste e avaliação” de diversos programas voltados às forças terrestres, como o projeto *Land Warrior*, por exemplo.

A última fase revela uma ênfase significativa no Exército, principalmente em suas Aquisições. Naturalmente, tais aquisições se relacionam diretamente ao uso extensivo de Dispositivos Explosivos Improvisados (DEI)⁶⁷ por parte dos insurgentes iraquianos, o que motivou o desenvolvimento de uma nova geração de veículos leves de combate, como o *Joint Light Tactical Vehicle*.

Contudo, o que mais chama a atenção na terceira fase, é o crescimento exponencial em Construção Militar, principalmente para o Exército, mas também em grande medida para a Marinha e a Força Aérea (o tópico das construções será tratado adiante). Em todos os períodos mencionados, a Defesa Ampla registrou aumentos substanciais, demonstrando as crescentes necessidades impostas pelos custos associados às atividades de inteligência e vigilância, mas principalmente em virtude do crescimento dos gastos com o Programa Saúde da Defesa, que corresponde a praticamente um terço dos recursos destinados a Defesa Ampla. Não há dúvida que a Guerra do Iraque desempenhou um papel chave no aumento dos gastos médicos com as Forças Armadas.

Tabela 13: Tendência em Construção Militar dos EUA, 1951-2010 (dólar de 2010, expresso em bilhões/o valor constante em cada período é resultado da soma dos recursos)

⁶⁷ No orçamento de 2012 do Pentágono, estão previstos US\$ 10,1 bilhões de dólares para proteger as tropas norte-americanas destes DEI. (U.S Department of Defense, 2011)

1951- 1955	1956- 1960	1961- 1965	1966- 1970	1971- 1975	1976- 1980	1981- 1985	1986- 1990	1991- 1995	1996- 2000	2001- 2005	2006- 2010
73,7	48,7	31,0	38,8	27,8	27,4	43,0	42,4	36,2	36,2	37,0	96,7

Fonte: Conetta (2010: 34)

Excluindo-se a fase da Guerra da Coréia, percebe-se uma constância bastante significativa nos gastos ao longo das seis décadas cobertas pela tabela 13. Entretanto, registrou-se um imenso crescimento do investimento em construção militar no período entre 2006 e 2010. Tal aumento é consequência de vários fatores, a saber: da realocação de tropas norte-americanas entre os diversos países aliados dos EUA; do aumento do número de combatentes em serviço (65 mil no Exército; 27 mil nos Fuzileiros; e 9.2 mil na Guarda Nacional); da ampla renovação dos alojamentos familiares dos militares; e dos consideráveis custos de construção associados às operações conduzidas no Iraque e no Afeganistão.

Entre 2012 e 2016, o governo Obama pretende economizar US\$ 178 bilhões, realizando cortes relativamente pequenos a cada ano. Para alcançar o valor pretendido, todos os ramos das Forças Armadas deverão diminuir gastos, o que entre outras coisas, passará pela redução de pessoal. O Exército terá de economizar US\$ 29,5 bilhões nos próximos cinco anos. Isto implicará em: redução da infraestrutura civil e militar; economia em custos de construções militares, sustentando as atuais; cancelamento da aquisição de mísseis terra-ar; redução no recrutamento e retenção de incentivos. Já a Marinha terá de reduzir US\$ 35,1 bilhões de seus gastos: diminuindo o número de homens em terra e reavaliando o número necessário de marinheiros embarcados; desmembrar suas aquisições em diversos anos; encerrar o quartel-general da Segunda Frota; cancelar o Veículo Expedicionário de Combate; reduzir o consumo de energia. A Força Aérea, por sua vez, deverá poupar US\$ 33,3 bilhões, para tanto precisará: reduzir os custos associados à tecnologia da informação; diminuir gastos com a manutenção de

instalações militares; encerrar diversos programas; aprimorar os mecanismos de depósito e armazenagem. O Comando das Operações Especiais também terá de reduzir custos, devendo economizar US\$ 2,3 bilhões entre 2012 e 2016, basicamente encerrando o programa do Submergível Multimissão Conjunto. (U.S Department of Defense, 2011)

Os US\$ 78 bilhões restantes serão poupados ao longo dos próximos cinco anos por meio de reforma do sistema de saúde dos militares; congelamento por dois anos dos salários dos civis; redução significativa do tamanho das forças terrestres; reestruturação do programa *Joint Strike Fighter*; diminuição do número de postos de liderança sênior; congelamento do número de alojamentos familiares; e redução do número de relatórios, estudos e comissões técnicas. (U.S Department of Defense, 2011)

Trata-se de uma redução relativamente modesta, em vista das dimensões do déficit fiscal estadunidense. No entanto, provavelmente esta redução dificultará substancialmente as possibilidades de os Estados Unidos conduzirem as mudanças necessárias em suas bases aéreas situadas no Leste Asiático, uma vez que, em função do crescimento das capacidades navais, aéreas e missilísticas da China (abordadas no capítulo seguinte), estas bases demandam a construção de abrigos reforçados para todas as suas aeronaves, a construção de pistas auxiliares, o reforço dos meios de reparo de pistas e, sobretudo, o aumento na quantidade de sistemas antimísseis balísticos baseados em tais instalações militares.

2.10. Pesquisa e Desenvolvimento Militar nos EUA

O investimento norte-americano em P&D militar é altíssimo, e durante o governo Bush ele cresceu a uma taxa elevada e relativamente constante. Tais gastos nos

informam sobre a disposição de médio e longo prazo dos EUA diante do sistema internacional. A tabela 14 apresenta a evolução do investimento estadunidense em P&D nos últimos anos.

Tabela 14: Investimentos Norte-Americanos em P&D (expresso em bilhões de dólares)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Invest. P&D	68,8	69,4	77,5	79,5	80,9	79,3	80,4	75,3

Fonte: U.S Department of Defense (2011: 24; 2005: 8); IISS (2010: 22)

Percebe-se que, após 2010, o nível de investimento se estabilizou, tendendo a reduções. Isso reflete a política do governo Obama, que tenta minorar o problema do déficit fiscal, negligenciado pela administração Bush, que mantinha constantes aumentos nos investimentos em P&D apesar da situação altamente desfavorável das contas públicas, pois como se vê na tabela acima, os gastos nesta área cresceram mesmo após a crise de 2008.

Em tese, com tal nível de investimento em P&D os EUA tenderiam a permanecer na vanguarda tecnológica por décadas. No entanto, graças à globalização tende a haver um forte processo de horizontalização em matéria de transferência de tecnologia, o que permite a China acompanhar parte dos avanços estadunidenses sem ter de arcar com os custos de P&D.⁶⁸ Além disso, em função do avanço nos processos de digitalização a China pode fazer importantes avanços tecnológicos com custos substancialmente menores do que há duas ou três décadas (em termos comparativos),

⁶⁸ Sobre o impacto da globalização na transferência de tecnologia, ver especialmente Friedman (2001).

pois a digitalização reduziu drasticamente os custos de simulação e experimentação, uma vez que estas podem ser realizadas parcialmente em ambiente digital.⁶⁹

Além disso, como se sabe, a história da inovação (tecnológica ou organizacional) em matéria militar tem sido uma sucessão de avanços significativos, seguida por ondas sucessivas de socialização e imitação dos novos desenvolvimentos. Após um aprimoramento substancial em alguma área militar, o país responsável pelo feito conta com uma vantagem temporária, até que ela seja inteiramente duplicada por seus pares. Essa tem sido a história da inovação militar desde o século VIII a.c, quando os espartanos criaram a falange hoplítica⁷⁰, passando pelo advento da pólvora no fim da Idade Média, até chegarmos à Revolução Industrial no fim do século XVIII, resultando na guerra moderna.⁷¹

Ademais, é importante notar que quanto menor a diferença tecnológica entre dois atores, menor tende a ser a duração da janela de vantagem obtida pelo detentor de um novo desenvolvimento bélico, pois mais facilmente esta tecnologia poderá ser assimilada e duplicada pela outra parte. Em vista do ritmo de crescimento da economia chinesa, e de seus avanços em termos tecnológicos – propiciados em larga medida pela horizontalização tecnológica, bem como pela digitalização – estamos diante de uma redução crescente do hiato tecnológico entre China e Estados Unidos, de modo que em se pode prever que dentro de duas décadas esta diferença diminuirá muito.

Um indicador importante que aponta para esta redução se encontra no número de engenheiros formados anualmente na China, pois em 2004 foram diplomados 200 mil engenheiros pelas universidades chinesas, enquanto que nos EUA este número foi de 70 mil no mesmo ano. (Zakaria, 2008) Pode-se alegar que em termos per capita as

⁶⁹ Sobre o significado da digitalização na guerra moderna, ver Martins (2008).

⁷⁰ Formação tática em que os combatentes lutavam a pé e lado a lado, armados com lanças de ferro e escudos de bronze (*hoplun*), organizados em colunas de oito homens por linhas de igual número.

⁷¹ Sobre tais desenvolvimentos militares e sua socialização, ver: Kennedy (1989); Keegan (2006).

universidades estadunidenses formam mais engenheiros do que as chinesas. No entanto, este argumento desconsidera totalmente o perfil do ensino superior chinês há 30 anos, o qual era imensamente inferior ao nível norte-americano, tanto em termos de quantidade de instituições de ensino superior quanto em matéria de competência do egresso. Ou seja, superar em três décadas os EUA em números absolutos é, indiscutivelmente, um feito digno de nota. Porém, mantido o ritmo dotado até aqui, em pouco mais de uma década os chineses estarão formando mais engenheiros per capita do que os EUA.⁷²

2.11. Os efeitos da crise de 2008 sobre a economia norte-americana

Os EUA foram fortemente afetados pela crise de 2008, registrando um retrocesso no PIB na ordem de 6,25% no último trimestre de 2008, e uma redução adicional de 5,5% no primeiro trimestre de 2009. A resposta imediata do governo norte-americano foi o *Troubled Asset Relief Program* (TARP), que forneceu US\$ 700 bilhões às instituições financeiras mais prejudicadas com a crise. Esta medida foi seguida por um corte na taxa de juros, baixando-a praticamente a zero, bem como por reduções fiscais substanciais, além de generoso apoio financeiro ao mercado imobiliário. No início de 2009, a autoridade monetária lançou o *Financial Stability Plan*, liberando cerca de US\$ 1 trilhão para tentar equacionar o problema no mercado imobiliário, além de US\$ 1 trilhão em investimento de cunho público/privado para estimular o conjunto da economia. Adicionalmente, foi grandemente aumentado o controle da autoridade

⁷² Em um relatório emitido em 2005 pela Academia Nacional de Ciências dos EUA, as universidades chinesas teriam formado 600 mil engenheiros em 2004, enquanto as norte-americanas teriam diplomado apenas 70 mil. Segundo o estudo, isto indicaria uma rota perigosa para os EUA em termos de P&D. Entretanto, o estudo em questão desconsiderou o fato de os dados oficiais fornecidos pelo governo de Beijing não diferenciarem entre alunos de graduação plena, que envolviam cursos com cerca de cinco anos de duração, como nos EUA, de cursos técnicos, com aproximadamente dois anos e meio, os quais formam mecânicos e reparadores industriais, não potenciais pesquisadores de ponta. Descontando-se estes técnicos, o número de engenheiros formados pela China se reduz a 200 mil por ano. (Zakaria, 2008)

monetária sobre as atividades das instituições financeiras norte-americanas, buscando reduzir as taxas de alavancagem, além de limitar as possibilidades de conversão de títulos de dívida em papéis negociáveis.⁷³

Estas medidas obtiveram resultados rápidos, e no fim do terceiro trimestre de 2009 a recessão estava oficialmente acabada, e a economia norte-americana voltava a crescer. Contudo, esta retomada foi tímida e fugaz, pois a economia ainda encontrava-se seriamente enfraquecida, com um índice de desemprego de aproximadamente 10%. A tabela apresentada abaixo demonstra o desempenho do PIB estadunidense antes e depois da crise.

Tabela 14: Percentual de crescimento da economia dos EUA (1999 – 2011)

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Percentual de Crescimento do PIB	4,1	5	0,3	2,45	3,1	4,4	3,2	3,2	2	1,1	-2,6	2,8	1,7

Fonte: CIA World Factbook

Como se pode ver, por conta da crise de 2008, a economia dos EUA encolheu substancialmente em 2009, voltando a crescer moderadamente em 2010 e desacelerando novamente em 2011, com isso obtendo um crescimento econômico médio de 0,63% no período posterior a crise. Apesar deste retrocesso, em 2011 o governo Obama conseguiu reduzir o índice de desemprego para 9%. No entanto, o que mais merece destaque na tabela apresentada acima é a média de crescimento econômico dos Estados Unidos, que nos nove anos anteriores a crise foi de 3,08%, o que é bastante significativo para uma economia consolidada. Contudo, o governo Bush com sua política econômica perdulária

⁷³ Posteriormente, estes títulos negociáveis (securitizados) derivavam em outros títulos no sistema financeiro internacional ao serem dispersos em inúmeros fundos de investimentos (derivativos). Obviamente, tal procedimento contaminava boa parte do mercado financeiro, mas dividia o risco da operação com o restante do sistema. (Krugman, 2009)

e sua aversão à regulação financeira, colocou a perder o dinamismo da economia estadunidense, como discutido adiante.

Adicionalmente, em 6 agosto de 2011, uma das grandes agências de classificação de risco (S&P) reduziu a qualificação da dívida pública dos Estados Unidos. Trata-se de um fato inédito na história do país, o que afetou de modo bastante negativo a credibilidade dos títulos públicos estadunidenses. A decisão da S&P foi uma resposta ao crescimento exponencial do déficit público dos Estados Unidos, que em 03 de agosto havia chegado a 100% do PIB, o que não acontecia desde 1947. (Romano, 2012; DN Economia, 2011) Na tabela abaixo se pode ver o crescimento do endividamento do país na última década.

Tabela 15: Déficit anual do Governo Federal (em bilhões de dólares)

Ano	2000	2008	2010	2011
Valor	+ 236 (superávit)	- 459	- 1.293	- 1.645

Fonte: U.S Department of Defense (2011: 3)

Percebe-se que ao término da administração Clinton o governo federal mantinha um visível superávit fiscal, com uma dívida pública de aproximadamente 30% do PIB, ou seja, bastante controlada. Tal resultado foi fruto de uma política fiscal muito rigorosa em contexto de crescimento econômico. Entretanto, em 2008 a situação dos EUA já era bastante distinta, em virtude de uma política fiscal permissiva, que levou à redução de impostos dos norte-americanos com rendimento superior a US\$ 200 mil por ano e, concomitantemente, elevou os gastos em defesa, especialmente após a invasão do Iraque. A combinação entre menos receita e mais despesa levou o governo federal a um quadro delicado, que foi duramente agravado pela crise imobiliária de 2008, conduzindo os EUA ao atual nível de endividamento, que em 30 de agosto de 2012 havia chegado a

US\$ 15,9 trilhões. Deste modo, a dívida pública estadunidense alcançou aproximadamente 103% do PIB, uma vez que em 2011 o PIB dos Estados Unidos foi de US\$ 15,4 trilhões. (Romano, 2012; Folha de São Paulo, 2012; Pecequilo, 2006)

Para reverter esta situação insustentável, Washington precisa cortar muitos gastos, especialmente em defesa. Segundo Michael O'Hanlon (2011), o orçamento de defesa dos Estados Unidos precisaria retornar para a faixa dos US\$ 500 bilhões para tornar-se minimamente sustentável, o que implicaria em uma redução de aproximadamente US\$ 200 bilhões, uma vez que atualmente a defesa estadunidense custa cerca de US\$ 700 bilhões aos cofres públicos.

Uma redução desta magnitude no orçamento de defesa dos EUA seria um processo bastante complexo e delicado (e improvável), em razão das imensas demandas das forças armadas do país, que se tornaram ainda mais intensivas em capital do que eram ao término da Guerra Fria. Em função disso, não são prováveis quaisquer reduções drásticas no gasto de defesa do país. Deste modo, percebe-se que os custos de manutenção da posição norte-americana estão aumentando rapidamente. É por esta razão que, presentemente, os EUA investem muito mais recursos por soldado do que investiam durante a Guerra Fria. De tal modo que, entre 2007 e 2010, o valor médio na relação orçamento/combatente foi de US\$ 459 mil. Este número é 78% maior do que o registrado no governo Reagan durante o auge da Iniciativa de Defesa Estratégica (1983-1986), e três vezes maior do que o valor gasto durante o conflito no Vietnã (valores atualizados até 2010). Com isso, percebe-se que o gasto total dos EUA em defesa e a relação orçamento/efetivo não são apenas maiores do que a média da Guerra Fria, mas são ainda maiores do que os picos de investimento militar registrados durante a confrontação Leste-Oeste. (Conetta, 2010)

Apesar da necessidade de corte de gastos, o governo Obama pretende continuar investindo fortemente em defesa, precisamente US\$ 5 trilhões entre 2010 e 2017. Esta escolha reflete tanto a preocupação dos EUA com a preservação de sua posição relativa no sistema internacional, quanto a sua impossibilidade de conduzir reduções substanciais no aporte de capital destinado às forças armadas. (Conetta, 2010)

Além de cortar gastos, Washington precisaria continuar contando com o interesse de chineses, japoneses e britânicos para que estes continuassem a financiar parte da dívida norte-americana. Mesmo assim, provavelmente a reversão total do quadro demande algumas décadas de esforço continuado por parte do governo norte-americano, pois para ter-se uma ideia, a meta da administração Obama é reduzir a dívida pública em cerca de US\$ 2,1 trilhões na próxima década. (Folha de São Paulo, 2011) Com isso, restariam ainda US\$ 13,8 trilhões em déficit, ou seja, nesse ritmo o problema levaria três ou quatro décadas para ser equacionado, desde que a dívida parasse de crescer. Contudo, o déficit continua a subir vertiginosamente, apenas para ter-se uma ideia, no primeiro trimestre de 2012, o PIB estadunidense cresceu a uma taxa de 2,2%, enquanto que a dívida aumentou em 9,4% no mesmo período, ou seja, o déficit cresce quatro vezes mais rápido do que a economia do país. (Romano, 2012) Adicionalmente, o governo ainda conta com os custos da recente reforma do sistema de saúde pública, a qual deve contribuir para piorar ainda mais a situação do balanço de pagamentos de Washington.

2.12. Os Custos das Guerras no Afeganistão e no Iraque

Entre 2001 e 2012, a Guerra Global ao Terrorismo (GWOT) do presidente Bush, somada às Operações de Contingência Além-mar do governo Obama, custaram US\$

1,347 trilhão aos cofres norte-americanos. No entanto, deste montante foram gastos na guerra do Iraque US\$ 802,9 bilhões, ou seja, 59,6% destes custos provêm de um conflito militar necessário apenas sob a ótica do segmento político neoconservador, que desde meados dos anos 1990 prescrevia a troca de regime como a melhor solução política para o país de Saddam Hussein.⁷⁴ A tabela 16 apresenta os valores gastos com as duas guerras desde 2001.

Tabela 16: Os Custos das Guerras no Afeganistão e no Iraque (valores expressos em bilhões/dólar atualizado até 2011)

OPERAÇÃO	2001/2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Enduring Freedom	20,8	14,7	14,5	20,0	19,0	39,1	44,0	52,0	100,0	113,0	107,0
Iraqi Freedom	0,0	53,0	75,9	85,5	101,7	130,8	143,0	94,0	62,0	46,0	11,0
Total	20,8	67,7	90,4	105,5	120,7	169,9	187,0	146,0	162,0	159,0	118,0

Fonte: U.S Department of Defense (2010: 13; 2011: 26); IISS (2010: 24)⁷⁵

A tabela 16 demonstra que até o fim do governo Bush havia uma diferença muito significativa entre os recursos destinados às duas guerras, sendo a maior parte dos

⁷⁴ O neoconservadorismo é um ideário político amplo e diversificado, no entanto, quatro características gerais podem ser apreendidas. A primeira consiste na ênfase conferida pelos neoconservadores à natureza do regime político, ou seja, ao contrário do que os realistas afirmam, o tipo de regime político influenciaria grandemente a conduta externa dos Estados, e como os neoconservadores acreditam que a democracia é o melhor regime para promover a paz, então alegam que todos os países deveriam ser democracias. A segunda característica é a desconfiança em relação às organizações internacionais, especialmente diante de instituições abrangentes como a ONU, pois ela se recusaria a servir como instrumento de segurança coletiva, ao contrário da OTAN, por exemplo. O terceiro elemento geral no pensamento neoconservador é a sua descrença quanto à eficácia dos mecanismos de engenharia social, pois para os neoconservadores as políticas sociais não são capazes de alterar substancialmente o quadro socioeconômico vigente nos países. De acordo com eles, todos os esforços empreendidos pelos EUA para mitigar os problemas sociais e econômicos da população norte-americana acabaram por não resolver as mazelas, além de incentivar e premiar a dependência e a passividade entre os segmentos sociais mais pobres, ou seja, na prática contribuindo para a manutenção do statu quo. A quarta característica do pensamento neoconservador reside na crença de que os EUA devem usar seu poder não apenas para fins políticos, mas também para objetivos morais, defendendo o “certo” e a “verdade” onde for necessário. (Fukuyama, 2006; Halper & Clark, 2004)

⁷⁵ Os custos dos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, foram extraídos de IISS (2010), ao passo que os gastos relativos aos anos 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 foram obtidos em U.S Department of Defense (2010; 2011).

custos advindos da operação no Iraque. Com a eleição do presidente Obama estes gastos começaram a se alterar, especialmente a partir do orçamento de 2010, que fora o primeiro aprovado pelo novo governo. Desde então, tem-se um crescimento substancial nos investimentos militares no conflito afegão, e um decréscimo rápido na quantia de recursos destinados à guerra do Iraque, com isso, evidenciando a mudança de prioridades dos EUA com a nova administração.

É importante notar, entretanto, que se os Estados Unidos não tivessem invadido o Iraque e gasto aproximadamente US\$ 800 bilhões com esta operação, sua situação fiscal seria apenas um pouco melhor, em razão das dimensões da dívida pública (US\$ 15,9 trilhões em agosto de 2012) Logo, é possível afirmar que a guerra do Iraque contribuiu para a atual crise fiscal norte-americana, mas de modo algum é possível alegar que ela causou tal situação. Em suma, apesar do caráter perdulário do governo Bush, os EUA estariam em uma condição econômica relativamente aceitável, se não fosse pela crise imobiliária de 2008, causada pela dimensão doméstica e econômica do neoconservadorismo, pois até 2008 o déficit público estava crescendo constantemente, como visto na tabela 9, porém de forma relativamente estável.

Com isso não se está tentando insinuar que os EUA estão na atual condição fiscal graças a um “acidente” no mercado. Pelo contrário, as raízes da crise encontra-se em desregulamentações iniciadas ainda no final do governo Clinton, quando o Federal Reserve foi autorizado pelo executivo a relaxar os critérios de concessão de crédito, criando os *subprime* e as bases do que seria a bolha imobiliária. Outro elemento que contribuiu fortemente para a crise foi a precária regulação das operações interbancárias nos EUA, agravada pelas políticas macroeconômicas do governo Bush. (Krugman, 2008) Em suma, a crise de 2008 foi um resultado das escolhas feitas pelo próprio governo estadunidense.

Comparações e resultados

Após as considerações feitas acima sobre o caso chinês e o norte-americano, percebe-se que os dois Estados enfrentam problemas econômicos de curto e médio prazo. Contudo, como demonstrado, os desafios da economia dos EUA são substancialmente maiores e mais urgentes do que os enfrentados pela China, uma vez que Beijing não tem diante de si um déficit fiscal imenso, como é o caso de Washington. Apesar disso, a RPC possui desafios que tendem a afetá-la no médio e longo prazo, ligados à sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento econômico. Em particular, destacam-se os desafios de prover saúde e emprego para a população, bem como os riscos de crescimento da inflação, em decorrência das medidas adotadas pelo Estado em resposta à crise de 2008. De modo mais estrutural, o principal desafio de Beijing reside na grande disparidade socioeconômica entre cidade e campo, e entre a costa e o interior do país. Os EUA, por sua vez, têm de lidar com dilemas de curto prazo, um índice de desemprego que resiste a diminuir, e com uma dívida que chegou a 103% do PIB e continua crescendo em ritmo exponencial, e que demandará esforços de longo prazo para equacioná-la.

Em suma, ambas as economias terão dificuldades (em proporções variáveis) para sustentar seus elevados investimentos em defesa. A tabela 17 compara elementos essenciais na análise feita até aqui.

Tabela 17: Comparação entre as Capacidades Econômicas de China e EUA (valores expressos em bilhões de dólares)

País	Valor do PIB (2011)	Percentual do Crescimento do PIB (2011)	Taxa Média de Crescimento do PIB (antes da crise)	Taxa de Crescimento do PIB é Sustentável no Médio Prazo? ⁷⁶	Condições Econômicas de Curto Prazo ⁷⁷	Prazo dos Principais Desafios Econômicos ⁷⁸	Diferencial de Capacidades Econômicas ⁷⁹	Tendência do Diferencial de Capacidades Econômicas ⁸⁰
China	7,65	9,2%	12,5% (1998-2007)	Sim, mas improvável	Estável e regular	Médio e Longo	Médio	Rapidamente decrescente
EUA	15,4	1,8%	(1999-2007) 3,0%	Não	Estável, mas ruim	Curto, Médio e Longo		

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados apresentados acima.

Apresenta-se o “diferencial de capacidades econômicas” entre os dois atores como “médio” em virtude do quadro geral das duas economias, detalhado anteriormente. Além disso, os números apresentados acima exemplificam a diferença avassaladora entre as duas economias em termos de dinamismo, como se percebe pela diferença de 7,4% nas taxas de crescimento dos referidos países em 2011, e pela diferença de 9,5% no período anterior a crise de 2008. No entanto, o “diferencial de capacidades econômicas” não é apresentado como “baixo” porque o PIB norte-americano ainda é duas vezes maior do que o chinês, o que contribui para a elevação do diferencial em favor dos EUA, pois este número evidencia que a China ainda tem um longo caminho pela frente antes de alcançar a dimensão absoluta e relativa da economia norte-americana.

Quanto à “tendência no diferencial de capacidades econômicas”, ele é apresentado como “rapidamente decrescente” tanto em função da diferença na taxa de crescimento, como em virtude da disparidade em termos de magnitude e urgência entre

⁷⁶ Categorizado em três graus de variação: “sim, e provável”; “sim, mas improvável”; e “não”.

⁷⁷ Serão classificadas em quatro categorias: “estável e boa”; “estável e regular”; “estável, mas ruim”; ou “instável”.

⁷⁸ Divididos em: curto; médio; ou longo prazo.

⁷⁹ Categorizado em: baixo; médio; ou alto.

⁸⁰ Classificado em: estabilizado; crescente; decrescente; e rapidamente decrescente.

os problemas econômicos dos dois atores. A China possui tempo para lidar com seus desafios, pois eles são de médio e longo prazo e, portanto, podem ser solucionados gradualmente, sem prejudicar seriamente o crescimento econômico no presente. Já os EUA enfrentam problemas imensos e de curto prazo, representados especialmente por seu déficit público e seu índice de desemprego, os quais, no entanto, têm afetado duramente o desempenho econômico do país, como os dados sobre o crescimento do PIB revelam. Além disso, ainda compete para a avaliação da “tendência do diferencial de capacidades econômicas” como “rapidamente decrescente” o fato de o quadro econômico dos EUA ser “estável, mas ruim”. Tal quadro é “estável” porque não oscila substancialmente, como nos meses imediatamente posteriores à crise imobiliária, mas é “ruim” porque o governo não tem conseguido cortar gastos em um ritmo elevado. Para exemplificar esta questão, basta lembrar que o governo Obama pretende economizar apenas US\$ 178 bilhões entre 2011 e 2016 com cortes no orçamento de defesa (uma média de US\$ 35,6 bilhões por ano), ou seja, uma quantia insignificante diante da magnitude do orçamento do Pentágono, e da gravidade da situação fiscal do país. Considerando, pois, a evolução da situação dos dois países entre 2009 e 2012, a tendência se mantém após a ascensão de Xi Jinping (2012-2022) e Barack Obama (2013-2016). A tabela 18 sumariza os dados mais relevantes em termos de capacidades militares e esboça algumas conclusões preliminares.

Tabela 18: Comparação entre as Capacidades Militares de China e EUA (valores expressos em bilhões de dólares)

País	Valor dos Gastos em Defesa (2010)	Taxa Média de Crescimento Média (2001-2007)	Percentual do PIB Gasto em Defesa (2010)	Taxa de Crescimento é Sustentável?	Valor Investido em P&D (2009)	Diferencial de Capacidades Militares	Tendência do Diferencial de Capacidades Militares
China	76,4 (oficial) 129,88 (x 1,7) 277,06 (4,7% do PIB)	13,94%	1,3 (oficial) 2,2 (x 1,7)	Sim	12,3	Médio	Decrescente
EUA	692,8	9,91%	4,7	Não	80,9		

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados apresentados acima.

O “diferencial de capacidades militares” é apresentado como “médio”, em primeiro lugar, porque o valor oficial do orçamento de defesa chinês é um dado inadequado para o comparativo, na medida em que gera uma imagem terrivelmente distorcida, pois o orçamento de defesa dos EUA é 9,0 vezes maior do que o chinês se comparado com o valor oficial. No entanto, esta margem diminui grandemente se utilizarmos o número estimado (x 1,7) e largamente aceito pelos especialistas. Nesse caso, a disparidade cai para aproximadamente 5,33 vezes, o que, entretanto, ainda representa um imenso hiato de poder em favor dos EUA. Porém, se igualarmos os percentuais do PIB gasto em defesa chega-se ao valor de US\$ 277.06 bilhões, o que reduz a disparidade para 2,5 vezes. Este é um percentual que o governo chinês teria condições de destinar à defesa se fosse estritamente necessário, ou seja, em caso de deterioração estrutural na relação com os EUA, ou na situação de Taiwan.

Em segundo lugar, porque embora o investimento norte-americano em P&D tenda a fornecer uma boa vantagem tecnológica aos EUA em um cenário de guerra convencional contra a China, isto não garantiria um resultado favorável, especialmente porque em tal cenário as forças armadas estadunidenses teriam de combater a milhares

de quilômetros de distância dos EUA, e não há garantias de que Japão e Coreia do Sul apoiem uma ação militar contra a China.

No tocante à “tendência do diferencial de capacidades militares”, afirmou-se que ela é “decrecente” por vários motivos. O primeiro deles consiste na diferença entre os percentuais do PIB gastos em defesa. Como o governo chinês compromete uma fatia muito menor do seu PIB com a defesa, ela onera muito menos o Estado, fazendo com que Beijing disponha, comparativamente, de mais recursos para investir em empreendimentos mais produtivos do que o setor militar, tanto em termos de geração de empregos quanto de tributos. O segundo motivo é que a China tem condições relativamente boas de sustentar um crescimento no gasto militar superior a 10%, enquanto que os EUA não têm nem condições de repor a inflação anual sem piorar sua condição fiscal. Além disso, é provável que Beijing consiga manter o crescimento do orçamento de defesa na casa dos 15% durante toda a próxima década, sobretudo diante da tentativa estadunidense de preservar sua condição de primeira dentre as grandes potências.

Buscou-se demonstrar ao longo deste capítulo as dimensões do diferencial de capacidades econômicas e militares existente entre China e EUA, bem como suas tendências de médio e longo prazo. Com isso, pode-se perceber que o hiato entre Beijing e Washington está se reduzindo, tanto em termos de capacidade econômica, quanto de capacidades militares.

Em vista das atuais disparidades agregadas entre China e Estados Unidos em termos de diferenciais de capacidades econômicas e militares, para que se possa avaliar a situação da balança de poder no Leste Asiático é importante analisar os inventários militares da China e suas perspectivas de emprego da força, sobretudo a modernização de suas capacidades navais.

CAPÍTULO 3

MODERNIZAÇÃO MILITAR DA CHINA:

o caso da Marinha do Exército de Libertação do Povo

Este capítulo versa sobre as capacidades da Marinha do Exército de Libertação do Povo (MELP) da China, buscando analisar sua estrutura de força, seus preceitos estratégicos e operacionais, bem como as consequências regionais e globais de sua modernização, no campo político e militar. O objetivo aqui é avaliar se a China tem condições de enfrentar as forças estadunidenses, e se tem chances significativas de vitória.⁸¹

O presente capítulo está dividido em três seções. A primeira versa sobre a estrutura de força da marinha chinesa, ao passo que a segunda seção trata de sua estratégia naval e suas diretrizes operacionais, especialmente das operações de antiacesso e negação de área (A2/AD). Nesta seção são realizadas diversas comparações entre as capacidades chinesas e estadunidenses. A terceira e última seção aborda as reações militares dos Estados Unidos, bem como de seus principais aliados (atuais e potenciais) da região.

3.1. Estrutura de Força da Marinha Chinesa

⁸¹ Nesse capítulo utilizam-se, predominantemente, fontes ocidentais sobre as capacidades navais chinesas. Privilegiou-se as pesquisas dos principais acadêmicos estadunidenses e britânicos dedicados ao estudo da MELP. Na seção destinada à Estrutura de Força, enfrentou-se dificuldades substanciais na obtenção de fontes que permitissem a descrição e conseqüentemente a análise dos inventários militares da MELP, conseqüentemente, nesta seção empregou-se um número reduzido de referências. O autor está ciente das limitações decorrentes desses dois pontos, mas entende que isto não inviabiliza os resultados do presente estudo.

A MELP foi criada em abril de 1949, e está subordinada à autoridade da Comissão Militar Central, que representa o topo da cadeia de comando das Forças Armadas da China, sendo chefiada pelo Presidente da República. O controle da CMC sobre o ELP é exercido por meio de quatro Departamentos Gerais, a saber: Departamento de Geral de Apoio, que responde pelas decisões relativas à pessoal e apoio; Departamento Político Geral, a quem compete a fiscalização da implementação da doutrina política no conjunto do ELP; Departamento Geral de Logística, responsável por organizar os suprimentos, bem como os serviços de transporte, alojamento e cuidados médicos; Departamento Geral de Armamentos, que responde pela administração e manutenção de todo o equipamento do ELP, bem como pelas aquisições de material bélico. Abaixo da estrutura dos Departamentos Gerais encontram-se os quartéis-generais navais, responsáveis pelo planejamento militar da MELP, assim como pela coordenação com os Departamentos Gerais. Abaixo dos quartéis-generais estão os três comandos de frota, encarregados do controle operacional da MELP.⁸² As três frotas são as seguintes: Frota do Mar do Norte (FMN); Frota do Mar do Leste (FML); e Frota do Mar do Sul (FMS). Sua missão primordial consiste em proteger a RPC de invasão pelo mar, defender a soberania do Estado sobre suas águas territoriais, e salvaguardar os direitos marítimos e interesses da RPC. A MELP possui 255.000 efetivos, e está organizada em cinco ramos: submarinos; forças de superfície; aviação naval; defesa costeira; e corpo de fuzileiros navais. Subordinadas a MELP estão dez academias e escolas navais, além de diversos centros de pesquisa especializada. (Cordesman & Kleiber, 2007)

⁸² Em situações de guerra, o comando operacional da MELP pode ser transferido para uma das sete Regiões Militares, que respondem pelo controle das forças terrestres. É importante distinguir as Regiões Militares dos Comandos de Área Militar, também divididos em sete regiões. Compete às Regiões Militares o comando das forças terrestres, e eventualmente das forças navais. Já os Comandos de Área Militar destinam-se à organização, planejamento e comando de operações conjuntas e combinadas, ou seja, que envolvem o emprego de diversas forças em um dado teatro de guerra. (Cordesman & Kleiber, 2007)

3.1.1. Submarinos

A União Soviética desempenhou um papel central na criação dos primeiros submarinos chineses. Deste modo, em 1951 a RPC organizou uma equipe de trabalho para estudar a Sétima Frota Soviética do Pacífico, baseada em *Lushun* naquele momento. No ano de 1952 foi construída em Qingdao (península de Shandong) a primeira base de submarinos da MELP. No ano seguinte, Qingdao tornou-se a sede da primeira escola de submarinos da China. Em 1954 Beijing adquiriu quatro submarinos soviéticos antigos, dois de classe média e dois de classe pequena, designados como Nova China 11 e 12, e Defesa Nacional 21 e 22, respectivamente. (ONI, 2007)

No começo de 1956 a MELP começou a montar o primeiro submarino Tipo-03, a partir de partes fornecidas pelos soviéticos. O primeiro Tipo-03 foi entregue à marinha chinesa em junho de 1957, nomeado como Nova China 15. Com a ruptura sino-soviético iniciada em 1959, e com o tumulto social causado pela Revolução Cultural (1966-1976), a construção de submarinos foi grandemente retardada, agravando ainda mais o atraso da MELP em matéria de guerra submarina. Um bom exemplo deste problema pôde ser observado na construção do Tipo-33 (Classe *Romeo*), que teve sua produção iniciada em 1959 (com tecnologia chinesa) e só foi comissionado em junho de 1969. Em 1975 a MELP recebeu seu primeiro submarino movido à propulsão nuclear. Sete anos depois disparou seu primeiro SLBM, demonstrando a emergência da força de submarinos da China. (ONI, 2007) Atualmente, a marinha chinesa possui uma força bélica consistente em matéria de submarinos, como se pode ver na tabela 19.

Tabela 19: Submarinos da MELP (2010)

Categoria de Embarcação	Quant.	Descrição	Armamento
Submarinos Estratégicos	3		

Submarino a Propulsão Nuclear de Mísseis Balísticos (SSBN)	3	1 <i>Xia</i> (Tipo 092)	12 JL-1 (CSS-N-3) SLBM ⁸³
		2 <i>Jin</i> (Tipo 094)	Até 12 JL-2 (CSS-NX-4) SLBM
Submarinos Táticos	68		
Submarino a Propulsão Nuclear de Ataque (SSN)	6	4 <i>Han</i> (Tipo 091)	YJ-82 SSM ⁸⁴ ; 6 Tubos de Torpedo (533mm)
		2 <i>Shang</i> (Tipo 093)	6 Tubos de Torpedo (533mm)
Submarino de Mísseis Guiados (SSG)	1	<i>Romeo</i> (Tipo SSG) (plataforma de testes)	6 YJ-1 (CSS-N-4) <i>Sardine</i> SSM; 8 Tubos de Torpedo (533mm)
Submarino de Ataque com capacidade de Combate Antissubmarino e Antinavio (SSK)	60	12 <i>Kilo</i> (2 Projeto 877 - 10 Projeto 636)	3M54 <i>Klub</i> (SS-N-27 <i>Sizzler</i>) ASCM ⁸⁵ ; 6 Tubos de Torpedo (533mm) com até 18 <i>Test-71/96</i> HWT
		20 <i>Ming</i> (4 Tipo 035, 12 Tipo 035G, 4 Tipo 035B)	8 Tubos de Torpedo (533mm)
		8 <i>Romeo</i> (Tipo 033)	8 Tubos de Torpedo (533mm)
		16 <i>Song</i> (Tipo 039/039G)	YJ-82 (CSS-N-8) <i>Saccade</i> ASCM; 6 Tubos de Torpedo (533mm)
		4 <i>Yuan</i> (Tipo 039 A/B)	6 Tubos de Torpedo (533mm)
Submarino Diesel-elétrico	1	<i>Golf</i> (treinamento de SLBM ⁸⁶)	
Total de Embarcações	71		

Fonte: IISS (2011: 231-232)

Na tabela 19, observa-se que a China possui uma força de submarinos de porte grande para o contexto regional, pois para ter-se uma ideia, a marinha japonesa possui 18 submarinos (SSK), todos movidos por motor diesel-elétrico. A Índia, por sua vez, detém apenas 16 submarinos, sendo 15 SSK diesel-elétricos e 1 SSN com propulsão nuclear. (IISS, 2011) Mesmo se excluirmos de nossa comparação os 20 submarinos Classe *Ming* e os 9 *Romeo*⁸⁷ em função de sua idade, bem como o Classe *Golf* (utilizado apenas para treinamento), ainda teríamos uma força muito substancial, composta por 41 embarcações modernas. Se quisermos ser ainda mais criteriosos, excluindo de nosso breve comparativo regional as embarcações plenamente capazes, no entanto

⁸³ Submarine-launched Ballistic Missile.

⁸⁴ Surface-to-Surface Missile.

⁸⁵ Anti-Ship Cruise Missile.

⁸⁶ Submarine-Launched Ballistic Missile.

⁸⁷ Oito Classe *Romeo* em operação e uma plataforma de testes, totalizando nove embarcações.

excessivamente ruidosas, teríamos 34 submarinos para a comparação, pois removeríamos o Tipo 092, os quatro Tipo 091, além dos dois Classe Kilo (Projeto 877). Percebe-se que, mesmo com tais remoções o número de submarinos a serviço da MELP é muito superior ao de seus dois principais rivais potenciais da região. Sendo assim, tais números colocam a China em uma posição bastante confortável em termos regionais.

No entanto, a MELP não deposita suas expectativas no fator quantitativo, pois aposta, acima de tudo, no desenvolvimento qualitativo de sua força de submarinos. Nesse sentido, em 2004 a RPC terminou a construção do primeiro submarino da nova Classe *Jin* (Tipo 094) e, em 2007, a segunda unidade foi lançada. Ambos foram comissionados em 2010. O Tipo 094 (denominação chinesa) é a segunda geração de SSBN da MELP, tendo sido criado para substituir o antigo Tipo 092 (comissionado em 1983). Este novo SSBN poderá carregar até 12 JL-2 SLBM. Tal míssil balístico tem um alcance estimado entre 7000 e 8000 km, ou seja, cerca de três vezes o alcance do JL-1 SLBM que arma o Tipo 092. O JL-2 é um SLBM de três estágios com combustível sólido, capaz de carregar uma ogiva nuclear de até um megaton. Especula-se que ele seja capaz de transportar de três a oito ogivas MIRV (*Multiple Independently-targetable Reentry Vehicle*), uma vez que o míssil é capaz de transportar uma carga entre 1050kg e 2800kg (assumindo que cada ogiva pese cerca de 300kg). Cada uma das ogivas do MIRV teria um rendimento de 20kt a 150kt. No entanto, utilizados contra as forças adversárias tal rendimento não garantiria o desarmamento de silos nucleares bem reforçados, como os norte-americanos, porque a margem de erro deste míssil é algo entre 150m e 300m. Para o desarmamento pleno de silos desta natureza, o JL-2 deveria usar apenas uma ogiva com elevado rendimento. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; SinoDefence, 2012a; U.S Department of Defense, 2011b).

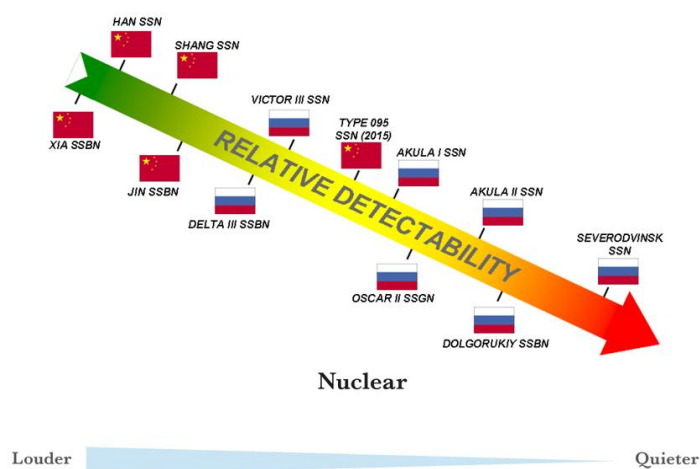
Os submarinos da Classe *Shang* (Tipo 093) são os novos SSN da MELP, criados para substituírem a antiga Classe *Han* (Tipo 091), comissionados entre 1974 e 1990. Em 2003 foi desativado um dos cinco Tipo 091 da MELP, ao passo que os outros quatro deverão sê-lo na medida em que novos Tipo 093 entrem em operação. Os dois Classe *Shang* em serviço foram comissionados em 2006 e 2007, respectivamente. Ainda estão previstas mais três embarcações desta classe para equipar a MELP, e o terceiro já está em construção. Os Tipo 093 são submarinos criados, primariamente, para combate anti-superfície a grandes distâncias da costa chinesa (o que não é possível com as embarcações diesel-elétricas).

A China concebe sua frota de SSN como um dos principais instrumentos contra os porta-aviões norte-americanos e seus grupos de batalha. Além disso, os classe *Shang* devem servir como escolta aos SSBN da MELP, especialmente para o novo Tipo 094. Em função de seu tipo primário de missão, o Tipo 093 deve ser armado com mísseis de cruzeiro antinavio (ASCM – sigla em inglês), e com mísseis de cruzeiro de ataque ao solo (LACM – sigla em inglês), similares aos *Tomahawk* norte-americanos. A Classe *Shang* foi projetada pela marinha chinesa em conjunto com especialistas russos a partir do projeto do submarino Classe *Victor III*, comissionado em 1978 na URSS. Este foi o primeiro submarino de uma série de embarcações silenciosas que preocuparam grandemente a marinha norte-americana durante a década de 1980. Tanto o Tipo 093 quanto o Tipo 094 são substancialmente mais silenciosos do que seus antecessores, o que é fundamental tanto para elevar as chances de sobrevivência da embarcação. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b)

No entanto, os dois referidos submarinos ainda são consideravelmente mais ruidosos do que seus homólogos russos, o que sem dúvida é uma fonte de preocupação e insegurança para a marinha chinesa. Contudo, a MELP tem se debruçado sobre a

questão há vários anos, e especula-se que a nova classe de submarinos prevista para ser lançada em 2015 (Tipo 095), seja muito mais silenciosa do que as embarcações em serviço atualmente. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b) A figura 1 demonstra com clareza a situação presente da MELP no tocante à assinatura sonora de seus SSNs e SSNBs.

Figura 1: Nível de Quietude Acústica dos Submarinos a Propulsão Nuclear de China e Rússia



Fonte: ONI, 2009: 22.

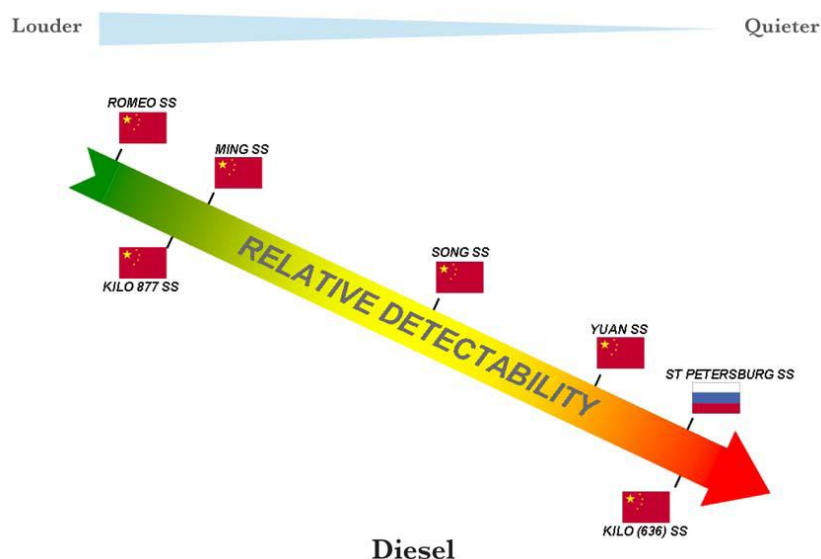
Em relação aos submarinos diesel-elétricos da MELP, é importante destacar a aquisição dos Classe *Kilo* pela China em 1993, quando ela adquiriu da Rússia quatro submarinos desta Classe, sendo dois do Projeto 877 e dois do Projeto 636. Esta última versão a Rússia reservava para a sua marinha, sendo objeto de exportação apenas a barulhenta versão 877. Entretanto, as adversas condições econômicas da Rússia após a dissolução da URSS levaram o governo a permitir a venda da versão 636 aos chineses. Esta é uma versão mais nova e muito mais silenciosa do que a 877.

Com o avanço da parceria entre Rússia e China em matéria de comércio de tecnologias militares, a MELP pode comprar em 2002 mais oito Classe *Kilo* Projeto

636N (atualização do Projeto 636), todos armados com o míssil de cruzeiro antinavio 3M54 *Klub* (SS-N-27 *Sizzler*) ASCM. Trata-se de um míssil supersônico de procedência russa, capaz de voar a Mach 2.9 a cinco metros de distância da água após travar o alvo, ou seja, com grande poder de destruição e de difícil detecção por radares convencionais. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; Air Power Australia, 2011a)

O Classe *Yuan* é uma embarcação recente, tendo sido comissionado em 2006. Já o Classe *Song* é um submarino mais antigo, pois entrou em serviço em 1999. Este último se destina ao combate contra superfície, e está equipado com o míssil de cruzeiro antinavio YJ-82 (CSS-N-8) *Saccade* ASCM. Trata-se de um dispositivo subsônico com alcance de aproximadamente 120km. Ou seja, embora utilize uma tecnologia relativamente antiga, o YJ-82 possui um alcance substancial para a categoria, e um grau elevado de eficácia, similar ao de seus homólogos ocidentais, como o *Exocet* francês e o *Harpoon* norte-americano. O Classe *Yuan* tem uma imensa vantagem sobre o Classe *Song* em matéria de emissão de ruído, pois possui um sistema de propulsão bastante silencioso. Na figura 2 pode-se perceber tal diferença em termos de assinatura sonora, bem como a diferença entre os dois referidos submarinos e embarcações mais antigas, como a Classe *Ming* e a Classe *Romeo*. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b)

Figura 2: Nível de Quietude Acústica dos Submarinos a Propulsão Diesel-elétrica de China e Rússia



Fonte: ONI, 2009: 22.

É interessante notar ainda a evidente diferença que há entre a assinatura sonora do Classe *Kilo* Projeto 877, e do Projeto 636. Como se pode perceber, a tecnologia de redução de emissão de sons do 636 é visivelmente superior inclusive a da classe de submarinos mais silenciosos produzidos pela China com tecnologia própria.

3.1.2. Forças de Superfície

Quando a MELP foi criada em 1949, a força de superfície era o único ramo existente. Ainda em 1949 a marinha recebeu sua primeira fragata, após isso rapidamente construiu vasos de desembarque, varredores de mina, barcos de torpedo e perseguidores de submarino.

Durante os anos 1950 a força de superfície da China cresceu rapidamente em termos qualitativos e quantitativos, de modo a permitir a MELP tomar algumas das ilhas no Estreito de Taiwan controladas pelo governo nacionalista da República da China. Durante os anos 1960 a MELP passou a projetar suas próprias embarcações, tais como *destroyers*, fragatas e navios de desembarque. Nos anos 1970 criou diversos barcos de

mísseis-guiados, bem como *destroyers* armados com mísseis-guiados. Na década de 1980 a MELP dedicou seus recursos a construção de novos *destroyers* e fragatas, no entanto, avanços importantes também foram alcançados em matéria de varredores de mina e dispositivos de colocação de minas, bem como em vasos de serviço e de apoio logístico. (ONI, 2007) Na tabela 20 pode-se ver o quanto a China desenvolveu sua força de superfície nas últimas seis décadas.

Tabela 20: Destroyers da MELP (2010)

Categoria de Embarcação	Uni.	Descrição	Tonelagem (carga total)	Armamento
Destroyers DDGHM ⁸⁸	11	4 <i>Hangzhou</i> (<i>Sovremenny</i>)	8480	2 Lançadores quádruplos com 3M80/3M82 <i>Moskit</i> (SS-N-22 <i>Sunburn</i>) AShM; 2 3K90 <i>Uragan</i> (SA-N-7 <i>Grizzly</i>) SAM; 2 Tubos duplos de torpedo antissubmarino (533mm); 2 RBU 1000 <i>Smerch</i> 3; 2 Canhões duplos de 130mm; Capacidade para 1 Helicóptero Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>) ou 1 Helicóptero KA-28 <i>Helix</i> A.
		2 <i>Luyang</i> (Tipo 052B)	n/d	4 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 2 Lançadores com 3K90 <i>Uragan</i> (SA-N-7 <i>Grizzly</i>) SAM ⁸⁹ ; 2 Tubos triplos de torpedo (324mm) com Yu-7 LWT ⁹⁰ ; 1 Canhão de 100mm; Capacidade para 1 Helicóptero KA-28 <i>Helix</i> A.
		2 <i>Luyang II</i> (Tipo 052C)	6600	2 Lançadores quádruplos com YJ-62 AShM; 8 Lançadores sêxtuplos VLS ⁹¹ com HHQ-9 SAM; 2 Tubos triplos de torpedo (324mm) com Yu-7 LWT; 1 Canhão de 100mm; Capacidade para 2 Helicópteros KA-28 <i>Helix</i> A.
		1 <i>Luhai</i> (Tipo 051B)	6600	4 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador óctuplo com HQ-7 SAM; 2 Tubos triplos de torpedo antissubmarino (324mm) com Yu-7 LWT; 1 Canhão duplo de 100mm; Capacidade para 2 Helicópteros Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>) ou 2 Helicópteros KA-28 <i>Helix</i> A.
		2 <i>Luhu</i> (Tipo 052)	5700	4 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador óctuplo com HQ-7 SAM; 2 Tubos triplos de torpedo antissubmarino (324mm) com Yu-7 LWT; 2 FQF 2500; 1 Canhão duplo de 100mm; Capacidade para 2 Helicópteros Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>).

⁸⁸ Destroyer with AShM (Anti-Ship Missile) with Hangar with SAM (Surface-to-Air Missile).

⁸⁹ Surface-to-Air Missile.

⁹⁰ Light-Weight Torpedo.

⁹¹ Vertical Launch System.

<i>Destroyers</i> DDGM ⁹²	2	2 <i>Luzhou</i> (Tipo 051C)	7100	2 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 6 Lançadores sêxtuplos VLS com SA-N-20 <i>Grumble</i> SAM; 1 Canhão de 100mm; Capacidade de 1 Helicóptero (?) em plataforma de desembarque.
TOTAL	13			

Fonte: IISS (2011: 232)

Entre 1999 e 2001 entraram em serviço na MELP os primeiros *destroyer* Classe *Sovremenny* adquiridos da Rússia. Em 2005 e 2006 mais duas embarcações desta classe entraram em operação na marinha chinesa. Segundo o U.S Department of Defense (2007) dos Estados Unidos, estes dois últimos navios são uma versão mais moderna dos dois adquiridos anteriormente pela China, pois são equipados com sistemas de defesa aérea de ampla área, e com mísseis de cruzeiro anti-navio (ASCM) dotados de longo alcance. Trata-se do 3M80/3M82 *Moskit* (SS-N-22 *Sunburn*), que é um míssil supersônico capaz de viajar a Mach 2.2, com um alcance de 210 km, aproximadamente. O *Moskit* desloca-se poucos metros acima da água, e isto permite que ele seja detectado somente quando está muito próximo do alvo, precisamente entre 25 km e 45 km, o que deixa para a tripulação do navio atacado um tempo de resposta muito pequeno, cerca de 30 a 60 segundos apenas. A MELP estuda a aquisição de mais dois Classe *Sovremenny*. (U.S Department of Defense, 2007; Air Power Australia, 2012a; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b)

Desde o início dos anos 1990 a marinha chinesa construiu cinco novas classes de *destroyers*. As cinco classes são relativamente modernas em termos de desenho do casco, sistemas de propulsão, sensores, armas e eletrônica, mas sua principal área de desenvolvimento é a tecnologia de combate antiaéreo (AAW, sigla em inglês), que historicamente tem sido uma das fraquezas centrais das grandes embarcações de

⁹² Destroyer with AShM (Anti-Ship Missile) with SAM (Surface-to-Air Missile).

superfície da MELP. É importante destacar que a China não investiu na produção em larga-escala de nenhuma das cinco novas classes, ao invés disso, produziu apenas uma ou duas unidades de cada classe. Esta escolha pode, simplesmente, significar algum tipo de contingenciamento de recursos, ou pode indicar uma postura incrementalista da MELP, em função da relativa lentidão na curva de aprendizado da indústria naval chinesa. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

A Classe *Luhai* (Tipo 051B) entrou em serviço em 1999, e representa um considerável avanço em termos de *design* quando comparado à segunda geração de *destroyers* chineses, como a Classe *Luhu* (Tipo 052), em operação desde 1994. Além disso, o 051B é cerca de 20% maior do que o 052, possuindo um casco largo para aumentar a estabilidade, bem como a capacidade e a quantidade de armamentos a bordo. A Classe *Luhai* possui um motor a gasolina mais potente do que o motor a diesel empregado na Classe *Luhu*. Além disso, o Tipo 051B apresenta várias características na torre e na superestrutura que tornam sua assinatura radar substancialmente menor do que a do Tipo 052, pois possui um desenho que inclui uma superestrutura aerodinâmica com ângulos inclinados e dois mastros com poucos arranjos de sensores eletrônicos salientes. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

Em 2004 entrou em operação a Classe *Luyang* (Tipo 052B), um novo *destroyer* com uma assinatura radar ainda menor do que a da Classe *Luhai*, mencionado acima. Tanto o Tipo 052B, quanto o 051B são equipados com quatro lançadores quádruplos do míssil anti-navio YJ-83 AShM, para combate contra superfície. Este artefato é capaz de voar próximo à água (para reduzir a detectabilidade) a uma velocidade de Mach 0.9, tendo um alcance máximo de 150km. Ele conta ainda com um sistema de explosão

retardado, para explodir após a penetração no casco inimigo. Contudo, o 052B está armado com um sistema de defesa antiaéreo superior ao disponível no 051B, pois a embarcação mais nova está equipada com o sistema de mísseis 3K90 *Uragan* (SA-N-7 *Grizzly*) SAM de procedência russa, considerado bastante eficaz e confiável. Este míssil possui um alcance de apenas 25km, o que, no entanto, é suficiente para proteger a frota contra ataques aéreos e desembarques em ilhas. (O'Rourke, 2010; Air Power Australia, 2012b; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

A Classe *Luyang II* (052C) conserva a reduzida assinatura radar de sua primeira versão (o Tipo 052B), e apresenta um sistema de defesa antiaérea ainda mais capaz do que o encontra no 052B, pois armado com um sistema de mísseis superfície-ar de procedência chinesa, o HHQ-9. Este míssil tem um alcance estimado entre 90 km e 180km, ou seja, consideravelmente superior aos 25 km do SA-N-7 *Grizzly*, o que aumenta sensivelmente a área de defesa antiaérea da frota chinesa. O HHQ-9 utiliza um sistema de lançamento vertical, permitindo um número maior de lançadores operando simultaneamente. Além disso, ele emprega um radar de arranjo fásico que é aparentemente muito similar ao SPY-1 de origem norte-americana, utilizado no sistema de combate Aegis. O Classe *Luyang II* contribuiu substancialmente para a redução da fragilidade da marinha chinesa em matéria de defesa antiaérea. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

Para fortalecer ainda mais a capacidade de defesa antiaérea da MELP, em 2006 e 2007 dois *destroyers* da nova Classe *Luzhou* (Tipo 051C) entraram em operação. Esta nova classe foi projetada para defesa antiaérea, primariamente. Esta classe está equipada o sistema de mísseis SA-N-20 *Grumble* SAM, de fabricação russa. Este sistema tem um alcance de 150 km e é guiado por um radar de arranjo fásico 3D rastreador de alvo (Tombstone) instalado na popa da cabine do convés. O referido radar pode guiar até

doze mísseis engajando seis alvos simultaneamente. No entanto, suas capacidades quanto ao combate superfície-superfície são menos significativas. (SinoDefence, 2012a; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

Além dos avanços em termos de capacidade de combate e sobrevivência das embarcações, a indústria naval chinesa avançou consideravelmente quanto a velocidade de produção, pois a MELP adotou o sistema de produção modular, muito mais rápido do que o sistema “quilha para cima” empregado anteriormente. Com a produção modular, os estaleiros chineses podem trabalhar em diferentes seções da embarcação simultaneamente, reduzindo os custos e o tempo de entrega. Tal ganho em eficiência permitiu a MELP produzir dois 052B e dois 052C em quatro anos, diferentemente da década de 1990, quando a China construiu apenas um segundo Classe *Luhu* (1993) e um Classe *Luhai* (1997). (Bussert, 2005; O’Rourke, 2011a; Cole, 2007) Na tabela 21 é possível visualizar o que a MELP dispõe em termos de fragatas.

Tabela 21: Fragatas da MELP (2010)

Categoria de Embarcação	Uni.	Classe	Tonelagem (carga total)	Armamento
Fragatas FFGHM ⁹³	23	2 <i>Jiangkai</i> (Tipo 054)	4300	2 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador óctuplo com HQ-7 SAM; 2 Tubos triplos de torpedo (324mm) com Yu-7 LWT; 2 RBU 1200; 1 Canhão de 100mm; Capacidade para 1 Helicóptero Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>) ou 1 Helicóptero KA-28 <i>Helix A</i> .
		7 <i>Jiangkai II</i> (Tipo 054A)	4053	2 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador VLS com HQ-16 SAM; 2 Tubos triplos de torpedo (324mm) com Yu-7 LWT; 2 RBU 1200; 1 Canhão 76mm; Capacidade para 1 Helicóptero Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>) ou 1 Helicóptero KA-28 <i>Helix A</i> .
		4 <i>Jiangwei I</i> (Tipo 053H2G)	2400	2 Lançadores triplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador sêxtuplo com HQ61(CSA-N-2) SAM; 2 RBU 1200; 1 Canhão duplo de 100mm; Capacidade para 2 Helicópteros Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>).
		10 <i>Jiangwei II</i> (Tipo 053H3)	2400	2 Lançadores quádruplos com YJ-83 AShM; 1 Lançador óctuplo com HQ-7 SAM; 2 RBU

⁹³ Frigate with AShM (Anti-Ship Missile) with Hangar with SAM (Surface-to-Air Missile).

				1200; 2 Canhões de 100mm; Capacidade para 2 Helicópteros Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>).
Fragatas FFGH ⁹⁴	1	1 <i>Jianghu IV</i> (Tipo 053H1Q)	1820	1 Lançador triplo com SY-1(CSS-N-1) <i>Scrubbrush</i> SAM; 4 RBU 1200; 1 Canhão de 100mm; Capacidade para 1 Helicóptero Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>).
Fragatas FFGM ⁹⁵	2	2 <i>Luda</i> (Tipo 051DT)	3960	2 Lançadores quádruplos com YJ-1 (CSS-N-4) <i>Sardine</i> ASHM; 1 Lançador óctuplo com HQ-7 SAM; 2 FQF 2500; 2 Canhões duplos de 130mm; Capacidade de minagem.
Fragatas FFG ⁹⁶	39	11 <i>Jianghu I</i> (Tipo 053H)	1700	2 Lançadores triplos com SY-1(CSS-N-1) <i>Scrubbrush</i> SAM; 4 RBU 1200; 2 Canhões de 100mm.
		8 <i>Jianghu II</i> (Tipo 053H1)	1700	1 Lançador triplo com SY-1(CSS-N-1) <i>Scrubbrush</i> SAM; 2 RBU 1200; 1 Canhão duplo de 100mm; Capacidade para 1 Helicóptero Z-9C (AS-565SA <i>Panther</i>).
		3 <i>Jianghu III</i> (Tipo 053H2)	1865	8 YJ-1 (CSS-N-4) <i>Sardine</i> ASHM; 4 RBU 1200; 2 Canhões duplos de 100mm.
		6 <i>Jianghu V</i> (Tipo 053H1G)	1700	1 Lançador triplo com SY-1(CSS-N-1) <i>Scrubbrush</i> SAM; 2 RBU 1200; 1 Canhão duplo de 100mm.
		9 <i>Luda</i> (Tipo 051/051D/051Z)	3960	2 Tubos triplos de torpedo antissubmarino (324mm); 2 FQF 2500; 2 Canhões duplos de 130mm.
		1 <i>Luda II</i> (Tipo 051G)	3960	2 Lançadores triplos com HY-2 (CSS-N-2) <i>Silkworm</i> ASHM; 2 Tubos triplos de torpedo antissubmarino (324mm); 1 Canhão duplo de 130mm; Capacidade de colocação de minas.
		1 <i>Luda III</i> (Tipo 051G II)	3670	2 Lançadores triplos com HY-2 (CSS-N-2) <i>Silkworm</i> ASHM ou YJ-1 (CSS-N-4) <i>Sardine</i> ASHM; 4 Lançadores duplos com YJ-1 (CSS-N-4) <i>Sardine</i> ASHM; 2 Tubos triplos de torpedo antissubmarino (324mm); 2 Canhões duplos de 130mm.
TOTAL	65			

Fonte: IISS (2011: 232)

Desde o início dos anos 1990 a China construiu quatro novas classes de fragatas, todas substancialmente mais modernas do que sua antecessora, a Classe *Jianghu*, comissionada entre 1970 e 1989. Esta teve cinco versões sem avanços muito significativos entre uma e outra, e estão em fase de gradual descomissionamento.

⁹⁴ Frigate with ASHM (Anti-Ship Missile) with Hangar.

⁹⁵ Frigate with ASHM (Anti-Ship Missile) with SAM (Surface-to-Air Missile).

⁹⁶ Frigate with ASHM (Anti-Ship Missile).

Contudo, as quatro novas classes realizaram um importante salto qualitativo em relação à defesa antiaérea. (O'Rourke, 2011a)

A China decidiu investir na construção de várias unidades de cada nova classe, diferentemente do que tem sido feito com os *destroyers*, que têm sido produzidos em menor escala. É nesse sentido que, entre 1991 e 1994 entraram em serviço quatro fragatas da Classe *Jiangwei I* (Tipo 053H2G), e entre 1998 e 2005 dez embarcações da Classe *Jiangwei II* (Tipo 053H3) foram comissionadas, perfazendo quatorze fragatas em quatorze anos. Isto representa uma média de um navio por ano, o que é um número bastante elevado, considerando que se trata de uma grande embarcação, e que a MELP possui inúmeras demandas dos seus diversos ramos. Contudo, este ritmo foi ainda mais acelerado recentemente, pois entre 2005 e 2010 entraram em serviço duas fragatas Classe *Jiangkai I* (Tipo 054), e sete Classe *Jiangkai II* (Tipo 054A), totalizando nove navios em apenas cinco anos, o que representa uma média de quase duas fragatas por ano, sem dúvida um feito notável da indústria naval chinesa. (O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; Cole, 2007)

Nominalmente as Classes *Jiangwei I* e *Jiangwei II* são as “primeiras fragatas multi-função empregadas na MELP”, entretanto, na prática possuem capacidades muito limitadas de combate antissubmarino, sendo sua missão primária o combate anti-superfície. Elas contam com o sistema de mísseis anti-navio YJ-83, descrito anteriormente. O Classe *Jiangwei I* está equipado com o sistema de defesa antiaérea HQ-61(CSA-N-2) SAM, que possui um alcance de apenas 10 km e um sistema de guiagem antiquado, capaz de engajar apenas um alvo de cada vez. Já o Classe *Jiangwei II* está armado com o dispositivo HQ-7 SAM (CSA-4) para defesa antiaérea. O míssil tem um alcance de apenas 12 km, mas seu sistema de guiagem é superior ao do HQ-61, pois é capaz de processar até trinta alvos simultaneamente, e rastrear doze dentro do

limitado alcance de aquisição de alvos de seu radar. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

Classe *Jiangkai I* utiliza o sistema YJ-83 para combate anti-superfície, e o sistema HQ-7 para defesa antiaérea, ambos já mencionados. No entanto, apresenta características no desenho que reduzem sua assinatura radar, e conta com capacidade de combate antissubmarino superior a encontrada nos Classes *Jiangwei I e II*, mas está longe de ser considerada uma embarcação plenamente multi-função. Já o Classe *Jiangkai II* destina-se primariamente ao combate antiaéreo, pois possui o sistema HQ-16 SAM de alcance intermediário, capaz de atingir alvos a 40 km. Tal sistema foi concebido para suprir o hiato entre o HQ-7 de curto alcance, e o HQ-9 de longo alcance. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; Cole, 2007)

O HQ-16 pode acertar alvos deslocando-se em baixas altitudes, diferentemente de seu antecessor, o HQ-12 que só conseguia atingir alvos aéreos a uma altura relativamente elevada (cerca de 300 metros do solo). Este míssil é lançado por um dispositivo VLS (*vertical launching system*), permitindo que um número maior de mísseis esteja pronto para o emprego. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; U.S Department of Defense, 2011b; Cole, 2007)

Em matéria de veículos anfíbios, a marinha chinesa possui um número bastante considerável de vasos, totalizando 240 embarcações, como se pode ver na tabela 22.

Tabela 22: Embarcações Anfíbias da MELP (2010)

Categoria da Embarcação	Uni.	Capacidade de Transporte	Capacidade de Carga em toneladas	Tonelagem (carga total)
Principais Vasos Anfíbios	2			
<i>Yuzhao</i> (Tipo 071)	2	2 LCAC ou 4 UCAC mais veículos de apoio; 500-800 soldados; 15-20 tanques; 2 helicópteros	~1500	~19000
Navios de Desembarque	87			

<i>Yubei</i> (Tipo 074A) LSM ⁹⁷	10	10 tanques ou 150 soldados	100	800
<i>Yudeng</i> (Tipo 073 III) LSM	1	6 tanques; 180 soldados	~250	2000
<i>Yuhai</i> (Tipo 074) LSM	10	2 tanques; 250 soldados	100	800
<i>Yuliang</i> (Tipo 079) LSM	30	5 tanques; 250 soldados	200	833
<i>Yunshu</i> LSM	10	6 tanques	250	1850
<i>Yukan</i> (Tipo 072) LST ⁹⁸	7	10 tanques; 200 soldados	500	4170
<i>Yuting</i> (Tipo 072 II) LST	9	10 tanques; 250 soldados; 2 helicópteros	500	4800
<i>Yuting II</i> (Tipo 072 III) LST	10	4 LCVP; 10 tanques; 250 soldados	500	4800
Barcos de Desembarque	151			
<i>Yunnan</i> (Tipo 067) LCU ⁹⁹	120	1 tanque ou 2 veículos leves	46	128
<i>Yuchin</i> (Tipo 068) LCM ¹⁰⁰	20	1 tanque ou 2 veículos leves	36	128
LCAC ¹⁰¹ (Tipo 724)	1	10 soldados	n/d	n/d
UCAC ¹⁰²	10	n/d	n/d	n/d
TOTAL	240		32.990	

Fonte: IISS (2011: 233)

Os vasos apresentados acima propiciam para a MELP uma capacidade de transporte de 32.990 ton., o que permite que em uma única surtida cerca de 20 mil soldados e aproximadamente 625 tanques¹⁰³ sejam transportados (sem contabilizar o transporte aéreo de tropas e o uso de embarcações de apoio e logística). A capacidade de transporte inicial em uma única surtida é um dado determinante em qualquer ataque anfíbio, contudo, é apenas um dos fatores chave para o sucesso da operação, pois como Bush & O’Hanlon (2007: 129) observam:

“Historicamente, países bem-sucedidos em assaltos anfíbios desfrutaram de domínio do ar, da habilidade de estabelecer superioridade local quando inicialmente à praia, e da capacidade de reforçar sua posição inicial mais rapidamente do que os defensores podem fortalecer a sua. Dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e Coréia aos britânicos nas Falklands, praticamente sempre atacantes bem-sucedidos tiveram ao menos duas destas vantagens.” (Tradução do autor)

⁹⁷ Landing ship medium (Navio de desembarque médio).

⁹⁸ Landing ship tank (Navio de desembarque de tanque).

⁹⁹ Landing craft utility (Barco de desembarque de utilidade).

¹⁰⁰ Landing craft médium (Barco de desembarque médio).

¹⁰¹ Landing craft air cushion (Hovercraft de desembarque).

¹⁰² Utility craft air cushion (Hovercraft de utilidade).

¹⁰³ Provavelmente os tanques utilizados seriam os Tipo 092, que são blindados anfíbios de 15ton.

Comissionada em 2007 a nova Classe *Yuzhao* (Tipo 071) apresenta uma grande capacidade de carga, como visto acima, e irá incrementar significativamente a capacidade de transporte anfíbio da MELP. As Classes *Yuting* (Tipo 072 II) e *Yuting II* (Tipo 072 III) também são embarcações importantes em termos de capacidade de transporte, a primeira entrou em serviço em 1992, no entanto, o Tipo 072 III é bem mais recente, tendo sido comissionado em 2003. Ambas possuem um alcance de 5400 km. A Classe *Yunshu* também é relativamente nova, uma vez que entrou em operação em 2004. Trata-se de embarcação bem menor do que os Tipos 072 II e 072 III, mas ainda assim, apresenta uma boa capacidade de carga (250 ton.) para sua tonelagem. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; Cole, 2007)

Já as Classes *Yukan* (Tipo 072) e *Yuliang* (Tipo 079) foram comissionadas na década de 1970. Enquanto o Tipo 072 possui um alcance bastante considerável, cerca de 5400 km, o Tipo 079 apresenta uma área de ação muito mais limitada, dispondo de um alcance de 1800 km, o que limita seu emprego aos mares próximos da China. Outro vaso comissionado recentemente foi a Classe *Yubei* (Tipo 074A), que entrou em operação em 2005, e também possui um alcance relativamente pequeno, cerca de 1800 km. No entanto, em uma invasão de Taiwan, todas as embarcações apresentadas na tabela acima poderiam ser utilizadas, pois a referida ilha situa-se a apenas 180 km da costa chinesa. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b; Cole, 2007)

Como se pode notar, na década passada a MELP colocou quatro novas classes de vasos anfíbios em operação, o que representou um acréscimo de 32 embarcações, ou 11.500 toneladas por surtida. Isto indica que a Beijing tem buscado consistentemente sanar seus problemas em termos de transporte anfíbio. Além disso, com um investimento sólido em capacidade de transporte anfíbio¹⁰⁴, a China sinaliza para

¹⁰⁴ O investimento em transporte anfíbio dirige-se prioritariamente a Taiwan, pois o reduzido alcance deste tipo de deslocamento de forças constringe largamente suas possibilidades de emprego em

Taiwan com a possibilidade crível de uma invasão, esperando com isso dissuadir o governo da ilha de buscar um curso de ação que leva à independência.

No tocante à capacidade de minagem e contramedidas, a MELP possui 88 embarcações de diversas classes, contudo, somente a Classe *Wolei* (Tipo 918) é dedicada à colocação de minas, e atualmente a marinha chinesa conta com apenas uma unidade desta classe. Trata-se de um vaso comissionado em 1988, capaz de transportar até 200 minas. Ele possui capacidade de carga total de aproximadamente 2400 ton., e um alcance bastante considerável, cerca de 5400 km. (IISS, 2011; SinoDefence, 2012a)

As outras 87 embarcações são destinadas à desminagem. Destas, as mais significativas são a nova Classe *Wochi* (Tipo 081), comissionada em 2007, e a Classe *Wozang* (Tipo 082II) que entrou em serviço em 2005. A MELP possui seis vasos do Tipo 081, e apenas um do Tipo 082II. Ambos contam com moderno sistema de sonar para rastreamento e identificação das minas, bem como um sistema que permite operar remotamente veículos de neutralização dos referidos dispositivos. Trata-se de vasos com capacidade de carga total em cerca de 500 ton., e um alcance aproximado de 900 km, ou seja, destinam-se apenas a águas costeiras. Estas novas classes devem, gradativamente, substituir a Classe *Wosao* (Tipo 082), que está em serviço desde o início da década de 1980, e igualmente projetada para desminagem em águas costeiras. A MELP ainda possui um total de 16 vasos do Tipo 082. (IISS, 2011; SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a)

Já a antiga Classe T-43 (Tipo 6610) conta com 16 unidades, e consiste em um projeto concebido para realizar missões de desminagem em alto mar, pois possui um alcance de 6800 km, embora seja uma embarcação relativamente pequena, com uma capacidade de carga total em cerca de 570 ton. Esta classe não tem sucessora à vista,

outros teatros de operações mais distantes. Evidentemente, algumas embarcações (como o Tipo 071, ou os Tipos 072 II e 072 III, que contam com um alcance de aproximadamente 5500 km) possuem um alcance que permite sua utilização em locais mais afastados da costa chinesa.

apesar de tratar-se de um projeto dos anos 1950, o que indica claramente a falta de preocupação da MELP com este tipo de missão. As 49 embarcações restantes estão na reserva e devem ser descomissionadas nos próximos anos. (IISS, 2011; SinoDefence, 2012a)

A MELP ainda possui 205 vasos de apoio e logística, o que inclui embarcações de resgate e salvamento, de transporte, navios hospitalares, quebra-gelo etc. Deste total, os principais vasos são os seguintes: 50 petroleiros; 51 rebocadores de alto-mar, 23 cargueiros, e 18 tanques de água. Infelizmente, não foi possível precisar a capacidade de carga da grande maioria das embarcações. (IISS, 2011; SinoDefence, 2012a)

Contudo, a capacidade de carga total dos cargueiros da MELP fica entre 10.000 e 20.000 toneladas, o que significa que sua capacidade de transporte fica entre 1.500 ton. e 3.000 ton. Sendo assim, se tomarmos os menores navios de carga como referência então teríamos uma capacidade de transporte de aproximadamente 34.500 ton. (1.500 ton. X 23 navios), em uma estimativa bastante conservadora. É mais provável que este número esteja perto de 50.000 ton. (IISS, 2011; SinoDefence, 2012a)

Tal capacidade de transporte seria de imenso valor em um ataque anfíbio realizado pela RPC, particularmente a partir do momento em que as forças chinesas conseguissem firmar uma cabeça de praia e construir moles para os referidos navios descarregarem.

3.1.3. Defesa Costeira

Quanto à defesa costeira, a China possui aproximadamente 211 embarcações de porte médio e pequeno. Deste total, 102 estão equipadas com sistemas de míssil de cruzeiro anti-navio, sendo o combate anti-superfície sua missão primária. Ao passo que

34 são meras lanchas de patrulha com armamento leve. O conjunto da força chinesa em termos de defesa costeira pode ser observado na tabela 23.

Tabela 23: Embarcações de Defesa Costeira da MELP (2010)

Categoria da Embarcação	Uni.	Tonelagem (carga total)	Armamento
Barcos Rápidos de Patrulha com Mísseis Guiados (PCFG)	76		
Classe <i>Houbei</i> (Tipo 022)	65	220	2 Lançadores quádruplos com YJ-83 (C-803) AShM
Classe <i>Huangfen</i> (Tipo 021)	11	205	2 Lançadores duplos com HY-2 (CSS-N-3 <i>Seersucker</i>) AShM
Barcos de Patrulha com Mísseis Guiados	26		
Classe <i>Houjian</i> (Tipo 037/II)	6	520	2 Lançadores triplos com YJ-1 (CSS-N-4 <i>Sardine</i>) AShM
Classe <i>Houxin</i> (Tipo 037/IG)	20	478	2 Lançadores duplos com YJ-1 (CSS-N-4 <i>Sardine</i>) AShM
Barcos de Patrulha Costeira	75		
Classe <i>Haijui</i> (Tipo 037/I)	3	450	4 RBU 1200 ASW
Classe <i>Hainan</i> (Tipo 037)	50	392	4 RBU 1200 ASW
Classe <i>Haiqing</i> (Tipo 037/IS)	22	478	2 Tipo 87 ASW
Botes de Patrulha	34		
Classe <i>Haizui/Shanghai III</i> (Tipo 062/I)	34	n/d	
Total	211		

Fonte: IISS (2011: 232)

A Classe *Hainan* (Tipo 037) é uma embarcação antiga, introduzida na MELP nos anos 1960. Trata-se de uma corveta projetada para o combate antissubmarino em águas costeiras, pois possui um alcance de apenas 2300 km. Para o combate antissubmarino, conta com quatro lançadores RBU 1200 (Tipo 062), que são foguetes de curto alcance, precisamente 1450m, e uma efetividade de até 300m de profundidade, com uma área de explosão de 5m. Em outras palavras, consiste em um dispositivo de guerra antissubmarino pouco eficaz. Quanto à Classe *Haijui* (Tipo 037/I) é uma versão ligeiramente melhorada do Tipo 037, tendo sido comissionado em 1984. Ele conta com o mesmo sistema de combate antissubmarino encontrado no 037, mas possui sensores

substancialmente melhores e um alcance maior, cerca de 3150 km. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b)

A Classe *Haiqing* (Tipo 037/IS), por sua vez, foi lançada em 1993 e projetada a partir do Tipo 037I. Esta classe apresenta um sistema de combate antissubmarino superior ao disponível no Tipo 037I, pois está equipada com lançadores de foguetes Tipo 087, com recarregamento automático (contra o manual do Tipo 062/RBU 1200). Esta embarcação também conta com melhorias em termos de defesa antiaérea, pois possui um canhão de 37mm automático, ao invés da versão manual que equipava a Classe 037I. Já a Classe *Houxin* (Tipo 037/IG) é uma corveta projetada para o combate anti-superfície (diferentemente de suas antecessoras), e possui um alcance de 3200 km, aproximadamente. Esta classe de embarcação foi comissionada em meados da década de 1990, e está equipada com o míssil anti-navio YJ-1 (CSS-N-4 *Sardine*) AShM, que apresenta um alcance de 50 km, abordando o alvo próximo do nível do mar. Este consiste em um sistema antigo (em operação desde 1987), mas ainda bastante eficaz¹⁰⁵. O Tipo 037/IG dispõe do mesmo sistema de defesa antiaérea presente no Tipo 037I. (SinoDefence, 2012a; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b)

Embora a Classe *Houjian* (Tipo 037/II) traga a denominação do Tipo 037, trata-se, praticamente, de um projeto novo. As primeiras unidades do Tipo 037/II entraram em serviço em meados dos anos 1990, e continuaram sendo comissionadas até 2005/2006. Os sistemas de combate anti-superfície e antiaéreo da Classe *Houjian* são os mesmos da Classe *Houxin*, até a quarta unidade desta última. A partir da quinta unidade, o antigo canhão duplo de 37mm (Tipo 076A) foi substituído por um canhão de 76mm de origem russa, igualmente automático e com um alcance de 12 km (contra os 9,5 km do Tipo 76A). O alcance do Tipo 037/II é de aproximadamente 5700 km, e possui uma

¹⁰⁵ Em testes realizados na década de 1980, ele foi capaz de afundar embarcações de até 10.000 toneladas. "C-801 YJ-1 / YJ-8 (Eagle Strike) CSS-N-4 SARDINE". Disponível em: <http://www.fas.org/man/dod-101/sys/missile/row/c-801.htm>

tonelagem máxima de 520 ton. (contra as 478 ton. do Tipo 037IG). Também merece destaque a nova Classe *Houbei* (Tipo 022), lançada em 2004. A nova embarcação destina-se a substituir a antiga Classe *Huangfen* (Tipo 021), comissionada entre 1960 e 1980. O Tipo 022 equipado com o sistema anti-navio YJ-83 (ASCM), presente em diversas unidades da marinha chinesa, como visto. Este dispositivo confere um poder de combate contra superfície bastante considerável para a classe da embarcação, tanto em função de seu alcance (cerca de 150 km) quanto por sua baixa detectabilidade. Além disso, a Classe *Houbei* possui um casco em forma de catamaran, com várias propriedades redutoras de assinatura radar. Embora os cascos com esse desenho não sejam muito estáveis em alto mar, o Tipo 022 foi adaptado para poder deslocar-se rapidamente em alto mar sem perda significativa de estabilidade. (SinoDefence, 2012a; U.S Department of Defense, 2011b; O'Rourke, 2011a; O'Rourke, 2011b)

3.1.4. Aviação Naval

A MELP possui uma força aérea totalmente baseada em terra, o que representa uma limitação importante à capacidade de defesa da frota chinesa se ela tiver de combater em alto mar. A MELP tem uma força aérea de dimensões consideráveis, contudo, a maior parte das aeronaves de combate é antiga. Dos 276 aviões a serviço da marinha chinesa, algo entre 108 e 156 aeronaves podem ser consideradas eficazes contra um inimigo como Taiwan, por exemplo, ou seja, um inimigo com um grau relativamente alto de sofisticação tecnológica em suas forças armadas. A tabela 24 apresenta a composição do inventário da marinha chinesa.

Tabela 24: Aviões da MELP

Tipo de Aeronave	Quant.	Modelo de Aeronave
Bombardeiro	50	20 H-5; 30 H-6G

Caça	84	36 J-7/J-7E <i>Fishbed</i> ; 48 J-8F/H <i>Finback</i>
Caça/Ataque ao Solo	108	84 JH-7/JH-7A; 24 Su-30 Mk2 <i>Flanker</i>
Ataque ao Solo	30	30 Q-5 <i>Fantan</i>
Combate Antissubmarino	4	4 SH-5
Reconhecimento	13	7 HZ-5; 6 Y-8J/Y-8JB <i>High New 2</i>
Patrulha Marítima	4	4 Y-8X
<i>Tanker</i>	3	3 H-6DU
Transporte	66	4 Y8 <i>Light 62</i> ; 50 Y-5; 4 Y-7; 6 Y-7H; 2 Yak-42
Treinamento	94	38 CJ-6; 5 HJ-5; 21 HY-7; 14 JJ-6; 4 JJ-7; 12 JL-8
Total	311	

Fonte: IISS (2011: 233)

O H-6G é um bombardeiro com alcance intermediário (aproximadamente 3500 km), e começou a ser construído nos anos 1990. Esta versão da família de bombardeiros H6 (Tu-16) é capaz de transportar quatro mísseis de cruzeiro antinavio. Atualmente, ele utiliza o míssil YJ-83K (CSSC-8 *Saccade*). Já o H-5 é um bombardeiro leve, com alcance de 2200 km, projetado pela URSS ainda nos anos 1950, e está em fase de desativação. (SinoDefence, 2012b; Cole, 2007)

O J-7E é um avião de caça comissionado em 1993, tendo sua produção suspensa em 2002. Trata-se de uma das muitas versões do J-7, produzido pela China a partir do MiG 21. O J-7E é o primeiro avião da família J-7 que pode ser considerado de terceira geração, uma vez que seus predecessores não possuíam capacidade de combate além do alcance visual (BVR). O J-8F/H é uma aeronave de caça ligeiramente superior ao J-7E, mas ainda assim um exemplar da terceira geração, com alguns elementos de quarta, como é o caso da versão H, que possui radar de pulso-*doppler* e a função *look-down/shoot-down*. Embora sejam classificados pelo IISS como aviões de caça, ambos possuem consideráveis capacidades de ataque ao solo/superfície. Tanto o J-7E quanto o J-8F/H, são aeronaves obsoletas se comparadas ao estado da arte (quinta geração).

Contudo, diante de aviões do início da quarta geração (tais como as primeiras versões do MiG 29, do F-16, ou do F-15) eles podem ser bastante eficazes se tiverem a seu favor a vantagem numérica. (SinoDefence, 2012b; Australia Air Power, 2012b; Milava, 2012a; Cole, 2007)

Os 84 JH-7 e JH-7A a serviço da MELP são uma força de caça-bombardeiro bastante consistente, pois trata-se de aeronave que apresenta os elementos típicos da quarta geração. É um avião da mesma categoria do *Tornado IDS* britânico e do *Su-24 Fencer* de procedência russa. Ele é capaz de transportar quatro mísseis de cruzeiro antinavio YJ-81¹⁰⁶, enquanto que a versão JH-7A é capaz de operar uma ampla gama de munições de precisão guiada, incluindo o YJ-91 que é um míssil de cruzeiro antinavio supersônico, com alcance de 110 km, e equipado com sistema antirradiação. O sistema antirradiação é bastante eficaz contra os sistemas de defesa antiaérea e de alarme antecipado do inimigo, pois este dispositivo é capaz de “cegar” seu radar. O JH-7 entrou em serviço no início dos anos 2000, enquanto a versão “A” foi comissionada em 2004. (SinoDefence, 2012b; Australia Air Power, 2012b; Milava, 2012a; Cole, 2007)

Já o Su-30 Mk2 *Flanker* é uma aeronave da quarta geração avançada, da mesma categoria do *Rafale* francês e do F/A 18 norte-americano. Sem dúvida é aeronave mais capaz no inventário da MELP, pois é um caça-bombardeiro plenamente multifunção (tão eficaz no combate ar-ar, quanto no ar-terra) capaz de transportar o míssil YJ-91, já referido. O Q-5 *Fantan* é um avião de terceira geração equipado com alguns dispositivos de quarta geração, como o radar de pulso-*doppler* encontrado nas versões “T” fornecidas a MELP. Tal equipamento permite o uso do míssil de cruzeiro antinavio YJ-81, já mencionado. (SinoDefence, 2012b; Australia Air Power, 2012b; Milava, 2012a; Cole, 2007)

¹⁰⁶ Míssil subsônico capaz de aproximar-se do alvo a baixíssima altitude para evitar a detecção dos sistemas de defesa antiaérea do inimigo.

No tocante aos helicópteros, a MELP possui uma capacidade significativa, como se pode observar na tabela 25.

Tabela 25: Helicópteros da MELP

Tipo de Aeronave	Quant.	Modelo de Aeronave
Combate Antissubmarino	38	13 Ka-28 <i>Helix A</i> ; 25 Z-9C
Alerta Aéreo Antecipado	2	2 Ka-31
Transporte	48	Pesados: 15 SA-321 <i>Super Frelon</i> ; 20 Z-8/Z-8A; 3 Z-8JH; 2 Z-8S (SAR); Médio: 8 Mi-8 <i>Hip</i>
TOTAL	88	

Fonte: IISS (2011: 233)

Como se pode notar na tabela 25, a maior parte da capacidade de combate aéreo antissubmarino repousa sobre 38 helicópteros da marinha chinesa, uma vez que a MELP possui apenas quatro aviões (modelo SH-5) para esta mesma finalidade. Assim, se a China tivesse de enfrentar uma guerra submarina duradoura, contra um inimigo tecnologicamente superior, em poucos meses ela estaria sem suas aeronaves de combate antissubmarino, em virtude do reduzido número das mesmas e da elevada taxa de acerto das munições de um inimigo tecnologicamente superior, como os Estados Unidos, por exemplo. Considerando a capacidade de carga dos 48 helicópteros da MELP, tem um total de aproximadamente 320 ton. por surtida, ou cerca de 1300 soldados, o que não incrementa substancialmente a capacidade de carga das embarcações anfíbias da marinha chinesa (cerca de 33.000 ton.).¹⁰⁷ Contudo, o ELP ainda dispõe de 251

¹⁰⁷ O SA-321 *Super Frelon*, o Z-8/Z-8A, o Z-8JH, bem como o Z-8S (SAR) possuem uma capacidade de carga de aproximadamente 7 ton., cada, ou 27 passageiros (modelos pesados). Ao passo que o Mi-8 *Hip* pode transportar até 5 ton., ou 24 tripulantes (modelo médio). (SinoDefence, 2012)

helicópteros de transporte nas forças terrestres¹⁰⁸, os quais certamente contribuíram significativamente para o crescimento de tal capacidade de transporte. (IISS, 2011)

3.2. A Estratégia Naval da MELP

Esta seção abordará a estratégia naval da MELP que pode ser dividida em três grandes fases. A primeira é denominada de “defesa da costa próxima”, e foi mantida até meados da década de 1980. A “defesa ativa dos mares próximos” consiste na segunda fase da estratégia naval chinesa, e permaneceu em vigor até meados da década de 2000 quando teve início a terceira fase, comumente referida como “operações nos mares distantes”.

3.2.1. Defesa da Costa Próxima

Inicialmente, a estratégia de “defesa da costa próxima” destinava-se à proteção das águas territoriais da RPC (12 milhas náuticas) e seu entorno imediato. No início desta primeira fase a MELP possuía poucas embarcações para controlar os 18.000 km da costa chinesa, por essa razão concentrou-se na defesa dos estreitos chineses, a saber: Estreito de Bohai, que é porta de entrada para Tianjin e Beijing (costa norte); Estreito de Taiwan em função do risco de ataques dos nacionalistas (costa leste); e Estreito de Qiongzhou, fundamental para a defesa da ilha de Hainan e a costa sul da China.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a estratégia da “defesa da costa próxima” refletia em larga medida a preocupação da MELP com ataques vindos de Taiwan, uma vez que o regime do Kuomintang havia jurado reconquistar a China continental. Em vista das referidas debilidades da MELP neste período, a maior parte deste esforço defensivo competia primariamente às forças terrestres da defesa costeira. No entanto, no

¹⁰⁸ Destes 251, 14 são helicópteros pesados, de vários modelos (entre eles sete unidades do SA-321); 184 são helicópteros médios, também de vários modelos (deste total, 50 unidades são do Mi-8 *Hip*), ao passo que os 53 restantes são aeronaves leves. (IISS, 2011)

fim dos anos 1960 o relacionamento entre China e URSS deteriorou-se substancialmente, levando os dois países a um conflito fronteiriço em 1969. Depois disso, Beijing passou a temer seriamente uma invasão soviética pela fronteira norte, levando o ELP a concentrar boa parte de suas forças terrestres e seus recursos financeiros nesta região, em detrimento das demais regiões e dos outros ramos das forças armadas. (Li, 2011; Kostecka, 2012)

Para esta possível guerra contra a URSS, Mao aplicaria a doutrina da “Guerra do Povo”, que consistia em travar uma guerra de desgaste no interior do país apoiada em grandes contingentes de tropas, bem como em táticas de ação irregular. Segundo Mao o peso dos contingentes chineses, somado à geografia do país e à tática de guerrilha, cedo ou tarde venceria a disposição do inimigo e o levaria a capitulação. (Pillsbury, 2000)

3.2.2. Defesa Ativa dos Mares Próximos

Em 1979 Deng Xiaoping apresentou ao alto oficialato chinês as linhas gerais da nova estratégia da MELP, concebida originalmente pelo general Liu Huaqing, que comandou a MELP entre 1982 e 1987, além de ocupar o cargo de vice-presidente da Comissão Militar Central do PCC entre 1988 e 1997. Em 1986, após vários anos de debate entre o oficialato da MELP, foi instituída a estratégia naval idealizada por Liu, nomeada como “defesa ativa dos mares próximos”. A estratégia do general Liu concebia a MELP como uma força independente, dotada de missões e objetivos independentes, ao contrário de seu papel na antiga estratégia, o qual era meramente acessório às operações em terra. (Cole, 2003)

A nova estratégia dividia as águas do Leste Asiático em duas grandes correntes de ilhas. A primeira se estende das ilhas Kurilas, passando por Japão, Ilhas Ryukyu, Taiwan, Filipinas e Borneo, abarcando o Mar Amarelo, o Mar do Leste da China, bem

como o Mar do Sul da China. Já a segunda corrente de ilhas se estende do Japão, passando pelas ilhas Marianas, Guam, Micronésia, Palau até a Indonésia, como se pode ver na figura 3. (Cole, 2003)

Figura 3: Correntes de Ilhas



Fonte: U.S Department of Defense (2010b)

A estratégia de Liu possuía três etapas. Na primeira a China deveria capacitar-se para operar plenamente na primeira corrente de ilhas (mares próximos), o que demandava um crescimento substancial no alcance da MELP, pois ela precisaria alcançar uma distância de 200 a 700 milhas náuticas (Mn) da costa chinesa. No segundo estágio a MELP teria condições de operar plenamente a cerca de 1800 Mn da costa da China, ou seja, entre a primeira e a segunda corrente de ilhas (mares distantes). No último estágio da estratégia, a MELP estaria totalmente capacitada para operar além da segunda corrente de ilhas. Adicionalmente, a estratégia de Liu estava assentada sobre o

conceito de “defesa ativa”, que consiste no emprego de uma abordagem indireta, que privilegie a mobilidade, a iniciativa, a surpresa, a emboscada, e a evasão, conceitos caros à doutrina da “Guerra do Povo”. (Cole, 2003)

A estratégia de “defesa ativa dos mares próximos” tem como objetivos proteger os recursos marítimos da China, defender as principais vias de comunicação marítima da região, restaurar territórios marítimos perdidos ou disputados, reintegrar Taiwan ao domínio da China continental, impedir agressões estrangeiras pelo mar, e manter uma sólida dissuasão nuclear. Contudo, para cumprir estas missões a MELP teria de ser capaz de obter e manter temporariamente o controle de porções significativas destes mares próximos. No entanto, por conta de uma lenta aquisição de novas capacidades navais, a MELP se viu impedida de cumprir boa parte destes objetivos até meados da década de 1990. (Li, 2011; Cole, 2003)

Com a crise de 1995/96 no Estreito de Taiwan os planejadores militares da China começaram a tratar com mais ênfase o tema do controle marítimo, pois sua necessidade havia se tornado indiscutível e inadiável graças ao fortalecimento das forças independentistas em Taiwan, bem como ao apoio estadunidense a estas forças. Para estabelecer controle marítimo, a MELP começou a elaborar e/ou aprimorar um conjunto de técnicas de combate contra Taiwan. Estas técnicas deveriam ser implementadas conjuntamente. A primeira delas assenta-se no conceito de “bloqueio e isolamento”, que consiste na utilização de minas, submarinos, e ataques com mísseis de cruzeiro para bloquear as bases navais e portos inimigos, assim como suas vias de comunicação marítima. O objetivo desta técnica é estrangular o inimigo, cortando totalmente seu contato marítimo com o exterior. (Li, 2011; Cole, 2003)

Outro recurso desenvolvido pelos planejadores do ELP foi o de “ataque conjunto”, que implica no ataque combinado contra os sistemas de reconhecimento e

aviso antecipado do inimigo, bem como de comando e controle, além de suas bases aéreas e navais, e sua infraestrutura logística. O objetivo é debelar a capacidade de resposta do inimigo contra a operação de controle do mar. (Li, 2011; Cole, 2003)

O terceiro método consiste na “supressão de postos avançados”, e refere-se às instalações militares mantidas pela RC nas ilhas de Quemoy e Matsu. Esta técnica supõe o emprego combinado da artilharia costeira, com ataques de bombardeiros, e com embarcações de superfície armadas com mísseis guiados. A quarta técnica é “busca e destruição”, e caracteriza-se pelo emprego conjunto de submarinos, grandes embarcações de superfície, além de aeronaves de ataque marítimo para encontrar e aniquilar as principais embarcações inimigas fora da área do bloqueio. Por fim, deveria ser empregada a técnica de “remoção completa de barreiras”, ou seja, antes de empreender um ataque anfíbio de monta, as águas do estreito deveriam ser cuidadosamente vasculhadas e desminadas para garantir um acesso livre e seguro às forças de invasão. (Li, 2011; Cole, 2003)

Estes planos de defesa foram longamente discutidos pelos oficiais da MELP e dos demais ramos do ELP até o fim dos anos 1990, o que por um lado permitiu um avanço tático substancial para a MELP, mas, por outro lado, a excessiva concentração no teatro taiwanês acabou limitando o planejamento militar às águas próximas do Estreito, dificultando a operação da marinha fora da primeira corrente de ilhas, pois a frota dependia pesadamente de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR) baseados em terra, assim como da artilharia antiaérea situada na costa. Para se ter uma ideia, durante a década de 1990 nenhuma embarcação dotada de significativa capacidade de IVR, ou de comando e controle, ou de defesa antiaérea de área foi comissionada na MELP. (Li, 2011)

A China demorou cerca de quinze anos (1986-2000) para capacitar-se a operar plenamente na primeira corrente de ilhas (mares próximos), e outros dez anos para ter condições de controlar o acesso a estes mares (negação de área). Evidentemente, o grau deste controle depende da proporção entre as capacidades chinesas e as de seu(s) inimigo(s). Esta aparente lentidão se deve tanto ao atraso tecnológico que a indústria bélica chinesa enfrentava entre 1986 e 2000, quanto à baixa qualidade dos quadros da MELP no mesmo período. No entanto, na última década observaram-se avanços substanciais na indústria bélica da China, fruto da longa parceria tecnológica com a Rússia, e do desenvolvimento de importantes centros de pesquisa militar no país. Além disso, houve melhorias significativas na qualidade dos quadros de oficiais da MELP. Estes aperfeiçoamentos tendem a facilitar o desenvolvimento das capacidades navais necessárias para a nova estratégia da MELP, ou seja, para as “operações nos mares distantes”.

3.2.3. Defesa Ativa dos Mares Distantes

Em 2001, Jiang Zemin afirmou que a China precisava aparelhar-se para operar nos mares distantes, ou seja, além da segunda corrente de ilhas. Após o anúncio de Jiang, o Instituto de Pesquisa de Arte Militar da Marinha,¹⁰⁹ que é o principal *think tank* da MELP, começou a desenvolver a noção de “operações em mares distantes”.

Esta nova orientação estratégica vem apresentando resultados bastante concretos nos últimos anos, sendo que um de seus principais desdobramentos é o conceito de “pequenos grupos de batalha”, compostos por grandes embarcações de superfície e submarinos, dotados de capacidade de manobra e velocidades similares. Estes grupos são constituídos sob o princípio de complementaridade de funções, tais como IVR,

¹⁰⁹ Por vezes o referido instituto é indicado apenas como “Instituto de Pesquisa Naval”.

comando e controle, defesa aérea, capacidade antinavio, combate antissubmarino, guerra eletrônica, etc. Em comparação com os grandes grupos de batalha, esta versão chinesa teria a vantagem de sincronização de manobra, coordenação facilitada, menor chance de detecção, e conseqüentemente melhores chances de sobrevivência, sobretudo em águas distantes. Além disso, o conceito de “pequeno grupo de batalha” permite a China criar um número maior de tais grupos, fornecendo uma vantagem numérica importante em um combate contra grupos de batalha tradicionais. (Li, 2011; Cole, 2003)

Em termos práticos, com esta estratégia de “operação em mares distantes” (e com as devidas capacidades navais) a MELP tem um espaço maior de atuação, o que tende a ser uma vantagem comparativa diante da operação em mares próximos. Isso porque atuando em amplos espaços marítimos, a MELP aumenta sua capacidade de evasão em um cenário de conflito militar, bem como suas possibilidades de realizar operações de emboscada, e eventualmente de sabotagem. Em outras palavras, tal estratégia permite conduzir uma verdadeira “defesa ativa”, ou seja, uma defesa que enfatize a mobilidade, a iniciativa, a surpresa, a emboscada, e a evasão.

É importante destacar que esta nova orientação estratégica dissocia-se apenas da noção de “mares próximos”, mas não do conceito de “defesa ativa”. No entanto, uma estratégia de “operação em mares distantes” necessita de uma logística sustentável. É nesse sentido que as novas embarcações adquiridas pela MELP têm crescido em termos de dimensões e capacidade de carga, o que permite operações a distâncias maiores. Entretanto, a MELP precisa constituir postos avançados que permitam não apenas reabastecimento e manutenção, mas principalmente inteligência, vigilância e reconhecimento. Uma alternativa aos postos avançados seria a constituição de grupos de batalha nucleados por porta-aviões. (Li, 2011; Kostecka, 2011)

3.2.4. O Porta-Aviões na Estratégia de Operações nos Mares Distantes

Em 10 de agosto de 2011, a MELP lançou ao mar seu primeiro porta-aviões. Trata-se de uma embarcação da Classe *Kuznetsov*, adquirida da Ucrânia em 1998. O negócio foi realizado por apenas US\$ 20 milhões, uma vez que a referida belonave estava inacabada. Três anos após a compra o porta-aviões chegou ao porto de Dalian (na província Liaoning), para ter sua construção finalizada pelos chineses. Dez anos depois, a embarcação entrou em atividade e iniciou sua fase de testes e treinamento da tripulação. A previsão da MELP é que o novo porta-aviões seja comissionado no fim de 2015. O novo porta-aviões da China é uma embarcação de 65 mil toneladas, ou seja, relativamente menor do que seus congêneres estadunidenses, que tem entre 80 mil e 100 mil toneladas. (U.S Department of Defense, 2011b)

Além disso, os porta-aviões norte-americanos utilizam o sistema de catapulta para auxiliar a decolagem das aeronaves, permitindo que aviões relativamente pesados decolem de seu *deck*. Em outras palavras, sem esta capacidade não é possível lançar aviões pesados (ou com elevada carga) para cumprir missões de ataque ao solo, inteligência, vigilância e reconhecimento, bem como abastecimento aéreo.¹¹⁰ Como o porta-aviões chinês utilizará o sistema de rampa curva para auxiliar a decolagem (“*ski jump*”), ele não permite a decolagem de aeronaves pesadas (ou com elevada carga) de seu convés, o que limita bastante as possibilidades de emprego do porta-aviões da MELP, fazendo com que sua função primária seja o fornecimento de cobertura aérea além da costa chinesa.¹¹¹ (Erickson, Denmark, Collins, 2012; Li & Weuve, 2010)

¹¹⁰ Este tipo de porta-aviões é o *catapult-assisted takeoff but arrested recovery* (CATOBAR). Este tipo de porta-aviões combina o sistema de catapulta para auxiliar a decolagem horizontal, com um mecanismo de retenção da aeronave em aterrissagem horizontal. Este desenho foi criado pelo Reino Unido e largamente aperfeiçoado pelos Estados Unidos. Atualmente é utilizado pela marinha estadunidense, francesa e provavelmente voltará a ser usado pela marinha britânica.

¹¹¹ Este desenho de porta-aviões é denominado *short takeoff but arrested recovery* (STOBAR). Ele combina um sistema de decolagem horizontal por meio de uma rampa curva (“*ski jump*”), com um mecanismo de retenção da aeronave na aterrissagem horizontal. Com este sistema de decolagem, é preciso decolar contra o vento, por essa razão é fundamental o monitoramento constante da direção do

Sem dúvida é possível equipar helicópteros com sistemas de alerta avançado, mas isso resolveria apenas parte do problema, pois um helicóptero modelo Z-8, por exemplo, teria um radar de horizonte severamente limitado, uma vez que esta aeronave dificilmente alcançaria mais do que oito mil pés de altitude.¹¹² Para efeito de comparação, uma aeronave estadunidense modelo E-2 *Hawkeye* possui um radar de horizonte que alcança duzentas milhas náuticas a uma altitude de 25 mil pés, ou seja, um Z-8 a oito mil pés teria um radar de horizonte com alcance de aproximadamente 70 milhas náuticas, o que é bastante limitado para um sistema de aviso aéreo antecipado. (Erickson, Denmark, Collins, 2012; Li & Weuve, 2010)

Há, em tese, a possibilidade de emprego de sistemas de alerta avançado em veículos aéreos não tripulados (VANT). No entanto, em vista das dificuldades de miniaturização da indústria de defesa chinesa, provavelmente um radar potente de busca aérea seja muito grande e pesado para ser instalado em um VANT, ou em qualquer aeronave capaz de decolar de um “*ski jump*”. E, como não é possível contar apenas com o radar de horizonte do porta-aviões, pois este é de aproximadamente 30 milhas náuticas, ou com as meras 70 milhas fornecidas por um Z-8, então a MELP terá de continuar dependendo de sistema de aviso aéreo antecipado baseado em terra, confinando o emprego do porta-aviões aos mares próximos (primeira corrente de ilhas). Em vista disso, a adoção de um sistema de tipo “*ski jump*” poderia afigurar-se equivocada diante do propósito de “operação nos mares distantes”. Porém, isto não significa que o porta-aviões chinês seja de pouca utilidade nos mares distantes, pois um porta-aviões STOBAR pode fornecer cobertura aérea a um grupo de embarcações de

vento neste tipo de embarcação, pois ventos de cauda ou cruzados podem ser fatais. Por outro lado, com o sistema CATOBAR é possível decolar sem vento ou mesmo com algum vento de cauda. (Rubel, 2011)

¹¹² O exemplo do helicóptero modelo Z-8 não é casual, pois um exemplar deste modelo equipado com sistema de aviso aéreo antecipado foi fotografado sobrevoando o novo porta-aviões chinês no dia de seu lançamento ao mar. Contudo, o Z-8 possui problemas no motor, tornando-o pouco confiável. Isto levou a MELP a comprar da Rússia o helicóptero modelo Ka-31, que possui capacidade de carga similar a do Z-8. Em 2009 a China adquiriu nove Ka-31 da Rússia. Porém isto cria um problema de dependência externa que o ELP vem tentando reduzir nos últimos anos. (Erickson, Denmark, Collins, 2012)

superfície, para que estas consigam colocar o inimigo dentro do alcance de seus mísseis de cruzeiro antinavio. (Erickson, Denmark, Collins, 2012; Li & Weuve, 2010)

Em relação às aeronaves que serão empregados no novo porta-aviões, a MELP dispõe de dois modelos de caças capazes de operar na referida embarcação, um deles é o Su-27K, adquirido da Ucrânia, e o outro é o J-15 *Flying Shark*, que é uma cópia não licenciado do Su-33, igualmente adquirido da Ucrânia. O J-15 está em fase final de testes, e deve ser comissionado até o fim de 2014. As referidas aeronaves integram a chamada quarta geração de aviões, o que assegura a sua efetividade e letalidade em campo. Segundo o Pentágono, já estão sendo realizados testes de decolagem e aterrissagem que simulam as condições encontradas em um porta-aviões. (U.S Department of Defense, 2011b)

Em matéria de sensores o porta-aviões chinês está equipado com um radar de arranjo fásico (modelo *Dragon Eye*), capaz de rastrear até 100 alvos e engajar 50 simultaneamente. Além disso, ele pode detectar alvos a uma distância de 65 milhas náuticas, e rastreá-los a uma distância de 48,6 milhas. (Erickson, Denmark, Collins, 2012)

O porta-aviões da MELP será capaz de desempenhar vários tipos de missões, uma delas seria a assistência humanitária a seus vizinhos em caso de desastres naturais, como o tsunami de 2004 ou o terremoto de 2011 no Japão. Este tipo de auxílio ajudaria a melhorar a imagem chinesa na região, reduzindo os temores regionais decorrentes do fortalecimento militar da RPC. A referida belonave também poderia ser empregada em missões de combate à pirataria marítima, como realizado em 2009, quando a MELP enviou “pequenos grupos de batalha” ao Golfo de Aden para garantir a liberdade dos mares na região. Além disso, o porta-aviões chinês poderia fornecer cobertura aérea em operações no Mar da China Meridional, onde a RPC disputa com diversos países do

Sudeste Asiático a posse de algumas ilhas.¹¹³ Entretanto, se a China empregasse suas novas capacidades navais para este fim, provavelmente isto aproximaria os países do Sudeste Asiático dos Estados Unidos, não apenas politicamente, mas militarmente. Em um cenário de combate por Taiwan, o porta-aviões chinês não teria grande utilidade a leste da ilha principal, pois as aeronaves chinesas baseadas em terra conseguem cobrir todo o território de Taiwan. No entanto, ele poderia auxiliar na defesa da costa meridional da China, desde que disposto ao sul da ilha de Hainan, e apoiado pela força aérea baseada em terra. (Erickson, Denmark, Collins, 2012; Li & Weuve, 2010)

Adicionalmente, no médio e longo prazo o emprego de porta-aviões pode permitir a MELP mudar seus princípios operacionais na primeira corrente de ilhas, substituindo gradualmente a noção de antiacesso e negação de área (vista em detalhes adiante), pela de comando do mar. A diferença fundamental entre as duas abordagens é que a primeira objetiva apenas impedir o acesso de uma força inimiga a uma determinada área por um dado período de tempo, ao passo que a segunda envolve a liberdade de ação em uma região marítima indefinidamente. A primeira abordagem representa um objetivo negativo (negar acesso), enquanto que a segunda é positiva, pois afirma o controle de um país sobre um determinado corpo de águas. No entanto, para operar esta transição a MELP precisa construir novos porta-aviões, possivelmente mais três ou quatro, para constituir quatro ou cinco grupos de batalha. (Erickson, Denmark, Collins, 2012; Li & Weuve, 2010)

O Pentágono especula que a China tenha começado a construção de seu segundo porta-aviões ainda em 2011. Isto é perfeitamente possível, em primeiro lugar, porque a indústria naval chinesa dispõe de plenas condições para tanto. Em segundo, porque os

¹¹³ A disputa pela soberania de ilhas específicas dos arquipélagos Spratly e Paracel tem tanto um significado econômico, em função dos recursos naturais (hidrocarbonetos) disponíveis em seu fundo marinho, quanto em virtude de sua posição geoestratégica, uma vez que algumas destas ilhas podem servir como depósito de suprimentos, e/ou permitir a instalação de sistemas de vigilância e reconhecimento. (Klare, 2002)

principais estrategistas navais do país defendem a construção de mais três ou quatro embarcações deste tipo. Em terceiro lugar, porque estaria em consonância com o pensamento estratégico do general Liu Huaqing. No entanto, a informação ainda não foi confirmada por fontes oficiais do governo chinês. (U.S Department of Defense, 2011b; Erickson, Denmark, Collins, 2012)

O governo chinês teme que em um cenário de conflito com Taiwan, a marinha dos Estados Unidos bloqueie no Estreito de Malaca¹¹⁴ os petroleiros chineses (ou destinados a China¹¹⁵) vindos do Oriente Médio e da África, o que seria um grande problema para Beijing, pois aproximadamente 63% do petróleo importado pela China é proveniente destas duas regiões. (U.S Department of Defense, 2011b; Pautasso & Oliveira, 2008) Com um porta-aviões (e sua escolta), a capacidade de projeção de força naval da China terá um visível acréscimo. Entretanto, o país precisará de grandes acréscimos nesta área se realmente desejar defender as linhas de comunicação marítima do Oceano Índico, por onde passam aproximadamente 95% das exportações chinesas para África, Europa e Oriente Médio, e por onde fluem 100% das importações da China provenientes da Europa e Oriente Médio. (Erickson, Denmark, Collins, 2012)

Em suma, trata-se de uma missão que só poderá ser cumprida satisfatoriamente no médio e longo prazo, pois demanda a construção de novos porta-aviões (e suas respectivas escoltas). Além disso, se o governo chinês decidir investir seriamente e continuamente no aumento de sua capacidade de projeção de força naval, o que é fundamental em uma estratégia de “operações nos mares distantes”, então os próximos porta-aviões da MELP deveriam ser construídos com o sistema CATOVAR, pois assim

¹¹⁴ O Estreito de Malaca é a principal via de comunicação marítima entre o Oceano Índico e o Pacífico. Está localizado entre Indonésia, Cingapura e Malásia.

¹¹⁵ Apenas 12% dos petroleiros que transportam petróleo e gás natural para a China possuem bandeira da RPC. Por um lado isso é negativo, pois torna o país dependente de transporte estrangeiro, mas por outro lado é positivo, porque dificulta a identificação do destino das embarcações em um possível bloqueio contra os petroleiros chineses. (McDevitt, 2007: 505)

a MELP teria condições de operar a grandes distâncias com plena capacidade de vigilância e reconhecimento, e com maior poder de fogo. Deste modo, obtendo melhores condições de segurança e maior letalidade para aplicar a tática de antiacesso e negação de área nos mares distantes.

3.3. Operações de Antiacesso e Negação de Área

Nesta seção serão analisadas as diretrizes das operações de antiacesso e negação de área do ELP, bem como sua capacidade de implementá-la com sucesso contra as forças estadunidenses.

3.3.1. Princípios Operacionais e a Experiência Soviética

Os termos antiacesso (A2) e negação de área (AD – da sigla em inglês) dizem respeito às operações de interdição de acesso das forças navais inimigas, impedindo que tais forças penetrem ou avancem sobre determinados corpos de água. Estes termos são normalmente empregados como sinônimos, embora haja algumas tentativas de distinção, como a apresentada pelo *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) em relatório de 2010. O referido *think tank* definiu operações antiacesso como a interdição de acesso das forças navais inimigas às suas bases militares avançadas, como as bases estadunidenses situadas no Japão. Já o conceito de negação de área foi definido pelo órgão como a capacidade de derrotar forças navais móveis. No entanto, empregaremos a definição já consagrada, ou seja, sem diferenciar A2 de AD. É importante esclarecer que se trata de uma terminologia utilizada pelo Pentágono, pois para os chineses este tipo de operação está compreendida no conceito de Maça Assassina, que postula o emprego de táticas assimétricas diante de um inimigo mais forte. (McDevitt, 2011; Tol, *et. al.*, 2010)

O conceito de antiacesso/negação de área é um tipo de operação que envolve o emprego combinado entre a MELP, a Força Aérea do ELP (FAELP), e o Segundo Corpo de Artilharia (SCA). Inicialmente, este princípio operacional foi adotado em função do crescimento do risco de independência por parte de Taiwan durante os anos 1990. Após a crise de 1995/96 o ELP começou a amadurecer as noções de A2 e AD, largamente inspirados na experiência soviética.

Durante a Guerra Fria, a União Soviética temia os grupos de batalha norte-americanos, pois estes operavam como plataformas capazes de lançar ataques nucleares por meio de suas aeronaves táticas. Para reduzir esta vulnerabilidade, o governo de Moscou estabeleceu dois perímetros defensivos. O primeiro se estendia até 200 mn da costa soviética, ao passo que o segundo alcançava cerca de 1250 mn da costa. No perímetro interno a marinha soviética deveria manter o comando do mar, ou seja, deveria ter o domínio pleno e permanente desta faixa de água. Já no segundo perímetro, a marinha deveria empreender operações de antiacesso/negação de área, no intuito de impedir que as forças estadunidenses se aproximassem da costa soviética, com isso evitando que a costa ficasse ao alcance dos possíveis ataques nucleares das aeronaves norte-americanas. Em meados da década de 1980, a União Soviética chegou a dispor de uma força de 270 submarinos de ataque, 280 grandes embarcações de superfície, e aproximadamente 1300 aeronaves de emprego naval, divididos entre o Atlântico Norte, o Mediterrâneo Oriental, e principalmente o Pacífico, em virtude das necessidades de comando do mar no cinturão interior, e de antiacesso/negação de área no cinturão exterior. (McDevitt, 2007; McDevitt, 2011)

Para realizar operações de A2/AD, em primeiro lugar, a marinha soviética contava com um sistema de reconhecimento oceânico, assentado sobre uma rede de estações de interceptação eletrônica e “barcos espões”, que deveriam rastrear as

emissões eletrônicas das forças navais estadunidenses. Com o passar do tempo, diversos satélites foram incorporados a este sistema de reconhecimento oceânico, para auxiliar na detecção de sinais infravermelhos e eletrônicos, como os emitidos por radares. (McDevitt, 2007; McDevitt, 2011)

Em segundo lugar, os soviéticos dispunham de bombardeiros de longo alcance (como o *Backfire*) capazes de disparar mísseis de cruzeiro antinavio de longa distância. A tática de combate soviética consistia em enviar dois regimentos (cerca de 40 aeronaves) contra cada grupo de batalha, de modo que uma barragem de mísseis de cruzeiro antinavio pudesse ser disparada contra o inimigo. Em resposta a esta tática, a marinha estadunidense desenvolveu o sistema de defesa antiaérea *Aegis*. (McDevitt, 2007; McDevitt, 2011)

Em terceiro lugar, a marinha soviética possuía uma frota de submarinos movidos à propulsão nuclear capazes de interceptar os grupos de batalha norte-americanos no perímetro exterior, com o objetivo de impedir seu avanço sobre o perímetro interior. Estes submarinos eram vetorados por terra, com base nas informações levantadas pelo sistema de reconhecimento oceânico. Além disso, tais submarinos eram equipados com uma grande quantidade de mísseis de cruzeiro antinavio, representando uma ameaça bastante séria à marinha norte-americana.¹¹⁶ (McDevitt, 2007; McDevitt, 2011)

3.3.2. Meios Militares para as Operações de A2/AD

Com base na experiência soviética mencionada acima, o ELP estruturou suas operações de A2/AD. Por essa razão, o primeiro componente deste tipo de operações

¹¹⁶ Pode-se notar que a noção de primeira e segunda corrente de ilhas empregada por Liu Huaqing guarda bastante semelhança com a estratégia defensiva de Moscou, que dividia em dois perímetros seu entorno marítimo. Esta semelhança não é casual, pois em meados dos anos 1980 Liu estudou na União Soviética, precisamente na Academia Naval de Voroshilov, quando o Almirante Sergei Gorshkov era um instrutor nesta instituição. Gorshkov foi um dos maiores estrategistas navais da União Soviética, chegando ao posto de Comandante da Marinha no fim dos anos 1980. Pelo que se percebe, a obra de Gorshkov e suas ideias desempenharam um papel chave na concepção estratégica de Liu, e consequentemente na estratégia naval chinesa. (Cole, 2001)

consiste na capacidade de vigilância e reconhecimento oceânico. Para isso o ELP conta com cerca de 30 satélites, somando-se os de uso civil e os de emprego militar. Entre os de uso militar, o ELP dispõe dos satélites da série *Yaogan*¹¹⁷, que atualmente conta com 15 satélites (17 células). Deste total, oito utilizam Radars de Abertura Sintética (SAR – da sigla em inglês) que possibilitam a obtenção de imagens em qualquer clima, independentemente da quantidade de luz disponível. A resolução média destes dispositivos é de 5m. A série *Yaogan* ainda possui oito satélites equipados com sensores eletro-óticos (EO), que permitem o recolhimento de imagens no espectro da luz visível. Sua resolução média é de 1m. Das 17 células, apenas uma possui sensores de inteligência eletrônica (ELINT). Esta é capaz de coleta de sinais eletrônicos, tais como os emitidos pelos radares das embarcações ou aeronaves. O ELP possui também os satélites da série *Ziyuan* (2A, 2B, 2C, 3) todos equipados com sensores multiespectrais infravermelho (MEI), com uma resolução entre 2m e 3m. (Cepik, 2011; Erickson, 2011; Stokes, 2012)

A China ainda dispõe de vários satélites de uso civil que podem ser empregados em caso de conflito armado. Entre estes estão o *Haiyang 2B* (EO), o *Haiyang 3* (SAR), bem como o *Huanjing 1A* (MEI), e o *Huanjing 1B*, dotado de sensores hiperespectrais infravermelho. A resolução destes dois últimos dispositivos é de aproximadamente 30m. A RPC também conta com os satélites *Shiyan 1, 2 e 3* (todos EO), que possuem resolução entre 5m e 10m, e com os dois dispositivos da série *Fengyun* (1D e 3A), ambos equipados com sensores de micro-ondas, infravermelho e espectro visível da luz. Com isso, percebe-se que o ELP pode ter à sua disposição um número significativo de satélites de vigilância e sensoriamento (30 células), dotados de diversos tipos de

¹¹⁷ Segundo Hagt & Durnin (2009) e Stokes (2012), os satélites da série *Yaogan* são dispositivos militares. Contudo, autores como Erickson (2011) o apresentam como de uso civil.

sensores que são, na média, bastante capazes. (Hagt & Durnin, 2009; Erickson, 2011; Stokes, 2012)

Contudo, Hagt & Durnin (2009: 100-102) conduziram uma simulação de 72hs com 22 satélites de vigilância e sensoriamento disponíveis ao ELP, e constataram que o tempo médio entre as passadas dos satélites era de 45 minutos sobre a mesma faixa do globo, com 14 passadas diárias no total. Contudo, a simulação apresentou lapsos temporais muito significativos entre algumas passagens, implicando em nove hiatos de aproximadamente duas horas, ou seja, duas horas sem a cobertura de satélites.¹¹⁸

Entretanto, com oito satélites a além dos 22 considerados na simulação (30), o ELP teria um ganho de 36,4% em sua capacidade de ISR baseada no Espaço. Com isso, pode-se supor que seria reduzido o tempo entre as passadas para aproximadamente 29 minutos, aumentando para 19 o número total de passagens sobre a mesma faixa do globo.¹¹⁹ Da mesma forma, os nove hiatos de 120 minutos seriam diminuídos para cerca de 77 minutos. Embora isto indique claramente um avanço substancial nesta capacidade de recolhimento de informação via satélite, percebe-se que a China ainda enfrenta limitações expressivas neste campo, pois em cerca de 30 minutos um porta-aviões pode se deslocar aproximadamente 32 km (a 35 kts), ou seja, é capaz de se afastar significativamente de seu ponto de identificação, dificultando consideravelmente seu rastreamento e, conseqüentemente, seu engajamento.

Esta deficiência tende a ser bastante reduzida com o emprego do Radar Além do Horizonte (OTH-R – da sigla em inglês) de Superfície de Onda, disponível ao ELP desde o fim dos anos 1960. Este é capaz de localizar grandes embarcações de superfície e aeronaves voando a baixas altitudes dentro de um raio de 300 ou 400 km, o que é

¹¹⁸ Isto considerando um nadir de 60 graus, ou seja, considerando uma amplitude de visão bastante elevada para os satélites chineses, uma vez que os satélites militares possuem um nadir entre 45 e 60 graus, porém os civis ficam em uma faixa entre 35 e 45 graus, salvo raras exceções como a série Haiyang.

¹¹⁹ Evidentemente, o cálculo apresentado aqui é apenas uma simplificação aproximativa, que objetiva apenas ilustrar o (provável) potencial do ELP em matéria de ISR baseado no Espaço.

suficiente para vigiar a costa, mas insuficiente para vigilância oceânica. Para sanar este problema, desde 2003 o ELP vem empregando o sistema de Pulso Doppler no referido radar, aumentando drasticamente seu alcance, hoje estimado em cerca de 3000km, o que permite o reconhecimento de vastas porções do Pacífico Ocidental. Se este radar for empregado em conjunto com os satélites mencionados acima, então provavelmente o ELP teria condições de localizar, rastrear e engajar os alvos a grandes distâncias da costa chinesa, podendo com isso acertar as embarcações norte-americanas com mísseis de cruzeiro lançados por submarinos ou por aeronaves. (Liu, 2007)

Caso a combinação destas duas tecnologias não seja suficiente, o ELP ainda poderia empregar seus VANTs para auxiliar no recolhimento de informações sobre a localização das embarcações inimigas. Para este tipo de missão seria especialmente útil o Xianglong, que atualmente é o maior VANT empregado pelo ELP. Esta aeronave possui um alcance de aproximadamente 7500km, ou seja, é perfeitamente capaz de atuar dentro da segunda corrente de ilhas. Contudo, é incapaz de voar a altitudes maiores do que o alcance dos sistemas de defesa antiaérea dos grupos de batalha estadunidenses, o que representa um risco considerável para a aeronave e, conseqüentemente, limita substancialmente suas chances de rastrear a frota inimiga (embora não impeça a localização momentânea).

Para suprir as eventuais lacunas de ISR deixadas pelas três tecnologias mencionadas acima, o ELP ainda poderia contar com informações fornecidas por sua marinha mercante, bem como pelos barcos de pesca chineses. (Hagt & Durnin, 2009)

Deste modo, a China poderia cumprir a segunda etapa das operações de A2/AD, ou seja, barrar as forças navais e aéreas do inimigo. Para tanto, o ELP teria de ser capaz de atingir a marinha norte-americana com grande quantidade de mísseis antinavio. Contudo, o ELP ainda não dispõe de mísseis de cruzeiro antinavio de longa distância

capazes de serem lançados por aeronaves.¹²⁰ Além disso, a China não possui bombardeiros de alcance similar aos empregados pelos soviéticos durante a Guerra Fria, o que limita o alcance das operações de A2/AD chinesas.

Porém, com o objetivo de reduzir este problema, a China vem aperfeiçoando seus mísseis balísticos antinavio, os quais têm alcance para atingir os grupos de batalha estadunidenses a grandes distâncias. Normalmente mísseis balísticos não seriam eficazes contra alvos móveis, pois uma vez disparados não é possível alterar sua trajetória. No entanto, os chineses estão desenvolvendo a capacidade de guiagem de mísseis balísticos após a reentrada na atmosfera, o que lhes permitiria corrigir a rota e acertar alvos móveis, tais como porta-aviões ou grandes embarcações de superfície. Para se ter uma ideia, mísseis como o DF-21 (CSS-5) possuem um alcance de 1336 mn (2471 km), o que cobre a maior parte da segunda corrente de ilhas. De acordo com Stokes (2009) esta tecnologia ainda não estaria plenamente operacional, mas já estaria em fase avançada de testes, devendo entrar em operação antes de 2015. (Tol, *et. al.*, 2010; U.S Department of Defense, 2011b; McDevitt, 2011)

Entretanto, o ELP não conta apenas com este trunfo para negar acesso à marinha estadunidense, pois a FAELP possui diversos bombardeiros de alcance intermediário e vários caças-bombardeiros com grande autonomia. Entre eles estão um regimento (cerca de 20 aeronaves) do bombardeiro B6H, um regimento do caça-bombardeiro FB-7, aproximadamente 70 bombardeiros JH-7, e cerca de 70 aeronaves do modelo Su-30MKK, que são caças multifunção de procedência russa, capazes de alcançar cerca de 1150 mn da costa chinesa. A aviação da MELP ainda dispõe de quatro regimentos do

¹²⁰ Segundo o U.S Department of Defense (2010b) este tipo de míssil de cruzeiro está sendo desenvolvido pela China, mas não há previsão para o início de seu emprego.

JH-7, aproximadamente 40 bombardeiros H-6D, bem como um regimento do Su-30MK2, armado com o míssil de cruzeiro supersônico Kh-31 (AS-17A).¹²¹ (IISS, 2011)

Com isso, tem-se um total aproximado de 320 aeronaves, ou cerca de 15 regimentos, todos capazes de lançar mísseis de cruzeiro antinavio. Seguindo a métrica soviética, dois regimentos por grupo de batalha norte-americano¹²² seria o suficiente para barrá-lo ou derrotá-lo, contudo, os soviéticos contavam com mísseis de cruzeiro de longo alcance, o que a China ainda não dispõe. Isto permitia às aeronaves de Moscou disparar de grande distância, sem entrar no perímetro das defesas antiaéreas da marinha norte-americana. No caso chinês, as aeronaves teriam de entrar no perímetro defensivo do inimigo para dispararem seus mísseis, e isto implicaria em baixas potencialmente substanciais. Em vista desta limitação, avalia-se que a métrica ideal para o ELP seria de três regimentos por grupo de batalha. Com isso, a China poderia combater até cinco grupos de batalha inimigos, mas as referidas aeronaves teriam maior efetividade se apoiadas pelos submarinos da MELP. (McDevitt, 2011; IISS, 2011; Cliff, *et. al.*, 2007)

A força de submarino chinesa é o terceiro componente de suas operações de A2/AD, e é neste ponto que a MELP desempenharia seu principal papel em todo o esforço de negação de área. A China possui 60 submarinos de ataque movidos à propulsão diesel-elétrica (SSK). Deste total, 32 são modernos e 28 são relativamente antiquados, pois apresentam assinatura sonora elevada para a categoria (SSK), além de serem incapazes de lançar mísseis de cruzeiro. A MELP ainda conta com seis submarinos movidos a propulsão nuclear (SSN), sendo todos considerados embarcações

¹²¹ O AS-17A é um míssil ar-superfície antirradiação, e como tal criado para derrubar os radares de busca do inimigo e seus radares de controle de fogo, com isso anulando a capacidade de defesa antiaérea do alvo. Seu alcance é de aproximadamente 110 km. (SinoDefense, 2012)

¹²² Os Estados Unidos possuem atualmente 11 grupos de batalha (também denominados como grupos de ataque). Um grupo de batalha da Marinha dos Estados Unidos, normalmente, é composto por um porta-aviões (com cerca de 70 aeronaves), um ou dois cruzadores (equipados com mísseis de cruzeiro de longo alcance), três ou quatro destroyers (para defesa antiaérea e para combate anti-submarino, mas dispendo também de mísseis de cruzeiro de longo alcance), três fragatas, um ou dois submarinos movidos a propulsão nuclear, e diversas embarcações de apoio e logística, tais como navios tanque, navios de suprimentos, etc. (IISS, 2011)

modernas, embora possuam diferenças significativas em matéria de furtividade. Com isso, tem-se um total de 66 embarcações, sendo 38 plenamente capazes e 28 apenas limitadamente. De acordo com avaliações do ELP, o raio de ação de um F/A-18 é de aproximadamente 1200 mn, ou seja, se os chineses desejam evitar uma batalha aérea sobre o Estreito de Taiwan, ou mesmo sobre a costa da RPC, então provavelmente iriam tentar barrar o avanço dos grupos de batalha estadunidenses a uma distância superior ao raio de ação da aeronave de combate encontrada nos porta-aviões inimigos. Deste modo, é provável que a linha de negação de área fique entre 1200 e 1400 mn da costa chinesa, em outras palavras, seria nesta faixa que os submarinos da MELP deveriam ser posicionados.

Segundo McDevitt (2007), seriam necessários cerca de seis submarinos para combater cada grupo de batalha. Se assumirmos que os Estados Unidos despachariam três ou quatro porta-aviões com escolta para as imediações de Taiwan (caso o combate seja pela ilha), então a MELP teria de dispor entre 18 e 24 submarinos. Pode-se estimar que, para manter um submarino diesel-elétrico em combate a grandes distâncias (cerca de 1200 mn), é preciso dispor de no mínimo mais dois, ou seja, um no porto, sendo reabastecido com combustível, provisões, armamento, etc., outro dirigindo-se ao campo de batalha, e outro combatendo na linha de frente. Assim, para sustentar uma operação de A2/AD contra três ou quatro grupos de batalha, a MELP precisaria de algo entre 54 e 72 submarinos.

Em suma, se tivesse de enfrentar três grupos de batalha, a China teria a quantidade de submarinos necessária, mas se fossem quatro porta-aviões com suas escoltas, então os submarinos chineses teriam de permanecer mais tempo na linha de frente, e teriam de cumprir um cronograma de revezamento bastante apertado,

demandando um esforço logístico imenso, e especialmente arriscado para os 28 submarinos antigos. (McDevitt, 2011; McDevitt, 2007; IISS, 2011; Cliff, *et. al.*, 2007)

Considerando-se a capacidade aérea do ELP e as dimensões e características da frota de submarinos da MELP, percebe-se que a China teria condições de enfrentar com boas chances de sucesso até três grupos de batalha, mas contra quatro estas chances se reduziriam sensivelmente. Claro, desde que o reconhecimento oceânico seja capaz de localizar e rastrear as embarcações inimigas, e que o centro de comando e controle seja capaz de gerir a dimensão aérea, naval, informacional e logística do conflito, o que não é uma tarefa trivial. Contudo, esta avaliação poderia mudar significativamente se o sistema de guiagem de mísseis balísticos antinavio já estivesse em operação.

Evidentemente, estas três dimensões das operações de A2/AD seriam precedidas por ataques ao sistema de C4ISR¹²³ das forças estadunidenses localizadas no teatro de operações. Inicialmente a rede de computadores inimiga seria atacada pelo ELP por meio de guerra cibernética, ou seja, ataques de vírus, poluição de informação, coleta de informações etc. Esta etapa seria coordenada com ataques aos principais nós móveis da cadeia de comando, controle e comunicação das forças estadunidenses, ou seja, estes ataques seriam dirigidos contra os satélites inimigos, bem como seus porta-aviões, e suas aeronaves de AWACS.¹²⁴

Os ataques aos satélites seriam realizados com míssil antissatélite, como o testado com sucesso pela China em 2007, ou com armas de energia direta.¹²⁵ (Tellis, 2007) Já os ataques aos porta-aviões, provavelmente, seriam empreendidos com pulsos eletromagnéticos não nucleares, capazes de sobrecarregar os equipamentos eletrônicos

¹²³ Command, control, communications, computers, intelligence, surveillance, and reconnaissance (comando, controle, comunicação, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento).

¹²⁴ Airborne Warning Control System (Sistema de Controle e Alerta Aéreo).

¹²⁵ Em matéria de armas de energia direta, as principais opções disponíveis atualmente ao ELP são os lasers baseados em terra. Com lasers de alta potência é possível causar dano estrutural aos satélites inimigos, levando à sua desativação permanente. Já os lasers de baixa potência podem ser empregados para sobrecarregar os sensores dos satélites estadunidenses, desabilitando-os temporariamente. (Tellis, 2007)

dos norte-americanos (sensores de rastreamento, sistemas de comunicação, sistemas de defesa, etc.), neutralizando-os temporariamente ou permanentemente, dependendo da intensidade do pulso. É neste momento que a frota seria atacada por uma barragem de mísseis antinavio. Estes mísseis seriam disparados por submarinos, grandes embarcações de superfície, bem como pelas aeronaves de combate baseadas em solo, como mencionado anteriormente. Para garantir o sucesso de sua operação, o ELP contaria com os fatores iniciativa e surpresa. Os chineses entendem que, se chegassem ao ponto de iniciar a ofensiva no plano tático, é porque o inimigo já teria iniciado a guerra no nível estratégico, ou seja, trata-se de uma das características do princípio estratégico de “defesa ativa”. (Cliff, *et. al.*, 2007)

Concomitantemente com esta primeira etapa, provavelmente o ELP atacaria as bases aéreas estadunidenses situadas na região. Tais ataques seriam realizados com mísseis balísticos de curto alcance,¹²⁶ uma vez que estes mísseis têm condições de alcançar as bases aéreas de Kadena (Okinawa/Japão), Yokota (Japão), Osan e Kunsan (ambas na Coreia do Sul) que são as principais bases aéreas dos Estados Unidos na região. Destas bases a mais próxima de Taiwan é a de Kadena, situada a apenas 460 mn da referida ilha, e a aproximadamente 350 mn da costa chinesa. (Cliff, *et. al.*, 2007)

Cabe indagar se a RPC poderia atacar as bases aéreas dos Estados Unidos de modo a anular ou degradar substancialmente sua capacidade aérea na região? Sem isso, as aeronaves chinesas se encontrariam em situação de desvantagem durante sua investida sobre os grupos de batalha estadunidenses, pois o comando do ar seria fortemente contestado pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF – da sigla em inglês). Da mesma forma, as embarcações de superfície da MELP estariam altamente expostas às investidas aéreas do inimigo.

¹²⁶ Para isso seria utilizados os DF-15 (CCS-6) que possuem um alcance entre 370 e 500 mn dependendo da versão. (Cliff, *et. al.*, 2007)

Consideremos o caso de Kadena, tanto por sua proximidade com Taiwan quanto por ser a maior base aérea da região, contando com as duas pistas de decolagem mais longas à disposição da USAF no Nordeste Asiático (3.700m). Além disso, Kadena é uma base afastada dos grandes centros populacionais, diferentemente de Yokota, Osan e Kunsan, o que do ponto de vista político é bastante relevante, pois provavelmente a China tentará evitar que o Japão e/ou a Coréia do Sul entrem na guerra ao lado dos Estados Unidos.

Segundo Hoyler (2010), os mísseis DF-15 são bastante precisos atualmente¹²⁷, de modo que apenas doze ogivas unitárias poderiam atingir as duas pistas de Kadena, fragmentando-as em trechos curtos o suficiente para impedir a decolagem das aeronaves da USAF. Este seria o primeiro passo em um ataque a uma base aérea, para impedir que os aviões decolassem após o início da ofensiva. O segundo passo consistiria em atacar as aeronaves desprotegidas da base, ou seja, estacionadas fora de abrigos reforçados. Como a base de Kadena possui apenas 15 destes abrigos, seria possível proteger no máximo 30 aviões de caça (considerando dois por abrigo). Os demais ficariam expostos no pátio da base, juntamente com as grandes aeronaves de AWACS (E-3), de vigilância (P-3), e de carga. Estima-se que com cerca de 40 DF-15 armados com submunições seja possível destruir ou avariar seriamente 75% das aeronaves estacionadas em Kadena.¹²⁸ Considerando-se que, segundo Stillion e Orletsky (1999: 14), uma ogiva de 500kg é capaz de transportar 825 submunições que provocam um raio de destruição de aproximadamente 300m, esta estimativa afigura-se bastante razoável. Para aumentar a efetividade de seus DF-15, a China ainda poderia empregar mísseis antirradiação contra

¹²⁷ O autor refere-se aos DF-15A, que possuem um CEP de 10 a 30 m, ao passo que a versão DF-15 apresenta um CEP de aproximadamente 300m.

¹²⁸ A elevada margem de erro (300m) da primeira versão do DF-15 não representaria uma dificuldade substancial, desde que esta versão menos precisa fosse equipada com as submunições e direcionada à zona de estacionamento das aeronaves. Ao passo que a versão mais precisa (e mais escassa) poderia ser destinada às pistas da base aérea.

os radares do sistema de defesa Patriot (PAC-3 ABM), com isso degradando a capacidade de defesa antiaérea do inimigo.

Contudo, ainda assim o PAC-3 seria um adversário formidável para os DF-15 chineses, uma vez que este sistema possui uma taxa de acerto de 91% (disparando dois mísseis contra o míssil inimigo). De acordo com Hoyler (2010), oficialmente o inventário de Kadena conta com 512 mísseis do sistema PAC-3, porém no final de 2010 os Estados Unidos dispunham de um total de 791, o que torna o número oficial de Kadena bastante exagerado, especialmente se levarmos em consideração a ameaça representada pelo Irã, o que certamente demandaria várias unidades deste sistema para proteger as bases estadunidenses localizadas no Golfo Pérsico. É mais provável que a referida base aérea disponha de apenas 250 ou 300 mísseis do sistema PAC-3. Entretanto, utilizaremos aqui o dado oficial.

Sendo assim, se assumirmos plena capacidade de aviso antecipado e detecção por parte dos sensores da base estadunidense, então a defesa antiaérea de Kadena poderia engajar até 256 DF-15, e destruir aproximadamente 233 alvos (9% de erro). Percebe-se que com 285 DF-15 a base aérea de Kadena seria duramente atingida pelas 52 ogivas que sobreviveriam a sua defesa antiaérea.¹²⁹ O número sugerido é certamente elevado, mas de acordo com o U.S Department of Defense (2010: 66) a China possui entre 350 e 400 DF-15, o que indica que o ELP poderia atacar a base aérea de Kadena com sucesso, anulando ou degradando pesadamente sua capacidade operacional. Tal resultado limitaria seriamente as possibilidades de operação da USAF no Nordeste Asiático e, potencialmente, em todo o Pacífico Ocidental por vários meses.

Em resumo, pelo exposto até aqui, percebe-se que o ELP teria boas chances de vencer até três grupos de batalha estadunidenses, e de anular a capacidade operacional

¹²⁹ O cálculo é o seguinte: 285 DF-15 lançados – 233 interceptados = 52 ogivas sobre Kadena, sendo 40 para destruir as aeronaves e 12 para destruir as pistas.

da principal base aérea dos Estados Unidos no Leste Asiático. Isso nos leva a concluir que o ELP teria condições de, no mínimo, degradar seriamente a capacidade de combate aéreo e naval dos Estados Unidos na região. Além disso, a tendência nos próximos anos é de que as capacidades chinesas sejam sensivelmente ampliadas, na medida em que se tornem operacionais os mísseis balísticos antinavio do ELP, e que sua capacidade de ISR baseada no espaço seja aprimorada.

3.4. Reações e Contramedidas Militares

Esta seção aborda primeiramente as reações regionais à modernização da MELP, enfocando as aquisições militares de Japão, Coreia do Sul, Austrália, Índia, Vietnã e Cingapura. Em seguida será analisada a reação militar dos Estados Unidos, consagrada no Conceito de Batalha Aeronaval (ASBC¹³⁰ – da sigla em inglês).

3.4.1. Reações Regionais

Os aliados dos Estados Unidos situados no Leste Asiático se veem distanciados militarmente de seu aliado maior, em função dos longos anos de Guerra Global ao Terror, quando o Iraque e o Afeganistão constituíam o nexos central da agenda externa da Casa Branca. Há também uma redução gradativa da presença militar estadunidense na região, sendo que Washington planeja remover 12.500 homens da Coreia do Sul e outros 8.000 de Okinawa até 2014. Boa parte destas forças será realocada em Guam, mas isso não reduz a sensação de desengajamento, especialmente na Coreia do Sul. Além do percebido distanciamento militar dos Estados Unidos, os aliados regionais de Washington ainda têm de lidar com o crescimento das capacidades bélicas da China, especialmente em matéria de forças navais e de capacidades de A2/AD. Estas duas

¹³⁰ AirSea Battle Concept.

tendências têm levados os principais aliados dos Estados Unidos a investirem na modernização de suas marinhas de guerra. Ainda que de forma secundária, algumas disputas por possessões marítimas também têm influenciado esta modernização naval, especialmente entre Coréia do Sul e Japão em função do contencioso a respeito da soberania das Ilhas Takeshima/Dokdo. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

Em vista disso, a Marinha Real Australiana (MRA) pretende adquirir dois porta-aviões da Classe Camberra nos próximos anos, e o primeiro deve entrar em serviço no fim de 2013. Trata-se de uma embarcação de 28.000 ton., desenhada para servir como instrumento de projeção de força em operações anfíbias, capaz de transportar até 1.000 soldados e 150 veículos blindados. Embora o Classe Camberra não seja uma plataforma de lançamento de aviões para defesa/ataque aéreo, é possível adaptar um *ski jump* neste navio, uma vez que o projeto original, concebido pela Espanha, contém tal dispositivo. Isto viabilizaria a decolagem de aeronaves leves ou com pouca carga. No entanto, as aterrissagens teriam de ser feitas de modo vertical, demandando uma aeronave como o F-35 Joint Strike Fighter (JSF). A MRA já se encontra em fase de aquisição do JSF, porém trata-se da versão convencional, ou seja, incapaz de pouso vertical.

Além disso, a Austrália está construindo três destroyers Classe Hobart, e o primeiro deve entrar em serviço ainda em 2013. Esta embarcação foi projetada para defesa antiaérea, e para isso irá dispor do sistema de combate Aegis, equipado com o míssil SM-2 Standard (superfície-ar) para defender as operações anfíbias da MRA contra aeronaves e mísseis de cruzeiro. Estas embarcações serão capazes de receber versões aprimoradas do sistema Aegis, tais como a versão de Defesa de Meio Curso baseada no Mar¹³¹ (SMD da sigla em inglês), que conta com o míssil SM-3 para a interceptação de mísseis balísticos. Tais sistemas de defesa antiaérea são uma resposta

¹³¹ Sea-based Midcourse Defense (SMD).

ao crescimento da capacidade chinesa em matéria de mísseis de cruzeiro e de mísseis balísticos, os quais desempenhariam papel central nas operações de A2/AD da China. Em matéria de combate sob a superfície, a Austrália parece confortável com sua pequena frota de seis submarinos da Classe Collins, pois nos últimos anos não fez investimentos significativos no setor. (Bitzinger, 2011)

A Força de Autodefesa Marítima (FADM) do Japão também tem investido na expansão de sua capacidade anfíbia, pois nos últimos anos a FADM adquiriu três grandes embarcações anfíbias, o Classe Osumi que é um navio de 13.000 ton. capaz de transportar 330 soldados e até 10 tanques, além de quatro helicópteros e dois hovercrafts de transporte. Além disso, a FADM está em fase de aquisição de quatro novos porta-aviões Classe Hyuga, o que deixará o Japão com cinco embarcações deste tipo. Trata-se de um pequeno porta-aviões de helicóptero (13.500 ton.), similar ao Classe Invincible da marinha britânica, que opera o Harrier. Diferentemente do Invincible, o Hyuga não possui um ski jump para decolagem de aeronaves da asa fixa, o que o limita a operar apenas helicópteros. Contudo, em tese é possível equipar o Hyuga com um *ski jump*, o que daria ao Japão uma excelente capacidade de projeção de força. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

Adicionalmente, a FADM está construindo uma nova classe de submarinos diesel-elétricos, a Classe Soryu que será equipada com o motor Stirling para propulsão independente de ar, o que permite que a embarcação permaneça submersa por até três semanas. O Japão pretende adquirir no mínimo nove submarinos desta classe, estando quatro já em construção. Até 2015 estes quatro submarinos devem estar prontos, pois o governo japonês espera produzir um por ano. Com isso a FADM disporá de 19 submarinos modernos em 2016 ou 2017, dependendo apenas de como as novas embarcações se saírem na fase de testes antes do comissionamento. A FADM também

está investindo na substituição de suas aeronaves P-3C Orions (vigilância e reconhecimento) pelo P-X, que possui um alcance substancialmente maior do que seu antecessor. Esta substituição permitirá a FADM expandir sua área de recolhimento de informações marítimas, o que é especialmente vital em uma hipótese de emprego em águas distantes da costa japonesa. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

No entanto, o mais importante na modernização naval da FADM é que o Japão está buscando transformá-la em uma plataforma de defesa antimíssil de tipo SMD, e o elemento central desta plataforma é o sistema de defesa antiaérea Aegis, que deverá ter seu radar de arranjo fásico aprimorado, bem como seu sistema de controle de fogo para aumentar o alcance e a altitude de busca, detecção, rastreamento, engajamento, e assim conseguir engajar alvos fora da atmosfera. Para tanto, o Japão já desenvolveu em parceria com os Estados Unidos um novo interceptador, o míssil SM-3 Block IA, que é dotado de foguete de três estágios para obter maior alcance, além de ser equipado com uma nova ogiva cinética capaz de guiagem terminal. O governo japonês pretende equipar seis destroyers com este novo sistema Aegis, quatro até meados de 2012 e dois posteriormente. Recentemente o Japão não adquiriu nenhum destroyer (embora o Classe Hyuga seja frequentemente nomeado como tal), pois já dispõe de uma grande força de superfície, composta por 44 destroyers e nove fragatas, sendo todas embarcações modernas, o que a coloca FADM em uma posição substancialmente melhor do que a da marinha britânica. (Bitzinger, 2011; IISS, 2011)

Diferentemente do Japão, a Coreia do Sul vem buscando aumentar sua autonomia em matéria de defesa, uma vez que ela é a mais atingida com a redução das forças estadunidenses no Nordeste Asiático. Por essa razão, o governo coreano adquiriu recentemente duas grandes embarcações de assalto anfíbio, a Classe Dokdo¹³² de 14.000

¹³² Em referência as ilhas disputadas com o Japão.

ton. Trata-se de um navio capaz de transportar 700 soldados, 10 tanques e 15 helicópteros, além de dois hovercrafts. Com esta nova aquisição, a Coreia dispõe atualmente de três embarcações Classe Dokdo, uma vez que a primeira foi comissionada em 2007. Seul ainda planeja comissionar mais uma destas embarcações nos próximos anos. O Classe Dokdo deve cumprir ainda a função de navio de comando, e para isso foi equipado com sistema digital de C4ISR que permite o gerenciamento, controle e coordenação dos navios de apoio, das aeronaves e dos sistemas de armas em tempo real. Em função de seu tamanho, o Dokdo também pode receber modificações que permitam a decolagem de aeronaves de asa fixa de seu convés (desde que contém com sistema de aterrissagem vertical). (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

A marinha da Coreia do Sul ainda está construindo três destroyers KDX-III¹³³ (7.700 ton.), conhecido como Classe Rei Sejong o Grande. Esta embarcação será equipada com o radar e sistema de controle Aegis, e com o míssil SM-2 Block IIIB para defesa antiaérea. O KDX-III também contará com o míssil de cruzeiro Hyunmo IIIC (ataque ao solo), e com o míssil antinavio Harpoon. Esta embarcação possui considerável poder de fogo, pois está equipado com sistema de lançadores verticais (VLS – da sigla em inglês) dotado de 128 células, o que é o dobro da capacidade encontrada no KDX-II, seu antecessor. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

Adicionalmente, em 2008 o governo coreano adquiriu três submarinos diesel-elétricos de procedência alemã. Trata-se do Tipo-214, nomeado na Coreia como Classe Chunji, que possui motor de propulsão independente de ar, garantindo um período prolongado de submersão (cerca de três semanas). Seul ainda pretende adquirir mais

¹³³ KDX é a sigla para Korean Destroyer Experimental, programa da marinha coreana que resultou na produção do KDX-I (3.900 ton.) no final dos anos 1990. No entanto, apenas três embarcações desta classe foram produzidas, mas o programa continuou operante e deu apresentações bons resultados com o Classe KDX-II (5.000 ton.), que teve seis unidades produzidas entre 2002 e 2006, sendo equipado com o míssil SM-2 Block IIIA para defesa antiaérea, e com o mísseis de cruzeiro tanto de ataque ao solo quanto antinavio. (Bitzinger, 2011)

seis unidades desta classe nos próximos anos. Quando isto se concretizar (estima-se que por volta de 2020), a marinha coreana contará com 18 submarinos (ao invés dos 12 atuais), ou seja, nove Tipo-214 e nove Tipo-209 também adquiridos da Alemanha e igualmente movidos com motor diesel-elétrico, no entanto, sem o moderno sistema de propulsão independente de ar encontrado no 214. (Bitzinger, 2011; IISS, 2011)

A Índia, por sua vez, por meio da Marinha Indiana (MI), adquiriu em 2004 um antigo porta-aviões russo. Trata-se do Almirante Gorshkov, da Classe Kiev (45.000 ton.), que operou na marinha soviética entre 1978 e 1987 quando foi descomissionado. Formalmente, a referida embarcação foi doada por Moscou, no entanto, os russos cobriam US\$ 974 milhões para reparar a belonave e atualizar substancialmente seus sistemas de combate, de comunicação, sensores etc. O acordo inicial previa que o Vikramaditya (a nova designação do Gorshkov dada pela marinha indiana) seria entregue para a Índia em meados de 2008. Contudo, o governo russo não cumpriu o prazo, alegando que o custo dos consertos e atualizações excederiam muito os valores orçados inicialmente, e que o tempo prazo acordado era inadequado para esta tarefa hercúlea. Por essa razão, Moscou passou a demandar mais US\$ 1.2 bilhões para entregar a embarcação plenamente operacional. Em vista deste atraso, é improvável que o novo porta-aviões indiano entre em serviço antes de 2013 ou 2014. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

Até lá a MI terá de operar apenas o Viraat, seu porta-aviões da Segunda Guerra Mundial (antigo HMS Hermes da marinha britânica), que opera apenas aeronaves capazes de aterrissagem vertical. Já o Vikramaditya é um STOBAR, ou seja, utiliza um *ski jump* para auxiliar na decolagem das aeronaves, e permite aterrissagem convencional. Quando estiver em operações, o novo porta-aviões da MI contará com os doze MiG-29K Fulcrum-D adquiridos da Rússia, ou a versão naval do caça indiano

Tejas. Adicionalmente, desde 2005 a Índia tem investido na construção de um porta-aviões nacional, nomeado como Vikrant (37.500 ton.), e deveria ser comissionado até o fim de 2012, entretanto, atrasos sucessivos impedirão o cumprimento deste prazo, fazendo com que tal embarcação entre em serviço apenas em 2014 ou 2015. Este também será um porta-aviões com desenho STOBAR. (Bitzinger, 2011; Medeiros, 2009)

Em matéria de combate sob a superfície, a MI possui atualmente 16 submarinos diesel-elétricos (basicamente Classe Kilo Projeto 877 de procedência russa e Tipo-209 de origem alemã), mas adquiriu recentemente seis submarinos da Classe Scorpène de fabricação franco-espanhola, e planeja comprar outros seis nos próximos anos. Além disso, em 2009 a Índia lançou ao mar seu primeiro submarino movido à propulsão nuclear, e pretende criar uma frota de no mínimo três embarcações deste tipo até 2015. Provavelmente este primeiro submarino nuclear seja comissionado como um SSBN, em vista da necessidade indiana de ampliar sua capacidade de segundo ataque nuclear.

A Índia está em fase de aquisição de oito aeronaves do modelo P-3C, para missões de vigilância marítima a grandes distancias. No caso indiano não é apenas o medo da China que dirige sua modernização naval, pois para a Índia este esforço de ampliação de suas capacidades navais também envolve pretensões de obtenção de um *status* internacional de grande potência. (Bitzinger, 2011, IISS, 2011)

Entre as nações do Sudeste Asiático também se observa significativos esforços de modernização naval, especialmente no caso do Vietnã, que em 2009 anunciou a compra de seis submarinos diesel-elétricos da Rússia, todos da Classe Kilo. Além disso, Hanói está adquirindo três corvetas equipadas com radares estadunidenses, e dez aeronaves do modelo M-28 de vigilância marítima. Adicionalmente, o Vietnã está produzindo nacionalmente cerca de 40 embarcações de patrulha (400 ton.), e

recentemente comprou da Polônia 40 aeronaves Su-22M. Estes investimentos indicam claramente a disputa de Hanói com as aspirações chinesas no Mar da China Meridional, especialmente no tocante às ilhas Spratly e Paracel. (Bitzinger, 2011)

Nos últimos anos, Cingapura também tem feito importantes investimentos em sua capacidade naval, pois adquiriu da França seis modernas fragatas da Classe Formidable, as quais serão equipadas com o míssil antinavio Harpoon e o míssil francês Aster-15 para defesa antiaérea, inclusive contra mísseis balísticos. Cingapura ainda comprou nos últimos anos seis submarinos da Suécia, sendo quatro usados da Classe A12, e dois novos da Classe A17, que dispõe de sistema de propulsão independente de ar (motores Stirling). (Bizinger, 2011)

Como se pode notar, há um investimento substancial na região em capacidades navais, o que pode vir a aumentar o custo de transação (devido a dilemas de segurança renovados) nas esferas política e diplomática, e possivelmente nos campos econômico e comercial. A atual trajetória político-militar dos atores regionais pode levá-los a sucessivas rodadas de testes de resolução, intenções e capacidades, o que sempre cria a possibilidade de erros de cálculo e acidentes.

3.4.4. Reações Estadunidenses

Em 2010, o *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA) divulgou seu Conceito de Batalha Ar Mar (ASBC – da sigla em inglês) como uma resposta operacional à capacidade chinesa de A2/AD. No ano seguinte o ASBC foi adotado pelo Pentágono como o núcleo do seu planejamento militar para o teatro do Pacífico Ocidental. (JOAC, 2011). No entanto, nesta parte do trabalho iremos nos basear na versão original elaborada pelo CSBA, portanto, não em uma posição oficial do governo dos Estados Unidos.

O ASBC demanda uma integração profunda entre a USAF e a Marinha dos Estados Unidos (USN – da sigla em inglês), e concebe um teatro de operações multifacetado, composto tanto pelas dimensões aéreas e navais, quanto pelas dimensões espaciais e cibernéticas. O ASBC parte de várias assunções basilares, algumas bastante realistas e outras nem tanto.

A primeira delas é que os Estados Unidos não iniciaram as operações cinéticas, ou seja, a iniciativa seria prerrogativa dos chineses. De acordo com a segunda premissa, não haveria o emprego de armamento nuclear nas hostilidades, o que é uma ideia altamente contestável, especialmente à luz da quinta assunção. A terceira é que a inteligência e a capacidade de alerta no nível tático seriam bastante limitadas, indicando que o conflito provavelmente iniciaria com um ataque surpresa contra as forças estadunidenses. A quarta assunção é que Japão e Austrália atuariam ativamente ao lado dos Estados Unidos, ou seja, combateriam ao lado das forças norte-americanas, além de fornecerem acesso amplo e irrestrito a seu território, espaço aéreo, e portos. (Tol, *et. al.*, 2010)

Na quinta premissa os autores do ASBC afirmam que não seria fornecido santuário ao território chinês nem ao estadunidense. Na prática, isto quer dizer que o território da RPC não estaria livre de ataques, pois o documento prevê uma série de bombardeios de precisão guiada dirigidos contra inúmeros alvos localizados no interior da China. (Tol, *et. al.*, 2010) Certamente que, quanto mais alvos no território chinês forem atacados, mais isto dará margem ao ELP para atacar não apenas as bases estadunidenses na região, mas especialmente o território de seus aliados (Japão e Coreia do Sul, principalmente) como um meio de elevar o custo de permanência na guerra, induzindo-os a deixar o combate. Contudo, se esta saída apresentasse um efeito reverso, ou seja, se isso apenas aumentasse a determinação de Tóquio e Seul em continuar na

guerra, então cresceriam as chances de uma escalada nuclear, pois seriam aumentadas as chances de uma derrota chinesa, e dificilmente Beijing consideraria isso uma alternativa aceitável.

A sexta assunção é de que o Espaço Sideral será fortemente contestado. Segundo a sétima premissa, uma guerra prolongada favoreceria os Estados Unidos, pois o comércio marítimo da China seria duramente abalado pelas operações navais das forças norte-americanas. (Tol, *et. al.*, 2010) Esta é uma suposição enganosa, pois se a RPC não conseguir exportar, então não terá como financiar o déficit público dos Estados Unidos, uma vez que não poderá adquirir novos títulos da dívida pública norte-americana. Além disso, milhares de empresas estadunidenses instaladas na China seriam fortemente prejudicadas com a impossibilidade de exportar, e se o conflito se estendesse por vários meses, então provavelmente uma parcela significativa destas empresas iria à falência, possivelmente gerando um problema de legitimidade para a Casa Branca, o que no mínimo resultaria em protestos contra a guerra.

A seguir, vale reproduzir um cenário associado ao conceito ASBC, tal como desenvolvido por TOL *et. al.* (2010).

Segundo aquele cenário, no primeiro estágio das operações do ASBC, haveria quatro ações a ser realizadas pelas forças estadunidenses de maneira conjunta. A primeira ação consiste em aguentar o ataque inicial do ELP, buscando minimizar os danos às forças norte-americanas e aliadas. Para isso, os Estados Unidos precisariam aumentar sua capacidade de alerta no nível tático, o que envolveria o deslocamento de várias aeronaves de aviso aéreo antecipado para o teatro do Pacífico Ocidental. Adicionalmente, seria preciso reforçar a capacidade de defesa antiaérea das bases estadunidenses ao alcance chinês, especialmente com sistemas de defesa antimísseis balísticos (BMD – da sigla em inglês), como o PAC-3. Tal reforço também demandaria

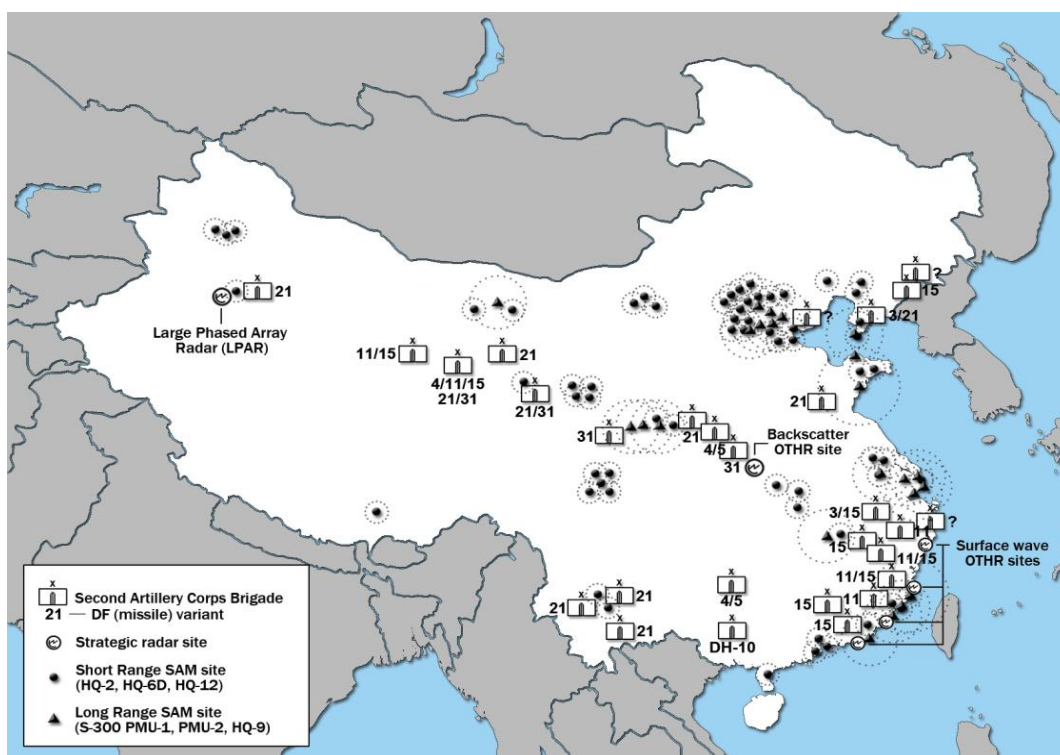
a concentração de embarcações equipadas com o sistema Aegis (BMD) nas imediações das bases estadunidenses situadas próximas à China. Ainda seria preciso deslocar boa parte das aeronaves da USAF para as bases mais afastadas, como a base aérea de Andersen (localizada em Guam, a 1.800 mn da costa chinesa), e para aeroportos distantes, como Saipan e Palau, o que demanda um investimento logístico nestes dois últimos lugares. O grande objetivo aqui é evitar que o ELP consiga desferir um golpe arrasador contra as forças estadunidenses. (Tol, *et. al.*, 2010)

Na segunda ação seria empreendida uma campanha contra a capacidade de ISR do ELP, com o objetivo de “cegá-lo” permanentemente. Os alvos prioritários desta campanha seriam os satélites chineses de reconhecimento e sensoriamento, suas estações de controle em terra, bem como os sítios de lançamento de mísseis antissatélite, para evitar que o ELP realize sua própria campanha de ataque à capacidade de ISR do inimigo. As investidas contra os satélites chineses e suas estações de controle seriam realizadas com ataques cibernéticos, buscando anular ou degradar substancialmente sua capacidade. Contudo, os ataques aos sítios de lançamento de mísseis antissatélite seriam conduzidos com mísseis de precisão guiada de longa distância. Outro alvo importante aqui são os Radares Além do Horizonte (OTH-R), pois estes permitem ao ELP localizar alvos marítimos e aéreos a grandes distâncias da costa chinesa. Os OTH-R da China sofreriam tanto ataques cinéticos (mísseis de longa distância) quanto não-cinético (ataques cibernéticos). Da mesma forma, as aeronaves de AWACS e AEW seriam alvos naturais nesta segunda ação das forças estadunidenses. Na esfera da guerra submarina, seria preciso localizar e destruir os sensores de fundo marinho utilizados pela MELP. (Tol, *et. al.*, 2010)

A terceira ação na primeira etapa da guerra consistiria em conduzir uma campanha de supressão contra os sistemas de ataque de longa-distância do ELP. Tal

campanha teria como alvo os sítios fixos de lançamento de mísseis (tanto balísticos quanto de cruzeiro), os lançadores móveis de mísseis balísticos (TEL), os centros de produção destes mísseis, os diversos nós baseados em terra do sistema de comando e controle do ELP, e as principais bases aéreas da FAELP (Força Aérea do ELP) e da FAMELP. Para isso seriam utilizados bombardeiros de longa distância com capacidade stealth, aeronaves equipadas com sistemas de ataque eletrônico (AEW), mísseis de longa distância lançados por submarinos, visando a anular ou degradar substancialmente os elementos aerotransportados e terrestres do Sistema de Defesa Aérea Integrada (IADS – sigla em inglês) do ELP. (Tol, *et. al.*, 2010) Para ter-se uma ideia da quantidade de alvos e de suas respectivas localizações, a figura 4, apresentada abaixo, indica os possíveis alvos escolhidos pelos formuladores do ASBC.

Figura 4: Alvos para Ataques Aéreos da USAF conforme o ASBC



Fonte: (Tol, *et. al.*, 2010: 65)

Percebe-se que se trata de uma campanha de intenso bombardeio, tanto pela extensão da lista de alvos, quanto pelo fato de boa parte destes alvos se encontrar a centenas de quilômetros da costa chinesa, o que demanda a criação de longos corredores de passagem para as aeronaves estadunidenses, ou seja, longos corredores em que o IADS do ELP estaria anulado ou seriamente debilitado. Isso levaria os sistemas de defesa antiaérea a dispararem contra alvos inexistentes ou falsos, resultando em considerável desperdício de importantes mísseis SAM (terra-ar). Além disso, grande parte das instalações chinesas de C4ISR é subterrânea, o que demanda bombardeios muito mais pesados do que instalações sem defesas passivas significativas.

É importante notar que, se o ELP fosse derrotado pelas forças estadunidenses em uma guerra convencional, provavelmente o governo chinês sofreria uma profunda crise de legitimidade diante da opinião pública nacional, o que poderia levar a inúmeros cenários, inclusive à guerra civil e à queda do regime do PCC. Em vista das dimensões da campanha de bombardeio inimiga, e das implicações políticas da derrota em uma guerra convencional, afigura-se um tanto perigoso supor a não utilização de artefatos nucleares no curso das hostilidades, pois em um jogo de tudo ou nada, o governo poderia escolher a guerra nuclear ao invés da queda do partido e da humilhação nacional.

Após ser dado o alerta do ataque chinês (intervalo de horas, provavelmente), seriam iniciadas as ações número dois e três. Se tais ações fossem realizadas com sucesso durante o deslocamento das forças do ELP para o ataque inicial, então o efeito destrutivo da primeira investida chinesa seria largamente diminuído, reduzindo as perdas dos Estados Unidos e seus aliados. Evidentemente, as operações para “cegar” o ELP e destruir sua capacidade ofensiva de longa distância não seriam concluídas no primeiro dia de guerra, provavelmente estas atividades durariam semanas, ou até mesmo

meses, especialmente as operações de supressão da capacidade de longa distância do ELP. Contudo, se inicialmente estas ações fossem bem-sucedidas, implicariam em perda da capacidade combatente do ELP desde o início do conflito cinético.

A quarta ação consistiria em tomar e sustentar a iniciativa nas esferas marítima, aérea, espacial e cibernética, para colocar os chineses em posição meramente reativa e circunscrita à sua periferia imediata. Para isso, as forças estadunidenses precisariam manter o controle do espaço aéreo sobre o Japão e sobre o Mar do Leste da China, o que envolveria diversos confrontos com as centenas de aviões de caça do ELP (incluindo os de terceira e quarta gerações). Uma vez estabelecida a superioridade aérea da USAF e seus aliados, estes teriam no Nordeste da China uma via de entrada para conduzir missões de ataque aos sistemas de defesa antiaérea do ELP, bem como a sua capacidade ofensiva de longa distância. Em matéria de operações navais, a USN precisaria fechar as principais saídas do Mar da China Meridional e do Mar do Leste da China, confinando as embarcações de superfície da MELP a estes mares, e limitando o máximo possível o número de submarinos chineses a cruzar tais saídas. Obtendo o controle destas vias marítimas, a USN conseguiria negar às embarcações de superfície da MELP a profundidade estratégica do Pacífico Ocidental, com isso reduzindo drasticamente suas possibilidades de realizar ataques de surpresa/emboscadas, e de conduzir manobras evasivas para escapar da frota estadunidense. Ao passo que, com a redução do número de submarinos chineses atuando no Pacífico Ocidental, a retaguarda das forças estadunidenses ficaria mais segura, incluindo suas bases militares distantes e suas linhas de abastecimento logístico. (Tol, *et. al.*, 2010)

Após as primeiras investidas das duas forças, teria início a segunda etapa do conflito. Neste ponto das hostilidades, os Estados Unidos deveriam manter seus esforços de defesa das principais vias de comunicação marítima da região (Estreitos de

Málaca, Sunda, Lombok, por exemplo), de modo a impedir que a MELP assumira o controle de tais vias. Uma vez no controle destes pontos de passagem, a USN empreenderia um bloqueio total ao comércio marítimo da China, no intuito de estrangular sua economia. No entanto, como já mencionado, isto seria bastante negativo tanto para a economia chinesa, quanto para a estadunidense. Além disso, enquanto a frota de submarinos da China não fosse batida ou grandemente reduzida, a USN precisaria realizar inúmeras operações para defender suas linhas de abastecimento, e para neutralizar as unidades aéreas ou navais do ELP operantes na retaguarda das forças estadunidenses. (Tol, *et. al.*, 2010) Em suma, se o ELP não conseguisse desferir um primeiro golpe decisivo sobre as forças aéreas e navais dos Estados Unidos, então provavelmente o conflito se estenderia por vários meses (ou até mesmo alguns anos) antes de um dos dois lados assumirem a derrota.

A hipótese de um conflito prolongado é a mais provável, pois julga-se que independentemente da extensão dos danos sofridos pela USAF e pela USN nas primeiras investidas do ELP, Washington buscaria a continuidade da guerra, na esperança de bater os chineses e reafirmar ao mundo sua suposta condição unipolar. Se os Estados Unidos aceitassem a derrota em qualquer etapa do conflito, acentuariam fortemente a ideia do declínio de seu poder e, dentro de pouco tempo, seus aliados começariam a buscar algum tipo de acomodação com a RPC, ou mesmo a demandar sua proteção. Tratar-se-ia, neste cenário hipotético, de um jogo de altas apostas, em que nem chineses nem estadunidenses podem perder sem comprometerem o futuro de seus países.

Seja como for, o que se viu neste capítulo foi que a China empenhou-se de maneira consistente na modernização de suas forças navais, colocando-as entre as principais forças navais do mundo. Isto é determinante para Beijing alcançar e manter o

controle da primeira corrente de ilhas, estabelecendo um valioso perímetro defensivo contra quaisquer forças hostis em caso de guerra, mesmo os Estados Unidos. Além disso, o ELP desenvolveu um conceito de operações assimétricas que apresenta um risco real para a USAF e a USN, porque visa os pontos fracos da capacidade de combate dos Estados Unidos. Contudo, o significado deste conceito operacional se deve principalmente ao fato de não ser apenas uma abstração como era há uma década, uma vez que atualmente este conceito está amparado em uma estrutura de força moderna e diversificada, composta por substanciais capacidades em termos de submarinos, caças-bombardeiros, ISR, mísseis de longo alcance etc., concebidas especialmente para bater as forças estadunidenses no teatro do Leste Asiático.

Percebe-se também que a modernização do ELP está levando os aliados regionais dos Estados Unidos a empreenderem esforços próprios, ainda que mais limitados, de modernização de suas próprias capacidades navais, o que pode aumentar as chances de crises, ou de escaramuças na região, especialmente no Mar da China Meridional, e tais eventos podem servir de estopim para uma crise profunda entre Beijing e Washington.

Da mesma forma, a resposta estadunidense consubstanciada no ASBC também contribui para a elevação da tensão na região, pois envolve claramente o desenvolvimento de uma série de contramedidas e capacidades para tentar frustrar as operações assimétricas do ELP.

Em suma, a China tornou-se recentemente um rival militar à altura dos Estados Unidos na balança de poder regional do Leste Asiático, um quadro bastante distinto daquele existente ao final da Guerra Fria (1991), ou mesmo à época dos atentados de 11 de setembro de 2001. Nas considerações finais do trabalho serão discutidas as

implicações mais gerais deste estudo sobre a modernização naval chinesa e da comparação da evolução dos orçamentos de defesa da China e dos Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se, em primeiro lugar, que para determinar a distribuição de poder em uma dada balança e suas alterações, é preciso analisar tanto os dados agregados (PIB, taxa de crescimento, investimento em P&D, etc.) quanto à capacidade de combate dos Estados, ao contrário do que vem sendo realizado pelos defensores da unipolaridade há mais de uma década, os quais têm se concentrado exclusivamente em dados agregados.

A análise dos dados agregados é indispensável, pois nos dá os contornos gerais do poder (entendido como capacidade material) dos atores em tela. Além disso, estes dados nos informam sobre as possibilidades de sustentação logística da grande estratégia do país em análise, permitindo comparações tanto em termos absolutos (o país comparado com ele mesmo em momentos distintos) quanto em termos relativos (o país comparado com seus pares). Contudo, este tipo de análise tende a superdimensionar a capacidade militar dos Estados que mais investem em defesa. Naturalmente, quanto mais recursos financeiros um Estado aloca na defesa maior e mais moderna tende a ser a sua estrutura de força, bem como sua capacidade de C4ISR.

Entretanto, a capacidade de combate também é composta por conceitos estratégicos, operacionais e táticos, as quais não são uma mera consequência do volume de recursos financeiros alocados na defesa. Estes elementos resultam da inventividade dos estrategistas militares do país, e são estes elementos que tendem a definir os rumos de uma guerra, pois não são os armamentos que determinam a vitória ou a derrota na guerra, mas a forma como eles são usados. É precisamente esta dimensão intangível que é inteiramente desconsiderada nas análises dos dados agregados, e é central nos estudos de capacidade de combate. Nesse sentido, afirma-se que é preciso utilizar as duas

formas de análise para determinar uma dada distribuição de poder, bem como suas eventuais alterações.

Em segundo lugar, conclui-se que ao contrário do que postulam os defensores da unipolaridade (Brooks & Wohlforth, 2008; Wohlforth, 1999; Wohlforth & Brooks, 2002) está havendo um visível esforço de contrabalanço militar, contudo, os referidos autores são incapazes de perceber tais esforços em função de sua predileção por dados agregados, e porque este balanceamento está sendo conduzido no nível regional, ao invés do global.

Além disso, a constatação de um esforço tradicional (militar) de contrabalanço também contraria a previsão dos defensores do conceito de “balanceamento suave” (Paul, 2005; Pape, 2005), os quais alegam que a unipolaridade tem levado os Estados a buscarem formas não tradicionais de contrabalanço, uma vez que, segundo os autores, o balanceamento militar seria muito arriscado e muito caro nesta configuração de poder. O “balanceamento suave” seria observado em esforços estatais, tanto individuais quanto coletivos, no sentido de obstaculizar diplomaticamente determinadas iniciativas dos Estados Unidos, de modo a elevar o custo de operação e sustentação da unipolaridade. Em suma, os defensores do “balanceamento suave” aceitam acriticamente a ideia de unipolaridade, uma vez que suas análises também estão concentradas em dados agregados.

É evidente que somente os Estados Unidos têm condições de intervir militarmente em qualquer região do mundo, equilibrando ou desequilibrando as balanças regionais. Contudo, o fato de não haver outro Estado no globo buscando este grau de projeção de força não significa que não esteja havendo contrabalanço. Na verdade, significa apenas que as grandes potências ascendentes enfrentam as principais ameaças nas suas regiões, logo, não encontram necessidade de investir em projeção de

força em nível global. É importante lembrar que, os britânicos desenvolveram tal capacidade no século XIX porque dispunham dos recursos econômicos para isso, e porque se consideravam seguros em função de sua condição insular, bem como do equilíbrio de poder sustentado por eles no continente europeu. Da mesma forma, os Estados Unidos desenvolveram a capacidade de projeção de força em nível global porque, além de possuírem as condições econômicas necessárias, não enfrentam rivais no continente americano desde a guerra de 1898 contra a Espanha. Em outras palavras, nos dois casos houve uma confluência de fatores econômicos, políticos e geográficos que levaram ao desenvolvimento de tais capacidades. Por essa razão, é possível que as grandes potências atuais (Rússia, China e, talvez, Europa) não precisem desenvolver capacidade de projeção de força em nível global para garantirem sua segurança e condição de grandes potências nesta primeira metade do século XXI.

Em terceiro lugar, este esforço de balanceamento no Leste Asiático levou à configuração de uma balança regional bipolar levemente desequilibrada em favor da China, em que a RPC é preponderante na dimensão terrestre, e atualmente se apresenta como um adversário à altura dos Estados Unidos na esfera naval, pois o ELP é capaz de travar uma guerra marítima (convencional) contra as forças estadunidenses no Leste Asiático, com grandes chances de degradar seriamente a capacidade de combate dos Estados Unidos na região e forçar o encerramento das hostilidades mantendo seus interesses intactos.

Porém, o desenvolvimento de tais capacidades por parte da China e o enfraquecimento relativo dos Estados Unidos desde 2001 acentuou o dilema de segurança no nível regional, levando diversos países do Leste Asiático a buscarem algum tipo de contramedida ao crescimento da capacidade de combate naval do ELP, seja aliando-se mais claramente ainda aos Estados Unidos, seja realizando esforços de

modernização naval próprios. Da mesma forma, os Estados Unidos passaram a desenvolver contramedidas às novas capacidades do ELP, e tal resposta pode conduzir os dois atores a uma acirrada corrida armamentista.

Embora as conclusões apresentadas aqui tenham como objeto o nível regional, elas possuem implicações no nível global, pois, na medida em que se fortalece a posição chinesa na balança regional, maior é a tendência de os Estados Unidos projetarem (de maneira mais ou menos realista) pretensões semelhantes de Beijing na balança global. Em outras palavras, é este efeito prospectivo que tem levado o governo estadunidense a realizar ações de “cercamento” da China pela Ásia Central, Sul da Ásia e Sudeste Asiático desde 2002.

Estas conclusões corroboram indiretamente a posição de Waltz (1993; 2000), que postula a realização de esforços contrabalançantes no atual sistema internacional, no intuito de levar a distribuição de poder global novamente ao equilíbrio diante do que teria sido uma concentração desproporcional de poder nas mãos de Washington desde 1991. Contudo, o que significará no século XXI a distribuição de poder no nível global? Será necessário para as grandes potências (Rússia, China e, talvez, Europa) disporem de capacidade de projeção global de força em nível global para obrigar os Estados Unidos a revisarem as estruturas políticas e econômicas de governança levando em conta os interesses e valores dos demais polos de poder?

Acredita-se que não, pois provavelmente nas próximas duas ou três décadas teremos um sistema internacional muito regionalizado não só em termos econômicos, mas também em termos políticos, pois este sistema tende a comportar apenas grandes potências (atores com alcance militar essencialmente regional e inter-regional). Entende-se que este é o cenário mais provável, em primeiro lugar, em função de as atuais grandes potências não contarem com a confluência de fatores econômicos,

políticos e geográficos que permitiu aos britânicos e estadunidenses desenvolver uma força militar com alcance global. Em segundo lugar, em razão da crescente impossibilidade estadunidense de sustentar seus elevados gastos militares, bem como das dificuldades associadas a qualquer esforço significativo de redução de tais gastos, como demonstrado no capítulo dois.

Em suma, tratar-se-á de um sistema sem superpotências (atores capazes de atuar em todas as balanças regionais), o que aproximará este sistema internacional do existente até o fim do século XVIII, em que havia uma distribuição de poder relativamente equilibrada entre França e Grã-Bretanha. Contudo, como a distância física entre China e Estados Unidos é muito superior a das antigas grandes potências europeias, e como tende a não haver mais superpotências, espera-se uma relativa autonomia das regiões em termos securitários, potencialmente levando a uma redução do dilema de segurança entre Estados Unidos e China.

Entretanto, até lá os Estados Unidos terão de administrar seu declínio (tanto relativo quanto absoluto) e, como Copeland (2000) demonstrou, são os Estados predominantes que, quando em declínio pronunciado, tendem a iniciar a guerra contra seus rivais em ascensão, antes que estes igualem seu poder. Em síntese, a paz e a estabilidade do Leste Asiático dependerão, sobretudo, de como os Estados Unidos lidarão com o fim do suposto “momento unipolar”.

REFERÊNCIAS

- AIR POWER AUSTRALIA. (2012a) “Precision Guided Munitions”. Disponível em: <http://www.ausairpower.net/APA-Regional-PGM.html> . Acesso em: 18/01/2012.
- BETTS, Richard. (2007) “A Disciplined Defense: how to regain strategic solvency.” *Foreign Affairs*. Vol. 86, Nº 6, pp. 67-80.
- BITZINGER, Richard A. (2003a) “Analyzing Chinese Military Expenditures”. In: S. J. Flanagan & M. E. Marti. *The People’s Liberation Army and China in Transition*. Washington D.C: National Defense University Press, pp. 177-193.
- _____. (2003b) “Just the Facts, Ma’am: The Challenge of Analyzing and Assessing Chinese Military Expenditures”. *China Quarterly*, vol. 173, pp. 164-175.
- _____. (2011) “Recent Developments in Naval and Maritime Modernization in the Asia-Pacific: implications for regional security”. In: Saunders, Philip *et.al.* *The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington, DC: National University Press, pp. 23-40.
- BLASKO, Dennis J. (2006) *The Chinese Army Today*. London: Routledge.
- _____. (2005) “Chinese Army Modernization: An Overview.” *Military Review*. September-October, pp. 68-74.
- BROOKES, Peter. (2003) “U.S. – Taiwan Defense Relations in the Bush Administration”. Heritage Foundation. *Heritage Lectures*, Nº 808, pp. 1-8.
- BROOKS, Stephen & WOHLFORTH, William. (2008) *World out of Balance: international relations and the challenge of American primacy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BUSH, Richard C. (2004) *At Cross Purposes: U.S – Taiwan relations since 1942*. Armonk, NY: ME Sharpe.
- _____. (2005) *Untying the Knot: making peace in the Taiwan Strait*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- BUSSERT, James. (2005) “China Debuts Aegis Destroyers”. *Signal*, July.
- CEPIK, Marco. (2010) “A Política da Cooperação Espacial Chinesa: contexto estratégico e alcance internacional”. *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 19, Nº suplementar, pp. 77-100.
- CHASE, Michael S. (2005) “U.S – Taiwan Security Cooperation: Enhancing an Unofficial Relationship”, in: Tucker, Nancy B. (ed.) *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 162-184.
- CHEUNG Tai Ming. (1997) “Chinese Military Preparations Against Taiwan Over the Next 10 Years.” In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 45-71.
- CHEUNG Tai Ming. (1997) “Chinese Military Preparations Against Taiwan Over the Next 10 Years.” In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 45-71.

- CHINA. (1998) China's National Defense in 1998. July. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/5/index.htm> . Acesso em 18/06/2005.
- _____. (2000) "One-China Principle and the Taiwan Issue". Released by the Taiwan Affairs Office and the Information Office of the State Council, Beijing, PRC. Disponível em: <http://taiwansecurity.org/IS/White-Paper-022100.htm> . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2000) China's National Defense in 2000. September. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content_17524.htm . Acesso em 18/06/2005.
- _____. (2002) China's National Defense in 2002. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2005-07/28/content_17780.htm . Acesso em 18/06/2005.
- _____. (2004) China's National Defense in 2004. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2005-07/28/content_18078.htm . Acesso em 18/06/2005.
- _____. (2006a) "China's defense budget increases 14.7% in 2006". People's Liberation Army Daily. March 5. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200603/05/eng20060305_247883.html . Acesso em 26/01/2007.
- _____. (2006b) "U.S. plans to spend 2 bln dollars to boost global strike capabilities". People's Daily. September 2. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200602/09/eng20060209_241285.html . Acesso em 26/01/2007.
- _____. (2006c) China's National Defense in 2006. December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm> . Acesso em 26/01/2007.
- _____. (2007a) Report on the Implementation of the Central and Local Budgets for 2006 and on the Draft Central and Local Budgets for 2007. March 5. Fifth Session of the Tenth National People's Congress of the People's Republic of China. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/zgrdw/english/down/pdf5.pdf> . Acesso em: 29/06/2007.
- _____. (2007b) "Yuan breaks 7.6 against US dollar". People's Daily. July 6. Disponível em: <http://english.people.com.cn/90001/90780/91344/6209100.html> . Acesso em: 08/07/2007.
- _____. (2008) "China's National Defense in 2008. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China.
- _____. (2011) "China's National Defense in 2010. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China.
- CHRISTENSEN, Thomas J. (2002) "The Contemporary Security Dilemma: deterring a Taiwan conflict". *Washington Quarterly*. Vol. 25, Nº 4, pp. 7-21.

- CHU Yun-han. (2003) "Power Transition and the Making of Beijing's Policy towards Taiwan". *China Quarterly*, vol. 176, pp. 960-980.
- CHUNG Chien-peng. (2002) "China's "War on Terrorism": September 11 and Uighur separatism." *Foreign Affairs*. Vol. 81, No. 4, pp. 8-12.
- CLIFF, Roger et. al. (2007) *Entering the Dragon's Lair: Chinese Antiaccess Strategies and their Implications for the United States*. Santa Monica, CA: RAND.
- COLE, Bernard. (2003) "The PLA Navy and 'Active Defense'". In: FLANAGAN, Stephen & MARTI, Michael. (Eds.) *The Peoples's Liberation Army in Transition*. Washington, D.C: National Defense University Press, pp. 129-138.
- _____. (2001) *The Great Wall at Sea: China's Navy Enters the Twenty-First Century*. Annapolis, MD: U.S Naval Institute Press.
- _____. (2007) "Right-sizing the Navy: how much naval force will Beijing deploy?" In: KAMPHAUSEN, Roy & SCOBELL, Andrew. *Right Sizing the People's Liberation Army: exploring the contours of China's military*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S Army War College, pp. 523-556.
- CONETTA, Carl. (2010) "An Undisciplined Defense: understanding the \$2 trillion surge in U.S defense spending". PDA Report, N° 20, Commonwealth Institute, Cambridge, Mass., pp. 1-77.
- COPELAND, Dale. (2000) *The Origins of Major War*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- CORDESMAN, Anthony & KLEIBER, Martin. (2007) *Chinese Military Modernization: force development and strategic capabilities*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies.
- CRANE, Keith et. al. (2005) *Modernizing China's Military: Opportunities and Constraints*. Santa Monica, CA: RAND.
- DN ECONOMIA. (2011) "Standard & Poor's explica corte do "rating" dos EUA". *DN Economia*. 06/08/2011. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1947422 . Acesso em: 20/11/2012.
- DORNELLES Jr., Arthur C. (2007) "A Crise no Estreito de Taiwan (1995-1996) e as Relações entre Estados Unidos, Taiwan e China". *Cena Internacional*, vol. 9, n. 1, pp. 57-81.
- DUMBAUGH, Kerry B. (2005) *Taiwan: recent developments and U.S policy choices*. CRS Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/44122.pdf> . Acesso em: 16/10/2005.
- ERICKSON, Andrew. (2011) "Satellites Support Growing PLA Maritime Monitoring and Targeting Capabilities". *China Brief*, Carnegie Endowment for International Peace, Vol. 11, Issue 3.
- ERICKSON, Andrew; DENMARK, Abraham; COLLINS, Gabriel. (2012) "Beijing's 'Starter Carrier' and Future Steps: alternatives and implications". *Naval War College Review*. Winter, Vol. 65, pp. 15-54.
- FEWSMITH, Joseph. (2004) *China since Tiananmen: the politics of transition*. Cambridge: Cambridge University Press.

- FISHER, Richard D. (1997) "China's Missiles Over the Taiwan Strait: a political and military assessment." In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 169-214.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (2011) "Dívida pública dos EUA supera 100% do PIB". *Folha de S. Paulo*. 03/08/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/954105-divida-publica-dos-eua-supera-100-do-pib.shtml> . Acesso em 20/11/2012.
- FUKUYAMA, Francis. (2006) *O Dilema Americano: democracia, poder e o legado do neoconservadorismo*. São Paulo: Rocco.
- GARVER, John W. (1997) *Face Off: China, the United States and Taiwan's democratization*. Seattle: University of Washington Press.
- _____. (1982) *China's Decision for Rapprochement with the United States, 1968-1971*. Boulder, CO: Westview Press.
- GILL, Bates. (1997) "Chinese Military Hardware and Technology Acquisitions of Concern to Taiwan." In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 105-128.
- GILL, Bates. (1997) "Chinese Military Hardware and Technology Acquisitions of Concern to Taiwan." In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 105-128.
- GLASER, Bonnie. (1999) "Sino-American Relations challenged by new crises". *Comparative Connections*. Vol. 1, Nº 1, pp. 12-31.
- GODWIN, Paul H. (2006) "China as a Major Asian Power: the Implications of its Military Modernization." in: A. Scobell & L. M. Wortzel. (Eds.) *Shaping China's Security Environment: the role of the People's Liberation Army*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 105-135.
- GUANGCHENG Xing. (2001) "China and Central Asia." In: R. Allison & L. Jonson (Eds). *Central Asian Security: the new international context*. London: Royal Institute of International Affairs; Washington, D.C: Brookings Institution Press, pp. 152-170.
- GUO, Rongxing. (2010) *An Introduction to the Chinese Economy: the driving forces behind modern day China*. Singapore (office): John Wiley & Sons Press.
- GURTOV, Melvin & HWANG, Byong-moo. (1998) *China's Security: the new roles of the military*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- HAGT, Eric & DURIN, Matthew. (2009) "China's Antiship Ballistic Missile: developments and missing links. *Naval War College Review*. Vol. 62, Nº 4, pp. 87-115.
- HALPER, Stefan & CLARK, Jonathan. (2004) *America Alone: the neo-conservatives and the global order*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- HE Jianwu; LI Shantong; POLASKI, Sandra. (2007) "China's Economic Prospects 2006-2020". *Carnegie Papers*, n. 83 (April), pp. 1-56.

- HICKEY, Dennis van Vranken. (2004) "Continuity and Change: the administration of George W. Bush and US policy toward Taiwan". *Journal of Contemporary China*. Vol. 13, N° 40, pp. 461-478.
- _____. (1988) "America's Two-point Policy and the Future of Taiwan." *Asian Survey*. XXVIII (8), pp. 881-896.
- HOYLER, Marshall. (2010) "China's 'Antiaccess' Ballistic Missiles and U.S Active Defense". *Naval War College Review*. Vol. 65, N° 4, pp. 84-105.
- HUANG, Alexander Chieh-cheng. (1997) "Taiwan's View of Military Balance and the Challenge It Presents." In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 279-300.
- IISS. (2007) "East Asia and Australasia", in: *Military Balance*. International Institute of Strategic Studies. vol. 107, n° 1, pp. 331-384.
- _____. (2010) *Military Balance*. International Institute of Strategic Studies. London, UK.
- _____. (2011) *Military Balance*. International Institute of Strategic Studies. London, UK.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2003) *Taiwan Strait I: what's left of "one China"*. Asia Report N° 5, 72p.
- JIA Qingguo. (2005) "Partners or Competitors: a choice to be made", in: R. M. Hathaway and W. Lee. (Eds) *George W. Bush and East Asia: a first term assessment*. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 117-129.
- JIANG Zemin. (2004) "China will never tolerate Taiwan's independence". *People's Liberation Army Daily*. July 9. Disponível em: http://english.pladaily.com.cn/english/pladaily/2004/07/09/20040709001004_TodayHeadlines.html . Última visita em novembro de 2005.
- JOFFE, Ellis. (2004) "The Future of PLA Modernization: Bumps and Boosters." in: A. Scobell & L. M. Wortzel. (Eds.) *Civil-Military Change in China: elites, institutions, and ideas after the 16th Party Congress*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 365-381.
- _____. (2006) "China's Military Buildup: beyond Taiwan?" In: A. Scobell & L. M. Wortzel. (Eds.) *Shaping China's Security Environment: the Role of the People's Liberation Army*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 35-45.
- KAN, Shirley A. (2006) *China/Taiwan: Evolution of the "one China" Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*. CRS Report for Congress. Washington, D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://www.ncseonline.org/nle/crsreports/international/inter-71.cfm> . Acesso em: 05/12/2006.
- _____. (2005) *Taiwan: major U.S arms sales since 1990*. CRS Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/48794.pdf> . Acesso em 05/12/2006.

- KEEFE, John. (2002) *Anatomy of the EP-3 Incident, April 2001*. Alexandria, VA: CNA Project Asia.
- KEEGAN, John. (2006) *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KENNEDY, Paul. (1989) *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. São Paulo: Campus.
- KHANNA, Parag. (2008) *O Segundo Mundo*. São Paulo: Intrínseca.
- KLARE, Michael T. (2002) "Oil Wars in the South China Sea." In: *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt and Company, pp. 109-137.
- KOSTECKA, Daniel. (2012) "China's Aerospace Power Trajectory in the Near Seas". *Naval War College Review*. Vol. 65, N° 3, pp. 105-121.
- KRISTENSEN, Hans. (2010) "China's Bulava?" FAS Strategic Security Blog. Aug 17, 2010. Disponível em:) <http://www.fas.org/blog/ssp/2010/08/china2010.php> . Acesso em 18/01/2012.
- KRUGMAN, Paul. (2009) *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- LAI, David. (2003a) "A Referendum on Taiwan's Future: no easy exit". *Issues & Insights*, vol. 3, n° 6, pp. 1-18.
- _____. (2003b) "U.S – China Relations: A New Start", in: S. J. Flanagan and M. E. Marti. (Eds) *The People's Liberation Army and China in Transition*. Washington D.C: National Defense University Press, pp. 323-338.
- LEE Teng-hui. (1995) "Always in My Heart". Discurso proferido na Universidade de Cornell. 10 de Junho. Disponível em: www.news.cornell.edu/campus/Lee/Lee_Speech.html . Última visita em agosto de 2005.
- LI, Nan & WEUVE, Christopher. (2010) "China's Aircraft Carrier Ambitions". *Naval War College Review*. Vol. 63, N° 1, pp. 13-31.
- LI, Nan. (2011) "The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities: from 'near coast' and 'near seas' to 'far seas' ". In: Saunders, Philip *et.al*. *The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington, DC: National University Press, pp. 109-140.
- LIEBERTHAL, Kenneth. (2005) "Preventing a War over Taiwan." *Foreign Affairs*. Vol. 84, No. 2, pp. 53-63.
- LIU, Bin-Yi. (2007) *HF Over-the-Horizon Radar System Performance Analysis*. Naval Post-Graduate School. Monterey, CA.
- MANN, James. (2004) *The Rise of the Vulcans: the history of Bush's war cabinet*. New York, NY: Viking Press.
- MARTINS, José M. (2008) *Digitalização e Guerra Local: como fatores do equilíbrio internacional*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS.
- McDEVITT, Michael. (2011) "The PLA Navy's Antiaccess Role in a Taiwan Contingency". In: Saunders, Philip *et.al*. *The Chinese Navy: expanding*

- capabilities, evolving roles*. Washington, DC: National University Press, pp. 191-214.
- _____. (2007) "The Strategic and Operational Context Driving PLA Navy Building". In: KAMPHAUSEN, Roy & SCOBELL, Andrew. *Right Sizing the People's Liberation Army: exploring the contours of China's military*. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S Army War College, pp. 481-522.
- _____. (2004) "The Security Situation across the Taiwan Strait: challenges and opportunities". *Journal of Contemporary China*, vol. 13, n° 40, pp. 411-425.
- McVADON, Eric. (1997) "PRC Exercises, Doctrine and Tactics toward Taiwan: the naval dimension." In: J. R. Lilley & C. Downs (Eds.) *Crisis in the Taiwan Strait*. Washington D.C: American Enterprise Institute & National Defense University Press, pp. 249-276.
- MEDEIROS, Evan. (2009) "The New Security Drama in East Asia: the responses of U.S allies and security partners to China's rise." *Naval War College Review*. Vol. 62, N° 4, pp. 37-52.
- MILAVA. (2012a) "Military Aircraft". Jan 3, 2012. Disponível em: <http://www.milavia.net/aircraft/> . Acesso em: 25/01/2012.
- MORRISON, Wayne & LAPONTE, Marc. (2011) *China's Holdings of U.S Securities: implications for U.S economy*. Congressional Research Service. September, 26.
- MORRISON, Wayne. (2012a) *China – U.S Trade Issues*. Congressional Research Service. May, 21.
- _____. (2012b) *China's Economic Conditions*. Congressional Research Service. June, 26.
- _____. (2009) *China's Economic Conditions*. Washington D.C: Congressional Research Service.
- _____. (2005) *China's Economic Conditions*. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/48606.pdf> . Acesso em: 20/12/2005.
- MULVENON, James C. (2001) "Eating Imperial Grain?: the Ongoing Divestiture of the Chinese Military-business Complex, 1998-2000". in: A. Scobell (Ed.) *The Costs of Conflict: the Impact on China of a Future War*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 187-216.
- MULVENON, James. (2002) "Civil-Military Relations and the EP-3 Crisis: a content analysis". *China Leadership Monitor*. N° 1, pp. 1-12.
- NATHAN, Andrew J. (2000) "What's Wrong with American Taiwan Policy." *Washington Quarterly*. Vol. 23, No. 2, pp. 93-106.
- NAUGHTON, Barry. (2007) *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- O'HANLON, Michael. (2000) "Why China Cannot Conquer Taiwan." *International Security*. Vol. 25, No. 2, pp. 51-86.
- _____. (2010) "Defense Budget and American Power". Policy Paper. N° 24. December. Brookings Institution, pp. 1-24.

- _____. (2003) "Clinton's Strong Defense Legacy". *Foreign Affairs*. Vol. 82, Nº 6, pp. 126-134.
- _____. (2011) *The Weary Titan*. New York, NY: Penguin Books.
- O'ROURKE, Ronald. (2011a) "PLAN Force Structure: submarines, ships, and aircraft". In: Saunders, Philip *et.al.* *The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington, DC: National University Press, pp. 141-173.
- _____. (2010) China Naval Modernization: implications for U.S Navy capabilities – Background and issues for Congress. Congressional Research Service. October, 22.
- _____. (2011b) China Naval Modernization: implications for U.S Navy capabilities – Background and issues for Congress. Congressional Research Service. November, 30.
- OLIVEIRA, Amaury P. (2002) "China – Estados Unidos: concorrentes estratégicos". *Política Externa*, vol. 10, nº 4, Mar/Abr/Maio, pp. 82-93.
- PAPE, Robert. (2005) "Soft Balancing against the United States". *International Security*. Vol. 30, Nº 1, pp. 7-45.
- PAUL, T.V. (2005) "Soft Balancing in the Age of U.S Primacy". *International Security*. Vol. 30, Nº 1, pp. 46-71.
- PAUTASSO, Diego & OLIVEIRA, Lucas K. (2008) "A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA". *Contexto Internacional*. Vol. 30, nº 2, pp. 361-398.
- PERKINS, Dwight. (2005) "China's Economic Growth: Implications for the Defense Budget". in: A. J. Tellis & M. Wills. *Strategic Asia 2005-2006: Military Modernization in an Era of Uncertainty*. Seattle, WA: National Bureau of Asian Research, pp. 363-385.
- PILLSBURY, Michael. (1999) "PLA Capabilities in the 21st Century: How does China Assess its Future Security Needs?" in: L. M. Wortzel. (Ed.) *The Chinese Armed Forces in the 21st Century*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 89-158.
- _____. (2000) *China Debates the Future Security Environment*. Washington D.C: National Defense University Press.
- RIGGER, Shelley. (1999) *Politics in Taiwan: voting for democracy*. Nova York, NY: Routledge.
- _____. (2000) "Taiwan Rides the Democratic Dragon". *Washington Quarterly*, vol. 23, nº 2, pp. 107-118.
- _____. (2001) "The Democratic Progressive Party in 2000: Obstacles and Opportunities". *China Quarterly*, vol. 168, December, pp. 944-959.
- _____. (2005) "The Unfinished Business of Taiwan's Democratization". In: Tucker, Nancy B. (ed.) *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 16-43.
- ROMANO, Robert. (2012) "Debt officially larger than economy". *Americans For Limited Government*, Feb. 9, 2012. Disponível em: <http://netrightdaily.com/2012/04/debt-officially-larger-than-the-economy/#ixzz1tcVnA5zr> . Acesso em 20/11/2012.

- ROSS, Robert S. (2000) "The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility, and the use of force." *International Security*. Vol. 25, No. 2, pp. 87-123.
- _____. (2004) "Bipolarity and Balancing in East Asia". In: PAUL, T.V; WIRTZ, James; FORTMANN, Michel. *Balance of Power: theory and practice in the 21st century*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 267-304.
- _____. (1995) *Negotiating Cooperation: the United States and China, 1969-1989*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- SAICH, Tony (2004) *Governance and Politics of China*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- SCOBELL, Andrew. (2000) "Show of Force: Chinese soldiers, statemen, and the 1995-1996 Taiwan Strait crisis." *Political Science Quarterly*. Vol. 115, No. 2, pp. 227-246.
- SHAMBAUGH, David. (2002) "The Pinnacle of the Pyramid: the Central Military Commission". In: J. C. Mulvenon & A. N. D. Yang (Eds.) *The People's Liberation Army as Organization: Reference Volume v1.0*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, pp. 95-121.
- _____. (2002) "The Pinnacle of the Pyramid: the Central Military Commission". in: J. C. Mulvenon & A. N. D. Yang (Eds.) *The People's Liberation Army as Organization: Reference Volume v1.0*. Santa Monica, CA: RAND, pp. 95-121.
- _____. (2004) *Modernizing China's Military: progress, problems, and prospects*, Berkeley, CA: University of California Press.
- _____. (2005) "China's Military Modernization: Making Steady and Surprising Progress". in: A. J. Tellis & M. Wills. *Strategic Asia 2005-2006: Military Modernization in an Era of Uncertainty*. Seattle, WA: National Bureau of Asian Research, pp. 66-103.
- SHENG Lijun. (2002) *China and Taiwan: cross-strait relations under Chen Shui-bian*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- SHIH, Erich. (2004) "The Conduct of U.S – Taiwan Relations 2000 – 2004". Brookings Institution. *Papers of Visiting Fellows* (October), pp. 1-23.
- SHLAPAK, David A. *etl.* (2000) *Dire Strait: military aspects of China – Taiwan confrontation and options for U.S policy*. Santa Monica, C.A: RAND Corporation.
- SINODEFENCE. (2012a) "Naval Vessels". Mar 13, 2009. Disponível em: <http://www.sinodefence.com/navy/vessel.asp> . Acesso 18/01/2012.
- _____. (2012b). "Air Force". Mar 13, 2009. Disponível em: <http://www.sinodefence.com/navy/vessel.asp> . Acesso em 25/01/2012.
- STOKES, Mark. (2012) *China's Evolving Space Capabilities: implications for U.S interests*. The U.S – China Economic and Security Review Commission. April, 26.
- _____. (2009) *China's Evolving Conventional Strategic Strike Capability: the anti-ship ballistic missile challenge to U.S maritime operations in the Western Pacific and beyond*. Project 2049 Institute. September, 14.

- _____. (1999) *China's Strategic Modernization: implications for the United States*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute.
- SUETTINGER, Robert L. (2003) *Beyond Tiananmen: the politics of U.S – China relations, 1989-2000*. Brookings Institution Press.
- SUTTER, Robert. (1998) “Domestic Politics and the U.S – China – Taiwan Triangle: the 1995-1996 Taiwan Strait conflict and its aftermath.” In: R. S. Ross (Ed.) *After the Cold War: domestic factors and U.S – China relations*. Armonk, NY: ME Sharpe.
- _____. (2002) “China and Japan: trouble ahead.” *Washington Quarterly*. Vol. 25, No. 4, pp. 37-49.
- _____. (2006) “The PLA, Japan's Defense Posture, and the Outlook for China-Japan Relations.” In: A. Scobell & L. M. Wortzel. *Shaping China's Security Environment: the role of the People's Liberation Army*. Carlisle, PA: U.S Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 173-194.
- SWAINE, Michael D. & MULVENON, James. (2001) *Taiwan's Foreign and Defense Policies: features and determinants*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- SWAINE, Michael D. (2004) “Trouble in Taiwan.” *Foreign Affairs*. Vol. 83, No. 2, pp. 39-49.
- _____. (2003) “Reverse Course? the fragile turnaround in U.S – China relations.” Policy Brief. Carnegie Endowment for International Peace, pp. 1-8.
- _____. (2005) “Taiwan's Management of Relations with the United States during the first Chen Shui-bian Administration”. Carnegie Endowment for International Peace. Carnegie Papers, (May), pp. 1-29.
- _____. (1998) *The Role of the Chinese Military in National Security Policymaking*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- SWAINE, Michael D. e MINXIN Pei. (2002) “Rebalancing United States – China Relations”. Carnegie Endowment for International Peace. *Policy Brief*. (February 13) pp. 1-8.
- TAIWAN. (2000a) “Taiwan Stands Up: Advancing to an Uplifting Era.” Inaugural Address by Chen Shui-bian, May 20. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2002) “Opening Address of the 29th Annual Meeting of the World Federation of Taiwanese Associations”. By Chen Shui-bian. August 3. Released by Office of the President of the Republic of China, Taipei, ROC. Disponível em: www.gio.gov.tw/taiwan-website/4-oa/20020803/2002080301.html . Acesso em: 12/10/2005.
- _____. (2005) *Taiwan's Year Book 2005*. Published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/yearbook/p054.html> . Acesso em: 12/10/2005.
- TELLIS, Ashley. (2007) “China's Military Space Strategy”. *Survival*. Vol. 49, N° 3, pp. 41-72.
- TODD, Emmanuel. (2003) *Depois do Império*. São Paulo: Record.

- TOL, *et. al.* (2010) *AirSea Battle: a point-of-departure operational concept*. Center for Strategic and Budgetary Assessments.
- TUCKER, Nancy B. (2005) “Strategic Ambiguity of Strategic Clarity?” in: *Dangerous Strait: the U.S – Taiwan – China Crisis*. New York, NY: Columbia University Press, pp. 186-211.
- _____. (2002) “If Taiwan Chooses Unification, Should the United States Care?” *Washington Quarterly*. Vol. 25, No. 3, pp. 15-28.
- _____. (2004) “The Taiwan Relations Act and the Three Communiqués: contradictions and coherence in U.S policy.” *Journal of International Security Affairs*. No. 7 (Summer) pp. 49-55.
- U.S – PRC (1972) “Joint Communiqué between U.S – PRC.” February 28. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Shanghai.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- U.S – PRC (1979) “Joint Communiqué between U.S – PRC.” January 1. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Joint.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- U.S – PRC (1982) “Joint Communiqué between U.S – PRC.” August 17. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/817.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- U.S DEPARTMENT OF DEFENSE (2011) *Fiscal Year 2012: Budget Request*. Office of the Secretary of Defense. Washington, D.C.
- _____. (2005) *Fiscal Year 2006: Budget Request*. Office of the Secretary of Defense. Washington, D.C.
- _____. (2007) *China’s Military Power 2007*. Office of the Secretary of Defense. Department of Defense.
- _____. (2009) *Fiscal Year 2010: Budget Request*. Office of the Secretary of Defense. Washington, D.C.
- _____. (2010) *Fiscal Year 2011: Budget Request*. Office of the Secretary of Defense. Washington, D.C.
- _____. (2010b) *Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2010*. Office of the Secretary of Defense. Department of Defense.
- _____. (2011b) *Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2011*. Office of the Secretary of Defense. Department of Defense.
- UNITED STATES. (1954) “Mutual Defense Treaty between United States of America and the Republic of China.” December 2. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- _____. (1979) “Taiwan Relations Act.” April 10, Public Law 96-8, Congress of U.S. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/TRA.htm> . Última visita em agosto de 2005.
- _____. (1982) “Six Assurances” to Taiwan”. by Ronald Reagan (July). Disponível em: www.taiwandocuments.org/assurances.htm . Acesso em: 12/10/2005.

- _____. (1998) "National Security Strategy for a New Century." Washington, D.C: National Security Council, White House. Disponível em: <http://clinton2.nara.gov/WH/EOP/NSC/html/documents/nssr.pdf> . Última visita em novembro de 2005.
- _____. (2001) "President Discusses American Plane and Crew in China." April 3, 2001. News Releases, White House. Disponível em: www.whitehouse.gov/news/releases/2001/04/20010403-3.html . Acesso em: 16/10/2005.
- _____. (2003) Military Power of the People's Republic of China 2003. Washington D.C: Department of Defense. Disponível em: www.defenselink.mil/pubs/20030730chinaex.pdf . Acesso em: 12/01/2006.
- _____. (2006) "Military Power of the People's Republic of China 2006." Office of the Secretary of Defense, Department of Defense. Disponível em: <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China%20Report%202006.pdf> . Última visita em outubro de 2006.
- _____. (2006) Military Power of the People's Republic of China 2006. Washington D.C: Department of Defense. Disponível em: <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China%20Report%202006.pdf> . Acesso em: 17/11/2006.
- _____. (1979) *Taiwan Relations Act*. April 10, Public Law 96-8, Congress of U.S. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/TRA.htm> . Acesso em: 09/08/2005.
- _____. (2003) "President Bush and Premier Wen Jiabao Remarks to the Press." December 9, News Releases, White House. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031209-2.html> . Acesso em: 16/10/2005.
- WACHMAN, Alan M. (1994) *Taiwan: national identity and democratization*. Armonk, NY: ME Sharpe.
- WALTZ, Kenneth. (1993) "The Emerging Structure of International Politics". *International Security*. Vol. 18, N° 2, pp. 44-79.
- _____. (2000) "Structural Realism after the Cold War". *International Security*. Vol. 25, N° 1, pp. 5-41.
- WANG, Shaoguang. (1999) "The Military Expenditure of China, 1989-98". *SIPRI Yearbook 1999: armaments, disarmament and international security*. Stockholm International Peace Research Institute, pp. 334-352.
- WASHINGTON POST. (2003) "Taiwanese Leader Condemns Beijing, 'One China' Policy". *Washington Post*, October 7.
- WHITING, Allen S. (2001) "China's Use of Force, 1950 – 1996, and Taiwan." *International Security*. Vol. 26, No. 2, pp. 103-131.
- _____. (1995) "Chinese Nationalism and Foreign Policy after Deng." *China Quarterly*. Vol. 142, pp. 295-316.
- WOHLFORTH, Willian & Brooks, Stephen. (2002) "American Primacy in Perspective". *Foreign Affairs*. Vol. 81, N° 4, pp. 20-33.

- WOHLFORTH, Willian. (1999) "The Stability of a Unipolar World". *International Security*. Vol. 24, N° 1, pp. 5-41.
- WORLD BANK. (2007a) *China's Economic Indicators*. Updated on July 20. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/CHINAEXTN/Resources/318949-1121421890573/chinaei.pdf> . Acesso em: 18/08/2007.
- _____. (2007b) World Development Indicators database - Total GDP 2006. Updated on 1 July. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf> . Acesso em: 10/11/2007.
- WORTZEL, Larry M. (2002) "Taiwan and American Interests." *Journal of International Security Affairs*. Summer, pp. 93-101.
- WU Xinbo. (2005/06) "The End of the Silver Lining: a Chinese view of the U.S – Japanese Alliance." *Washington Quarterly*. Vol. 29, No. 1, pp. 119-130.
- YANG, Philip. (2006) "Doubly Dualistic Dilemma: U.S strategies toward China and Taiwan". *International Relations of the Asia-Pacific*, vol. 6, n° 2, pp. 209-225.
- ZAKARIA, Fareed. (2008) *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras.